

**JAIME ALONSO CARAVACA MORERA**

**HISTÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO  
SEXO, CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE PESSOAS  
TRANSEXUAIS DO BRASIL, CANADÁ E COSTA RICA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (PEN-UFSC) para a obtenção do Grau de Doutor em Enfermagem.

**Área de Concentração:** Educação e Trabalho em Saúde e Enfermagem.

**Linha de Pesquisa:** História da Educação e do Trabalho em Saúde e Enfermagem.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Itayra Coelho de Souza Padilha.

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Caravaca-Morera, Jaime Alonso  
HISTÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SEXO,  
CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE PESSOAS TRANSEXUAIS DO  
BRASIL, CANADÁ E COSTA RICA / Jaime Alonso Caravaca  
Morera ; orientadora, Dr<sup>a</sup> Maria Itayra Coelho de Souza  
Padilha - Florianópolis, SC, 2016.  
351 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós  
Graduação Multidisciplinar em Saúde.

Inclui referências

1. Saúde. 2. Transexualidade. 3. Representações sociais.  
4. Histórias de vida. 5. Enfermagem. I. , Dr<sup>a</sup> Maria Itayra  
Coelho de Souza Padilha. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em  
Saúde. III. Título.

JAIME ALONSO CARAVACA MORERA

**HISTÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SEXO,  
CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE PESSOAS  
TRANSEXUAIS DO BRASIL, CANADÁ E COSTA RICA**

Esta TESE foi submetida ao processo de avaliação pela banca Examinadora para a obtenção do título de

**DOUTOR EM ENFERMAGEM**

e aprovada em sua versão final em 07 de julho de 2016, atendendo às normas da Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Área de Concentração – Educação e Trabalho em Saúde e Enfermagem.

---

**Dra. Vânia Marli Schubert Backes**  
Coordenadora do Programa

**Banca Examinadora:**

---

**Dra. Maria Itayra Padilha**  
Orientadora

---

**Dra. Mariana Vieira Vilarinho**  
Membro Titular

---

**Dr. Rodrigo Otávio Moretti**  
Membro Titular

---

**Dr. Mauro Caldeira dos Santos**  
Membro Titular

---

**Dra. Ana Rosette Camargo Maia**  
Membro Titular

---

**Dra. Denise Maria Guerreiro Vieira da Silva**  
Membro Titular



*Às pessoas trans que compartilharam comigo  
sua essência de ser, pensar, viver e sentir.*



## AGRADECIMENTOS

Este espaço começa de uma forma pouco usual pois caracteriza a quem o escreve. Isto não é um exercício egocêntrico, muito pelo contrário, é um esforço que realizo para reconhecer que as análises desenvolvidas ao longo desta tese surgiram como produto dos determinantes que têm marcado meus privilégios.

Privilégios que favoreceram de múltiplas formas minhas análises e que implicam conseqüentemente que outras pessoas que gozam (ou carecem) de esses privilégios poderão analisar os dados desta tese de formas diferentes.

Desta forma, devo informar que sou um adulto jovem costarriquenho, cis, pesquisador vinculado à Universidade da Costa Rica, com um tom de pele e cor de olhos que poderiam parecer mais claros, quando comparados com o resto da sociedade costarriquenha. Ou seja, dentro dos espaços onde me movimento, transito no meio de trilhos de dominação de classe, gênero, raça com (algumas) certas facilidades.

Porém devo reconhecer que sou dissidente sexual, isto é uma pessoa que vive no seu corpo a manifestação heterossexista e necropolítica de forma tangível. Assim, vivencio a opressão machista e patriarcal através de diversas artimanhas.

Contudo, essas vivências são permeadas pelo conjunto de outros fatores que me definem e que me constroem. Portanto, marcam uma diferença significativa entre a violência que eu enfrento diariamente e a que é sentida pelas pessoas trans no seu cotidiano, pois essas manifestações são vividas dentro de um tecido complexo de fatores transversais que atravessam nossos seres e que definem nosso universo de vida.

O assunto aqui com os privilégios é que devemos reconhecê-los para romper com a naturalização cotidiana e compreender que eles nos perfuram (embora não o queiramos). Eles inscrevem hierarquias e determinam (em palavras foucaultianas) condições de possibilidade. Ignorá-los seria um exercício de reforço de violência pós-colonial, e reconhecê-los seria o ponto de partida para o diálogo ou nas palavras de Paulo Freire, o requisito mais básico para a construção de uma coletividade horizontal.

Adicionalmente, devo expressar aqui que tenho escrito inúmeras vezes este apartado e sempre tropeço com a mesma dificuldade: o inefável e complexo do agradecimento. Aquilo que não pode ser explicado, descrito nem mesmo expressado com palavras.

Falo aqui da percepção do limite imposto por um OBRIGADO, por um GRACIAS ou por um THANKS! Dito fato evidencia as limitações da linguagem (sem importar qual) para agradecer o apoio incondicional que muitas, muitos e muitos de vocês me ofereceram ao longo destes anos.

Não é em vão que por momentos gostaria de utilizar a bondade do silêncio para expressar minha gratidão e desta forma reprimir a linguagem para simplesmente expressar a explosão de sentimentos e emoções que embargam meu coração e minha alma neste momento.

Expressões como “as palavras não alcançam para demonstrar meu agradecimento” retratam minha dificuldade para dilucidar os limites da comunicação. Porém, consciente de estar vivendo um momento de alegria extraordinária e inigualável, sinto-me na obrigação de agradecer e dividir este momento com todas as pessoas que foram cúmplices em tornar este sonho realidade.

Observo aqui a necessidade de explicitar que esta tese foi uma fotografia de diversos corpos nus de pessoas valentes que se mostraram na sua maior vulnerabilidade, ensinando-me suas grandes fortalezas. Falo de uma desnudez emocional e simbólica que é símbolo de pureza física, moral e espiritual. Falo de corpos que carecem de vestimentas que demarcam as (por vezes) desnecessárias diferenças entre classes, gêneros, sexos, sexualidades e raças. Categorias essas que são de alguma forma plásticas e inventadas, que delimitam fronteiras entre nossos corpos e o resto do universo.

Quando comecei a escrever este item imediatamente pensei em como conseguir exteriorizar meu agradecimento a tantas pessoas e em tão limitado espaço. Decerto finalizei esta tese com o apoio de muitas pessoas especiais, que em diferentes momentos e contextos puderam me oferecer seu apoio.

Sem citar nomes pois são muitos e certamente cometeria o terrível erro de esquecer alguém, agradeço a todos vocês que compartilharam comigo, seu tempo, carinho, compreensão, histórias e vivências. Todas, todos e todes vocês são atores corresponsáveis por este triunfo!

Sou grato a vocês, que souberam entender minha ausência, que choraram meus choros, que deram gargalhadas comigo, que me encorajaram e me incentivaram para seguir em frente, que foram um suporte durante meus momentos de ansiedade e que acreditaram no meu potencial.



Com a esperança e certeza de que cada um/uma/ume de vocês se identificou nestas limitadas e escassas palavras, expresso meu mais sincero obrigado, porque como mencionei anteriormente, a criação de uma tese como essa, não é ganho somente de um empenho individual, mas sim de um esforço coletivo que se consolidou ao longo de toda uma jornada acadêmica.

Adicionalmente não posso deixar de mencionar que este trabalho é fruto da influência de uma pessoa, que se converteu em minha mestre e orientadora. Profa. Dra. Maria Itayra Padilha.

Muito obrigado pela parceria iniciada no ano 2011, durante a minha especialização em Saúde Internacional, no Canadá. Obrigado por me guiar com tanta sabedoria durante todo este processo. Sou grato pelos momentos vividos durante este recorrido. Obrigado por ser uma inspiração e um modelo. Obrigado pelas discussões, pelo apoio e por todo o que tenho conseguido aprender, ver, compreender e vivenciar ao longo desta aventura acadêmica.

Finalmente devo dizer MUITO OBRIGADO a todos, todas, todes vocês, amigos, amigas, amigos brasileiros por me acolher no seu maravilhoso país e por acreditar em mim.

Enfim, obrigado, pela carinho, abraço e firmeza que me possibilitaram desenvolver e finalizar esta tese.

Com amor,  
Jaime



CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso. **Histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre pessoas transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica.** 2016. 351p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Itayra Coelho de Souza Padilha.

## **RESUMO**

Pesquisa qualitativa, multicêntrica, de cunho sóciohistórico, que objetivou compreender as representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade na perspectiva de pessoas transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica. Utilizou-se a Teoria das Representações Sociais como referencial teórico e as Histórias de Vida completas, como técnica processual para coletar as informações entre 84 participantes: Brasil (35), Canadá (14) e Costa Rica (35). Após a entrevista aplicou-se a técnica de desenho livre com as/os participantes. Adicionalmente, realizaram-se três grupos focais com o intuito de validar as análises preliminares. Os dados seguiram uma análise de conteúdo comparativa e interpretativa, sendo organizados no software ALCESTE. As associações livres foram resumidas em uma matriz dividida em tópicos de acordo com os principais significados que seus desenhos representavam e consideradas na etapa final das análises realizadas no ALCESTE e na Análise de Conteúdo. Os resultados foram apresentados na forma de cinco manuscritos. O primeiro manuscrito objetivou analisar as representações sociais do sexo e gênero. Foram identificadas duas representações complementares relacionadas ao sexo: O sexo como imposição categórica natural lacrada e adquirida (irremediavelmente) ao nascer e; O sexo como elemento que rotula, condena e diferencia as pessoas. No gênero, observou-se uma única representação vinculada a elaborações sintético-sociais associadas ao (necro-bio) poder, à cisnormatividade e à cultura. O segundo manuscrito objetivou analisar as representações do corpo. Os dados desvelaram uma única representação social com duas matrizes de discurso: o corpo como um objeto inconcluso, transitório e maleável, enquanto a segunda relaciona o corpo como uma instituição própria, regulada e controlada pelos outros. A discussão esteve centrada na análise do corpo trans como um objeto sujeito à domesticação e (des)naturalização pública. O terceiro manuscrito objetivou analisar as representações da sexualidade. Os

resultados desvelaram uma representação ligada ao plano individual com elementos vinculantes ao prazer e ao desejo; e uma segunda representação ligada ao âmbito coletivo com elementos associados ao controle social e à heteronormatividade. Os repertórios interpretativos permitiram declarar que as/os participantes constroem seus relatos de sexualidade num contexto necro-opressivo. O manuscrito quatro objetivou analisar a relação entre as políticas sociais cisnormativas com a morte (física e simbólica) das pessoas trans. Desvela-se a necropolítica trans como uma prática tecnológica ininterrupta de violência estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade, que considera a morte já não como um fenômeno meramente biológico ou natural, mas moral e político. O quinto manuscrito objetivou realizar uma análise das políticas trans-inclusivas entre Brasil, Canadá e Costa Rica. Os resultados revelaram uma prevalente invisibilização das necessidades trans e a falta de implementação de políticas públicas entre os contextos pesquisados. Conclui-se que o sexo, a sexualidade e o corpo são instituições efêmeras e pré-discursivas que se materializam através de forças necropolíticas e regulatórias que produzem possibilidades inteligíveis. O gênero apareceu como entidade construída pela repetição performática e processual de atos monótonos em tempos e contextos definidos. Finalmente, esta pesquisa confirmou a tese de que as representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre as pessoas trans, são tecnologias socioculturais e biológicas complexas, mediadas pela histórica e prevalente necropolítica heterocispatriarcal, que não faz distinção do contexto físico-territorial.

**Descritores:** Transexualidade. Representações sociais. Sexo. Corpo. Gênero. Sexualidade

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso. **Stories of life and social representations of sex, body, gender and sexuality among transgender people of Brazil, Canada and Costa Rica.** 2016. 351p. Thesis (PhD in Nursing) – Post Graduate Program in Nursing. Federal University of Santa Catarina, Florianopolis, 2016.

**Advisor:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Itayra Coelho de Souza Padilha.

## **ABSTRACT**

A qualitative and socio-historical research aimed at understanding the social representations of sex, body, gender and sexuality in the perspective of trans individuals of Brazil, Canada and Costa Rica through their life stories. Social Representations theory was used as theoretical framework. Data was collected among 84 trans people from Brazil, Canada and Costa Rica during 2014-2015. The semi-structured interview script was supplemented with free drawing technique. Data was organized in the ALCESTE software and then compared and analyzed according to Content Analysis. The results were presented in the form of four manuscripts. In the manuscript entitled Social representations of sex and gender among trans identified individuals: About techno-natural constructions and geographies of power, were identified two complementary representations related to sex, the first one called “Sex as a natural imposition, wax-sealed and acquired (inevitably) at birth” and the second one was denominated “Sex as an element that tags and differentiates people. With regards gender, a unique representation appeared mainly linked to social-synthetic elaborations associated with the cisnormative and cultural power. It is concluded that gender and sex are organizational and cognitive, natural and artificial constructions, mediated by the cispatriarcal (necro-bio)power. The following manuscript entitled Bodies in transit: Spaces, emotions and representations that (dis)construct realities, revealed a single representation with two elementary context units. The first one associated the body with an unfinished and transient object, while the second one relates the body with a personal institution but controlled by others’ desires. The article concludes that the body is a fickle, ephemeral, transformable and crossed institution marked by the imprints of a specific historical context. In the next manuscript, titled Trans(itable) sexualities: about pleasures, desires and heteronormativity, the results revealed one social representation linked to individual level. This representation is related to pleasure and desire elements; and a

second representation is linked to the collective level with elements associated with social control and heteronormativity. The interpretative repertoires of these social representation leads to the conclusion that the participants build their stories of sexuality in an oppressive context. Finally, in the manuscript entitled Trans necropolitics: Dialogues about power devices, death and invisibility in contemporary times, trans necropolitics is revealed as an uninterrupted technology of structural and institutional violence against the device of transsexuality, which considers death not only as a biological phenomenon, but moral, social and political. Through this research it is possible to affirm the thesis that social representations of sex, body, gender and sexuality among trans people are complex sociocultural and biological technologies, mediated by the historical and still prevalent heterocispatriarcal policy, which does not distinguish between physical contexts and that this policy uses strategies of necro-biopower in order to control and to achieve the expansion of its own restrictive ideology.

**Descriptors:** Transsexuality. Social representations. Sex. Gender. Body. Sexuality.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso. **Historias de vida y representaciones sociales del sexo, cuerpo, género y sexualidad entre personas transexuales de Brasil, Canadá y Costa Rica.** 2016. 351p. Tesis (Doctorado en Enfermería) – Programa de Post-Grado en Enfermería. Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. **Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Itayra Coelho de Souza Padilha.

## RESUMEN

Investigación cualitativa y sociohistórica que objetivó comprender las representaciones sociales del sexo, cuerpo, género y sexualidad en la perspectiva de sujetos trans de Brasil, Canadá y Costa Rica a través de sus historias de vida. Se utilizó la Teoría de las Representaciones Sociales como Referencial Teórico y las historias de vida completa, como técnica procesual para recolectar las informaciones, durante los años 2014-2015. El guion de entrevista semiestructurado fue complementado con la técnica de diseño libre. El universo de participantes seleccionado se constituyó de 84 personas trans de Brasil, Canadá y Costa Rica. Los datos fueron organizados en el software ALCESTE y posteriormente comparados y analizados según Análisis de Contenido. Los resultados fueron presentados en la forma de 4 manuscritos. En el manuscrito titulado **Representaciones sociales del sexo y género en las personas tras: Sobre construcciones tecnonaturales y geografías de poder**, se identificaron dos representaciones complementares relacionados al sexo: “Sexo como imposición categórica natural, lacrada y adquirida (irremediablemente) al nacer” y “El sexo como elemento que rotula, condena y diferencia las personas”. Con relación al género, se observó una única representación vinculada a elaboraciones sintético-sociales asociadas al poder cisnormativo y cultural. Se concluye que el género y el sexo son construcciones organizativas y cognitivas, naturales y artificiales, mediada por el (necro-bio)poder históricamente cispatriarcal y, que la antigua división absoluta que realizábamos del género como construcción social y del sexo como dato natural, debe ser problematizada, para comenzar a analizar ambos conceptos como un díade interconectada. El manuscrito **Cuerpos en tránsito: Espacios, emociones y representaciones que (des)construyen realidades**, reveló una única representación con dos unidades de contexto elemental claras. La primera de ellas asocia al cuerpo como un objeto inconcluso y transitorio, en cuanto la segunda relaciona al cuerpo con una institución propia pero controlada por otros.

Concluyese que el cuerpo trans es una institución voluble, efímera, transformable y atravesada por las improntas de un contexto histórico específico. En el siguiente manuscrito denominado **Sexualidades trans(itables): Sobre placeres, deseos y heteronormatividad**, los resultados revelaron una representación ligada al plano individual con elementos vinculantes al placer y al deseo; y una segunda representación ligada al ámbito colectivo con elementos asociados al control social y a la heteronormatividad. Los repertorios interpretativos permitieron concluir que las/los participantes construyen sus relatos de sexualidad en un contexto opresivo. Finalmente, en el manuscrito **Necropolítica trans: Diálogos sobre dispositivos de poder, muerte e invisibilización en la contemporaneidad**, se revela la necropolítica como una práctica tecnológica ininterrumpida de violencia estructural e institucional contra el dispositivo de la transexualidad, que considera la muerte no como un fenómeno meramente biológico, pero moral, social y político. Para concluir, esta investigación permite afirmar la tesis de que las representaciones sociales del sexo, cuerpo, género y sexualidad entre las personas trans, son tecnologías socioculturales y biológicas complejas, mediadas por la histórica y aún prevalente política heterocispatriarcal, que no distingue entre contextos físico-territoriales y que ésta política utiliza estrategias de necro-biopoder, subjetivación y control para alcanzar la expansión de su propia ideología cisheteronormativa.

**Descriptor:** Transexualidad. Representaciones Sociales. Sexo. Género. Cuerpo. Sexualidad.



## LISTA DE FIGURA

### ITEM 2.2

- Figura 1** - Componentes estruturais do sexo biológico ..... 64  
**Figura 2** - Componentes estruturais do sexo social-coletivo..... 66

### ITEM 5.1

- Figura 1** - Sexo associado à palavra: Biologia. Florianópolis, 2016. .... 158  
**Figura 2** - Sexo associado às palavras: Pênis/vagina. Florianópolis, 2016. ... 160  
**Figura 3** - Sexo associado às palavras: algemas, condenação. Florianópolis, 2016. .... 161  
**Figura 4** - Gênero associado às palavras ‘Caxinhas’/Rótulos. Florianópolis, 2016. .... 165  
**Figura 5** - Gênero associado às palavras dominação/poder, regulação. Florianópolis, 2016. .... 169

### ITEM 5.2

- Figura 1** - Corpo associado às palavras transitoriedade-transformação, Florianópolis, 2016. .... 197  
**Figura 2** - Corpos incoerentes: sobre hormônios e cirurgias, Florianópolis, 2016. .... 200  
**Figura 3** - Sobre a maleabilidade dos corpos, Florianópolis, 2016. .... 204  
**Figura 4** - Corpos como espaços de resistência, Florianópolis, 2016. .... 207

### ITEM 5.3

- Figura 1** - Representação social da sexualidade vinculada a satisfação prazer e desejo. Florianópolis, 2016. .... 233  
**Figura 2** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016. .... 234  
**Figura 3** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016. .... 235  
**Figura 4** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016. .... 236  
**Figura 5** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016. .... 238  
**Figura 6** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016. .... 239



## LISTA DE QUADRO

### ITEM 5.3

<b>Quadro 1</b> - Apresentação dos significados que emergiram dos âmbitos pessoais e sociais dos participantes. Florianópolis, 2016.....	231
--	-----



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
1.1	SOBRE OS MEUS SENTIMENTOS E PENSAMENTOS INICIAIS.....	25
1.2	SOBRE AS ASPIRAÇÕES E METAS .....	33
1.3	SOBRE A TESE .....	34
<b>2</b>	<b>REVISITANDO (AUTO) CONCEITOS: REVISÃO DO ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>39</b>
2.1	A REALIDADE TRANSEXUAL DESDE A PERSPECTIVA HISTÓRICA E CISHETERONORMATIVA .....	39
2.2	TRANS-FORMAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE OS PRINCIPAIS CONCEITOS DA TRANSEXUALIDADE .....	59
2.3	TRANSEXUALIDADES: OS ROSTOS DO ESTIGMA E DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	77
2.4	DESPATOLOGIZANDO LA SEMÁNTICA DISCURSIVA DE LA TRANSEXUALIDAD.....	95
<b>3</b>	<b>AO ENCONTRO DO DIMENSIONAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>107</b>
3.1	ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	107
<b>4</b>	<b>ABRINDO CAMINHOS: SOBRE OS DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>126</b>
4.1	DO TEXTO AO CONTEXTO.....	129
4.2	DO OBJETO AOS SUJEITOS: DESVELANDO OS PROTAGONISTAS .....	132
4.3	SOBRE A COLETA DAS INFORMAÇÕES.....	135
4.4	DESVELANDO O SUBTERRÂNEO DAS SUBJETIVIDADES: SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS .....	138
4.5	SOBRE AS CONSIDERAÇÕES ÉTICAS NESTA PESQUISA .	142
<b>5</b>	<b>APRESENTANDO OS RESULTADOS: SOBRE ANÁLISES, REFLEXÕES E OUTROS (MÚLTIPLOS) QUESTIONAMENTOS .....</b>	<b>147</b>
5.1	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SEXO E GÊNERO NAS PESSOAS TRANS: SOBRE CONSTRUÇÕES TECNO-NATURAIS E GEOGRAFIAS DE PODER.....	150

5.2	CORPOS EM TRÂNSITO: ESPAÇOS, EMOÇÕES E REPRESENTAÇÕES QUE (DES) CONSTROEM REALIDADES .....	188
5.3	SEXUALIDADES TRANS (ITÁVEIS): SOBRE PRAZERES, DESEJOS E HETERONORMATIVIDADES .....	224
5.4	NECROPOLÍTICA TRANS: DIÁLOGOS SOBRE DISPOSITIVOS DE PODER, MORTE E INVISIBILIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE.....	254
5.5	INTRANSIGENT LEGISLATION: PUBLIC POLICY ANALYSIS ON THE REALITY OF TRANS LIVES .....	274
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES: SOBRE OS MEUS SENTIMENTOS E PENSAMENTOS FINAIS .....</b>	<b>297</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>309</b>
	<b>APENDICE .....</b>	<b>335</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (VERSÃO EM PORTUGUÊS).....</b>	<b>337</b>
	<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (VERSÃO PORTUGUÊS).....</b>	<b>341</b>
	<b>APÊNDICE C - CARTA DE CESSÃO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>345</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>347</b>
	<b>ANEXO 1 - DECLARAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>349</b>

Llegó el momento de no aceptar sin reflexión, cuestionamiento o pensamiento, las costumbres punitivas y coercitivas que han sido históricamente heredadas. We must recognize that sex, gender, body and sexuality presumptions are only a societal construct used to reinforce the hegemonic narrative of the cisheternormativity. Paremos de dizer “Isso é natural, isso é normal”, para iniciarmos uma mudança substancial em nossa realidade.

JAIME CARAVACA-MORERA (2016)





# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 SOBRE OS MEUS SENTIMENTOS E PENSAMENTOS INICIAIS

Este projeto de tese nasce do meu interesse profundo em trabalhar com populações que vivenciam processos de vulnerabilidade e estigmatização social. De alguma maneira encontrava-se tecido de maneira embrionária na minha dissertação de mestrado em Enfermagem desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; durante os anos 2012-2013, momento no qual tive a oportunidade de trabalhar com outro grupo populacional algumas vezes temido e outras vezes excluído como são os moradores de rua, usuários de crack<sup>1</sup>.

Esse trabalho acadêmico despertou, naquele momento, um interesse inesperado que me estimulou a iniciar no ano seguinte este projeto doutoral sobre Gênero, Identidades, Subversões e Vivências Sexuais nas (atuais) sociedades controladas por (necro)políticas<sup>2</sup> patriarcais.

Estando vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (PEN/UFSC), começaram-se a revelar muitas inquietações que tem evoluído categoricamente até a concretização dos objetivos estipulados nesta tese doutoral. Sendo assim, e recebendo o total apoio da minha orientadora que desde o mestrado tem me estimulado com sua sabedoria transacadêmica e inteligência emocional, é que começo (ou finalizo?) a escrita desta aventura acadêmica.

---

<sup>1</sup> A dissertação intitulada Crack: Histórias de vida de moradores de rua, defendida no dia 31 de outubro de 2013, foi uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória de cunho sócio-histórico, desenvolvida na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; que objetivou compreender o modo de viver dos moradores de rua, usuários de crack, a partir das suas histórias de vida e dos fatores que os levaram a se envolver com essa droga.

<sup>2</sup> Esse termo define um conjunto novo de práticas transversais, imbrincadas nas inter-ações e dinâmicas sociais que ajuda a relativizar o conceito de biopolítica foucaultiana. A necropolítica no âmbito desta pesquisa estaria vinculado ao processo de administração da morte em um contexto neoliberal e capitalista. Nesse sentido o conceito questiona a fórmula foucaultiana de “deixar viver” e traz consigo o significado paradoxal de “fazer morrer” e invisibilizar.

Gostaria de me entreter nestas linhas de apresentação para tentar narrar e desenhar como vivência traz vivência e encontro traz (des)encontro, tem remanescido no meu percurso acadêmico-profissional, um fio condutor e uma radical inquietação intelectual que faz com que meu coração continue palpitando ao longo destes anos e me ajude a enfrentar alguns caminhos paradoxais que o próprio rigor científico lança (-me) diariamente.

Há cinco anos orientei a construção da minha identidade acadêmica para temas sociais de exclusão e vulnerabilidade que escandalizavam meus silêncios e inquietavam minha tranquilidade, pois considerava que nos contrastes e contradições que se desenhavam no imaginário e realidade socioculturais, originavam-se muitas encruzilhadas radicais onde as feridas internas e externas tentavam se amalgamar com as inseguranças existenciais que estimulavam a (re)produção de estigmas.

Sempre fui uma pessoa que questionou a realidade social, pois na minha percepção (no meu universo-vida) o mundo era (e ainda é) um espaço onde as aparências enganam, onde o real e o irreal são mais do que uma questão de imaginação, vontade e perspectiva.

Esses sentimentos e percepções levaram-me a questionar sobre temáticas de gênero e desigualdade historicamente (re)conhecidas e o que mais me comovia era o fato de me perguntar por quê e como era socialmente possível que nos atribuam imperativamente intenções, padrões de conduta e comportamento, obrigações, expectativas e funções sociais pelo simples fato de nascermos (sexual, cromossômica e biologicamente) como homens e mulheres?

Me questionava, por que ainda se nega (e reprime) o reconhecimento ou a possibilidade de apresentar (ou performar) atitudes subversivas e diferentes à inteligibilidade esperada pela sociedade? Interrogava-me ainda, sobre o real significado de ser homem ou ser mulher, ser feminino e ser masculino, ser cis ou ser trans?

Além (e aquém) das nossas condutas, observo diariamente muitas diferenças entre homens e mulheres, porém também sou consciente das múltiplas semelhanças que são veladas e não emergem no contato cotidiano nem no discurso social com o que me (des)encontro diariamente. Por que isso acontece? Será que as diferenças devem permanecer ocultas, encobertas e dissimuladas?

É perceptível que as diferentes intenções atribuídas à conduta humana na cotidianidade são pré-julgadas, independente de serem realizadas por homens ou mulheres e isto ocorre também na observação

e descrição (com ou sem pretensões científicas) das características da personalidade, dos desejos e das atitudes.

Até aqui considero que a valoração moral de tais diferenças atribuídas responde (e tem respondido) sistematicamente às ideias preconcebidas sobre o que era, podia e devia ser um homem ou uma mulher, incluindo ínfima e minimamente uma margem de variações comportamentais. Essas margens dependeriam fundamentalmente (mas não exclusivamente) da posição socioeconômica que ocupariam os distintos atores e observadores sociais (respectiva e reciprocamente).

É assim que o sistema de gênero historicamente vem funcionando: constringendo com suas interdições todos os tecidos e estruturas sociais. Entretanto, uma maioria se satisfaz com essas apreensões, existia (e ainda existe) uma minoria significativa e crescente de pessoas que carregam (com dor) o rótulo de diferente (doente, diverso, subversivo, imoral, pecaminoso, abjeto ou até anormal) e que desde algum tempo tem revelado alguns sinais de diversidade por meio de diferentes lutas, rebeldias e desconformidades com os interditos dos sistemas de poder genéricos, sexuais e corporais (BECERRA, 2013; ROCHA; GROSSI, 2009).

Retorno novamente a questionar-me aqui, o que é isso de “ser homem” e “ser mulher” de verdade? Nascemos mulheres/homens, ou nos tornamos mulheres/homens? Dito de outra maneira, me desconcerta poderosamente o que (de fato social) tem sido prescrito (e atualmente é proscrito) para os homens e para as mulheres respectivamente, pois cada vez que penso nisso entro em dilemas ético-morais que provocam sensações, percepções e observações na minha relação com os outros, onde se contradizem as (absurdas e por vezes obsoletas) mandatos do gênero.

Existiu um fato que me instigou (e até mortificou) nas tenras etapas de desenvolvimento desta tese, e foi que a imensa maioria das pessoas com as que tratava diariamente me davam a impressão de ter clara sua atuação nos distintos cenários sociais e, pareciam não ter questionamentos, nem dúvidas relacionadas ao seu gênero ou corpo (embora apresentassem um outro gênero e corpo de dúvidas). Entendo, que o fato de seguir (sem nenhum questionamento) tais interdições relacionadas com o sexo, corpo, gênero e sexualidade, oferece claras vantagens de integração social e grupal, seja para ocultar (parcialmente) os desejos provocados pelo gesto de auto-encobrimento ou para não

lutar porque os alinhamentos ditados pela (cishetero<sup>3</sup>)normativa foram interiorizados e nunca foram questionados de maneira tácita.

Notadamente, o que mais me causou inquietação era reconhecer (empírica e teoricamente), que as interdições do sistema sexo-corpo-gênero-sexualidade que são impostas socialmente, têm sobrevivido e têm sido declaradas como produto do sepultamento (discursivo) e do fechamento (institucional) da nossa capacidade (e pluralidade) humana de sentir e consentir, de perceber e conceber a profunda e matizada realidade intersubjetiva dos nossos corações e das nossas almas.

Contudo, embora as interdições do sistema sexo/corpo/gênero/sexualidade tenham atravessado inteiramente os nossos esqueletos e o discurso social, tecendo homens e mulheres respetivamente nas relações sociocoletivas com os fios das prescrições e as agulhas das proibições; existem evidências suficientes que apontam o fato de que tais interdições (embora prevalentes), encontram-se longe de serem saudavelmente efetivas e/ou funcionais para a integração de não poucos homens, nem poucas mulheres (GÓMEZ-GIL et al., 2010; BALZA, 2011).

A insistência (constante e instigante) do discurso publicitário atual (elo exemplar da macroeconomia política e do micropoder

---

<sup>3</sup> Compreendo como cisheteronormatividade ao conjunto de normativas que defende que as pessoas se dividem de forma natural em dois gêneros distintos e excludentes a partir de suas genitálias. Desta forma, o movimento cis, alinha o sexo biológico, a identidade de gênero e os papéis de gênero em um único movimento horizontal e unilateral. Adicionalmente, sustenta que a heterossexualidade é a única identidade sexual do desejo\* normal, excluindo ou anulando outras possibilidades. Complementarmente, considero pertinente explicitar que nesta pesquisa compreendo a identidade de gênero como a convicção pessoal e subjetiva de pertencer ao gênero masculino, feminino, a ambos ou a nenhum. É imodificável desde tenras etapas do desenvolvimento e nem sempre coincide com o sexo. Nesta definição existem dois elementos subjacentes bastante importantes a serem ressaltados: sua provável consolidação entre os 18 e 30 meses de idade (sendo que existem pesquisas que postulam que isto acontece dentro do primeiro ano de vida e outras que apontam que a identidade de gênero está determinada por fatores pré-natais) e o fato de que em nenhuma pessoa a identidade de gênero se transforma com qualquer procedimento de conversão profissional. No geral, dependendo de uma ampla série de variantes socioculturais e de estímulos do contexto de vida, as crianças começam a declarar verbal e comportamentalmente, sua pertença ao mundo masculino ou feminino (ou a ambos) a partir dos 30 meses de idade, ou seja, aproximadamente aos dois anos e meio de idade.

libidinal) em nos vender persuasiva (e amplamente) as diferenças humanas sujeitadas ao dimorfismo sexual, seguindo as prescrições neopatriarcais da feminilidade e da masculinidade capitalizáveis e necropolíticas, dirige-nos aos riscos da saturação da conveniência e convencionalidade do gênero.

Atualmente vêm se considerando, algumas (muitas) maneiras de desempenhar papéis ou funções sociais cuja atenção nos revela (frequentes e ocultas) identidades plurais e heterogêneas, que os modelos de estrutura institucional definidos pelos (arcaicos) papéis de gênero socialmente prescritos, não tinham contemplado no passado (FERNANDES, 2009).

Voltando ao tema inicial, foi a partir das anteriormente apresentadas instigações (e dúvidas quase-existenciais), que procurei me disciplinar cientificamente a partir da ciência da Enfermagem, com a finalidade de compreender o processo pelo qual chega-se à ser homem e mulher (“verdadeiramente?”), com características sociais específicas, a partir da nossa natureza sexuada.

Porém, quanto mais avançava no meu trabalho de campo, na coleta de dados e nas análises dos resultados, afluíam novas interrogativas relacionadas com o por que existia tanto interesse institucional e cumplicidade social na sistemática ocultação discursiva dos sujeitos trans<sup>4</sup> e nas diferenças do ser e pensar entre seres humanos do mesmo sexo (por serem do mesmo sexo) e nas semelhanças do ser e pensar entre seres humanos de sexos diferentes (por serem de sexos diferentes).

Foi assim que cheguei à compreensão de que não era possível investigar a construção social da identidade transexual<sup>5</sup> e sua relação

---

<sup>4</sup> O termo “*trans*” nesta tese, faz referência às pessoas que se auto-identificam dentro do *spectrum* genérico como transhomens ou transmulheres. Além disso, o termo também pode incluir pessoas que se identificam dentro e fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino”. O uso deste conceito ao meu ver permite desvelar maior fluidez semântica de modo que elimina classificações excludentes. Utilizando este termo “guarda-chuva”, elimino a suposta hierarquia genérica imposta entre transexuais, transgêneros e travestis, pois o termo certo a ser utilizado entre pessoas que não se encaixam dentro do binarismo sexo-genérico, é o que essa pessoa escolhe para se identificar.

<sup>5</sup> Em termos desta tese compreendo a transexualidade como uma condição ou experiência humana (não uma patologia) caracterizada pela discordância entre sexo e a identidade de gênero (não coincidem os aspectos somáticos ou corporais com a percepção íntima de ser homem ou ser mulher). Assim, a

com a discriminação (trans)genérica separadamente da construção da identidade masculina e sua relação com a dominação do gênero masculino.

Dessa forma recorri aos textos de Emile Durkheim, pai das representações coletivas, e às origens disciplinares da sociologia, procurando criar um marco teórico apropriado para meu objeto (e sujeito) de estudo, interessado, principalmente, em conhecer as razões sociológicas que afirmaram (e continuam afirmando) a assimetria nas mudanças ocorridas nas relações sexo-genéricas, a partir dos anos de 1950.

Interpreto assim, que a natureza de alguns fatos sociais só é factível porque sua coerção é (era) reconhecida por todos os membros da sociedade e conseqüentemente não se pode (podia) trocar aleatoriamente ou arbitrariamente a generalidade dessa imposição social (meramente circunstancial). Sendo assim, parece ser que as naturezas de um fato social, assim como a natureza da sociedade, são superiores à vontade de cada um de nós como indivíduos.

Dito de outro modo, a assimetria das relações de gênero pode ser reconhecida como fato social sem que isso implique que sejam impostas a todos os agentes sociais, ou seja, não totalmente, mas sim geracionalmente. Minhas inquietações por compreender um fato social que me complicava e co-implicava vitalmente encontraram-se com os primeiros trilhos de um caminho percorrido pelas lógicas paradoxais do social e do individual.

Nesse mesmo âmbito e falando sobre lógicas paradoxais, alguns autores têm descrito com atinada e coerente interpretação as questões que Durkheim advertia, de que procurar o paradoxo é próprio de um sofista, evitá-lo, quando imposto pelos fatos sociais é próprio de um espírito sem valor ou sem fé na ciência (LEVINE, 2009; LOURO, 2007; BUTLER, 2014).

Considero aqui que as regras do método sociológico “durkheimiano” converteram-se em um dos estandartes desta tese, que tentou desvelar e questionar tudo aquilo que tem sido oculto com

---

pessoa trans não escolhe sua discordância sexo-genérica (como ninguém escolhe sua identidade de gênero). Ele/ela tem pleno direito ao reconhecimento de sua identidade e a expressão social de dita condição. Na condição trans, uma pessoa com corpo biológico de homem tem a percepção íntima, válida e subjetiva de ser mulher, ou uma pessoa com corpo de mulher reconhece-se internamente como homem.

relação as relações pouco homogêneas e hetero-sexistas que excluem a diversidade trans.

Nesta (i)lógica paradoxal, compreendo que, o indivíduo desempenha um papel desde sua gênese; porém para que um fato social seja concretizado é necessário que pelo menos vários outros indivíduos tenham unido sua força e ação, e que a partir desta combinação tenha surgido uma nova realidade.

Portanto, como esta síntese acontece fora de cada um de nós (pois nasce da pluralidade das consciências impostas) tem por efeito, (compulsoriamente) fixar e instituir fora de nós, alguns modos de agir e alguns juízos que não dependem da vontade autônoma (GOZZO, 2000; GÓMEZ-GIL, 2011).

Por outro lado, diante dessa fundamentação teórica inicial, começaram a ser tecidos mais interrogantes que questionavam até que ponto um dispositivo institucional de bio/necropoder-saber, pode refratar e legitimar as relações assimétricas de gênero ao tempo que compromete sua legitimidade no princípio patriarcal de segregação sexista, corporal, genérico e sexual na sociedade humana?

Avançados (in)consideravelmente em matéria de gênero, o tema da assimetria das relações sexuais, cujos conteúdos assimétricos têm se transformado, segue sendo um fato majoritariamente adorado, aceito e legitimado com fé ou convicção, como pressuposto fundamental ou requisito funcional, postulando sua existência como condição de transformação e continuidade da sociedade humana, seja essa em virtude teológica, biológica, psicológica, antropológica ou sociológica (COSTA; COELHO, 2013).

Assinalo também que o fato social das assimetrias das relações sexuais e de gênero (e principalmente das identidades trans-dissidentes) foi originalmente legitimado pelo discurso religioso. Posteriormente tomou o relevo o próprio discurso científico (biologicista) das ciências médicas, e finalmente se amalgamou às ciências jurídicas em uma carreira pela confluência ditatorial das (i)lógicas corporais (FONTANELLA; GOMES, 2012).

Desta forma, chego por intermédio destes pensamentos na compreensão de que os cenários que nos imiscuem desde a Enfermagem ao cuidado, já não só se encontram estritamente vinculados ao campo hospitalar, os postos de saúde ou à prevenção de doenças agudas ou crônicas. Pelo contrário, devem ser analisadas e valorizadas as (não tão novas) populações que se isolam e/ou justificam com o selo da ininteligibilidade.

Faço referência à essa “alteridade trans<sup>6</sup>” que tem sido invisibilizada e que se encontra na volta de casa ou na avenida mais próxima. Neste mesmo âmbito, considero pertinente reconhecer que as cidades nos oferecem um leque de possibilidades de pessoas e populações com as quais podemos trabalhar, cuidar ou pesquisar. Falo aqui desta cidade (ou daquela outra) que se abre diante de todos nós, de uma forma dinâmica e que reflete processos e inter-relações entre seus habitantes e dos habitantes com seu espaço.

Como mencionei anteriormente, decidi aceitar o convite de observar as práticas dos “praticantes ordinários da cidade”, dos transeuntes cujo corpo obedece aos traços grossos e finos da caligrafia de um texto urbano que se escreve de forma ininteligível. Falo aqui de praticantes trans que manejam espaços que não são visíveis, que caminham por rotas desiguais e que respondem ao entrecruzamento inconsciente onde cada corpo é um elemento firmado por muitos outros que escapam da possibilidade de serem lidos com facilidade.

Intrigava-me neste cenário (nem tão) performativo, conhecer e compreender as redes destas escrituras que avançam e cruzam-se, que compõem uma história de vida singular e diversa, sem autor nem espectador, formada por fragmentos de trajetórias e alterações de espaços.

Complementarmente, por intermédio desta trajetória acadêmica fui capaz de (re)conhecer que em cada cidade, praça ou rua, encontra-se um cenário que apresenta uma obra variada que evidencia as polissêmicas (des)apropriações, ressignificações, representações e segregações que são sofridas pelo efeito necro-biopolítico da heterocisnormatividade instaurada.

Isto me levou à compreensão de que existem diversos fatores que complexificam os aspectos de análise destas populações ininteligíveis, pois a segregação não é somente étnica, econômica ou social. Nos contextos urbanos pesquisados, encontrei aspectos relacionados ao sexo, corpo, gênero e sexualidade que irrompem nossos silêncios e que impõem normas de comportamentos e performances que configuram nossas emoções, desejos e relações.

Conexo a esses últimos pensamentos, é possível chegar à compreensão de que a cisgeneridade e a heterossexualidade, mais do

---

<sup>6</sup> Quando menciono a palavra trans no âmbito desta tese, faço referência a pessoas que se auto-identificam como transexuais e transgêneros. Excluindo desta conceitualização as travestis e as pessoas não binárias (*gender fluid*).



que características linguísticas discursivas, descritivas e prescritivas, são regimes necropolíticos, logo, produtos sociais capazes de decretar silêncios, morte e destruição (simbólica e física) entre alguns. Dito de outro modo, as convenções do sexo, corpo, gênero e sexualidade vinculadas com o político, social e econômico não são etéreas.

O viés que aqui demonstro permite visibilizar que as normas, regras, pautas e modelos se fazem carne em corpos específicos que se enfrentam diariamente com estas estruturas e negociam com as esferas da vida como um todo. Entretanto, do mesmo modo que as regras, estes corpos não flutuam no ar, pois transitam cotidianamente por espaços diversos aos que conhecemos com o nome de cidades e que foram descritos (e talvez explicados) nos artigos que você encontrará nos resultados desta tese.

Desta forma, fundamentando-me nos conceitos anteriores e após ter realizado estas breves (e talvez sucintas) considerações, espero ter sido capaz de seduzi-lo/a<sup>7</sup> para conhecer os resultados desta aventura acadêmica que trabalhou com um objeto/sujeito de estudo talvez pouco explorado pela academia da enfermagem: as pessoas trans.

## 1.2 SOBRE AS ASPIRAÇÕES E METAS

Os objetivos enunciados em continuação foram os que me propus realizar nesta pesquisa doutoral com a finalidade de responder compreensiva e circunstancialmente a seguinte questão de pesquisa: **Quais são as representações sociais atribuídas ao sexo, corpo, gênero e sexualidade nas pessoas transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica?**

Esta pesquisa oferece uma reconstrução dos relatos da vida cotidiana de pessoas trans, nos seus caminhos percorridos (e corridos), nos seus pensamentos (e sonhos), nos seus encontros (e desencontros), nas suas expectativas (e decepções). Esta foi desenvolvida em três diferentes contextos geográficos e culturais (e em três idiomas

---

<sup>7</sup> Utilizo a/o com muito pesar, pois são termos binários que invisibilizam outras identificações sexo-genéricas. Contudo, linguisticamente o português ainda não conta com outras possibilidades que permitam designar a alguém sem fazer alusão a um binarismo sexual e genérico. Embora, atualmente esteja-se popularizando no espanhol e no português a forma escrita do “x” ou do “e” (por exemplo: namorade, professorxs, etc.) que transpassam esse binarismo, as regras gramaticais que me disciplinam neste momento, me obrigam a utilizar a forma de a/o - as/os.

diferentes) o que favoreceu a construção de uma unidade de pensamento multi e transcultural com relação ao fenômeno estudado.

Enunciar os objetivos neste momento, me permite anunciar e contextualizar de forma sistêmica e esquemática a relevância teórica desta tese, cujo texto final é só uma etapa a mais neste caminhar epistemológico:

### **Objetivo Geral:**

Compreender as representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade na perspectiva de pessoas trans do Brasil, Canadá e Costa Rica; através das suas histórias de vida.

### **Objetivos Específicos:**

1. Analisar as representações sociais do sexo e gênero atribuídos pelas pessoas trans brasileiras, canadenses e costarriquenhas, através das suas histórias de vida;
2. Analisar as representações sociais do corpo de pessoas trans brasileiras, canadenses e costarriquenhas, através das suas histórias de vida;
3. Analisar as representações sociais da sexualidade atribuídas pelas pessoas trans brasileiras, canadenses e costarriquenhas, através das suas histórias de vida;
4. Analisar a relação entre as políticas sociais cisnormativas e a invisibilização e morte (física e simbólica) das pessoas trans, por meio de suas histórias de vida;
5. Analisar o marco político e jurídico que aborda a atenção e proteção dos direitos trans nas categorias de acesso ao sistema de saúde e reconhecimento da cidadania no Brasil, Canadá e Costa Rica.

## 1.3 SOBRE A TESE

As representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre as pessoas trans, são tecnologias<sup>8</sup> socioculturais e biológicas complexas, mediadas pela histórica e ainda prevalente política<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Conjuntos de conhecimentos, saberes e símbolos aplicados em uma realidade cultural específica.

<sup>9</sup> Quando falo em política faço isto em um sentido duplo. O primeiro vinculado à Área de Conhecimento Legal (Direito) e o segundo, vinculado às normas de controle e vigilância social que ditam ou decretam quais comportamentos,

heterocispatriarcal, que não faz distinção do contexto físico-territorial (seja esse latino-americano ou anglo-saxão). Essa política hegemônica utiliza estratégias de necro-biopoder, subjetivação e controle para alcançar a expansão da sua própria ideologia cisheteropunitiva, para dominar os imaginários culturais e validar como legítima sua própria concepção do mundo, diante de um processo minimizador, desintegrador e excludente.

---

atitudes, pensamentos, sentimentos, genitálias, estruturas, fisionomias, desejos e prazeres são permitidas e quais não, por intermédio do uso de ferramentas de subjugação de necro-tanapoder contra as populações ininteligíveis.



Em 1984, uma revista exibiu a manchete: “A mulher mais linda do Brasil é homem”. Assim, pela primeira vez na história, a sociedade brasileira começou a se deparar com as pluralidades de gênero em escala midiática. Roberta Close trouxe para a cena nacional o olhar incrédulo de pessoas que examinavam e buscavam naquele corpo exuberante sinais de masculinidade.

BENTO (2008)



## 2 REVISITANDO (AUTO) CONCEITOS: REVISÃO DO ESTADO DA ARTE

Os capítulos desta revisão literária foram elaborados com a finalidade de criar um espaço de diálogo, discussão e reflexão teórico-analítica sobre os diferentes conceitos de sexo, corpo, gênero, sexualidade e transexualidade, que transitam no mundo acadêmico.

Conexo à essas ideias, para compreender as relações entre as pessoas trans (consigo mesmos e com os/as outros/outras), optei por dialogar (intertextual e simbolicamente) com alguns sociólogos, filósofos *queer*, antropólogos e sexólogos de renomeada trajetória científica.

Desta forma, me permito mencionar que foram incluídos nesta revisão, clássicos literários em formato de livros, artigos científicos e reflexões que contemplavam a temática em questão, em aspectos teóricos, filosóficos, políticos e/ou práticos.

Adicionalmente, considero pertinente informar que os subcapítulos desta revisão de literatura foram apresentados como tal durante o processo de qualificação desta tese. Após o mesmo, foram submetidos para publicação em periódicos científicos vinculados à Área da Saúde, Educação, Sociologia Política e Enfermagem.

### 2.1 A REALIDADE TRANSEXUAL DESDE A PERSPECTIVA HISTÓRICA E CISHETERONORMATIVA<sup>10</sup>

#### RESUMO

A presente revisão narrativa estabeleceu como objetivo analisar alguns aspectos histórico-conceituais da transexualidade a partir da perspectiva cisheteronormativa. Para tanto foi realizada uma articulação lógica de olhares, elementos e conceitos defendidos por diferentes autores nacionais e internacionais, que retrata o estado da arte com a finalidade de estimular o processo reflexivo. Foram analisadas duas categorias que demonstram os complexos desafios que a população trans enfrenta diariamente, pelo questionamento do dicotômico e binário sistema gênero/sexo nas suas polissêmicas e subjetivas realidades. Conclui-se que as identidades sexuais e genéricas são tecidas em um marco de limites nítidos e expectativas socioculturais.

---

<sup>10</sup>Artigo publicado: CARAVACA-MORERA, JA, PADILHA, MI. The transsexual reality from the historical and cisheteronormative perspective. **Hist enferm Rev eletrônica** [Internet], v. 4, n. 1, p. 310-318, 2015.

**Descritores:** Transexualidade. Gênero. Sexo. Papel de Gênero. Sexualidade.

## INTRODUÇÃO

Atualmente todas as práticas sexistas podem ser percebidas como um conjunto de derivações de uma (hetero/cis) normatividade de gênero que está estruturada através da binarização e dicotomização dos sexos e dos gêneros e que traz como consequência (irrefutável) o estigma e a discriminação das diferenças genérico-sexuais.

O foco principal da série de condutas hetero/cis-punitivas subjazem da normatividade heterossexista, que através da essencialização dos sexos e dos gêneros impõe uma “normalidade” em virtude da qual a virilidade é hegemônica quando comparada com outras expressões genérico-sexuais como a feminilidade, a homossexualidade, a lesbienneidade, a bissexualidade<sup>11</sup>, a pansexualidade<sup>12</sup> e a transexualidade<sup>13</sup>. Assim, é evidente que a figura do homem (hetero/cis) “normal” é uma construção social que somente tem sentido em conexão com o convívio com outros seres considerados como inferiores ou sub-humanos.

As múltiplas diversidades sexuais e genéricas têm sido consideradas desde essa visão heterocisnormativa dominante como manifestações equívocas, abjetas e têm sido negadas por mecanismos identitários binários, claustrofóbicos e simplistas.

Nesse contexto de imposição de identidades estereotipadas e reprimidas (porém socialmente úteis), as imagens culturais da masculinidade permitiram fazer uma ligação entre o sexo biológico com

---

<sup>11</sup> A bissexualidade no âmbito desta pesquisa é utilizada como uma expressão guarda-chuva para incluir as não-monossexualidades. O termo encontra-se vinculado à atração afetiva ou sexual por dois gêneros.

<sup>12</sup> Compreendemos como pansexualidade como a expressão caracterizada pela atração sexual e/ou amorosa entre pessoas, independentemente do sexo ou identidade de gênero.

<sup>13</sup> Entendemos a transexualidade como uma condição na qual uma pessoa com uma diferenciação sexual plástico-somática específica, considera que pertence ao gênero social oposto (por sinal artificial). Em outras palavras, como a pesquisadora Berenice Bento (2006) comenta, a transexualidade é uma dimensão identitária caracterizada pelo conflito potencial com as normas de gênero à medida que pessoas que a vivem, reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização de cirurgias ou da hormonioterapia.



o gênero e as práticas/papeis sóciossexuais<sup>1</sup>. Desta forma a sociedade compreendeu que o indivíduo dominante devia ser viril e praticar o coito ininterrompido com mulheres, ficando conseqüentemente estabelecido, que as mulheres deviam ser femininas, subordinadas e com poucos desejos sexuais (nesta visão as trabalhadoras sexuais seriam uma exceção)<sup>2-3</sup>.

Nesta rede simbólica onde o binômio sexo-gênero foi estruturado (imposta), o gênero ocupou (e continua ocupando) uma posição privilegiada em se tratando de poder e controle social.

É evidente que o sistema sexo-gênero é a matéria que forma uma linha grossa e impermeável que divide os humanos dos não humanos, os seres do não seres. Fazemos referência a uma linha que se erige como um muro (quase) inquebrantável que divide os corpos e as subjetividades em um sistema binário tão voraz e agressivo que outorga (ou priva) o status de humanidade às pessoas.

Neste cenário de imposições e paradoxos; considerando o debate acerca dos temas da transexualidade e cisnormatividade<sup>14</sup>, assim como a sua importância para o setor social e da saúde, o presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos conceituais da transexualidade a partir da perspectiva histórica, descolonial e ainda patriarcal-hetero/cisnormativa, destacando (algumas) implicações para a sociedade.

Consideramos de vital importância abordar esta temática desde a perspectiva histórica com o intuito de fortalecer a compreensão da evolução do pensamento a respeito da transexualidade. Por esta razão, essa discussão foi realizada, não sob a perspectiva patologizante/estigmatizante, senão com um olhar inclusivo que procurou afastar a ideia de que a verdade do sujeito se encontra relacionada à sua confirmação biológica e a visão binária e dicotômica dos gêneros, que ditam o comportamento dos sujeitos.

O manuscrito foi construído com o suporte de autores nacionais e internacionais com importante trajetória na área da antropologia, sexologia, sociologia e saúde coletiva, apresentando algumas considerações teórico-conceituais com vistas a contribuir para o debate no setor social e de saúde.

---

<sup>14</sup> A cisnormatividade é o movimento social que “promove” e obriga as pessoas aceitarem irremediavelmente o gênero de acordo com o sexo biológico que lhes foi outorgado ao nascer. Conseqüentemente, a cisnormatividade é o sistema cultural que instiga e visibiliza a cisgenereidade como identidade hegemônica, única e aceitável.

Assim, a presente revisão narrativa de literatura realiza uma articulação lógica de olhares, elementos e conceitos defendidos por diferentes pesquisadores, com o intuito de retratar o estado da arte com relação à temática transexual e sintetizar racionalmente as referências escolhidas para continuar o processo reflexivo e o debate dentro e fora das nossas fronteiras.

Sendo assim, destaca-se que o processo de seleção dos autores foi intencional e não exaustivo, e a análise reflexiva nasce produto da leitura crítica dos textos conduzido por ambos investigadores.

## **SOBRE O DISCURSO BINARIO DO SISTEMA SEXO-GÊNERO AO LONGO DA HISTÓRIA**

A análise da transexualidade não pode ser dissociada da compreensão das múltiplas esferas do exercício jurídico, (necro-bio)político, (hetero/cis)normativo, social, cultural, espiritual-religioso e simbólico, das quais emergiu a instituição da cis/heterossexualidade compulsória.

Tradicionalmente no discurso ideológico emanado da sociedade hetero-inquisidora tem se discutido que a diferença entre homens e mulheres, assim como a canalização/exteriorização dos dispositivos do desejo de ser uma outra pessoa (com características gênero-comportamentais opostas) são completamente irracionais, subversivas e antagônicas da condição humana <sup>3</sup>.

Desta forma, ao dizer que os binarismos de sexo e gênero são inerentes à condição humana, acaba-se confirmando a existência de um construto social dentro da sua concepção que pode distar do real fluxo natural.

Em outras palavras, tais interditos poderiam desvelar a existência de uma intervenção hegemônica do discurso do homem sobre o fluxo transcendental da natureza. Tais considerações nos convidam a refletir que a associação mecânica que costumeiramente é estabelecida entre corpo, sexo, gênero e sexualidade só pode ser interpretada como o resultado de uma produção historicamente normativa e cronologicamente bem identificável <sup>5</sup>.

Observa-se aqui, a necessidade de compreender o sexo não como um mecanismo estático, senão como um processo que qualifica um corpo para se tornar viável para a vida social. Dita afirmação conversa com o discurso social que utiliza essa conformação anatômica para

colocar como naturais às diferenças físicas e construir expectativas em torno delas.

Com base nisso, são erguidos os modelos hegemônicos intangíveis de gênero dicotômicos, que definem por sua vez uma série de condutas e comportamentos para homens e mulheres.

O nascimento do homem racional produto da modernidade, fez com que surgisse um novo ser capaz de emitir juízos de valor de ordem política, moral, social, científica, cultural e estética. Conduzindo posteriormente na implantação de uma coleção de classificações e categorizações que iriam se articular no processo de binarização e dicotomização das coisas: bem/mal, belo/feio, homem/mulher, estado/sociedade, razão/paixão <sup>6</sup>.

Ao lado disso, foram erigidos alguns elementos disciplinares de silenciamento operados através do discurso moderno sobre a sexualidade; reforçados pelos resultados da investigação anatômica que causaram furor na Europa renascentista de onde se conjugaram as interpretações binarizantes e dicotômicas das figuras dos sexos biológicos homem/mulher, e cujo âmbito de demarcação será a manifestação orgânica do sistema reprodutor: um pênis (externo) e uma vagina (interna) <sup>7</sup>.

O binarismo do sexo e do gênero surgiu então como consequência da emanação de um marco descritivo, compreensivo e interpretativo da realidade social, que as variadas expressões das ciências sociais e jurídicas, assim como da medicina por meio da psiquiatria e da sexologia, acabaram teorizando e legitimando ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Os pensamentos do Iluminismo e das posteriores revoluções liberais foram as que estabeleceram a regulação política, jurídica e formal das identidades e papéis de gênero, baseados em uma clara delimitação das fronteiras entre a esfera público-racional (homens) e da esfera privada-passional (mulheres) <sup>8</sup>.

Até o século XVIII, a visão científica acerca da sexualidade era concebida através de um modelo isomórfico onde a mulher era compreendida como um homem invertido e inferior –invertido biologicamente e inferior na perspectiva estética. A partir desta teoria, a comunidade científica consolidou o pensamento da existência de um único sexo dominante, sendo que somente a anatomia masculina seria capaz de realizar todas as potencialidades <sup>9</sup>.

A separação entre os espaços públicos e privados se constituiu simbolicamente na divisão e segregação dos gêneros (não permitindo a

inserção de dúvidas com relação ao gênero que tinha sido socialmente assignado) e instaurou a ideia de que os homens e as mulheres falavam idiomas diferentes, fato que impossibilitava a compreensão e por tanto a gestão dos problemas com relevância atual.

O déficit analítico e crítico desses argumentos excludentes, estabeleceu de forma quase imediata a hegemonia da figura masculina na sociedade, (re)produzindo uma outra cara da misoginia (e da discriminação contra as diferentes manifestações sexo-genéricas) nesse contexto político<sup>10</sup>.

É evidente, que mesmo com a exclusão do cenário político, a mulher foi adquirindo um papel importante na sociedade civil, e é levada em consideração para a tomada de certas (limitadas) decisões, por exemplo o direito ao voto, o reconhecimento do seu direito à herança e ao poder econômico.

A caracterização analógica no caso dos homossexuais e transexuais, é completamente contrária, caracterizada pela ausência de uma aceitação total e definição de papéis funcionais ou socialmente valorizados.

A homossexualidade e a transexualidade não só passaram a formar parte das aberrações e crimes contra *natura*, senão que também começaram a ser considerados como uma das incógnitas sociais que não tinham uma resposta concreta e por isso mereciam a rejeição e a patologização.

Segundo Foucault, todos os comportamentos sexuais que fogem da “lei natural”, começaram a ser estudados exaustivamente, pois estas manifestações sexuais e genéricas se apresentavam diante da sociedade como uma ameaça aos costumes morais e familiares.

Nesse cenário, os indivíduos passaram a ser classificados a partir de suas práticas sexuais e suas “performatividades” genéricas (embora que ainda na atualidade a pluralidade das manifestações sexuais e genéricas fica reduzida a uma dicotomia categórica imperativa)<sup>2</sup>.

O preconceito social que estigmatizou e categorizou as pessoas transexuais e homossexuais naquela época (e que ainda permanece) é um produto da ideologia evolucionista colonial e burguesa, onde se elaborou uma crença baseada em uma vivência sexual pseudonormal e civilizada, a partir do momento em que o sexo se converteu em estrutura sociopolítica relevante para época.

O instinto sexual ligado diretamente à palavra sexo, começou a ter uma finalidade única e todas aquelas relações e condutas que fugissem dessa finalidade eram consideradas perversas e antinaturais<sup>9</sup>.

Esse fato foi reforçado pela igreja e pelos políticos do século XIX (incluindo aqueles com ideologia liberal ou socialista) que posteriormente encarnariam a viva representação do homem masculino e viril, ideal que foi compartilhado e aceito pelos diferentes elementos que compunham o corpo estadual (fossem pessoas que pertenciam ao sistema democrático ou ao sistema totalitário) e com isso fortaleceram os tecidos imaginários da relevância da heterocisnormatividade na sociedade <sup>11</sup>.

A exceção da tolerância frívola que alguns artistas abertamente homossexuais vivenciaram, não aplicou para quase nenhuma pessoa que se autoidentificasse dentro do espectro trans (até porque foram poucas as figuras famosas que abertamente declararam sua “disconcordância” genérica).

Contudo deve-se mencionar que essa pseudo-tolerância (depreciativa) formava parte dos traços de rejeição que iam de encontro à consolidação dos processos de binarização e dicotomização dos sexos e dos gêneros.

A heterocissexualidade obrigatória nesse sistema sócio-político jogou um papel estelar, principalmente na materialização simbólica dos processos de binarização e dicotomização dos sexos e dos gêneros, através da implantação de um dispositivo constituído principalmente pela família e pela escola.

Essa implantação trouxe intrinsecamente o pensamento de que não existe uma essência da sexualidade. Pelo contrário, o que existem são construções conceituais que a linguagem e as estruturas simbólicas têm utilizado para denominar algumas práticas sexuais.

Com relação à família, sendo essa instituição considerada o núcleo da sociedade, foi convertida no objeto de regulação social onde se testariam os estatutos legais e as sexualidades (heterocis)normatizadas e controladas.

A escola pelo contrário seria o meio de socialização onde se testariam e externariam os valores de comportamento e atuação ético-morais aprendidos em casa, mas também funcionaria como um meio paradigmático de segregação dos sexos e dos gêneros <sup>9-10,12</sup>.

Complementarmente, a escola – considerada como a instituição de aprendizagem social secundária por excelência – jogou um papel preponderante relativo aos mecanismos de inteligibilidade da ordem simbólica que colaborou com a fixação das raízes da transfobia.

Essa instituição por meio do uso do uniforme escolar (pseudo-expressão dos valores universais de igualdade, mas não de equidade ou

de isonomia) pretendeu ocultar os problemas estruturais e os desníveis de bem-estar na sociedade; assim como objetivou neutralizar qualquer ambiguidade identitária que fugisse das categorias abertamente estabelecidas: menino e menina.

O uniforme imposto pelas classes dominantes representava uma forma de representação da dominação, cujo caráter unidimensional pretendeu exterminar qualquer vestígio de diversidade entre a população escolar<sup>13</sup>. Dessa maneira, o uniforme apagaria qualquer possibilidade de vestir contrária à heterocisgeneridade e ao binarismo de sexo e gênero imposto por ela. Esse processo de segregação dos gêneros levou simultaneamente à delimitação de uma série de papéis, identidades e sistemas normativos não limitando-se ao mundo escolar, pelo contrário estendido às outras esferas dimensionais da atuação humana dentre delas o mundo religioso.

O discurso sobre as identidades e os papéis de gênero partindo do processo de dicotomização aprendida nas escolas, fortaleceu o suposto ideológico e o construto social que caracterizava os meninos como seres mais enérgicos que as meninas.

Foi assim como se estimularam alguns estereótipos que definiam ao gênero como algo além das características sexuais-anatômicas (sexo), e contemplasse algumas condutas, destrezas e interesses culturalmente aprendidos e exercidos.

A dimensão na qual esse binarismo de gênero foi muito mais perceptível foi na organização dos jogos e atividades lúdicas coletivas. O jogo também adquiriu um lugar central nos mecanismos de interação, reforço e relação afetiva entre pais e filhos. Não somente porque treinava as crianças no processo de comunicação com o mundo dos adultos, mas contribuía no processo de consolidação das relações ditadas pela heterocisgeneridade obrigatória<sup>14</sup>.

A aparição do jogo seletivo (atividades exclusivas para mulheres ou para homens) desempenhou um papel relevante no processo de socialização secundária nas crianças, no que tange aos sistemas normativos estruturados no binarismo do sexo e do gênero.

O jogo entre pais e filhos merecia um lugar importante que promovia (e ainda promove) a interiorização de padrões condutais nas crianças: aquele jogo de brigas físicas entre o filho e o pai, onde o pai fingia ser derrotado pelo filho, estimula(va) no inconsciente da criança o sentimento de força e poder que estabeleceria os preâmbulos da sua futura masculinidade na idade adulta.

Por outro lado, a participação das meninas nas tarefas domésticas, preparava a criança ao “irremediável” desfecho do gênero feminino, sintetizado na figura abnegada de dona de casa, mãe e esposa <sup>15</sup>.

Alguns desses estímulos iniciais nos meninos despertaram a aparição do interesse pela vida coletiva fora de casa, fazendo dos princípios associativos, cooperativos e principalmente competitivos, elementos vitais dos vínculos sociais e gerando assim, dispositivos prematuros de compreensão e aprendizagem dos sistemas normativos socialmente impostos.

Nessa conjuntura no que se refere ao sentimento de não identificação com os paradigmas socialmente impostos, de algumas crianças consideradas transexuais, existia a possibilidade de criar uma incoerência entre o verbo efusivo e o seu acionar construtivo social <sup>14</sup>. Tudo isso deu lugar à criação de protótipos de masculinidade e feminilidade dicotômicos, antagônicos, mas complementares, onde os comportamentos sexuais também, tiveram um papel importante na sua definição.

Esses protótipos definiram a feminilidade como o contraponto da masculinidade, sendo que esta última representaria ser o bem socialmente mais valorado e a heterossexualidade seria a meta do desenvolvimento sexual, ou seja, a orientação sexual do desejo<sup>15</sup> privilegiada, tanto porque é a mais adequada para os fins reprodutivos quanto porque reforça(va) o discurso da complementaridade dos gêneros.

Avançando ainda mais, no que se refere ao lazer e as festas populares, pode-se identificar que essas atividades quando submetidas a alguns processos de secularização da identidade, colaboraram com a reprodução de dicotomias.

Assim, as atividades lúdicas organizadas como motivos de festividade, foram pensadas como exaltação da virilidade masculina, que limitava significativamente a figura da mulher e das outras manifestações sexuais não contempladas pela cultura falocrática.

Por outra parte, as mudanças materiais, sociais e econômicas, assim como o surgimento de uma política de justiça (mais ou menos) objetiva e redistributiva que terminou ampliando alguns canais de acesso aos bens coletivos, não conseguiu a mudança paradigmática que

---

<sup>15</sup> Para uma definição mais aprofundada deste conceito ver artigo: Sexualidades Trans(itáveis): Sobre prazeres, desejos e heteronormatividades.

demolisse as edificações simbólicas que binarizavam e dicotomizavam o gênero.

A evidência disto remanesce na chamada educação popular que por sua vez reproduziu os mecanismos de dualismo, que vertebrou a socialização do legado heterocisnormativo com o grupo de pares. Posteriormente apareceu a educação não formal como complemento do sistema de ensino e como instrumento de perpetuação das normativas (estigmas-preconceitos) e da democratização da cultura na sociedade baseada nos pressupostos da pedagogia popular.

Diante da realidade da estigmatização e da marginalização social dos coletivos considerados como “subalternos-abjetos” por parte da educação, surgiram simultaneamente no cenário social algumas demarcações que segregavam (mais do que integravam) esses indivíduos.

Nesse sentido, apareceram novos protagonistas que procuravam a higienização simbólica e homogeneização dos cidadãos, o fortalecimento de novos estereótipos que puniam a inadaptação aos papéis socialmente impostos e a ruptura das estruturas tradicionais/familiares <sup>1</sup>.

Assim, as poucas e ineficazes respostas diante dos problemas sociais de integração, ignoravam as questões simbólicas que permaneciam intrínsecas na origem das desigualdades e discriminações de gênero. No entanto, começaram a ser tecidos vínculos entre os diferentes sistemas institucionais (famílias, instituições de apoio espiritual –igrejas/congregações e os sistemas de ensino) e o sujeito-pessoa, que contribuíram na reprodução de representações e autorrepresentações do sexo e do gênero tradicionais.

A discriminação, o machismo, a violência baseada no gênero e a heterocis-normatividade falocrática, continuaram (e ainda continuam) vigentes entre a população, que exercia o controle “masculino” sobre as mulheres, estabelecendo relações de dominação com as suas namoradas, esposas ou irmãs, e de rejeição com os homossexuais ou transexuais. Assim, foram-se fortalecendo os ninhos de misoginia, homofobia e transfobia.

Observa-se que tanto o modelo de família tradicional, quanto os sistemas escolares, a educação não formal, as instituições de apoio espiritual não progressistas, a cultura do entretenimento-lazer, constituíram vetores de socialização que garantiram a reprodução dos processos de binarização e dicotomização de todos os aspectos da vida coletiva, trazendo consigo a exclusão das minorias sexuais.



Ao lado disso, surgiu um paradoxo dado que a mesma sociedade que implantou a democratização dos espaços de participação, integração e inserção social ficou responsável (indiretamente) pela formação de redes clandestinas de certos coletivos que foram expulsos do tecido social e os obrigou criar seus próprios mecanismos e espaços de socialização <sup>16</sup>.

Verifica-se, por tanto que esse articulado simbólico de excluídos, que tem sido descrito anteriormente foi se consolidando ao longo da história contemporânea e simultaneamente foi se consagrando na era da abundância e do consumo pós-colonial.

Nesta lógica, fica fácil declarar que os protagonistas das dissidências sexuais e genéricas ao logo da história, primeiro pecaram, posteriormente e de acordo com a implantação do poder da medicina, “adoeceram” e atualmente, são consumidores irremediáveis das diferenças impostas culturalmente.

O discurso da instituição da heterocisnormatividade obrigatória foi dessa forma assegurando sua inquebrantável inteligibilidade cultural através dos dispositivos tecnológicos como a rádio e a televisão. Desde seu nascimento esses aparelhos converteram-se em estruturas de socialização de informações que iriam contribuir com a identificação e reprodução dos modelos culturais patriarcais, institucionalmente estabelecidos.

## **A IDENTIDADE TRANS NO SISTEMA SEXO-GÊNERO CONTEMPORÂNEO**

Destaca-se que nos processos de binarização e dicotomização antigos repousa a origem dos discursos da transfobia e patologização contemporâneos. É importante destacar que os processos de diferenciação funcional e estrutural da normativa moderna, assim como as categorias de (neco-bio)poder e classe estiveram sempre vinculadas ao sistema binário sexo, gênero e papéis sociais; fatos que contribuíram indiretamente na validade dos trabalhos de patologização da transexualidade por parte da psiquiatria, sendo que eram considerados como comportamentos sexo-genéricos não normativos <sup>17</sup>.

Complementarmente, as culturas institucionalizaram certos papéis sociais, fazendo acreditar que algumas condutas eram inatas a um sexo, quando na realidade sabemos que elas são imposições que visam moldar as subjetividades através de um sistema de códigos mais ou menos complexo.

Nesse contexto, fica evidente que a psiquiatria junto com o direito foram as ciências que transformaram (tergiversaram) em anormalidades psíquicas e biológicas, condutas que na realidade eram somente atos que transcendiam os limites sociais, arbitrariamente impostos pelos sistemas institucionais e pelos agentes de socialização<sup>1</sup>.

Dessa forma, é possível observar como a normatização social precedeu e codificou os múltiplos saberes e fazeres científicos. Em algumas sociedades essa codificação impus também a forma como a pessoa devia atuar, sentir, pensar e vestir.

Nesse tipo de populações existia pouca mobilidade sócio-sexual já que os desvios entre o que a pessoa era e o que ela aparentava era pouco permitido. Embora, um certo grau de desvio entre a identidade e imagem era inevitável porque em toda parte as pessoas eram avaliadas diante os estereótipos que simplificavam a realidade.

O grau de desvio entre a imagem e a identidade era menor nas sociedades mais conservadoras pois as pessoas costumavam ser aquilo que suas sociedades esperavam que elas fossem: quanto menor fosse a complexidade social menores eram as possibilidades de desvio e desajustes com relação à norma. Porém, sabemos que o fato de acoplar-se ao cumprimento da norma não constrói a personalidade (no máximo a maquia e dissimula).

A identidade social pode ser compreendida como sendo a resposta ao questionamento que diz respeito ao sentimento de pertença e intimidade: é o modo como as pessoas se interpretam e definem, inicialmente diante delas e posteriormente diante da sociedade.

Nas sociedades onde as mudanças sociais ocorrem lentamente, a identidade não é um problema (até porque esse tipo de claustro não considera as outras nomenclaturas sexuais ou genéricas), já que as pessoas apenas contam com recursos mínimos para pensar-se de um modo distinto de como a sua sociedade os obriga a pensar-se.

Por outro lado, nas sociedades mais industrializadas, o desvio entre a imagem e a identidade é muito mais frequente, porque nelas a quantidade e a qualidade de interações sociais é muito mais complexa e promove de forma exponencial as novas formas de ser e estar<sup>15</sup>.

No atual estágio do capitalismo liberal, a relação entre a identidade e a imagem desaparece porque a imagem (devora a identidade) deixa de ser uma projeção exterior da primeira, de forma que a envoltura termina substituindo o conteúdo.

O problema principal nesta afirmação radica em que a sociedade prioriza imensamente a imagem até chegar a confundi-la com a

identidade. Esse império – onde o frívolo e superficial tem a supremacia – é tão potente que bloqueia significativamente o atuar dos valores na edificação das estruturas mais fortes da identidade<sup>13</sup>.

Na nossa sociedade atual existe uma analogia entre o modo em que as pessoas se pensam (autodefinem) e o modo em que muitas pessoas trans procuram a legitimação social. Em ambos casos existe uma renúncia aos valores que conformam a identidade, para buscar o aplauso externo (aceitação) construindo uma imagem adequada dentro dos parâmetros sociais esperados e aceitos<sup>1,8</sup>.

Ao despeito disso, a autora Judith Butler (2013), confirma a tese de que a nossa sociedade está doente; está doente porque abdica e nega a sua própria identidade, e a substitui pela imagem.

A identidade implica (por sobretudo) compromisso (diante de si), e uma vida cotidiana de acordo com aquilo que é acreditado. A identidade trans supõe viver de dentro para fora. Deve-se pensar a identidade e a imagem como processos e não como estruturas sociais; porém a primeira é muito mais constante e sólida porque a elaboração e consolidação demora bastante tempo, ao contrário da imagem que pode ser (camaleônica e onimodamente) mudada em questão de segundos.

Da mesma maneira, viver sem identidade e renunciar aos valores em função daquilo que é socialmente correto, é uma forma de traição pessoal e coletiva que gera além de tristeza e vazio, a permanência da sociedade na Unidade de Terapia Intensiva.

Outro aspecto a ser considerado além da imagem é o paradoxo principal vivenciado pelas pessoas que desejem realizar o processo de transição; já que para conseguir a congruência entre o gênero (acreditado) e o sexo (biologicamente outorgado), eles devem submeter-se a um diagnóstico e é evidente que qualquer diagnóstico desse tipo, patologiza à pessoa e sua condição, dado que tem como objetivo final a explícita e implícita (cis)normalização.

Dito de outra forma, qualquer pessoa que deseje ou solicite alguma coisa em nome da sua transexualidade deve adequar-se à uma série de normas que regularizem o seu diagnóstico e o próprio reconhecimento da sua pessoa. Esse pensamento instiga a seguinte reflexão: Devem os corpos e as psiques abrir-se simplesmente à invasão e inspeção estigmatizante de algumas pessoas?

Fazemos esse questionamento porque compreendemos que segundo o raciocínio binário e dicotômico da sociedade, ser uma pessoa trans, significa solicitar alguma coisa (hipoteticamente) a alguém:

solicita-se ser olhado, considerado e tratado como alguém que pertence a um gênero particular ou até inexistente.

Verifica-se, portanto que a situação pessoal, é sempre social e, portanto, depende-se do estabelecimento de vínculos e relações com alguns estranhos com autoridade para alcançar as condições mínimas necessárias para viver e viver bem<sup>18</sup>.

Ao considerar a expressão/situação pessoal a partir de um ponto de vista mais abrangente, integral e particular, ter ia-se a possibilidade de volatilizar o código do gênero como imposição cisnormativa, e ao fazer isso poder-se-ia dissipar a atual prescrição falocrática que compreende o gênero como as duas caras de uma moeda onde a humanidade inteira deve-se encaixar.

Nesse contexto, é preciso começar uma mudança paradigmática que esteja dirigida à autonomia de dimensões pessoais de frente à heterocisnorma atual. No lugar dos gêneros com demarcações duramente delimitadas que convidam (obrigam) à segregação, é necessário criar conjuntos difusos formados por afinidades pessoais e livres de razões imprecisas.

Nesse mundo utópico, poder-se-ia encontrar um grupo de mulheres esfumado, formado pelas pessoas que se identificam como mulheres; haverá um conjunto de homens esfumados com condições semelhantes e um conjunto extra de seres com sexo-gêneros esfumados. Existiriam assim, as pessoas autônomas e seus conjuntos esfumados.

Da mesma maneira, deve-se analisar como a implantação e implementação de um núcleo genérico estritamente binário, molda violentamente os nossos corpos e subjetividades e como esse mecanismo social se reproduz às vezes de formas paradoxais e outras de formas ambivalentes.

Nesse sentido, considera-se que a questão da patologização social das pessoas trans atinge diretamente não só esse claustro populacional, mas também ao resto da população.

Evidencia-se que o gênero é imposto de forma normalizada sobre nossos corpos e subjetividades, “normalizando” comportamentos, extirpando condutas, patologizando as dissidências que evadem essa escala dicotômica onde só existe o branco e o preto.

Sabemos que as pessoas trans implantam uma realidade que desafia as binárias e dicotômicas normas de gênero impostas e criadas socialmente, que estão implícitas no processo (não solicitado) de designação social. Esse “desafio” parece significar uma transgressão feita para provocar e relativizar as normas que pertencem ao domínio da

expectativa. Fato que demonstra que as (cis) normativas pertencem ao domínio da antecipação de um campo imaginário de regulação social<sup>8,13</sup>.

A expectativa trans de pertencer a um gênero, deve ser avaliado não como a antítese do biológico, jurídico ou religioso, senão como uma performance ou uma possibilidade de construção do individual sobre um fato meramente sociocultural. Nos discursos antigos (e atuais) fica evidente o afã da sociedade, de controlar até a mais mínima variação individual, invalidando assim outras realidades que possam aflorar já que não estão contempladas.

Falar de transexualidade é falar de sexos, gêneros, desejos e práticas sexuais. Conceitos que a diferença das anteriores concepções existentes no século XIX, têm se configurado como elementos centrais na construção da identidade individual.

A transexualidade não seria digna de chamar a atenção de estruturas sociais como a medicina e a legislação, se não fosse porque é originária do axioma que dita que somente existem dois sexos e dois gêneros definidos de forma tal que entre um e o outro nada é possível<sup>17</sup>. A despeito disso, Anne Fausto-Sterling considera que a sociedade está profundamente comprometida com a ideia de que existem somente dois sexos, inclusive na linguagem existe uma resistência inefável para aceitar outras possibilidades<sup>20</sup>.

Essa concepção binária e dicotômica é capaz de disfarçar os preceitos lógicos da ontologia humana, pois é claro que existem muitas escalas localizadas entre o extremo macho e o outro extremo fêmea, e dependendo de como sejam estabelecidas as regras, pode-se caminhar ao longo dessa gama onde o sexo e o gênero são um vasto contínuo e um infinito maleável.

Dessa forma, o estudo da sexualidade diante dessas articulações (cis) normativas converteu-se em uma (in)justificativa natural dos diferentes comportamentos e relações sociais entre os homens e mulheres. As diferenças sexuais biológicas converteram-se na explicação dos diferentes papéis sociais de mulheres e homens e na causa fundamental das nossas subjetividades diferenciadas.

Com relação a esse fato, Michel Foucault e Thomas Laqueur, argumentam que antigamente convivíamos mais livremente com a possibilidade da mistura sexual, porém a partir do século XVII, as teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo e as formas do controle administrativo nos Estados Modernos, conduziram paulatinamente à rejeição da ideia da mistura de dois sexos

em um único corpo e tem restrito por consequência a livre eleição dos sujeitos “esfumados e fluidos”<sup>2,23</sup>.

Essa naturalização dicotômica dos gêneros continua levando à que todas as pessoas que não se identificam com o gênero atribuído socialmente e que corresponde ao sexo (tecno)biológico, sejam vistas como doentes, anormais, abjetas, transgressoras ou transtornadas. Catalogando-as desta forma porque sua existência representa um desafio à rígida divisão de gêneros estabelecida na nossa sociedade, um desafio à ideia de que só pode-se ser homem ou mulher.

A necessidade de adequar as pessoas vistas como transtornadas à normalidade normativa implicou à construção de diferentes categorias patologizantes e excludentes. Mas como o próprio Foucault planteia, essas categorizações possuem uma função dupla pois ao tempo que exclui, possibilita a consolidação das categorias sexuais criadas para reforçar o controle social <sup>2</sup>.

Adicionalmente, a partir da análise da sexualidade humana, desde uma perspectiva sócio-antropológica é possível fundamentar que os diversos discursos alteram a estrutura simbólica e a prática dos diferentes atores sociais que memorizam, introjetam e desenvolvem diferentes modelos construídos cultural e historicamente. Nesse sentido compreendemos a sexualidade no sentido macro da sua conceptualização (esfera biológica e esfera social), que inclui não só as condutas sexuais, senão também os desejos, as emoções proibições, modelos e discursos <sup>15,20</sup>.

Complementarmente, com relação à esfera social dos comportamentos sexuais, pode-se afirmar que é essa a geradora da ideia de que o gênero tem como base a diferenciação entre os comportamentos do homem e da mulher, determinados pela cultura e a realidade social na qual o sujeito está inserido, que vai de acordo (e às vezes além) da anatomia dos seus corpos. Assim, antes mesmo de nascer, o corpo está inscrito em um contexto discursivo, em que múltiplos códigos são tecidos e aceitados e outros rejeitados <sup>21</sup>.

Dessa forma, quando se determina que uma pessoa pertence (biologicamente) ao sexo masculino ou feminino, de acordo com o paradigma binário estabelecido, gera-se um apelo performativo, em torno do qual se edificam presunções e expectativas, que irão produzir os desempenhos do gênero.

Nessa lógica, a implantação de uma heterocisgeneridade obrigatória e “natural”, exige e força aos corpos escolherem dentro de um sistema genérico limitado. Entendendo, pois, o gênero como um

construto discursivo, socialmente aprendido, ou seja, como uma estrutura codificada na qual o indivíduo é moldado dentro de uma criação biunívoca entre o corpo sexual e o corpo social que exclui a polissemia de múltiplas outras realidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade sexual e genérica do indivíduo é afetada pelo ambiente sociocultural onde ele se insere. Isto é, que o contexto social e cultural, enquanto mecanismo de controle de conduta e comportamento provê (impõe) algumas informações que preceituam o comportamento dos homens e mulheres.

Grande parte do comportamento humano é o resultado de um aprendizado social e culturalmente condicionado, onde a sociedade estabelece papéis e critérios (agrupadores) a serem desempenhados pelos sujeitos. Verifica-se, portanto, que no nosso contexto social, são prescritos modelos comportamentais dicotômicos, excludentes e competitivos para cada um dos sexos; isso dentro de uma lógica binária que alimenta os processos de oposição e hierarquização. Tradicionalmente tem existido uma supervalorização das características masculinas em detrimento daquelas femininas.

Embora existam algumas atenuações ao longo da história no que se refere aos papéis desempenhados pelos homens e pela mulher, ainda são impostos alguns padrões “naturalizados” de comportamento.

Dessa forma é possível observar ainda que os homens e as mulheres estão sujeitos ao discurso heteronormativo na medida em que devem agir de acordo as características próprias do seu sexo. Nessa conjuntura, o sistema sexo-gênero joga um papel linguístico estruturador do comportamento dos indivíduos que pode ensaiar discursos de discriminação e estigmatização. Quando afirmamos o direito da verdadeira livre expressão pessoal, chegamos ao não binarismo-dicotomização do sistema sexo-gênero, cujas formas e consequências são múltiplas.

Estariam relacionadas com as orientações flexíveis e com a adoção plena de identidades esfumadas, que podem ser localizadas nas periferias ou no centro das heterocisnormatividades. Nessa visão, não seria preciso definir binariamente a orientação ou identidade, porque justamente seriam definidas como pessoas com orientações e identidades indefinidas, volatilizando os processos de estigmatização e patologização.

No momento atual, é pertinente refletir sobre os aspectos éticos e morais envolvidos na realidade trans, assim como valorar se esses mecanismos facilitarão a realização dos processos de transição com dignidade e apoio social, ou se pelo contrário os heteronormativos e falocráticos modos de regular e patologizar as vidas das pessoas trans irão se fortalecer mais ainda.

Faz-se imprescindível problematizar e levar em consideração todos os danos psíquicos que todas as pessoas trans sofrem como resultado das atitudes e das instituições heterocisnormativas e transfóbicas, a partir das categorizações patologizantes que são feitas diariamente.

Não existe forma de dissociar a realidade trans com a violação e o atropelamento de certos princípios ético-morais. As lutas não estão dirigidas à heterocisnormalidade, senão ao encontro de um modo de viver e viver com qualidade. Pode-se mudar a linguagem e simultaneamente mudar o diagnóstico. Porém é necessário modificar esses sistemas com uma exigência ética que mude o próprio cenário social e o modo como as autoridades ditam as verdades dos desejos da população.

O caminho para chegar nessa cultura plenamente não-binária/dicotômica é longo, falta ainda o reconhecimento de certos direitos e a demolição de certas estruturas estigmatizantes, discriminatórias e patologizantes que estão edificadas em todos os estratos sociais.

## REFERÊNCIAS

1. Jenner CO. Transsexual primary care. *Journal of the American Academy of Nurse Practitioners*. 2010; 22(8): 403-408.
2. Foucault M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2011.
3. Missé M, Coll-Planas G. *El Género desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona: Athenea Digital, 2010.
4. Goffman E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1997.
5. Nieto JA. *Transexualidad, intersexualidad y dualidad de género*. Barcelona: Bellaterra, 2008.



6. Galli RA, Vieira EM Giami A, Santos MA. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2013; 29(4): 447-457
7. Decuyper G, Vercruyse JRH. Eligibility and Readiness Criteria for Sex Reassignment Surgery: Recommendations for Revision of the WPATH Standards of Care. *International Journal of Transgenderism*. 2009;11(3): 194-205.
8. Butler J. *Deshacer el género*. Barcelona. Paidós, 2014.
9. Ceccarelli PR, Franco S. Homossexualidade: verdades e mitos. *Revista Bagoas, Natal*. 2010; 5: 119-129.
10. Scorsolini-Comin F, Santos MA. A etérea duração do dia: gênero na poética encarnada de Adélia Prado. *Psicol. estud. Maringá*. 2013; 18(1): 3-13.
11. Butler J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
12. Rocha CTC, Grossi MP. Filosofia, gênero e ciência: entrevista com Eulalia Pérez Sedeño. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis*. 2009; 17(1): 191-205
13. Louro GL. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2007.
14. Marchi RC. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cad. Pagu, Campinas*, 2011; 37: 387-406.
15. Bento B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
16. Levine SB. Real-Life Test Experience: Recommendations for Revisions to the Standards of Care of the World Professional Association for Transgender Health. *International Journal of Transgenderism*. 2009; 11(3): 186-193.
17. Bergero MT, Asiain VS, Gorneman SI, Giraldo AF, Lara MJ, Esteva AI et al . Una reflexión sobre el concepto de género alrededor de la transexualidad. *Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.* 2008; 28(1): 211-226.
18. Arán M. A transexualidade e a gramática normativa dos sistemas de sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. 2006; 9 (1): 49-63.

19. Fausto-sterling A. The Five Sexes. *The Sciences*. 2000; 40(4): 18-23.
20. Levine SB. Real-Life Test Experience: Recommendations for Revisions to the Standards of Care of the World Professional Association for Transgender Health. *International Journal of Transgenderism*. 2009; 11(3): 186-193.
21. Caravaca-Morera JA, Padilha MI. Trans-formação: uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade. *Revista Eletrônica Estácio Saúde*. 2015; 4(1): 33-44.
22. Bonet J. Problematizar las políticas sociales frente a la violencia de género. Barcelona. *Virus*, 2007.
23. Laqueur T. *La construcción del sexo: Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Estados Unidos. Harvard University Press, 1994.
24. Caravaca-Morera, Jaime A. *Trans: histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre sujeitos transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica*. 2015. 250 f. Tese em andamento (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.

## 2.2 TRANS-FORMAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE OS PRINCIPAIS CONCEITOS DA TRANSEXUALIDADE<sup>16</sup>

### RESUMO

Este estudo objetivou analisar as temáticas de gênero e transexualidade, abordando os diferentes elementos que compõem sua complexidade. Trata-se de uma reflexão acerca da produção científica sobre a temática de gênero e transexualidade, realizada entre os meses de janeiro-abril de 2014. A experiência transexual é marcada por diversas transformações e conflitos que envolvem diferentes conceitos e definições sobre corpo, sexo e gênero. O fenômeno transexual indica que as diferenças sexuais dos corpos masculinos e femininos são produtos de uma construção histórico-social enraizada em práticas discursivas. As reflexões trazidas nesta revisão identificam a necessidade de criar espaços de inclusão sociocultural para contribuir com o processo de desestigmatização/despiquiatrização das identidades transexuais diante da ainda existente patologização heteronormativa; e ampliar as práticas de atenção integral da população transexual na contemporaneidade.

**Descritores:** Transexualidade. Sexo. Gênero. Corpo. Sexualidade. Enfermagem.

### INTRODUÇÃO

A transexualidade em sua complexidade pode-se constituir em um fenômeno original e em um privilegiado movimento – talvez tipológico – do discurso social diante do qual pode-se analisar a dimensão da produção e reprodução das diferenças humanas sujeitadas à categoria “sexo” através das suas relações interpessoais e contextuais com o gênero.

Assim, a transexualidade não é um fenômeno recente, pelo contrário é um processo antigo e multicultural, que até pouco tempo atrás vinha sendo considerado como objeto do discurso sexual patológico, fazendo um verdadeiro eco nas instituições corpo, sexo, gênero e sexualidade (ALMEIDA, 2012).

Sua relação explícita com essas instituições, está interconectada com a rigidez dos papéis condutais do ser, estar, e pensar-se homem/mulher e masculino/feminino. Essa forma polarizada de pensar

---

<sup>16</sup> Artigo publicado: CARAVACA-MORERA, JA, PADILHA, MI. Trans-formação: uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2015.

os gêneros provocou (e continua provocando) fragmentações e descontinuidades que resultam na (des)construção de uma personalidade muitas vezes ambígua, provisória ou conflitiva em relação às (heterocis)normativas sociais.

Conseqüentemente, quando se trabalham as temáticas da diversidade sexo-genérica e comportamental, é compulsório desfragmentar a totalidade unificada do gênero, para rever os verdadeiros conceitos de masculinidade e de feminilidade. (Re)conceitualizando desta maneira, a sexualidade como a não heterossexualidade hegemônica ou a cisnormatividade obrigatória derivada da combinação binária entre homem e mulher. Diante dessa realidade, somente a desfragmentação concreta do corpo, do gênero, do sexo e da sexualidade, desmitificaria as estigmatizantes práticas sociais que definem a transexualidade como uma anormalidade que altera a essência do ser humano (BENTO; PELUCIO, 2012).

A transexualidade emergiu no cenário público das sociedades ocidentais a partir da década de 1950, porém, foram necessários transcorrer quase 40 anos para alcançar uma definição (diagnóstica) específica, embora estigmatizante, que tem gerado diversas controvérsias no palco social; algumas delas relacionadas com a nomenclatura (PRECIADO, 2008).

As terminologias e nomenclaturas relacionadas à transexualidade, são extraordinariamente amplas e apresentam uma variabilidade notável entre os diferentes contextos culturais. Não existe um consenso definido sobre qual seria o melhor termo para aplicar a essa condição, uma vez de que os diferentes pesquisadores, ativistas de direitos humanos e as próprias pessoas trans têm divergências quanto as suas opiniões.

O “transexualismo” foi o primeiro termo utilizado, surgido na área da medicina para intitular o, até então, novo “transtorno mental”, que acabou enquadrando a pessoa trans na categoria de doente mental, fato que é reforçado pelo uso do sufixo *ismo* (GALLI et al., 2013). Posteriormente, surgiu o termo de transtorno de identidade de gênero e a sua forma contemporânea de *disforia de gênero*, denominada assim pelo último Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM V).

Ditas terminologias foram instauradas pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) nos seus diferentes DSMs, que acabaram por consensuar que a condição transexual era um estado nosológico que precisa(va) de cura e/ou tratamento (APA, 2013).

Na contemporaneidade, o conceito de transexualidade, surge com o intuito de colocar a pessoa trans fora desse rótulo estigmatizante de doente ou transtornado, considerando essa condição como mais uma forma de expressar a identidade de forma plural, vasta e flexível (GALLI et al., 2013).

Pode-se compreender, pois, como pessoas trans aqueles indivíduos que entendem que existe uma não correspondência entre seu sexo e gênero e que, por isso, muitas vezes requerem a modificação do seu corpo mediante terapia hormonal e/ou cirúrgica. Embora existam sujeitos transexuais que não desejem a cirurgia, por temor aos resultados e aos discursos sociais –estigmatizantes – ou porque reivindicam sua posição a partir da aquisição de um estilo de vida cotidiana que reafirma sua identidade. Em linhas gerais, a condição transexual se caracteriza pelo sentimento de não-pertencimento ao sexo tecnobiológico ou ao seu gênero social imposto, sem a manifestação de distúrbios psíquicos e sem bases orgânicas.

É uma situação que vai além da própria mudança corporal que é instigada pela não correspondência/conversa entre o sexo (tecnobiológico) e o gênero (plástico-social). Isto supõe que podemos denominar de pessoa trans a aquele indivíduo que considere (ou não) necessário transformar seu corpo por diferentes razões: emocionais, econômicas, sociais, físicas, psicológicas.

Porém, mais importante do que definir os critérios para classificar alguém como transexual é estar atentos sobre a garantia dos direitos humanos e o respeito às pessoas que se reconhecem como tais (MISSÉ; COLL-PLANAS, 2010).

Por outro lado, o estudo da transexualidade convida à reflexão e ao debate que tem sido velado nas prisões da suposta inteligibilidade do binarismo gênero-sexo que nos revela como é exigido aos gêneros ininteligíveis a agressiva tarefa da inscrição na dicotomia homem/mulher.

Diante deste cenário tempestivo, nasce como objetivo deste trabalho, criar um debate transfronteiriço no âmbito da pesquisa sobre gênero e transexualidade, abordando os diferentes componentes dentro da sua complexidade.

Nessa perspectiva, a presente investigação, realizada entre os meses de janeiro a abril de 2014, consiste em uma reflexão acerca da produção científica sobre a temática de gênero e transexualidade.

Para sua realização procedeu-se ao levantamento bibliográfico das obras mais relevantes sobre gênero e transexualidade; posterior à

leitura criteriosa, reflexiva, analítica e interpretativa foram selecionadas algumas obras (intencionalmente) que foram analisadas com a finalidade de compreender melhor as ideias expostas por cada autor e relacioná-las com o objetivo deste estudo.

A busca bibliográfica foi realizada nas Bases de Dados, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Redalyc), utilizando os descritores: gênero, sexo, transexualidade e transexual. Foram considerados como critérios de inclusão para a análise, as publicações em língua portuguesa, inglesa e espanhola assim como os textos completos e disponíveis eletronicamente.

## **DIALOGANDO COM O CORPO TRANS NA PERSPECTIVA DO SEXO/GÊNERO**

Para iniciar a abordagem da transexualidade de forma objetiva, que não gere confusões, é necessário diferenciar a transexualidade da travestilidade<sup>17</sup>, do “cross-dressing”<sup>18</sup> ou do mesmo “drag-

---

<sup>17</sup> Entendo no âmbito desta pesquisa como travestilidade a aquele movimento político conformado por identidades que fragmentam ou desestabilizam o sistema genérico do masculino e feminino. Nesta lógica, a travesti (porque principalmente são mulheres as que conformam este movimento), são pessoas capazes de integrar, assumir e reivindicar suas posturas em uma linha que mistura dois gêneros e duas características corporais em uma estrutura sólida. A travesti se localiza e deslocaliza como um terceiro gênero e como um terceiro sexo que de acordo com a autores como Garber Marjorie (2007), “travestism its a mode of articulation, a space of possibility” (p. 23).

<sup>18</sup> Uma pessoa que se identifica como crossdresser pode ser definida como alguém que eventualmente usa ou se produz com roupas e acessórios tidos como do sexo oposto ao que lhe foi assignado ao nascer. *Crossdressers* não são mulheres e não se veem como tal. De forma rápida, poder-se-ia dizer que são homens que se vestem de mulher ou que efetivam o desejo de se vestir com roupas e acessórios femininos, embora o que indicam como significado para o *crossdressing* seja algo um tanto mais complexo que isso, e a noção de feminino que usam para se montar seja bastante peculiar. É uma montagem transitória, realizada em alguns momentos específicos, que envolve graus variados de intervenção corporal, dependendo do que se pretende em termos de resultado final daquela produção.

queenismo”<sup>19</sup>. Essas últimas terminologias utilizam a indumentária do sexo oposto para se satisfazer – de alguma maneira (muitas vezes lúdicas ou sexualmente) – mas não reivindicam a necessidade de adquirir definitivamente uma postura genérica nas interações sociais cotidianas nem tampouco apresentam conflitos com sua identidade genérica, pelo contrário demonstram aceitação da sua identidade.

A transexualidade é uma condição ou um dispositivo (segundo a lógica foucaultiana) na qual uma pessoa com uma diferenciação sexual somática específica, tem a convicção de que ele (ou ela) é na realidade uma pessoa que pertence gênero social oposto.

Deve ser compreendido como uma pessoa que tem uma identidade de gênero que não condiz com sua anatomia corporal (GALLI et al., 2013). Ou seja, como a pesquisadora Berenice Bento (2011) comenta, a transexualidade é uma dimensão identitária caracterizada pelo conflito potencial com as normas de gênero à medida que pessoas que a vivem, reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia da transgenitalização (ou como preferimos denomina-la de cirurgia de reafirmação genérica) ou da hormonioterapia.

Contrário ao pensamento de vários pesquisadores, consideramos aqui, que a transexualidade não pode ser compreendida como o “terceiro sexo”, já que a pessoa “se sente” como um indivíduo do sexo contrário. Além disso, deseja viver o seu cotidiano sob o conjunto de normas e prescrições que a cultura e sociedade ditam para ele/ela; adotando (posteriormente) um comportamento de gênero coerente às suas convicções.

Até poucos anos atrás (e ainda hoje em dia), a nossa sociedade considerava a transexualidade como um transtorno de identidade de gênero e/ou mental. Esse fato tem contribuído com a discriminação e os processos de estigmatização. Tanto as ideias (a maioria de vezes errôneas) que circulam na sociedade com relação à transexualidade, quanto as próprias discriminações, estão relacionadas aos significados implantados pela sociedade falocrática, que diz respeito ao homem e mulher desde a perspectiva biológica.

---

<sup>19</sup> O *dragqueenismo* é um modo lúdico de interação que por meio de performances satíricas se interpretam papéis que parodiam o "dever ser" e o "dever-se comportar" como homens masculinos e mulheres femininas.

Nessa perspectiva heterocisnormativa, a transexualidade é considerada uma transgressão social que desafia a concepção científica da existência dos homens, cromossomicamente XY e das mulheres cromossomicamente XX. Essa visão restrita, coloca em xeque a suposta naturalidade dos gêneros, já que é obvio que nascer homem ou mulher não implica, necessariamente, em perceber-se como tais (LIMA, 2014).

Diante desse cenário, consideramos no âmbito desta pesquisa ao sexo biológico como a somatória de todos os elementos sexuados do corpo, tal como ilustra a figura a seguir:

**Figura 1** - Componentes estruturais do sexo biológico



Fonte: CARAVACA; PADILHA, 2014

O sexo biológico então, é um corpo complexo integrado por diversos microcomponentes. É um objeto que também é sujeito. Ele



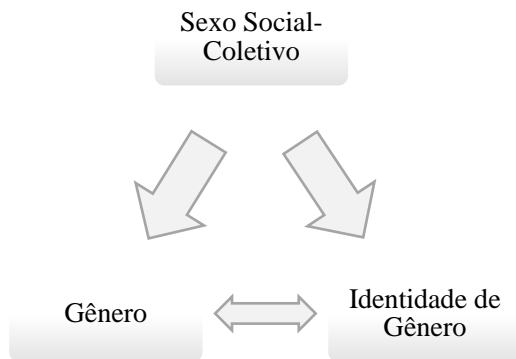
estabelece conexão entre natureza e cultura/sociedade, entre o indivíduo (eu) e a sociedade (eles/elas), entre a pseudo-autonomia e a heterocis-regulação.

Muitas são as possibilidades de estabelecer relações com o sexo biológico, mas, talvez a mais relevante, seja pensar a que se relaciona com a questão da in(corpo)ração do sexo como interiorização não verbal, inconsciente, imitadora, automática, de certas disposições de desigualdade e (necro-bio)poder – assim como (re)produtor de algumas realidades sociais.

É neste nível, quase imperceptível, da in(corpo)ração das disposições heterocisnormativas de diferenças e desigualdades, que se insere em uma macropolítica de saberes, poderes, interesses e conhecimentos que inabilitam as diferenças explícitas na heterocisflexível complexidade humana.

O jogo da complexidade é um processo que acontece em todos os níveis de identidade social (que são também níveis de desigualdade e diferença), fazendo-se presente entre os gêneros, raças, sexos, sexualidades, etnias, classes sociais, deficiências e faixas etárias. O sexo (como componente do corpo) parece ser o sustentáculo e a justificativa extra social para certos arranjos sociais, nos quais; a diferença do gênero é construída a partir de uma interpretação de sinais sexuais e corporais reforçados para garantir espaços (heterocis)diversos.

Baseados nos pressupostos de autores como Paul B. Preciado (2008), postulamos que assim como existe um sexo biológico, existe também um sexo social, coletivo e público que inclui a relação dinâmica entre o gênero (práticas, símbolos, espaços, cisnormativas, valores e atributos que a sociedade elabora e constrói para e a partir da diferença entre o homem e a mulher) e a identidade de gênero (assumpção e manifestação do que é sentido, baseado nos papéis sociais), como apresentado na figura abaixo:

**Figura 2** - Componentes estruturais do sexo social-coletivo

Fonte: CARAVACA; PADILHA, 2014

Em contrapartida e apesar de ter-se sugerido o vínculo entre as concepções de gênero e a identidade de gênero dentro da categoria do sexo social-coletivo, existem outros pesquisadores tais como Corey Flanders (2015) que consideram necessário problematizar essa relação nas vidas dos transexuais e questionam a possibilidade de relacionar o gênero e a identidade na mesma operação já que as discussões atuais sobre o gênero estão procurando dissociar essas duas noções.

As posturas favoráveis compreendem que estabelecer essa relação é possível quando se avalia identidade de gênero como uma estrutura que designa o sentido subjetivo do “eu” de um indivíduo como sendo masculino ou feminino, ligado aos papéis de gênero, a todas as (hetero)normas de comportamento e a aparência “estereotipadamente” ligadas a cada gênero.

As outras posições sustentam que essa relação não é possível, porque ambas estruturas possuem uma autonomia que não chega sempre a interagir, portanto a relação dinâmica entre o gênero e identidade de gênero é dissociativa e só algumas vezes se complementam.

Assim, falar do sexo social é também pensar na produção dos saberes que os constituem, nos sistemas de (necro-bio)poder que regulam suas práticas e nas formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos sexuados. Em outras palavras, sexo (biológico ou social) não é um simples fato ou uma condição estática e sim uma construção ideal forçosamente materializada através do tempo (BUTLER, 2003).

Corpo, sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade são elementos construídos e vivenciados que estabelecem uma relação entre estrutura e práxis, e entre o individual e o social. São estruturas relacionais e situacionais que não poderiam ser pensadas a partir de uma perspectiva identitária, essencial, fixa ou mesmo reificada. Essas estruturas estão relacionadas com as diferenças paradoxais existentes entre as crenças e significados sociais atribuídos à relação entre o masculino e feminino e com a produção/compreensão do corpo.

A essencialização do corpo nas pessoas trans, a partir da compreensão das estruturas biológico/sexuais e sociais/coletivas se torna em fonte metafórica para a interiorização da ideia de incongruência entre esses elementos.

Sob a visão dicotômica e binarizante do sistema sexo/gênero fica fácil identificar o corpo como uma instituição provavelmente muito discursada, enquanto sede dos aspectos físicos, éticos e morais (SANTOS; RIBEIRO, 2011).

O corpo é o lugar da representação da identidade da pessoa trans, seja sexual ou de gênero. Essa estrutura parece ser o palco e a justificativa pessoal para certos arranjos sociais. A insatisfação entre a tríade sexo-gênero-corpo é construída a partir de uma interpretação de sinais, símbolos e códigos que não são articulados harmonicamente com os padrões que a cultura falocrática estabelece ou impõe.

O corpo trans é uma instituição que *incorpora* uma série de fatores de diversas índoles: sexuais, sociais, culturais, genéricos, de saúde/doença e de inclusão/exclusão. Ele seria o suporte para as formas de atuar, pensar, ser, estar e falar através das diferentes formas articuladas e das diversas relações que possam ser estabelecidas subjetiva, complementar e/ou contraditoriamente.

Quando se analisa o corpo na perspectiva do sexo, gênero e sexualidade, devem ser contemplados todos os conceitos que se encontram imersos no arcabouço cultural do qual se faz parte e existe desde antes do próprio nascimento (SANTOS; RIBEIRO, 2011).

O debate aqui enfatiza que, de acordo com a perspectiva do corpo e da sexualidade, não existe uma única feminilidade ou masculinidade com que as mulheres, homens e transexuais possam se identificar em seus diversos contextos sociais, mas sim uma escala de feminilidades, masculinidades e transexualidades possíveis, fornecidas pelos discursos concorrentes e contraditórios.

No entanto, o corpo está intimamente ligado ao (necro-bio)poder de tal modo que o próprio poder e a própria força são *incorporados* e inscritos na diferença do sexo e na hierarquia de gênero.

## **O DISPOSITIVO TRANS E O PROCESSO TRANS-SEXUALIZADOR**

Na visão de Sampaio e Coelho (2013), quando uma criança nasce são impostas uma série de definições e construções relacionadas ao comportamento sexual e de gênero a ser adotado para obter uma aceitação social. Esse processo de implantação, ocorre baseado no conjunto de características apresentadas pelo sexo biológico de acordo à definição que foi apresentada anteriormente.

Entretanto, pode-se considerar que as diferenças dicotômicas e binárias, socialmente estabelecidas entre os sexos, não são estáticas, pelo contrário estão inseridas dentro de relações cinéticas, onde as construções sociais são uma interpretação, modificação ou ampliação do exposto pelo sexo biológico.

Os espectros de ambiguidade e incoerência que patologizam e estigmatizam as técnicas e procedimentos de reafirmação sexo-genéricos (transexualização) são apenas concebíveis em função desse modelo (cis) normativo. Neste sentido, qualquer tipo de identidade de gênero que distancie da cisnormatividade, parece significar uma falha ou uma impossibilidade ilógica, que não se conforma às normas de inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003).

Nesta gramática, gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm uma continuidade entre sexo, corpo, gênero, por intermédio dos quais a identidade é reconhecida e adquire um efeito de consolidação.

Santos e Ribeiro (2011) discutem que as explicações para a emergência do processo transexualizador devem ser procuradas nas articulações sócio-históricas que produzem e reproduzem os corpos sexuais, e que têm na cisgenereidade assimétrica, a matriz que atribui inteligibilidade aos gêneros.

Sob essa perspectiva, o que define a decisão transexualizadora é uma interpretação da concepção normativa dos sistemas de sexo-gênero-corpo, ou do dispositivo “diferença genérica”; ambas fundadas na matriz binária cisheterossexual que se converte no sistema regulador da sexualidade e da subjetividade dos indivíduos.

Entre as diversas perspectivas que abordam o (mal chamado) processo transexualizador (pois prefiro chama-lo de processo de

reafirmação sexo-genérico) parece existir um aspecto consensual: na transexualidade haveria uma suposta incoerência entre sexo e gênero que promovem as mudanças, às vezes completas, de sexo.

Essas alterações estão relacionadas com processos de hormonioterapia e às cirurgias: mastectomia (masculinizadora), histerectomia e transgenitalização – cirurgias de redesignação sexual ou cirurgias de reafirmação do gênero identificado.

Como já referido, a transexualidade não é uma condição recente, o que é atual é a possibilidade da “transgenitalização”. Esta possibilidade está baseada, quase na sua totalidade, nos procedimentos hormonocirúrgicos, embora a discussão com os adeptos do tratamento psicológico, lamentavelmente ainda continue.

Compreende-se como processo de transexualização o conjunto de técnicas hormônio-terapêuticas e cirúrgicas que facilitam a transformação do corpo tão conforme quanto requer o gênero identificado.

No Brasil, a discussão em torno da oferta do processo de reafirmação genérica e outras intervenções cirúrgicas e não cirúrgicas para adaptar o corpo das pessoas transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS), vem ganhando espaço de diálogo e articulação cada vez maior.

Até o ano de 1996, a cirurgia era proibida pelo Código Penal e desautorizado pelo próprio Conselho Federal de Medicina (CFM) (ZAMBRANO, 2013). Contudo, no ano de 1997, o referido conselho aprovou a Resolução nº 1482/97 que regulamentou a realização das cirurgias de “transgenitalização” gratuita, apenas, nos hospitais vinculados à pesquisa, sejam eles universitários ou públicos.

A justificativa para essa restrição era a de evitar a transformação da cirurgia em ganho comercial, além de ajudar no aprimoramento e difusão da técnica (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997). Como resultados positivos da aplicação dessa normativa, o CFM editou a Resolução nº 1652/02, que revogava parcialmente a resolução anterior, e foi muito mais generosa com relação as possibilidades de mudança de gênero por parte das pessoas transexuais (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2002).

Posteriormente, o CFM promulgou a Resolução nº 1955/10, com a qual autorizou as cirurgias do tipo neocolpovulvoplastia (para as mulheres trans) e a neofaloplastia (para os homens trans), assim como os procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários. Porém a neofaloplastia ainda nos nossos dias possui um

carácter experimental por ter apresentado algumas dificuldades técnicas (ou de aceitação dentro da comunidade médica) (BRASIL, 2010).

Essa Resolução foi argumentada nas bases do Art. 3º da Constituição Federal de 1988, que diz respeito aos objetivos do país relacionados com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que garantisse o desenvolvimento nacional; que erradicasse a pobreza; que reduzisse as desigualdades e que promovesse o bem-estar de todas as pessoas sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação; e nos estatutos orgânicos do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconizam a saúde como um direito universal, sendo dever do Estado prover o acesso à saúde a todas as pessoas, reconhecendo as desigualdades e estabelecendo respostas para reduzi-las (BRASIL, 1988).

Assim sendo, o Ministério da Saúde devia prestar assistência a qualquer cidadão que procurasse o SUS, alegando insatisfação entre o sexo biológico e o sentimento de pertencimento ao gênero oposto. Assegurando consigo, o direito ao atendimento integral que incluía a avaliação e o acompanhamento (que eu considero de acompanhamento psiquiatrizante, pois reforça o estigma de pessoas *trans/tornadas*), por uma equipe multidisciplinar composta por médicos, psicólogos, assistentes sociais, por no mínimo dois anos antes da cirurgia, assim como a prestação de acompanhamento terapêutico pós-cirúrgico que vise a sua reinserção social.

As cirurgias de transgenitalização no Brasil, assim como os protocolos de diagnósticos e as próprias tecnologias terapêuticas mantêm uma consonância com os avanços no âmbito mundial, com a finalidade de atualizar e acompanhar o movimento e as mudanças de resignificação que a engenharia mundial dos corpos trans realiza na atualidade (LIMA, 2014).

A cirurgia de reafirmação de gênero, parece ser a solução mais avançada existente na atualidade para satisfazer as necessidades daqueles que assim a desejam. Esses processos cirúrgicos são estratégias que ajudam na concretização de algumas modificações corporais superficiais realizadas, inicialmente como produto da hormonização, que levam ao indivíduo a construir um protótipo masculino/feminino mimetizador de algumas características corporais definidoras do sexo desejado.

Colabora ainda, com a consolidação das mudanças por meio da mudança efetiva, ancorada na crença de que a forma biológica dos

genitais possa ser o caminho mais tangível para a mudança dos sexos (ZAMBRANO, 2013).

A cirurgia para muitos pesquisadores é considerada como uma mutilação da região do corpo, que no senso comum, é definida como a parte nuclear e identitária dos sujeitos. Esse procedimento é incentivado pelas posturas (heterocis) normativas estipuladas na sociedade falocrática atual.

Analisando essas posições, talvez a opção pela escolha dessa “mutilação física” seja a menos importante dentre outras “mutilações” de carácter psicológico, emocional e social pelas quais já passaram as pessoas trans. Significa apesar de tudo, a mutilação dos fantasmas do passado e a busca pela (cis) “normalidade” imposta e acreditada socialmente.

Nessa perspectiva, desvela-se um paradoxo que diz respeito à mutilação dos corpos, mutilando também a lei natural em busca de uma dita “normalidade” social por um lado e, por outro, ao comportamento discursivo que sugere que não existe absolutamente nenhuma anormalidade dentro da conceptualização da transexualidade, uma vez que o enigma da organização psíquica do transexual é precisamente a sua normalidade.

É evidente que a cirurgia de “troca de sexo” “obrigatória” a que se submetem os sujeitos trans, apesar de sua conceptualização inovadora e (neo) liberal, vem disfarçar uma outra questão: a construção e hegemonia do masculino/feminino como papeis sociais obrigatórios e apoiados no sexo biológico, que também reflete nas questões jurídicas e no reconhecimento da sua cidadania (BENTO, 2013; ZAMBRANO, 2013; COSTA; COELHO, 2013).

A controvérsia na conceituação jurídica está relacionada com a definição do sexo no marco legal. Os códigos legais sempre se apoiaram nas definições médicas ao definir as diferenças entre os homens e as mulheres, reforçando assim a classificação dicotómica e binária fundamental, mantida por todos os sistemas legais conhecidos. Sendo que, as questões que envolvem os direitos sexuais podem ser abordadas através da perspectiva do direito constitucional centrado no princípio de igualdade e nos direitos humanos.

Discute-se aqui o direito ao equilíbrio entre o corpo e a mente do sujeito trans, que se traduz facilmente (no imaginário) na adequação entre o sexo e o pronome (ele/ela). Esse direito fundamental deve ser ancorado no direito ao próprio corpo, no direito à saúde e no direito à

identidade sexual e genérica, que integra holisticamente a identidade pessoal. Trata-se por tanto do “direito do reconhecimento da cidadania”.

Segundo Vieira (2009), de nada adianta superar a dicotomização e binarização entre a realidade morfológica e psíquica, se a pessoa continua vivendo a angústia de se apresentar – nos documentos – como portadora do sexo oposto.

Acerca disso, há uma contradição e aparente subjetividade em tratar essa questão, pois alguns (a maioria dos) juízes exigiam até algum tempo atrás, a cirurgia de reafirmação genérica, para realizar a mudança do pronome; entretanto tal exigência não era unânime, havendo alguns juízes que autorizam a mudança do nome sem que a cirurgia (trans)formadora fosse feita.

A mudança do nome e do pronome deve-se basear, por tanto, não só na aparência física, mas também no sexo psicológico, já que nem todos os indivíduos trans apresentam condições físicas favoráveis para se submeter à cirurgia e nem todas as pessoas trans reivindicam a cirurgia como o processo de consolidação da sua identidade, além disso as cirurgias autorizadas pelo SUS exigem tempos de espera prolongados devido aos poucos centros de atendimentos existentes no país.

Por essa razão, a transexualidade revela-se como um dos temas privilegiados no debate atual sobre corpo, sexo, gênero e sexualidade. A compreensão desse processo bem como suas (trans) formações, dependem da análise e da reflexão crítica da transexualidade enquanto um dispositivo complexo dentro de uma sociedade disciplinar.

O surgimento dessa sociedade disciplinar, foi uma condição imprescindível na reconfiguração das relações entre saber e o (necro/bio)poder e as formas de controle do corpo tanto na estrutura individual quanto na estrutura social.

Intrínsecas nessas relações, encontram-se as plurais identidades capturadas pelo modelo necropolítico e biomédico, que as (trans) formam em um espaço de controle, disciplinarização e produção de verdades que se constituem a partir da união de diferentes saberes e um conjunto de relações de forças disseminado pelo tecido social do micropoder (FOUCAULT, 2002).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A transexualidade como condição/experiência social, explicita uma variedade de outros fenômenos sociais que se encontram co-



implicados (envolvidos) tanto nas condições da sua emergência como as da sua evolução.

Essa manifestação mostra como nenhum outro fato social a convencionalidade sócio histórica das categorias sexo-gênero-corpo como base das diferenças humanas, representando ser um dos grupos mais incompreendidos e vulnerabilizados da sociedade atual.

A transexualidade propõe alguns silêncios e gritos sobre a possível funcionalidade das relações de gênero assimétricas nas sociedades cujo motor de câmbio reside no protagonismo das elites do mercado neo-capitalista de consumo e pós-colonial.

É um fato social, explicável só por outros sistemas sociais, é minoritário sócio demograficamente, porém crescente. Sua legitimação institucional vai além da sua pressão demográfica, sendo sua visibilização (e talvez aceitação) cada vez maior entre os profissionais, pesquisadores e expertos.

No nível profano-popular são desconhecidas as especificidades da mal chamado “síndrome clínica”, associando-o com patologias ou com condutas desviantes (fora da norma), que intensifica uma curiosidade ambivalente e frequentemente desperta um estigma e rejeição (atitudes comumente vivenciadas pelas populações socialmente vulnerabilizadas consideradas como minorias).

A transexualidade articulada disciplinarmente, da clínica ao direito, repercute em outras instituições sociais como: matrimônio, patrimônio, filiação, paternidade, maternidade, família, herança, inserção no mercado laboral, identificação da cidadania com algum sexo (dicotomicamente pré-estabelecidos) enfim, com outros fatores que somente poderiam ser compreendidos através das lentes da interseccionalidade. Um crescente número de indivíduos requer de um aumento nas intervenções clínicas e de ações jurídicas para alcançar (com sucesso) a mudança de identidade genérica, caso contrário esses indivíduos dependerão de um prolongado tempo de espera e avaliações.

Finalmente, consideramos necessário reconhecer as vulnerabilidades que os corpos trans vivenciam no seu cotidiano com a finalidade de construir e implementar uma política de atenção integral à saúde dessa população, considerando a complexidade e amplitude dos conceitos de direitos sexuais e reprodutivos para efetivar verdadeiramente a promoção da equidade e a universalidade do acesso aos bens e serviços.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme. (2012). “Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades”. *Rev. Estud. Fem.*, n. 2, v. 20: 513-523, ago.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV. (2013). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5a. ed. Porto Alegre: ARTMED.
- BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. (2012). “Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas”. *Rev. Estud. Fem.*, n. 2, v. 20: 559-568, ago.
- BENTO, Berenice. (2012). “Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova”. *Ciênc. saúde coletiva*, n. 10, v. 17: 2655-2664, jan-out.
- BENTO, Berenice. (2008). *O que é transexualidade?*. São Paulo: Brasiliense.
- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- BRASIL. (2008). Portaria nº 1.707, de 18 ago. 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Saúde.
- BUTLER, Judith. (2013) *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CECCARELLI, Paulo Roberto; FRANCO, Samuel. (2010). “Homossexualidade: verdades e mitos”. *Revista Bagoas*, n. 5 v. 5: p. 119-129.
- CESAR, Maria; SETTI, Nadia. (2012). “Corpos e identidades em jogo: dois olhares feministas”. *Labrys*, n. 22, jul./dez.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. (1997). Resolução 1482/1997, dispõe sobre o procedimento de transgenitalização e demais intervenções sobre gônadas e caracteres sexuais secundários. In [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482_1997.htm) (acessado em junho de 2014).

\_\_\_\_\_. (2002). Resolução 1.652/2002, dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução 1.482/1997. Consulta em [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652\\_2002.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm) (acessado em junho de 2014).

COSTA-LÚCIA, Helena; COELHO, Almeida Cardoso Edméia. (2013). “Ideologias de gênero e sexualidade: a interface entre a educação familiar e a formação profissional de enfermeiras”. *Texto contexto – enferm*, n. 22, v. 2: p. 485-492, abr-jun.

FOUCAULT, Michelle. (1994). *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_. (2002). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

LIMA, Fatima. (2014). *Corpos, Gênero, Sexualidade: Políticas de Subjetivação*. 1 edição. Porto Alegre. Editora Rede UNIDA.

GALLI, Rafael Alves et al. (2013) “Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual”. *Psic.: Teor. e Pesq.*, n. 4, v. 29: p.447-457, out-dez.

MISSÉ Miquel; COLL-PLANAS, Gerard (Eds.). (2010) *El Género desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Madrid: Athenea Digital.

PRECIADO, Paul B. (2012). *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima.

\_\_\_\_\_. (2008). *Testo Yonqui*. Madrid, Editora Espasa Calpe.

RAMSEY, Gerald. (1996). *Transexuais: perguntas e respostas*. São Paulo: Edições GLS.

SAMPAIO, Liliana; COELHO, Maria Dantas. (2013).

“Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde”. *Interface Bocatú*, n. 42, v. 16: p.637-649, set.

SANTOS, Luis; RIBEIRO, Paula. (Orgs.). (2011). *Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida*. Rio Grande: FURG.

VIEIRA, Tereza. (2009). *Nome e sexo: mudança no registro civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ZAMBRANO, E. (2033) *Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, mimeo.

## 2.3 TRANSEXUALIDADES: OS ROSTOS DO ESTIGMA E DA EXCLUSÃO SOCIAL<sup>20</sup>

### RESUMO

Esta reflexão tem por objetivo analisar as diferentes manifestações do estigma e da exclusão social entre a população trans. As diferentes expressões da transexualidade na contemporaneidade têm sido influenciadas pelos diversos dispositivos de controle heterocisnormativo oriundos do patriarcalismo. A exclusão social e a estigmatização possuem diferentes faces e componentes, tais como: aspectos pessoais, cognitivos, emocionais, estruturais e condutuais, que emergem como consequência direta da implantação da ideologia psiquiatrizante/patologizante da condição trans e das outras manifestações da corporeidade e sexualidade relativas à concepção ontológica das pessoas.

**Descritores:** Transexualidade. Transexuais. Exclusão social. Estigma social. Discriminação.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise dos dicotômicos e pluriformes conceitos do sexo-gênero tem edificado sua estrutura sobre as bases de um problema central que está relacionado com uma construção democrática da sociedade: ser sujeito de direitos e deveres desde a lógica identitária e corporizada nas práticas e imaginários sociais.

Essa presunção explícita como têm-se construído as identidades e as personalidades como produtos reguladores advindos dos discursos hegemônicos próprios dos códigos disciplinares e normalizadores da vida social.

Esses discursos têm sido caracterizados pelos artifícios homogeneizadores dos padrões culturais do coletivo, excluindo e discriminando aquelas personalidades que escapam do imaginário de “cidadão ideal”, inspirados nos legados patriarcais antigos.

Socialmente são adjudicados rótulos valorativos aos eventos que acontecem às pessoas e às suas relações. Essas categorizações supõem na vida cotidiana um ato relacional de aceitação ou rejeição, que (in)visibilizam as pessoas ou os fatos sociais, levando-os *a posteriori* à

---

<sup>20</sup> Artigo publicado: CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. **Transexualidades:** os rostos do estigma e da exclusão social. Em Tese, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 120-140, jul. 2016.

iminente aceitação ou exclusão (ARÁN, 2006; PÉREZ-JIMÉNEZ, 2008). Assim, categorizar o mundo social significa polarizar as pessoas e as situações, desapropriando as opções intermediárias como consequência irrefutável do pensamento patriarcal-cartesiano na construção da vida ético-moral, a qual insiste em decidir quais comportamentos são virtuosos ou prejudiciais para a socialização, situando as pessoas diante da escolha entre o bem e o mal (RUSSELL, 2003).

Esse pensamento conduz conseqüentemente ao problema ontológico, que determina como são compreendidas as relações sociais em termos de exaltar a dicotomia identitária, baseados na negação sexual da diversidade e da diferença subjacente à condição humana, a qual repercute na interpretação do cuidar dos idênticos e não daqueles que são diferentes.

Neste contexto, a linguagem sócio-simbólica atua como agente moderador das (re)produções do estigma e da exclusão, ao mesmo tempo que possui propriedades sistêmicas que veiculam algumas performances de rejeição social, aqui em destaque, as transexualidades<sup>21</sup>.

Criou-se no imaginário que a palavra *trans* rima com transgressão, dado que para muitos é sinônimo de violação das noções que pressupõem a existência de uma norma que estabelece e demarca os limites do corpo, do sexo e do gênero.

Sob essa concepção, (explicitamente errada) justifica-se qualquer ato de limitação dos direitos humanos, discriminação e preconceito contra a população *trans*<sup>22</sup>. Esses significados polarizados e

---

<sup>21</sup> Entendemos a transexualidade como uma condição na qual uma pessoa com uma diferenciação sexual plástico-somática específica, considera que pertence ao gênero social oposto (por sinal artificial). Em outras palavras, como a pesquisadora Berenice Bento (2006) comenta, a transexualidade é uma dimensão identitária caracterizada pelo conflito potencial com as normas de gênero à medida que pessoas que a vivem, reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização de cirurgias ou da hormonioterapia.

<sup>22</sup> O termo “*trans*” nesta análise, faz referência às pessoas que se auto-identificam dentro do *spectrum* de gênero como transmulheres ou transmulheres. Além disso, o termo também pode incluir pessoas que se identificam dentro e fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino”

semanticamente inválidos desde a ótica patriarcal, amalgamam-se como sendo as interpretações sociais por meio de uma (re)produção discursiva que gera como resultado uma ambígua compreensão hermenêutica.

A (de)composição social dos significados do ser (ontológico) transexual, reflete em uma manipulação sócio-simbólica, evidentemente machista, incorporada ao discurso cultural que exacerba a naturalidade da desigualdade, rejeitando as determinantes culturais da diferença e da diversidade das manifestações sexuais e de gênero (LIONÇO, 2009).

Como consequência das atitudes hegemônicas (neo)patriarcais, advindas das práticas sócio-sexistas homogêneas intrincadas e derivadas do binário e dicotômico conjunto masculino-feminino, têm-se rotulado milhares de expressões sexuais que contrariam a dialética implementada há séculos, por meio de atos que dão sentido – significam – às práticas de exclusão (FREDERICK; T.J et al., 2011).

A vinculação entre o ser trans e as diferentes manifestações do estigma e da exclusão social encontram-se ilustradas nas dicotomias homem-mulher/masculino-feminino, que atuam como insígnia que legitima a homogeneidade social, ignorando o sentido heterônomo implícito na diversidade e na pluralidade humana.

Aqui, a discussão fundamenta-se nas ações de rejeição, conscientes e inconscientes, que enviam as reflexões sobre essa pluralidade das manifestações humanas e fortalecem os discursos e as práxis cisheteronormativas na atualidade (ALMEIDA; MURTA, 2013).

Assim sendo, o objetivo desta reflexão é analisar como se entretecem e superpõem as diferentes manifestações do estigma e da exclusão entre a população trans no mundo discursivo pós-colonial, (re)produtor e predador de atitudes “corretas”, traduzidas na construção de um imaginário de sujeito normal, universal e unificado que desvela como a sociedade de controle, aciona seus mecanismos de vigilância e punição.

Finalmente se abre um espaço para reflexão crítica que outorga visibilidade àqueles que aspiram por um lugar na suposta normalidade, vislumbrando a compreensão das diferentes lógicas de apresentação da (tran)sexualidade como base para a execução dos direitos humanos inclusivos.

## **OS ROSTOS DA EXCLUSÃO SOCIAL**

A exclusão social, como realidade concreta não é um fenômeno recente, pode ser visualizada na trajetória histórica das desigualdades

sociais e das populações socialmente subalternizadas. Possui antecedentes claros nas sociedades contemporâneas em forma de necessidades coletivas intensas, durante os séculos XIX e XX. Porém, a exclusão das populações transexuais expressa um panorama de configuração de inequidade no contexto sociopolítico atual, cuja concepção continua ainda fluida como categoria analítica, difusa, apesar dos estudos existentes e os debates já estabelecidos (ADRIÁN, 2013).

A análise da exclusão social gera uma pluralidade não consensual de conceitos no meio acadêmico e político. Essa ambiguidade inerente à conceptualização do termo –exclusão – está sendo abordada pelas diferentes áreas do conhecimento que abrem a possibilidade de suplantar os vícios do monolitismo analítico e procuram decifrar o enigma da execução da isonomia sob a lógica objetiva da inclusão social.

Com efeito, a noção de exclusão social – bastante polissêmica – compreende fenômenos tão diversos que dificultam uniformizar o termo, já que isso suporia unificar todos os processos e os fatores que ela engloba, ou todas as formas que ela manifesta em uma mesma alternativa.

Essa reflexão teórica induz a uma organização específica de relações interpessoais e grupais que de alguma forma, concreta ou simbólica, segrega, afasta, discrimina ou priva dos direitos a uma população específica (CARRETEIRO, 2013).

Aqui, a dialética inclusão/exclusão (re)produz subjetividades específicas que não podem ser compreendidas unicamente pelos diferentes determinantes econômicos ou culturais, uma vez que elas determinam e são determinadas pelas diferentes formas de legitimação jurídica, política e coletiva que se manifestam no cotidiano como identidades, socializações e (des)afetividades.

Deve-se compreender a exclusão das transexualidades como um processo – ou um conjunto de processos – que apresentam uma geometria contextual e situacional variada e variável, ou seja, como um processo complexo e multifacetado que configura dimensões materiais, políticas, relacionais e dicotômicas (subjetivas-objetivas).

Aqui, as reflexões foucaultianas provêm um marco referencial da concepção de exclusão como processo dialético de inclusão. Seus argumentos transluzem a ideia de que a inclusão social é um processo de disciplinarização dos excluídos, portanto um processo de controle social e manutenção da ordem da desigualdade sócio-sexual.

Dessa forma desvela-se a exclusão como uma das múltiplas manifestações da luta pelo poder, neste caso, o poder patriarcal. A



dinâmica entre a dialética exclusão/inclusão, demonstra a capacidade da sociedade existir como um sistema separatista, capaz de (des)organizar consensos e mutilar o bem-estar de alguns coletivos (FOUCAULT, 2002; DECUYPERE; KNUDSON; BOCKTING, 2012).

Pode-se identificar na concepção contemporânea da exclusão contra as pessoas trans, um processo sutil e dialético que envolve o indivíduo na sua integralidade e nas suas relações com a alteridade. Não é um estado ou uma característica tangível que possua uma forma única, é simplesmente o resultado explícito do funcionamento das diversas instituições sociais e políticas.

Essa identificação é capaz de desvelar uma plêiade conceitual e analítica que revela a extensão dos movimentos (torturantes) que mantêm a pessoa trans excluída como integrante (não integrado) da sociedade.

Denise Jodelet (2013) sintetiza as inquietações que instigaram à abordagem da presente reflexão, por meio da seguinte questão: o que faz com que em uma sociedade que preconiza valores democráticos, as pessoas aceitem e reproduzam a injustiça e as práticas de exclusão?

Nesse sentido, é imprescindível analisar o legado que as instituições ocidentais, heterocisnormativas, patriarcais e religiosas estabeleceram, com relação ao louvor de algumas características específicas, como: sexo, raça e religião. Nesta perspectiva, a psiquiatrização e patologização de alguns comportamentos naturais têm sido utilizados como armas para institucionalizar a segregação e a exclusão dos grupos minoritários como as pessoas transexuais, categorizando-as como “anormais”. Assim, a psiquiatrização conjuntamente com a legislação e a religião, entre outros mecanismos de segregação patriarcal, contribuem e têm contribuído no reforço da exclusão, do estigma e da discriminação (DRESCHER; COHEN-KETTENIS; WINTER, 2012).

Esses argumentos levam a reflexão sobre a imposição que a sociedade realiza sobre o ser humano que faz com que se naturalizem práticas segregacionistas e excludentes, onde um dos rostos da exclusão termina por negligenciar o ser transexual. O nosso intuito aqui não é de colocar a pessoa transexual excluída à margem da sociedade, mas, sustentar que ela repõe a ordem social, sofrendo muito no processo de luta e inclusão social.

A pessoa trans nessa sua luta pela dignidade e isonomia dos seus direitos, tem confrontado diferentes espaços que visam a derrota/abolição de leis que instigam a segregação e a exclusão daqueles

que possuem alguma característica que contradiz as imposições heterocisnormativas e sexistas criadas no âmbito patriarcal, como sistema de conservação do poder do homem sobre a mulher e as outras identidades de gênero (não binários, *gender fluid*, *gender queer*, etc).

A luta diária também é executada contra o marco da violência sócio-institucional e das categorizações médicas psiquiatrizantes que objetivam considerar como patológicos os comportamentos sexuais naturais atinentes à expressão do sexo-gênero quando estes não estão de acordo com o estabelecido pela sociedade.

Dessa forma e coincidentemente com a despatologização da homossexualidade pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – DSM 3, passou-se patologizar a transexualidade ao considerar que qualquer pessoa que tivesse uma incongruência não linear entre a sua estrutura cromossômica, estética, genital e a identidade de gênero, devia ser considerada como doente mental<sup>23</sup>. Essa concepção tem instigado – de forma exponencial – a perpetuação da exclusão contra a população transexual (GUARESCHI, 2013).

Sob esse rótulo de doente mental, são desenhados diferentes processos, categorias e manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo com as instituições sociais e se estimula a rejeição de todos eles dos mercados materiais e simbólicos dos valores historicamente legitimados. Essa exclusão não acontece unicamente nos espaços físicos, geográficos ou materiais, tampouco no mundo dos mercados e de suas trocas – simbólicas ou reais – mas de todas as riquezas espirituais, pois seu conjunto de valores não é reconhecido, havendo também a exclusão cultural e identitária.

Analisando a metamorfose da dialética exclusão/discriminação, faz-se necessário ressaltar, que a discriminação e a exclusão social não podem ser consideradas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, já que existem outros microconceitos que se materializam na exclusão das pessoas trans, como a desqualificação, desinserção, apartamento social e desafiliação.

Esses termos se relacionam com a falta do (re)conhecimento da situação jurídico/legal da pessoa trans (do nome, do pronome social e do marcador de gênero), com a separação deles da sociedade (por ser um desigual ou um não semelhante) e com as rupturas/obstáculos do pertencimento do vínculo societal/laboral (MONTROYA, 2006; JODELET, 2013).

---

<sup>23</sup> O DSM V ainda considera a transexualidade como disforia de gênero, logo continua no rol das patologias, segundo a Associação Americana de Psiquiatria.

É relevante, também, destacar que a discriminação e exclusão social tendem a ser (re)produzidas através de alguns mecanismos que as reforçam e as expandem. Esses mecanismos podem ser achados nos diferentes níveis sociais, não sendo exclusivos de um dos estratos específicos da sociedade. Essa situação crítica nasce como produto da naturalização do fenômeno da exclusão ao longo dos tempos e surge como reflexo do poder hegemônico das ideias patriarcais.

O papel desse fenômeno, explicita a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de (re)produção da exclusão representado nos diferentes níveis sociais que naturalizam as práticas segregacionistas e discriminatórias e fazem com que ninguém se questione sobre os direitos que estão sendo violentados.

Por outro lado, revela-se a evidente fragilização dos vínculos sociais, por meio da visibilidade da atmosfera de conformismo (PECHENY; PETRACCI, 2006). A partir dessas reflexões, a heterocisnormalidade é tomada, não somente como uma prática sexogenérica, mas como um regime de poder que desloca as categorias binárias entre homem/mulher, masculino/feminino, cis/trans e heterossexual/homossexual para o campo político.

Essa maquinaria funciona como uma matriz de poder que (re)produz corpos e sujeitos sexuados. Pensar na heterocisnormalidade dessa forma significa compreender que antes de ser uma destinação dos corpos, ela se inscreve nos corpos a partir de uma reiteração contínua e constituída como natural.

Este caráter naturalizado das artimanhas de aceitação da exclusão da pessoa trans contribui com o ciclo de desqualificação, no sentido de reforça-lo e (re)produzi-lo. A avaliação das diferentes faces da exclusão em contextos marcados pelo peso das relações de poder patriarcal e das (heterocis)normativas sociais, exhibe um jogo de representações depreciativas de pessoas que sofrem uma invalidação dos seus direitos humanos mais básicos.

Este último está modelado pela educação institucional (família, estado e religião) autoritária que determina uma série de convencionalismos que punem as condutas contrárias aos valores (heterocis)convencionais historicamente instaurados (PECHENY; PETRACCI, 2006; PEREZ-JIMENEZ, 2008).

A escola como instituição social, também motiva alguns estereótipos e comportamentos de maneira rígida, colocando todos os sujeitos, de acordo com sua genitália e gênero, em categorias, sem

considerar as singularidades individuais e transgredindo também os direitos humanos.

A condição trans parece obliterar o “direito de ter direitos”, que por princípio todos os cidadãos possuem. A exclusão atua como agente determinante limitador ou anulador do acesso a direitos como educação, saúde, trabalho, livre trânsito, moradia, reconhecimento da sua identidade de gênero ou sexual do desejo, entre outros. Sem o questionamento do sofrimento que causa a mutilação dos direitos humanos, a capacidade de autonomia e a subjetividade das pessoas trans no cotidiano, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização.

Neste cenário, o conceito de cidadania deve ser reavaliado e ampliado de forma crítico-analítica com a finalidade de conduzir à transformação efetiva das políticas de identidades e a uma cultura democrática inclusiva e de convivência social.

Deve-se, para tal, disponibilizar espaços para a crítica (auto)avaliadora e emancipadora daqueles que sendo diferentes, aspiram ter um espaço na suposta normalidade, enfatizando as identidades reconciliadas como bases para a construção de lógicas cidadãs inclusivas, pois supõe-se que estas englobam o sentido de tolerância que a diversidade e a diferença humana significam.

O propósito focal dessa transformação cidadã implica uma aposta à inclusão que fomenta a auto-organização dos diferentes espaços sociopolíticos e a afirmação do respeito à pluralidade, diversidade e diferença em condições igualitárias e isonômicas com a finalidade de construir uma sociedade inclusiva, sustentada na equidade, solidariedade e corresponsabilidade (RUBIO, 2010).

Essa ideia de cidadania inclusiva fortaleceria a cultura de acordo com a promoção de práticas simbólicas destinadas a compreender o ser humano em geral e especificamente a pessoa trans, na sua dimensão ontológica e gnoseológica, assim como valorizaria as relações interpessoais entre semelhantes (corpos interagindo com outros corpos), como signos de respeito que circula no meio dos diferentes atores sociais.

Esses ideais podem ser uma solução contra a exclusão, pretendem-se com isso aliar a participação ativa e cívica com a finalidade de promover uma multiplicidade de oportunidades para solucionar alguns dos problemas sociais, cujas aproximações éticas possam prover um bem-estar comum coletivo.

A ruptura cultural do binarismo e dicotomismo, supõe a inequívoca abertura de visões epistemo-ontológicas sobre o mundo das relações sociais e a realidade, que procure circular em diferentes vias de produção e valorize a confluência harmônica de argumentos provenientes de distintas disciplinas científicas e atores sociais. Por essa razão a construção dicotômica homem-mulher, deve replantar-se em torno das possíveis lógicas identitárias que circulam na prática sócio-simbólica cotidiana (MONTROYA, 2006)

Essa (re)conceptualização das noções científicas e populares são necessárias para o enfrentamento dos desafios que a intersubjetividade representa como enclave da vida sociocoletiva. Faz-se necessário decompor e transformar as palavras excludentes utilizadas contra as populações transexuais e desvelar os verdadeiros sentidos, significados e identidades implícitas no seu ser.

A exclusão<sup>24</sup> contra as pessoas trans nos atuais contextos pós-coloniais é diferente das formas (pre)existentes de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a fazer pensar que existem indivíduos desnecessários no universo produtivo, para os quais parece não existir nenhuma oportunidade de inserção social, (re)criando, o conceito de seres descartáveis.

Dentro das novas configurações sociais que aparecem com a transformação da sociedade, hoje seria possível pensar em uma luta contra a exclusão das populações transexuais, que rompa com os modelos cisheterossexistas intrínsecos provenientes do binário sistema patriarcal. Com a ruptura desses modelos separatistas e cartesianos seria possível a aceitação da pluralidade das identidades e manifestações sexuais e genéricas vistas de diversos ângulos ontológicos.

## AS ARTIMANHAS DO ESTIGMA SOCIAL

O complexo fenômeno que se resume sob o conceito de estigma é um construto social que segue as normas culturais em um determinado contexto temporal/histórico. Nesta perspectiva o estigma é uma interpretação linguística de atributos, comportamentos ou reputações sociais que mostram descrença de uma forma particular, que faz com que um indivíduo (in)conscientemente seja categorizado por outro com um estereótipo de *rejeição* e *anormalidade* (GOFFMAN, 1983).

---

<sup>24</sup> A exclusão neste sentido refere-se aos processos que impedem a satisfação das necessidades básicas das pessoas trans e sua participação como membros ativos na sociedade.

O estigma não é um atributo fixo ou inerente de uma pessoa, mas sim, uma experiência flutuante e cinética ligada às pessoas portadoras de características físicas, morais ou grupais determinadas, que promovem o descrédito por parte do claustro *estigmatizante*.

No entanto, deve-se destacar que em alguns momentos, o estigma não é um fenômeno de livre flutuação social, dado que o nexos historicamente determinado entre os sentidos culturais e os sistemas de poder/dominação a ele ligados, são decisivos.

Na análise da relação entre os conceitos de estigma e transexualidade foram tomadas como referência as concepções de Erving Goffman, no seu clássico livro *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (1983), publicado originalmente no ano de 1963. Sendo ele sociólogo, utiliza esse conceito para referir-se a um atributo profundamente desacreditador, ou seja, uma característica que causa desvalorização como resultado de que essa característica propriamente dita está relacionada à consciência social com um estereótipo negativo.

Com a análise dos princípios preconizados por esse sociólogo pode-se chegar à compreensão de que o estigma é um processo social, fundamentalmente ligado ao poder e à dominação.

Parte-se aqui dos princípios goffminianos de que o estigma desempenha um papel fundamental na (re)produção das relações de controle/poder; e de que seu desdobramento faz com que alguns grupos sejam desvalorizados (estigmatizados) e outros supervalorizados (estigmatizantes) de formas inerentemente discriminatórias.

O estigma explicitado nas populações trans, provavelmente seja um fenômeno universal que guarda relação com os processos de categorização social com bases biológicas, psicológicas e sociais. Estas resumem de maneira simplista informações diversas e complexas, que em alguns momentos pode ser visto como uma reação defensiva/ofensiva para a sociedade e seus grupos heterocis-majoritários que rejeitam aquilo que não compreendem, além de fomentar a coesão e identificação dessa maioria social.

Embora nestas tenras aproximações, pareça fácil pensar de que o estigma contra a população trans é um fenômeno unitário, uma análise mais detalhada exhibe uma maior complexidade que deve ser tomada em consideração para enfrentar à temática.

Encontram-se aqui imersos componentes cognitivos, afetivos e de condutas diferenciados, mas inter-relacionados, que fazem referência basicamente ao modo como a sociedade classifica ou categoriza as

pessoas (ou as coisas) em termos dicotômicos de bom/ruim, desejável/indesejável e utilizável/rejeitável (LINK; PHELAN, 2001).

Diante disto, considerar as inter-relações específicas entre as estruturas macro e microssociais que convergem para produzir mecanismos de estigmatização dos transexuais, tornando-os mais vulneráveis a agravos à saúde e adjudicando a eles sentidos amorais e socialmente desqualificadores.

Esse esquema analítico, apresenta-se complementar ao conceito de violência estrutural, que é caracterizada como uma violência evitável, indireta ou indiretamente relacionada à desigual distribuição do poder na sociedade, configurando, desse modo, sistemas sociais irregulares. Essas estruturas socioeconômicas desiguais compulsoriamente produzem o afastamento do transexual do gozo dos seus direitos.

Neste cenário, atitudes vinculadas ao estigma social e à violência estrutural contra as pessoas trans, podem-se distinguir três macroprocessos intervencidos: *estereótipos*, conjunto de crenças, muitas vezes equivocadas, que a maioria da população possui em relação a um determinado grupo social, que condicionam/enviesam a percepção, a memória e a valoração de muitas das características e condutas dos membros desse grupo; *preconceitos*, predisposições emocionais, habitualmente negativas, que a maioria sente com relação aos membros do grupo cujas características estão sujeitas às crenças estereotipadas; e, a *discriminação*, propensão a desenvolver atitudes/ações negativas em termos de distância social com relação à população trans (DINOS, 2004).

Esses três processos se unem e reforçam mutuamente, sem que esteja clara a influência exercida entre eles. Parece ser que os estereótipos contra os transexuais, são aceitos à medida em que coincidem com os preconceitos emocionais e, nessa condição, geram a discriminação da conduta, porém essas relações de causalidade são geralmente cíclicas/circulares e com reforços ambientais difusamente diversos.

Por outro lado, a associação deste complexo grupo de atitudes contra a população que foge da inteligibilidade dos sexos, corpos, gêneros e sexualidades, ocorre através do denominado processo de estigmatização (*stigmatization process*) que basicamente supõe um conjunto de passos mais ou menos sucessivos: a) a distinção do estigmatizado (a pessoa trans) e a identificação de uma determinada diferença ou marca que afeta ao grupo (neste caso seria a correspondência não linear entre a estética genital e a identidade de

gênero artificialmente imposta); b) a associação de características negativas à população trans, em função de crenças heterocisnormativas/patriarcais e culturais prevalentes; c) a categorização como um grupo aparte e diferente (eles versus nós); d) as repercussões emocionais bilaterais nas pessoas que estigmatizam (ódio, incompreensão, medo, irritabilidade, ansiedade) e nos transexuais estigmatizados (medo, ansiedade, tristeza, vergonha); e) a perda de status e discriminação que afeta conseqüentemente à pessoa trans e seu grupo; f) a existência de fatores ou dimensões estruturais relacionadas com as assimetrias do poder patriarcal, sem as quais o processo não funcionaria, ou pelo menos não com a mesma intensidade nem com as mesmas condições para as pessoas transexuais prejudicadas (LOPEZ et al., 2008).

Vale a pena (re)lembrar o debate com relação ao processo de estigmatização enlaçado com a identificação/rotulagem (*labeling*) das pessoas transexuais consideradas como doentes mentais, que acontece prévio a formulação de estereótipos e preconceitos que refletem opiniões e sentimentos prevalentes no meio social.

Como efeito existe um número considerável de estudos que demonstram que a simples etiqueta de anormal ou doente mental, levanta opiniões e sentimentos (negativos) pessoais por si só, independentemente de que as condutas das pessoas trans comprovem o contrário.

Outros dos imperativos globais sobre as conseqüências diretas da patologização da população trans, evidencia-se no efeito *barreira* que o estigma joga no exercício dos direitos e no acesso aos serviços, agravando consideravelmente a possibilidade de manifestação do “ser” com liberdade e autonomia. Assim, a estigmatização pode ser constatada nas dificuldades do acesso a moradia, emprego e nas distintas relações sociais significativas com seu (sua) companheiro (a) sentimental e com as outras redes sociais; além das estigmatizações do tipo jurídico/legal, que embora não sejam tão evidentes, são perceptíveis os estereótipos e preconceitos sociais expostos na execução das políticas pouco inclusivas (ARGERMEYER et al., 2004; EHRBAR, 2010).

Em uma visão aparente, o estigma social das pessoas transexuais gera conseqüências em diversas esferas. O primeiro grupo de repercussões é o referido logicamente nas próprias pessoas estigmatizadas, embora sejam descritas repercussões sobre o ambiente familiar e inclusive nas instituições que oferecem serviços de atenção a esta população.



Aqui as pessoas diretamente afetadas (a população trans), experimentam ao respeito, dois grandes tipos de efeitos: os produzidos diretamente como resultado da discriminação pessoal e estrutural; e, os derivados da sua própria auto-estigmatização, onde intervêm fatores relacionados com a interiorização dos estereótipos prevalentes e as reações emocionais negativas que reproduzem o processo de estigmatização (GREEN, 2003).

Acredita-se que a referida auto-estigmatização conduza a uma desmoralização, sentimentos de vergonha, diminuição da autoestima que favorece o isolamento e dificulta o pedido de ajuda, principalmente porque são poucas as instituições e profissionais preparados para fornecer uma atenção integral à esta população, isto se constitui como um fator de stress e segundo os modelos de vulnerabilidade, aumenta o risco de suicídio e sentimentos de auto rejeição incentivados pela necropolítica (LOPEZ et al., 2008).

Porém é importante mencionar que nem todos os casos de auto-estigmatização levam à interiorização das atitudes prevalentes. De fato, alguns estudos referem-se a outros dois tipos de respostas alternativas que podem surgir; a primeira caracterizada pela indiferença diante o estigma social e a segunda relacionada com a autoafirmação/*empowerment* (RUSCH; ANGERMEYER; CORRIGAN, 2005; LOPEZ et al., 2008).

Parece ser que a resposta depende da análise que a pessoa afetada faz da situação em função de algumas variáveis pessoais, mas também do contexto social e especialmente do nível de apoio sócio-institucional e dos grupos de referência com que a pessoa transexual conta. Por essa razão, ressalta-se o papel dos movimentos associativos articulados em consonância com a população trans para potencializar esse aspecto defensivo contra o estigma que não só desvela uma interessante concepção ontológica ligada aos movimentos de reabilitação psicossocial, senão que também têm consistência teórica e operativa para mitigar os efeitos negativos que o próprio estigma causa.

A naturalização do conceito do estigma, parece ser a consequência da naturalização de outros atributos sociais. A este respeito, a pessoa trans não só contesta à naturalização dos conceitos de corpo e sexo, como também da instituição do gênero e sexualidade, por essa razão esse estigma corresponde ao conceito goffminiano de corpos marcados e contestantes.

Com relação às estratégias gerais que podem ser identificadas para lutar contra o estigma das populações trans, desde a perspectiva da

saúde podem-se identificar os movimentos de protesto, a educação e a inserção social. A primeira, parece ter uma efetividade inicial, mas costuma perder força ao longo prazo, sendo as outras duas as mais promissoras em concordância as pesquisas psicosociológicas gerais (CORRIGAN; WATSON, 2002).

Nas disputas e debates que podem produzir leis de inclusão e luta contra o estigma, observa-se a importância da educação e a inclusão social como pontos chave para redefinir conceitos e mitigar preconceitos.

Conforme exista mais ativismo educativo e social que (contra)discuta os discursos hegemônicos psiquiatrizantes, patriarcais e patologizantes contra a população trans, ampliar-se-ia a visão de que os gêneros não são determinados pela natureza, reverberando nas diferentes instituições sociais e rompendo a binária/dicotômica visão da humanidade com relação à compreensão do sexo, corpo, gênero e sexualidade.

### **PARA NÃO CONCLUIR...**

A referida exclusão social e o estigma que comprometem a integralidade das pessoas transexuais, manifestam-se como fenômenos sociais e universais que se cruzam com mecanismos dinâmicos de conhecimento, resultando difíceis de serem erradicados. Possuem componentes pessoais, cognitivos, emocionais e de conduta, além de aspectos estruturais que embora aconteçam simultaneamente, compreendem dinâmicas, efeitos causais e condições de vulnerabilidade próprias.

Esses fenômenos estão amalgamados às vidas das pessoas transexuais através de um processo que engloba várias fases: a identificação e rotulagem, a aplicação de estereótipos, a própria exclusão, as distintas repercussões emocionais, tudo isso com resultados negativos em termos de discriminação, simplificação dos direitos humanos justificadas sobre a base da assimetria do poder patriarcal.

O reconhecimento desses aspectos permitem estabelecer, (com grandes concessões ao otimismo) alguns elementos básicos para a execução de uma estratégia de intervenção, com a qual se pretende atingir dois grandes objetivos: interromper os processos de exclusão social, modificando as atitudes sociais prevalentes e, eliminar os fatores de reforço e paralelamente diminuir o impacto que o estigma tem sobre

as pessoas trans, ajudando-lhes a desenvolver estratégias pessoais adequadas à minimização do problema.

Para isso é necessário articular, processos consistentes e de longa duração, intervenções planejadas e desenvolvidas de forma conjunta e inter-relacionada. Utilizando o grito de sofrimento da população trans como orientação teórico-prática para a Saúde e às Ciências Sociais, desvela-se necessário implementar estratégias de enfrentamento da exclusão e do estigma, uma de ordem material/jurídica e outra de ordem afetiva e intersubjetiva (compreensão e apreciação do excluído na luta de reconhecimento pela sua cidadania).

A primeira estratégia é de responsabilidade política, e a segunda depende de todos os atores sociais. Sob essa perspectiva as políticas públicas poder-se-iam humanizar e capacitar-se-iam para responder aos desejos do corpo e da alma das populações socialmente subalternizadas/negligenciadas.

Nesse sentido, a práxis psicossocial, deveria preocupar-se com o fortalecimento da legitimidade social de cada um pelo exercício da isonomia individual e a implementação de um olhar interseccional.

Complementarmente, os discursos contemporâneos têm acentuado nos imaginários coletivos, representações fortemente arraigadas na aquisição e individualidade hegemônica, o auge da propriedade privada em detrimento do bem-estar das populações socialmente vulnerabilizadas e desenham uma ética consumista que consolida práticas exacerbadas de produção/consumo que penetram e ultrajam os diferentes espaços sociais e direitos humanos.

Falar da dialética inclusiva e diminuição do estigma, provoca uma compreensão metafórica da coexistência pacífica da convivência humana com as diversas identidades e cidadanias no mundo real e simbólico.

Finalmente, a consolidação do processo real de democratização, deve passar pela desnaturalização das formas com que são executadas as práticas discriminatórias e, portanto, geradoras de processos do estigma e exclusão.

Nessa perspectiva, o combate contra as diferentes manifestações de exclusão deverá prover níveis de proteção que garantam o exercício total da cidadania do transexual, visando e promovendo a liberdade do espírito e a sua autonomia; rompendo com a relação subordinação-subalternidade-discriminação.

## REFERÊNCIAS

- ADRIAN, Tamara. Cuadrando el círculo: despatologización vs derecho a la salud de personas TRANS en DSM- 5 y CIE-11. **Comunidad y Salud**, Maracay, v. 11, n. 1, jun. 2013.
- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex. salud soc.** Rio de Janeiro, v. 14, p. 380-407, 2013.
- ANGERMEYER, M.C. et al. The Stigma of Mental Illness: Patients' Anticipations and experiences. **Int. J. Soc. Psychiatry**, v. 50, n. 2, p. 153-162, 2004.
- ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, June 2006.
- CARRETEIRO, Tereza. A doença como projeto" – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CORRIGAN, P.W; WATSON, A. Understanding the Impact of Stigma on People with Mental Illness», **World Psychiatry**, v. 1, n. 1, p. 16-20, 2002
- DECUYPERE, G., KNUDSON G., & BOCKTING, W. Response of the World Professional Association for Transgender Health to the Proposed DSM 5 Criteria for Gender Incongruence, 2012.
- DRESCHER, Jack; COHEN-KETTENIS, Peggy; WINTER, Sam. Minding the body: Situating gender identity diagnoses in the ICD-11, **International Review of Psychiatry**, v. 24, n. 6, p. 568-577, 2012.
- DINOS, S. et al. Stigma: the Feelings and Experiences. **Br. J. Psychiatry**, v. 184, p. 176-181, 2004.

EHRBAR, R. Consensus from Differences: Lack of Professional Consensus on the Retention of the Gender Identity Disorder Diagnosis. **International Journal of Transgenderism.**, v. 12, n. 3, p. 60-74, 2010.

FOUCAULT, M. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOFFMAN, E., Estigma. La identidad deteriorada, Buenos Aires, Amorrortu, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In SAWAIA, B. (org.) As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2013.

GREEN, G. et al. A Mental Health Service User's Perspective to Stigmatisation. **Journal of Mental Health**, v. 12, n. 3, p. 223-234, 2003.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In SAWAIA, B. (org.) As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2013.

LINK, B; PHELAN, J. Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 363-385, 2001.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizadora do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 46-63, 2009.

LOPEZ, Marcelino et al. La lucha contra el estigma y la discriminación en salud mental: Una estrategia compleja basada en la información disponible. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, Madrid, v. 28, n. 1, 2008.

MONTOYA, Gabriel Jaime. Aproximación bioética a las terapias reparativas: tratamiento para el cambio de la orientación homosexual. **Acta bioeth.**, Santiago, v. 12, n. 2, 2006.

PECHENY, Mario; PETRACCI, Mónica. Derechos humanos y sexualidad en la Argentina. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, Dec. 2006.

PÉREZ JIMÉNEZ, C. Identidades en debate, ciudadanías para la inclusión: Ser Queer en un mundo Straight. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 3, p.513-527, 2008.

RUBIO MA (coord), Rompiendo diques. Hacia una construcción de la equidad de género, Universidad Autónoma de Aguascalientes, México. 2010.

RUSSELL, Bertrand. **Ensayos Filosóficos**. 1ª Edición. Barcelona, Alianza Editorial, 2003.

RÜSCH, N.; ANGERMEYER, M. C.; CORRIGAN, P. Concepts, Consequences and Initiatives to Reduce Stigma. **Eur. Psychiatry**, v. 20, p. 529-539, 2005.

## 2.4 DESPATOLOGIZANDO LA SEMÁNTICA DISCURSIVA DE LA TRANSEXUALIDAD<sup>25</sup>

### RESUMEN

El presente artículo objetivó problematizar algunos elementos intrínsecos en la experiencia trans, a fin de provocar una reflexión sobre la posibilidad de su despatologización y el reconocimiento de la trans-autonomía. Analizando históricamente la constitución del discurso sexual, se percibe cómo la norma cisgenérica culminó en la consolidación del saber psiquiátrico del siglo XIX y, consecuentemente, en la patologización de algunas experiencias identitarias. En esta perspectiva, aunque la asociación entre el diagnóstico de la transexualidad haya viabilizado la institucionalización del debate sobre la asistencia a ese grupo en la red de salud, se debe problematizar la complejidad que envuelve comprender la experiencia trans como una enfermedad y el no reconocimiento de la trans-autonomía.

**Descriptor:** Transexualidad. Identidad de Género. Sexo. Género. Autonomía Personal.

### INTRODUCCIÓN

La transexualidad es una realidad socialmente construida que puede ser comprendida a través de los lentes de una práctica discursiva médico y jurídica. La mayor parte de las formulaciones teóricas de los estudios de género partieron del presupuesto de que el sexo y el propio género son dominios divergentes, siendo que el primero es un dato biológico/gonadal y el segundo, un dominio sociocultural que camina en continuidad hacia el primero<sup>(1)</sup>.

Actualmente, ese presupuesto sufrió considerables críticas y desgastes, ya que los estudios que abordan la temática en cuestión, en el ámbito de las ciencias sociales y humanas, tienden a relativizar la existencia real de esas dos instituciones (el sexo y el género). Frente a esa lógica, vincular el comportamiento al sexo, el género a la genitalidad y definir lo femenino por la presencia de una vagina y lo masculino por la presencia de un pene, representaría un retroceso al pensamiento que remonta al siglo XIX, cuando el sexo pasó a dictar la verdad absoluta e irrefutable sobre todos los seres humanos<sup>(2-3)</sup>.

---

<sup>25</sup> Artículo publicado: CARAVACA-MORERA, JA, PADILHA, MI. Despatologizando la semántica discursiva de la transexualidad. **Revista Enfermagem em Foco.**, v. 6, n. 1/4, p. 41-45, 2015.

Por su parte, esta perspectiva restrictivamente binaria y dicotómica, no siempre estuvo presente en el imaginario cultural, más bien responde a un hecho construido socialmente para la manutención de un determinado orden político y económico. En rigor, tal crítica fue formulada en sus bases también por Thomas Laqueur en el año de 1987 y retomada por otros autores que discuten las experiencias trans en el contexto Latinoamericano post-colonial <sup>(4-6)</sup>.

Dicho lo anterior y a pesar de los análisis críticos que vienen consolidándose en el campo de estudios académicos sobre las experiencias trans y, principalmente por el movimiento global en pro de la despatologización de estas identidades, aún permanece la interpretación psiquiatrizante de esta condición ontológica.

En ese sentido, aunque existe un esfuerzo de algunos sectores por fragmentar la patologización de los tránsitos entre géneros, la comprensión de que la discordancia entre sexo y género es una condición anormal y, por lo tanto, constituye un trastorno psiquiátrico, no apenas se auto-sustenta, sino que orienta algunas (necro)políticas<sup>26</sup> destinadas a invisibilizar este segmento.

Partiendo de este terreno argumentativo, el presente artículo objetiva problematizar algunos elementos intrínsecos en la experiencia trans, a fin de provocar una reflexión sobre la posibilidad de su despatologización y el reconocimiento de la trans-autonomía.

## ANÁLISIS

### **Deconstrucción de la semántica trans asociada a un proceso patológico**

El discurso médico-jurídico actual sobre la transexualidad convierte a esta experiencia identitaria en una patología – un trastorno de identidad o disforia de género – dado la no correspondencia lineal entre el sexo biológico y la identidad de género. No obstante, se debe notar que lo que define el diagnóstico, es una concepción normativa de las instituciones sexo, cuerpo, género y sexualidad, fundamentada en

---

<sup>26</sup> En esta visión, las necropolíticas son un engranaje normativo social y legislativo, capaz de producir nuevos códigos semánticos e interacciones sociales, a través de la gestión de la muerte (simbólica y literal), transfobia y estigmatización.



una matriz binaria, dicotómica, y cisheteronormativa<sup>27</sup>, que se convierte en un sistema dictatorial y regulador de la ontología y subjetividad humana.

Complementariamente, esta línea de raciocinio parcial e subjetiva, reconoce al sexo como una categoría estática capaz de dictar órdenes sublimes sobre los cuerpos, géneros y sexualidades; negando simultáneamente el reconocimiento de estas tecnologías como construcciones discursivas, forzosamente materializadas a través de los tiempos, donde el (bio/necro)poder es capaz de influenciar su estructura cognitiva y conceptual.

Estos pensamientos aparecen en las conclusiones de Tomas Laqueur (1987) quien afirma que, antiguamente, el ser humano convivía tranquilamente con la concepción de la relatividad entre sexos y géneros.

De modo suplementar, el autor en cuestión aclara que partir del siglo XVII las teorías biológicas de la sexualidad y las condiciones jurídicas impuestas a los individuos, condujeron a la comprensión de dos sexos excluyentes y restringidos que prescribirían consecuentemente, los actos performativos de sus géneros.

Según esta interpretación, el dispositivo de la sexualidad instauró la necesidad de saber, a través de la medicina, cuál es el sexo determinado por la naturaleza, y consecuentemente cuál sería aquel que la justicia debería exigir y reconocer por medio del discurso genérico.

En esta lógica, el ser “sexuado” estaría sometido a un conjunto de regulaciones sociales, las cuales constituían una norma que al mismo tiempo en que norteaban una inteligibilidad y coherencia lineal entre sexo, cuerpo, género, placeres y deseos, por otra parte, funcionaba como un principio hermenéutico de auto-interpretación<sup>(7)</sup>.

De esta manera, es posible identificar que las cuestiones relativas a los cuerpos y al comportamiento sexo-genérico han sido el centro de atención de las preocupaciones occidentales por mucho tiempo.

Si hasta el siglo XVI eran en general, preocupaciones de la religión y de la filosofía, a partir de esta época pasaron a ser foco de

---

<sup>27</sup> Comprendemos como cisheteronormatividad al conjunto de normas que defienden la división y aceptación irrefutable de las personas, en dos géneros distintos y excluyentes, a partir de sus genitales. En este sentido, el pensamiento cis, alinea el sexo biológico, la identidad de género y los papeles de género, en un único movimiento horizontal. Además, sustenta que la heterosexualidad, es la única identidad sexual del deseo esperable, excluyendo y anulando otras posibilidades ontológicas.

atención generalizada de especialistas del campo de la salud y de reformadores morales.

Esta realidad permite develar que el discurso médico, por un lado, representado por la psiquiatría y psicología, estuvo provisto de algunos criterios radicales de “cientificidad” que se tornaron en saberes despóticos para revelar los “misterios” que llevan a una persona de determinado sexo a reivindicar el reconocimiento social y corporal del otro.

Consecuentemente, el protagonismo de estas ciencias en el campo de las identidades sexo-genéricas, delimitó una frontera entre lo sano y lo patológico<sup>(8)</sup>. Además, se inició la construcción de una clasificación de los comportamientos y de las identidades sexuales y genéricas que, entre otros parámetros, estableció la necesidad de una compatibilidad entre identidad de género y anatomía.

Esta última razón, permite asumir que los tránsitos entre géneros pasaron a ser interpretados como enfermedades y, en ese sentido, personas que se identificaban como miembros del género divergente, se tornaron en objeto de atención exclusivo de la medicina y de la regulación necropolítica por parte del Estado.

Justamente, estas declaraciones patológicas no solo reforzaron un carácter de anormalidad atribuido a las experiencias trans, sino que también, se constituyeron en vectores de invisibilización y estigma que continúan teniendo consecuencias severas en el cotidiano de las personas<sup>(5,9)</sup>.

Por su parte, las posturas menos progresistas defienden esta patologización justificando que la asociación entre transexualidad como patología, es la que permite la atención terapéutica y consecuentemente, la oportunidad de realizar una transición segura dentro de los sistemas de salud.

En otras palabras, la permanencia de la condición trans dentro del saber psiquiátrico es la que facilita el acceso a los sistemas de salud y a los procesos de hormonioterapia, cirugías de redesignación sexual (o como preferimos llamarlas: cirugías de reafirmación sexo-genéricas).

Contrario a esta concepción, es posible reconocer que la comprensión de la transexualidad por la que apostamos en este manuscrito, procura encontrar algunos significados contemporáneos, percibiéndola como un fenómeno histórico y cultural que refleja una de las polisémicas facetas del ser humano.

Por lo tanto, es necesario advertir que el centro de la discusión despatológica de esta condición, no debe ser buscado en los individuos,

y sí en las relaciones sociales, discursivas y semánticas, porque partimos del principio de que la transexualidad es una experiencia identitaria mediada por el lenguaje y caracterizada por el conflicto con las (artificiales) normas de género socialmente creadas.

A fin de profundizar en esta cuestión, consideramos que definir una persona transexual como enferma es aprisionarla y fijarla en una posición necropolítica y existencial.

Por esta razón, con el objetivo de alcanzar una comprensión superadora del pensamiento tradicional, este estudio juzga necesaria la elaboración de un marco normativo más inclusivo capaz de despatologizar esta condición y de legitimar su autonomía.

En este último aspecto, al contrario de lo que muchos defensores conservadores puedan pensar, de que la despatologización limitaría el acceso a los procedimientos terapéuticos deseados, el cambio paradigmático que proponemos es que la transexualidad sea vista como una condición de salud y no como una enfermedad (así como el embarazo y otros estados de salud).

Desde esta perspectiva, aunque la asociación entre el diagnóstico trans y los procedimientos de reafirmación sexual y corporal, haya viabilizado la institucionalización del debate sobre la asistencia a ese grupo en la red pública de salud, se debe problematizar la complejidad que envuelve comprender la condición transexual como una enfermedad.

En ese sentido, se debe colocar en pauta la paradoja anteriormente discutida de que si por un lado el diagnóstico legitima y posibilita el acceso a algunos servicios de salud; por otro lado, es la raíz de las restricciones sociales y estigmas que afectan los diversos niveles de vida de estas personas<sup>(9-10)</sup>.

Como ha sido puesto en manifiesto, al realizar una revisión sobre los aspectos que constituyen el diagnóstico patologizado del trastorno de identidad de género, se puede percibir que la definición del diagnóstico reitera las interpretaciones normativas sobre el género masculino y femenino en la sociedad, medicalizando las conductas desviantes a partir de supuestas “verdades” para cada sexo y comprometiendo de forma significativa la vivencia de una plena autonomía trans<sup>(4,7)</sup>.

En este sentido, concordamos con Bento (2014), en la afirmación de que el diagnóstico debe ser eliminado completamente, considerando que usuarios transexuales poseen el derecho absoluto de decidir sobre sus cuerpos y deseos, hecho que reforzaría simultáneamente el reconocimiento de la noción de trans-autonomía.

En consecuencia, esta lógica vincula el significado de la trans-autonomía a algunos procesos de autodeterminación y toma de decisiones sobre los propios sexos, cuerpos, géneros y sexualidades; considerando que este no es un concepto, y sí una práctica socialmente condicionada y reforzada.

De forma similar, se torna fundamental mantener un campo de reflexión sobre el tema, con la finalidad de promover un precedente que permita a los servicios de asistencia en salud, acoger a esta población integralmente, valorizando sus diversidades y sin estar fijados apenas en la exigencia institucional de la confirmación del diagnóstico.

Seguidamente, otro aspecto que se encuentra intrínseco en el macroconcepto de la trans-autonomía y despatologización de las identidades trans, es el reconocimiento de la ciudadanía, por medio del derecho de cambio de nombre o del marcador del género en los documentos legales.

Justamente, una cuestión inmediata vivida por las personas trans, es que el diagnóstico psiquiátrico y la modificación corporal se tornan condiciones *sine qua non* para dicho cambio en sus documentos, realidad que evidencia las artimañas de exclusión, invisibilización y deslegitimación, aún prevalecientes en nuestras sociedades<sup>(11)</sup>.

Esa realidad permite definir, entonces, que la transexualidad como experiencia identitaria, sin la validación o el reconocimiento de la propia ciudadanía o autonomía, conlleva al silenciamiento del dolor y la angustia que marcan las experiencias cotidianas de esta población. Más exactamente, invisibiliza los obstáculos de acceso al sistema educativo, de salud y al mercado laboral, realidades que los convierte en ciudadanos sin ciudadanía, es decir en homo-sáceres<sup>28</sup> – según la visión tanatopolítica de Giorgio Agamben<sup>(12)</sup>.

En este sentido, entre las cuestiones tratadas en estos argumentos se explicita que las experiencias de vida, deben ser reconocidas según una perspectiva de integralidad histórica, en que individuos y grupos poblacionales son condicionados por determinantes económicas, políticas y socioculturales.

Estas determinantes componen la dinámica de lo real en la sociedad, y la dialéctica se presenta como el método de abordaje de esa

---

<sup>28</sup> Entendemos como homo-sacer a aquel individuo que se encuentra al margen de la ciudadanía y la vida social, es decir aquel sujeto que no es capaz de gozar de los derechos civiles ni de la protección Estatal; que está vivo, pero es como si ya estuviese muerto, precisamente porque su vida se reduce a su mera condición biológica y a la abstracta desnudez de ser un ser orgánico.

realidad, esforzándose por comprender el proceso histórico en su dinamismo, provisoriedad y transformación.

Al respecto, es necesario advertir que los prejuicios y la estigmatización que son instigados por la patologización, el no reconocimiento de la ciudadanía, la necropolítica y la falta de comprensión de una trans-autonomía, justifican en el imaginario colectivo los actos de represión y violencia estructural en sus más variadas facetas en contra de la población trans.

En efecto, el no reconocimiento de la trans-autonomía debe ser analizado a partir de la visión dicotómica y restrictiva de los conceptos del sexo y género, que han edificado su estructura sobre las bases de un problema central, que yace en la construcción necropolítica de una sociedad que tortura y declara muerte y enfermedad en las identidades disidentes<sup>(13-14)</sup>.

Al respecto, esa presunción tiene como requisito fundamental analizar cómo se han (de)construido las identidades y personalidades como productos reguladores advenidos de los discursos hegemónicos propios de los códigos disciplinares y pseudo-normalizadores de la vida social.

En efecto, esos discursos han sido caracterizados por los artificios homogeneizadores de los patrones conductuales colectivos, los cuales excluyen y discriminan a aquellas personalidades que escapan del imaginario de “ciudadano ideal”, inspirados en los legados patriarcales antiguos y aún prevalecientes<sup>(11)</sup>.

Ante este panorama, se infiere que la categorización en el mundo social está relacionada al proceso de polarización de las personas y sus situaciones, desapropiando opciones intermedias.

De forma similar, el lenguaje sociosimbólico actúa como un agente moderador de las (re)producciones del estigma y la perversa exclusión, al mismo tiempo que posee propiedades sistémicas que repercuten en el rechazo social, tal como sucede con las experiencias trans.

Con lo anterior en mente, se creó en el imaginario que la palabra trans rima con transgresión, dado que para muchos es sinónimo de violación de las nociones que presuponen la existencia de una norma que establece y demarca los límites del sexo, cuerpo, género y sexualidad.

Así, bajo esa concepción (explícitamente ambigua) se justifica cualquier acto de patologización y erradicación del reconocimiento de la

trans-autonomía y derechos humanos a favor de este claustro poblacional.

Estos significados polarizados y semánticamente inválidos, se amalgaman como siendo interpretaciones sociales por medio de una (re)producción discursiva que genera como resultado una confusa comprensión hermenéutica<sup>(15)</sup>.

Por lo demás, esa visión paradigmática demuestra que la (des)composición social de los significados del ser trans se refleja en una manipulación sociosimbólica, evidentemente machista, incorporada al discurso cultural, que exagera la naturalidad de la desigualdad; rechazando las determinantes culturales de la diferencia y de la diversidad en las manifestaciones sexuales y de género e invalidando la posibilidad de consolidar finalmente una trans-autonomía.

Finalmente, contrario al carácter mencionado, una de las acciones para despatologizar la condición trans y para reconocer el concepto de trans-autonomía, se evidencia en la necesidad de atención interseccional y multiprofesional en el sector social y de salud, no restringiendo o centralizando la meta terapéutica a las cirugías de reafirmación genital (sexo-genéricas) y demás intervenciones corporales, pero al cuidado integral de esta población. Ello quiere decir que las futuras acciones y políticas deben ser implementadas con una mirada inclusiva y, que aluda a la necesidad de la humanización de las identidades trans (que comprendería la promoción de un atendimento libre de discriminación, incluso a través de la sensibilización de los trabajadores y demás usuarios de la unidad de salud para el respeto de las diferencias y la dignidad humana).

## CONCLUSIÓN

La postura final de este estudio gira en torno a la despatologización compulsoria y el reconocimiento de la trans-autonomía, a partir de la comprensión de que los géneros y los sexos son tecnologías volátiles, inestables, contingentes y plurales.

Por ello, se defiende el derecho a que todas las personas se expresen a partir de sus comprensiones y vivencias como seres femeninos y masculinos, sin que reciban por ello, clasificaciones o sanciones sociales.

A partir de esta perspectiva, la propia concepción de la transexualidad en el Manual de Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE) y en el Manual Diagnóstico y Estadístico de los

Trastornos Mentales (DSM V) de la Asociación Psiquiátrica Americana debería ser revista, ya que estos instrumentos aún parten de la idea de la vivencia transexual como condición mórbida, por lo tanto, pasible a un diagnóstico que, en gran medida se origina en las representaciones ideales del sexo, cuerpo, género y sexualidad.

Por último, el número de investigadores, profesionales de salud y políticos que aceptan el desafío de trabajar, profundizar y abordar la realidad trans, es aún limitado. Por ello, es posible afirmar que la asistencia a estas personas, tiene aún como fuente, una comprensión restricta de la autonomía del sujeto, siendo que no se reconoce la capacidad de las personas a realizar sus propias decisiones y limita el reconocimiento de su ciudadanía por parte del aparato académico y Estatal.

## REFERENCIAS

1. Almeida G, Murta D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. 2013; 14: 380-407.
2. Laqueur T. *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press; 1990.
3. Foucault M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15ª ed. Río de Janeiro: Graal; 2011.
4. Adrian T. Cuadrando el círculo: despatologización vs. derecho a la salud de personas TRANS en DSM- 5 y CIE-11. *Comunidad y Salud*. 2013; 11(1): 60-67.
5. Bento B. *A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
6. Pelúcio L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*. 2012; 2: 395-418.
7. Preciado PB. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Opera Prima; 2002.
8. Silva EA. *Transexualidade: princípios de atenção integral à saúde*. São Paulo: Santos; 2012.

9. Bento B, Pelucio L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Rev. Estud. Fem.* 2012; 20(2): 559-568.
10. Murta D. Os desafios da despatologização da transexualidade: Reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
11. Bento B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea.* 2014; 4(1):165-182.
12. Agamben G. *Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida.* Valencia: Pre-Textos; 2003.
13. Butler J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2013.
14. Butler J. *Undoing Gender.* New York/London: Routledge; 2014.
15. Lionço T. *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica [tese].* Brasília (DF): Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília; 2006.



"ELA colocou seus brinquedos, suas memórias e mágoas dentro do Relicário e viajou para o passado... não morreu, continua aí em algum lugar, mas deixou um bilhete escrito que jamais voltará. ELE ficou feliz, pois sabe que a casa que hoje habita, está suja e bagunçada... mas ainda assim mal cabe sua coleção de novidades, sua mochila de expectativas e suas possibilidades espalhadas pelo chão. Mal cabe toda a paz e alegria nas próprias mãos. A Liberdade agora o visita todas as manhãs... e ele dorme com a esperança, que ocupa quase o espaço todo da cama. Tem dias em que ELE lembra que a irmã brincava com ele de skate, futebol, pipa e carrinho de rolemã... lembra da ajuda nos estudos e com as namoradas... ELE lembra com carinho e amor de quando pegou em suas mãos para conhecer o desconhecido. Entrar nas cavernas escuras... enfrentar os monstros rastejantes e voadores! Mas hoje, ELA dança ao som das músicas que ELE tocava no violão para ELA... Dorme tranquila por saber que ELE está bem. Eles se amam. Mas ELE mora na Rua Presente, bem longe dela... e logo o Sr. Futuro baterá a sua porta para levá-lo a lugares jamais visitados... Melhor que ELE arrume e limpe essa casa, faça um bom chá, e coloque um incenso para queimar. ELE avisa a todos que a irmã manda lembranças, mas que jamais voltará. O que restou dela foi somente fotos, alguns escritos, e o que guardam em memórias. ELE compreende a saudade de todos, mas abre os braços para recebê-los e levá-los a conhecer sua nova casa, seu coração e seu sorriso... seu jardim com rosas e girassóis. Sua gatinha Lótus Marie. Seu colo, seus ombros, seu afago... Para sua proteção, seu arco e flecha, sua tocha e sua espada. ELE é como todos os outros... singular e único." Christian Gallahad Mariano.

PARTICIPANTE DESTA PESQUISA, BRASIL  
(2014)



### 3 AO ENCONTRO DO DIMENSIONAMENTO TEÓRICO

Começo este item relatando, através de uma revisão narrativa, os principais elementos teóricos e metodológicos do referencial teórico selecionado para a interpretação dos resultados que posteriormente serão apresentados.

Teço como propósito primordial desta seção, revisitar os principais conceitos derivados do pensamento do psicólogo social Serge Moscovici, após de ter revivido o termo (até então eclipsado) das representações coletivas, elaborado pelo seu antecessor sociólogo Emilio Durkheim.

Permito-me esclarecer ainda, que a escolha por este referencial se ancora no intuito de compreender as representações do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre as pessoas trans, mas principalmente das normativas e regras que conduzem esses pensamentos sociais. Por essa razão, a teoria elaborada por Moscovici, ratifica-se como a mais relevante para contribuir na concretização dos objetivos elencados nas tenras etapas desta tese.

#### 3.1 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS<sup>29</sup>

##### **RESUMO**

Este manuscrito convida a discutir a natureza plural dos principais aspectos conceituais, teóricos e metodológicos das representações sociais nas suas diferentes manifestações. Utilizaram-se como base para discussão dos tópicos os principais textos que amalgamam a visão de pesquisadores reconhecidos na Psicologia, Sociologia e Enfermagem. Segundo Moscovici, as representações sociais correspondem a atos de pensamento nos quais os sujeitos se relacionam com o objeto e diante vários mecanismos esse objeto é substituído por símbolos, fazendo com que ele seja representado na mente do sujeito. Esse processo de representação implica diferentes processos de contextualização, transformação, construção e interpretação mediados por aspectos socioculturais e linguísticos. Na perspectiva transdisciplinar, as representações sociais emergem como um campo multidimensional que

---

<sup>29</sup> Artigo publicado: CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso et al. Theoretical and methodological aspects of social representations. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157-1165, 2015.

possibilita questionar a natureza do conhecimento e a relação indivíduo-sociedade, se inserindo nas principais correntes epistemológicas pós-modernas para criar entidades operativas de comunicação e atuação cotidiana.

**Descritores:** Representações sociais. Psicologia social. Pesquisa. Conhecimento epistemológico.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A noção das representações sociais corresponde à teoria elaborada por Serge Moscovici, no ano de 1961, depois de ter renovado o emprego do conceito (até então eclipsado) das representações coletivas, elaborado por Emilio Durkheim.

O sucesso desta teoria surge diante do interesse pela compreensão dos fenômenos coletivos e, principalmente, pelas normativas e regras que conduzem o pensamento social, que fazem com que as representações se movimentem no meio de diferentes conceitos e percepções.

O ponto de partida da teoria estabelece que não existe distinção alguma entre os universos, exterior e interior, do indivíduo ou do grupo. O sujeito e o objeto não são fundamentalmente distintos. Por tanto, o estímulo e a resposta são indissociáveis, já que formam um conjunto.<sup>1</sup>

Uma representação é sempre aquilo que tem um significado para alguém. Esse vínculo com o objeto está intrínseco dentro do nexos social e deve ser lido e interpretado dentro desse marco, visto que a representação tem sempre um caráter social e compreende os processos simbólicos das condutas e comportamentos humanos.<sup>2-3</sup>

Nessa lógica, o conhecimento de um objeto por parte de um sujeito será produzido graças às imagens do objeto que são forjadas na mente dele. Assim, as representações sociais são constituídas por elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos e por crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens que se organizam ou estruturam para evidenciar/significar a realidade, geralmente relacionadas à ação e reflexão.<sup>4</sup>

Representar significa rerepresentar, ou seja, é desvelar um significado, às vezes inconsciente e subjetivo.<sup>5</sup> Não existe realidade objetiva, visto que ela é rerepresentada, apropriada/interiorizada e reconstruída no sistema cognitivo do indivíduo (ou grupo) e integrada no seu sistema de valores, que varia de acordo com sua história e o contexto social e ideológico que o circunda.

É através das representações sociais – coletivamente elaboradas – que adquirimos o sentido do mundo e comunicamos esse sentido os uns com os outros. Como exemplo da nossa existência social, as representações se originam na vida diária de forma espontânea, no curso da comunicação interindividual.

Permite-nos construir um marco de referências que facilita as nossas interpretações da realidade e guiam nossas relações com o mundo, assim sendo encontram-se implícitas no nosso tecido cultural.<sup>6</sup>

O estudo das representações sociais envolve o estudo da sociedade em todas suas expressões dinâmicas, foca-se na natureza do pensamento humano e nas formas como as pessoas mudam a sociedade, e nesse intercâmbio constante entre os mecanismos subjetivos e o mundo social é que se consegue a comunicação intersubjetiva.<sup>3-7</sup>

Pode-se partir, então, do pressuposto de que não existe um mundo verdadeiro e pré-elaborado. Deve-se partir do fato de que existem distintas construções e concepções da realidade nesse mundo. O mundo não é mais do que uma ideia de mundo e existe uma gama quase infinita de mundos possíveis em uma mesma realidade.

As representações sociais correspondem ao ordenamento do imaginário em imagens, que condensam significados e constroem sistemas de referência que permitem interpretar e classificar essas construções.

Parte-se do fato, de que as pessoas não constroem seus pensamentos de forma isolada, mas que se influenciam as umas com outras sobre a base das verificações coletivamente compartilhadas e referidas aos objetos que conformam sua realidade.<sup>6</sup>

Deste modo, tem-se aberto a possibilidade de compreender que alguns elementos das representações tais como as normas sociais, são flexíveis e mutáveis, bem como tem-se desvelado que os significados são elaborados e compartilhados em processos específicos de interação social em mundos concretos e particulares.

Diversos autores fazem hoje releituras, atualizações ou extensões do pensamento de Serge Moscovici, levando o campo do estudo das representações sociais a assumir um caráter mais diversificado do ponto de vista teórico-conceitual. Para alguns deles, as representações sociais são uma construção sociocultural cujos conteúdos são influenciados pelos processos emergentes na sociedade moderna, que influenciam, por sua vez, a realidade.<sup>8</sup>

O uso teórico e metodológico das representações sociais no campo da pesquisa em Enfermagem e Ciências Sociais tem se

caracterizado pela sua pluralidade e complexidade conceitual nos estudos de Mestrado e Doutorado e se coloca como uma opção que possibilita a compreensão de uma realidade concreta.<sup>9</sup>

Nessa perspectiva, o presente manuscrito teceu por objetivo discutir os principais conceitos teóricos e metodológicos das representações sociais nas suas diferentes manifestações textuais e contextuais e nas circunstâncias particulares que fazem que certos componentes da cultura emergjam da ordem do imaginário.

Utilizou-se, portanto, como base para discussão dos tópicos os principais textos que amalgamam a visão de Serge Moscovici, Denise Jodelet e outros pesquisadores reconhecidos na Psicologia, Sociologia e Enfermagem.

Duas linhas de argumentação foram desenvolvidas para esta discussão e articulação do pensamento interdisciplinar das representações sociais. Trata-se, pois, de argumentar a despeito da diversificação conceitual, teórica, temática e metodológica característica do campo das representações; e, de apreciar a diversidade terminológica que acompanha a pluralidade de contribuições do seu estudo.

As adjetivações que têm sido introduzidas correspondem a recortes efetuados segundo critérios não apenas teóricos, mas também temáticos e até metodológicos. Espera-se que esta revisão possa contribuir para à compreensão de um domínio tão amplo, assim como à incorporação de novos objetos ou ênfases de pesquisa em Enfermagem, Psicologia, Sociologia e Educação.

## **A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL**

Desde uma visão dinâmica, as representações sociais são concebidas como uma rede de conceitos e imagens interativas – porque correspondem à ordem do imaginário enquanto imagens que condensam significados e se constituem em sistemas de referência que nos permitem interpretar e classificar uma realidade – cujos conteúdos evoluem continuamente através do tempo e do espaço.

Podem-se encontrar diversas afirmações que reconhecem a elaboração contextual das representações sociais e, atualmente tem-se criando novas interpretações e hipóteses para compreender melhor sua natureza pragmática.

Assim como a linguagem é polissêmica (plurissignificativa), o conhecimento é polifásico. Isso significa em primeiro lugar que as pessoas estão habilitadas para usar diferentes modos de pensamento e

diferentes representações de acordo com o grupo particular de pertença e o contexto em que se encontra em um dado momento.<sup>10</sup>

Enquanto fenômenos sociais que se expressam em um dado contexto social, as representações sociais se apresentam sob formas variadas e complexas. Poder-se-ia afirmar que são imagens que condensam um conjunto de significações.

Em outras palavras, são sistemas de referências que permitem interpretar o que aconteceu em um lugar e momento específicos, dando sentido ao inesperado. Ou seja, são categorias que ajudam na classificação de circunstâncias e uma maneira de interpretar e pensar o nosso cotidiano.<sup>10</sup>

Nesse sentido, para compreender a noção pura das representações sociais, devem ser consideradas as diferentes formas de interpretar e de pensar a realidade cotidiana como uma forma de conhecimento social.

Correlativamente, deve-se identificar qualquer atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e grupos para fixar sua posição com relação às situações, eventos, objetos e comunicações que lhes dizem respeito.

Estes argumentos são limitados na concepção de que as representações sociais não são estruturas mentais independentes das situações e não costumam ter uma validade transituacional.

Cabe reconhecer que existem dois fatores importantes do contexto propriamente dito: as cognições sobre os outros (crenças e valores sobre o que pensam, fazem e valorizam os outros agentes sociais); e, as relações sociais relevantes nas quais estão entrelaçadas as pessoas em um âmbito de ação (vínculos sociais e identidades grupais).

Esse último aspecto é plenamente assumido por todas as perspectivas e admitem que as representações sociais são socialmente construídas e culturalmente corretas no seu próprio sentido, assim como funcionais na vida social diária.

A ideia de que são culturalmente corretas significa que estão em harmonia com aquilo que é socialmente desejável, esperado ou “vendido”. É preciso, entretanto, reconhecer que se isso acontece dessa forma é porque as cognições e os discursos são vulneráveis aos vínculos sociais relevantes.

O anterior pressupõe de que ao pensar ou falar sobre um objeto específico, tende-se a ser sensível às reações dos outros com quem se mantém alguma relação significativa.<sup>4,10</sup>

A noção de representação social está na relação proporcional do psicológico e do social. Concerne em primeira instância, à forma como

os sujeitos sociais aprendem e compreendem os acontecimentos e informações que o ambiente físico e social do cotidiano oferecem, ou seja, do conhecimento espontâneo do senso comum e do saber popular/pré-teórico.

Este conhecimento constitui-se a partir das experiências individuais dos sujeitos, mas também dos saberes, práticas e modelos de pensamento que são recebidos por diferentes aparelhos sociais, tais como os costumes, a tradição, a educação e a comunicação.

É, também, um conhecimento socialmente partilhado e prático que objetiva, essencialmente, dominar o meio social e físico dos indivíduos, assim como compreender e explicar os fenômenos que definem o seu universo vivencial.<sup>10-11</sup>

Cabe ressaltar que o fator social, nessa perspectiva, intervém de várias formas: pelo contexto concreto onde as pessoas e os grupos estão situados; pela comunicação que estabelecem entre eles; pelos quadros de apreensão fornecidos por sua bagagem cultural; pelos códigos, valores e ideologias ligados às posições ou participações sociais específicas.<sup>4</sup>

De fato, esse mesmo conhecimento, pareceu a Moscovici ser a base de uma psicologia relacionada à produção mental social como a ciência, o mito, as crenças religiosas e as ideologias<sup>7</sup>.

Para esse autor, o conceito macroscópico das representações sociais faz referência a uma elaboração teórica que deve refletir as relações sociais, ao mesmo tempo que, ajuda a edificá-las.

A propósito, ao destacar a distinção das representações sociais desse macroconjunto de conceitos inter-relacionados, Moscovici argumenta que uma representação social não é pouco mais do que uma crença ou uma noção que diz respeito a fenômenos que são definíveis de modo unívoco<sup>3</sup>.

Complementa ainda que as representações sociais não são apenas compilações de cognições ou sistemas cognitivos, são aspectos das sociedades e das culturas que têm por função a elaboração de mapas de comportamentos e comunicação entre os indivíduos.

Na concepção tradicional, trata-se de um saber que se situa como instância onde uns e outros se cruzam e engendram mutuamente. Nela, o objeto está presente sob a forma de imagens, ideias, conceitos e (re)significações que refletem esse objeto exterior (dado que a representação é sempre a representação de um objeto pelo sujeito), mas que simultaneamente reinterpretam a própria atividade do sujeito individual ou social e, portanto, são também expressões desse sujeito.



Nessa lógica, as representações sociais não podem ser vistas como uma organização cognitiva antinômica fechada ou terminada, já que são organizações dinâmicas, portanto abertas, imperfeitas e de unidade raramente concluída.

Acredita-se que a noção e organização cognitiva da representação social, pode ser entendida como o resultado da construção de uma organização dinâmica onde o sujeito é o protagonista. Nela, pode-se encontrar o complexo e seletivo jogo subjetivo combinado à organização de um saber que cumpre o seu papel de instrumento de adaptação ao cotidiano.

É preciso, entretanto, reconhecer que como argumentado por Moscovici os consensos e as noções que caracterizam às representações sociais são dinâmicos, mas não significam uniformidade nem tampouco excluem a diversidade, pois a representação assume um desenho onde os conceitos e as imagens podem coexistir sem nenhuma ambição de uniformidade para que a discussão possa continuar e os pensamentos circular<sup>3</sup>.

A elaboração retórica do debate e competência sobre a noção da representação, ao final é sempre uma fonte de reflexão e inovação. De fato, desde uma perspectiva dinâmica, as representações sociais aparecem como uma rede de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos entretecidas e conseqüentemente heterogêneas, móveis e fluidas.

## **FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES**

A representação social é o reflexo das relações complexas, reais e imaginárias, objetivas e simbólicas que o sujeito mantém com o objeto. Essas relações fazem da representação um sistema simbólico organizado e estruturado cuja função primordial é a apreensão e o controle da realidade, permitindo sua compreensão e interpretação.

Em outras palavras, a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que dirige as relações dos indivíduos com seu entorno físico e social, já que determina seus comportamentos, condutas e práticas.

É um guia para a ação que orienta tanto as ações como as relações sociais, e também um sistema de pré-modificação da realidade, dado que determina um conjunto de antecipações e expectativas.<sup>3,12</sup>

Na análise e compreensão das representações sociais, supõe-se um duplo enfoque, que integra os dois componentes da representação: o cognitivo supõe o sujeito ativo possuidor de uma estrutura psicológica,

submetido às regras que regem os processos de compreensão e, abrange também o componente social responsável pela implementação e execução dos processos cognitivos que é determinado pelas condições sociais nas quais a representação está sendo elaborada ou transmitida.<sup>5-13</sup>

O componente social é o gerador das regras que podem ser muito distintas das lógicas cognitivas. Essa coexistência permite compreender porque a representação integra os elementos racional e irracional, ao tempo que pode unir contradições, porque os raciocínios podem parecer, em alguns momentos, como ilógicos ou incoerentes.<sup>3,14</sup>

Com relação à função contextualizadora das representações sociais, evidencia-se como um dos seus elementos fundamentais a significação determinada por pelo menos dois efeitos do contexto: o discursivo e o social.

O primeiro, refere-se ao conjunto de condições de produção do discurso, a partir da qual é formulada ou desvelada uma representação. Essa significação depende das relações concretas que se verificam no tempo dessa interação. Por outro lado, o contexto social é definido como o contexto ideológico e o lugar que o indivíduo (ou grupo) ocupa no sistema de interação.

Igualmente importantes são algumas funções atribuídas às representações sociais por exemplo: a função do saber, a função identitária, a função de orientação e a função justificadora.

A função do saber relaciona-se com o permitir compreender e explicar a realidade. O saber prático de senso comum possibilita aos protagonistas adquirir novos conhecimentos e integrá-los dentro de um marco assimilável e compreensível, porém deve estar em consonância com o funcionamento cognitivo e com os valores adquiridos para constituir um saber coletivo e comum.

Com relação às funções identitárias, estas definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. Além da função cognitiva de compreender e explicar, as representações sociais também possuem a função de situar os indivíduos e grupos dentro do campo social.<sup>6-15</sup>

Quanto às funções de orientação, pode-se dizer que as representações sociais são as responsáveis por elaborar as condutas, comportamentos e práticas. Nesse sentido, o sistema de pré-modificação da realidade que as constitui, é um guia que resulta da intervenção de três fatores:

- a) A representação determina *a priori*, o tipo de relações pertinentes para o sujeito, assim como o tipo de gestão cognitiva que se adotaria;
- b) A representação produz igualmente um sistema de antecipações e expectativas, dado que gera uma ação sobre a realidade que não depende da evolução de uma interação, pelo contrário a ação precede e determina essa evolução.
- c) A representação é prescritiva de comportamentos e práticas obrigatórias, porque define aquilo que é lícito, tolerável ou inaceitável em um contexto específico.

Finalmente, com relação às funções justificadoras, pode-se mencionar que estas permitem justificar a *posteriori*, as posturas e os comportamentos gerais. Tem papel essencial por intervir depois da ação e por permitir que os atores sociais expliquem e justifiquem suas condutas em uma determinada situação.<sup>3</sup>

Mesmo sobre representações elementares, existe um processo de elaboração cognitiva e simbólica que vai orientar os comportamentos. É nesse sentido que a noção de representação inova em comparação com outros modelos psicológicos: já que relaciona processos simbólicos e as condutas.

Pode-se, também, prever que as representações que circulam na sociedade possam desempenhar um papel por elas mesmas, a se autonomizar para ter uma eficácia específica.

Assim sendo, o estudo das representações, assim como as implicações das funções na operacionalização de uma pesquisa em Enfermagem e Saúde contribuem na compreensão dos diferentes processos que permeiam a dialética saúde/doença e possibilita uma análise da teoria e práxis sobreposta através dos diferentes mecanismos de cuidado, pois as representações sociais se refletem na ação cotidiana que evidenciam as expectativas e a visão do mundo dos profissionais de saúde e dos sujeitos cuidados.

## **CONTEÚDO E ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL**

Duas dimensões tornam social a representação: o contexto onde o sujeito se encontra em uma situação de interação social ou de face à um estímulo social que já foram abordadas anteriormente e, o sujeito social,

que intervém na elaboração de ideias, valores e modelos que ele possui do grupo ao qual pertence.<sup>3-4</sup>

Nessa concepção, o sujeito é considerado como produtor dos significados, ou seja, ele exprime em sua representação o sentido que dá à sua experiência no mundo social.

O caráter social da representação deriva-se da utilização de um sistema de códigos e de interpretações fornecidos pela sociedade ou da projeção de valores e de aspirações sociais.

Nesse sentido, a representação é também considerada como a expressão de uma sociedade específica. Ademais, existem outros elementos centrais que devem ser considerados conforme uma perspectiva plurimetodológica ao avaliar as representações sociais que são: a identificação do conteúdo; o estudo, a importância e a hierarquia das relações entre os elementos; e, a determinação e controle do núcleo central.<sup>10</sup>

A organização de uma representação expõe sua modalidade particular e específica, onde seus elementos hierarquizados giram em torno do núcleo central, constituído por um ou vários elementos que produzem a significação nessa representação.

Essa ideia de centralidade existe a partir dos textos de Heidegger, onde se desvela a ideia de que as pessoas têm uma tendência a colocar os eventos que chegam no seu entorno, dentro de núcleos unitários e condicionados de forma interna. Esses núcleos unitários são os que atribuirão significados aos fatos esperados.<sup>5,10</sup>

O núcleo como eixo central, está contido nos principais trabalhos de Psicologia Social. Moscovici, nos seus trabalhos sobre psicanálise, define que o passo do conceito à representação é definido através de etapas sucessivas.<sup>3,16</sup>

A primeira fase de elaboração consiste em reter, de maneira seletiva, parte da informação que circula na sociedade para produzir um corpo particular de conhecimentos em relação ao objeto. Esse processo é denominado de objetivação e permite passar da teoria científica ao modelo figurativo ou ao núcleo figurativo. Os elementos do núcleo, além de estarem dissociados do contexto que os produziu, adquirem uma autonomia maior que aumenta sua possibilidade de utilização para o indivíduo.

O núcleo é simples, concreto, gráfico, coerente e corresponde ao sistema de valores ao qual o indivíduo utiliza como referência, de acordo à cultura, às normativas e às regras sociais. Este é em termos gerais, o elemento fundamental da representação que determina a

significação e a organização da mesma. Ele tem duas funções claramente definidas: uma geradora, responsável por criar e transformar a significação dos elementos constitutivos, e uma organizadora, que determina a natureza dos laços que unem entre eles os elementos da representação, por essa razão o núcleo é unificador e estabilizador da representação.<sup>13,17</sup>

Tem, também, propriedades que garantem a perenidade em contextos cinéticos e evolutivos. Esse elemento resistirá mais às mudanças. A simples identificação do conteúdo de uma representação é insuficiente para reconhecê-la e especificá-la, já que a parte essencial é a organização desse conteúdo.

Podem surgir duas representações definidas por um mesmo conteúdo, mas radicalmente diferentes, se a organização desse conteúdo e a centralidade de certos elementos são diferentes.

O núcleo possui dimensões qualitativa e quantitativa. Não será a presença de um elemento que define a centralidade, senão a significância outorgada à representação. Poderiam existir laços ou elementos que quantitativamente são idênticos e fortes, mas um deles estaria no núcleo central e o outro não.<sup>13-17</sup>

De fato, está consolidado na literatura que segundo a natureza do objeto e a finalidade da situação, que o núcleo central poderia ter dimensões distintas: uma dimensão funcional e uma dimensão normativa.

O que importa nessa classificação não é estudar a representação de um objeto, senão saber qual é o objeto da representação. Para que um objeto seja alvo da representação, faz-se necessário que os elementos organizadores de sua representação formem parte ou estejam diretamente associados com o objeto.

A representação mental e social comporta um caráter significativo para alguém e faz aparecer alguma questão daquele que a libera. Desse modo, ela não é uma simples reprodução, mas sim, uma construção que comporta a comunicação e a autonomia individual ou coletiva.

Com relação aos elementos periféricos – que se organizam ao redor do núcleo central – pode-se dizer que sua presença, ponderação, valor e função estão determinados pelo núcleo. Eles compreendem informações retidas, selecionadas e interpretadas com relação ao objeto e seu entorno.

São elementos hierarquizados que mantêm uma aproximação com o núcleo e que desempenham um papel importante na

concretização do significado da representação, no caso de encontrarem-se distantes, ilustram, aclaram e justificam essa significação.<sup>13,17-18</sup>

Esses elementos periféricos constituem a interfase entre o núcleo central e a situação concreta na qual se elabora a representação. Responde a três funções essenciais: de concretude, de regulação e de defesa.

A primeira depende diretamente do contexto, integrando os elementos da situação na qual a representação é produzida. Faz uma releitura do presente e do vivido pelo sujeito, em outras palavras ela ancora a representação na realidade.

A segunda constitui o aspecto cinético e evolutivo da representação. Por último, a função de defesa que funciona como um sistema de proteção da representação, já que é onde se operará uma transformação ou onde as contradições poderiam aparecer e ser mantidas.<sup>13-19</sup>

Os elementos periféricos são esquemas organizados pelo núcleo central e garantem desta forma, o funcionamento da representação como ponto chave no desvelamento de uma situação.

A análise de uma representação social, como o conjunto de informações, opiniões, atitudes e crenças organizadas ao redor de uma significação central, precisa que sejam conhecidos seus três componentes essenciais: seu conteúdo, sua estrutura interna e seu núcleo central.

Nenhuma técnica desenvolvida até agora permite coletar, analisar ou interpretar conjuntamente os três elementos, sugere-se, portanto, uma aproximação plurimetodológica articulada em quatro etapas que inclui a coleta do conteúdo, a busca da estrutura e do núcleo central, a verificação da centralidade e a análise da argumentação.

A rigor, nos estudos sobre o conteúdo e a estrutura das representações sociais, Moscovici, evidenciou dois processos básicos e complementares que explicam a maneira como o social transforma o conhecimento em representação e reciprocamente, como a representação social transforma a esfera social. Esses processos são a objetivação e a ancoragem.

## **A OBJETIVAÇÃO: O SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO**

A objetivação é a operação imagética e estruturante que torna concreto o abstrato, e torna intercambiáveis o preceito e o conceito. Através dela, as ideias ou noções abstratas que são objeto da

representação, materializam-se ganhando corpo, textura material e significação maleável. Objetivar é incorporar um excesso de significações ao materializá-las.<sup>3,20-21</sup>

Reconhece-se que, por uma colocação em imagens de noções abstratas, dá uma textura material às ideias, faz corresponder argumentos nas palavras, proporciona corpo aos esquemas conceituais, porque ao final objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as. Esse processo esclarece como se estrutura o conhecimento do objeto.<sup>3,7</sup>

Na objetivação, a intervenção do social se traduz no agenciamento e na formulação dos conhecimentos relativos ao objeto de uma representação, articulados com uma característica do pensamento social que é a propriedade na qual se concretiza o abstrato, ou seja, ocorre a materialização da palavra. Com a objetivação pode-se definir uma operação estruturante da imagem.

Moscovici sistematiza a objetivação em três etapas: seleção e descontextualização dos elementos daquilo que vai ser representado, com a finalidade de enxugar o excesso de informação; a formação de um núcleo figurativo; e, a naturalização da representação<sup>3</sup>.

Na primeira etapa, as informações que circulam no ambiente em função dos critérios culturais e normativos sofrerão transformações e releituras baseadas em informações prévias, na experiência e de acordo com valores.

Na segunda, uma estrutura imaginária reproduzirá de maneira visível uma estrutura conceitual, onde os conceitos teóricos serão constituídos em um conjunto gráfico e coerente que permitirá compreendê-los de forma individual e nas suas inter-relações.

Em outras palavras, uma vez realizadas as primeiras releituras e transformações, estas serão reconstruídas e tecidas em um esquema que se tornará em um núcleo figurativo da representação (isto concretizaria o aspecto imagético imaginário da representação).

Finalmente, a etapa figurativa permitirá concretizar cada um dos elementos que fazem parte da realidade. Procedendo assim, faz com que o objeto até então, desconhecido seja devidamente desmembrado, transformado, relido, recomposto e, a partir de então, torna-se efetivamente em algo objetivo, palpável e natural.<sup>3,7,10,22</sup>

O modelo de objetivação no seu triplo caráter de construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização, revelam um grande alcance. Por um lado, aparece como generalizável a toda representação.

Por outro lado, ele comporta prolongamentos importantes desde a perspectiva da lógica e do funcionamento do pensamento social. Esse modelo desvela a tendência do pensamento social por meio da construção estilizada, gráfica e significativa.

Aparece como uma construção seletiva e subordinada a um valor social que produz uma biologização do social, quando se transformam diferenciações sociais em diferenças do ser.

### **A ANCORAGEM ENQUANTO CONTRIBUIÇÃO DE SENTIDO NA REPRESENTAÇÃO**

O processo de ancoragem supõe a fixação das representações na realidade, assim como à atribuição da funcionalidade e ao desempenho do papel regulador das interações grupais, pois é diante da atribuição do sentido que o objeto é reelaborado.

Desta forma, a ancoragem atua como um processo de significação, de utilidade e de integração cognitiva que tem um caráter de funcionalidade<sup>3,10,16,17</sup>. Procura-se, com isso identificar o enraizamento social da representação social e do seu objeto.

A intervenção do social se traduz no significado e na utilidade que lhe são concedidas. A ancoragem implica uma integração cognitiva do objeto representado dentro do sistema de pensamento preexistente e das transformações derivadas deste sistema, tanto de uma parte quanto da outra.

Pode-se considerar como sendo a inserção orgânica dentro do pensamento previamente constituído. Jodelet<sup>10</sup> relaciona o fenômeno da ancoragem com três funções básicas que se encontram na base da representação: a função cognitiva de integração da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de fundamentação e orientação das condutas e das relações sociais.

Moscovici<sup>3</sup>, por sua vez introduziu a noção de que a ancoragem é o mecanismo que facilita a compreensão da forma como os elementos representados em uma teoria se articulam e contribuem para exprimir e construir as relações sociais.

Assim, a ancoragem como instrumentalização do saber permite compreender como os elementos da representação expressam as relações sociais. Esse processo só tem lugar depois da objetivação, já que a estrutura gráfica se converte em um guia de leitura, através de uma generalização funcional como referência para compreender a realidade.



Aqui o sujeito recorre ao que é familiar para realizar uma espécie de conversão da novidade. Nesse sentido, além da função de interpretação, a ancoragem possibilita que as pessoas possam se comunicar entre os grupos aos quais pertencem sob critérios comuns, com a mesma linguagem. Trata-se de uma relação direta com as funções de classificar, nomear e ordenar o entorno em unidades significativas de compreensão.

Duas modalidades de intervenção permitem descrever o funcionamento da ancoragem que são a inserção do objeto da representação em um marco de referência conhecido e preexistente e, a instrumentalização social do objeto representado. A inserção das representações na dinâmica social é uma forma de ancoragem, transformando-as em instrumentos úteis de comunicação e compreensão.<sup>10-11</sup>

Até este ponto, elucidou-se que as representações sociais se convertem em sistemas de leitura da realidade social, expressando e contribuindo no desenvolvimento dos valores sociais existentes.

O enfoque das Representações sociais no marco experimental tem demonstrado amplamente o laço que existe entre o sistema de interpretação que essas proporcionam e as condutas que guiam.

Abria-se para elucidar, em particular, os mecanismos que resultam do jogo entre a objetivação e a ancoragem em situações experimentais, as quais fazem com que os sujeitos se comportem de forma cooperativa ou competitiva, segundo as representações induzidas pelo pesquisador experimentador<sup>13</sup>.

A objetivação e a ancoragem são processos básicos na geração e no funcionamento das representações sociais. Amalgamam-se para fazer inteligível a realidade, mantêm uma relação dialógica e desta maneira, resulta o conhecimento prático e funcional: um conhecimento social que favorece o desenvolvimento das situações e relações que estão imersas na vida cotidiana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conceito de representação social foi introduzido na psicologia social em razão da insuficiência dos modelos clássicos e, em particular, do modelo behaviorista para dar conta das interações significativas com o mundo. São construções sociocoletivas, não individuais cuja noção situa-se na interface do psicológico e do social.

Ao contrário das teorias psicológicas clássicas, a representação não é um puro reflexo do mundo exterior, ela não é a reprodução passiva de um exterior em um interior.

É uma visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito que reestruturam a realidade para permitir uma integração, em simultâneo, das características objetivas desse objeto, das representações anteriores e do sistema de atitudes do próprio sujeito.

As representações sociais são dinâmicas e se transformam no tempo e no espaço, como também é dinâmico e camaleônico o léxico utilizado para referir-se a elas.

Seu estudo favorece uma alternativa para a compreensão dos modelos de cognição social, ao isolar os mecanismos sociais e cognitivos que intervêm no pensamento social.

Como esperado, a confluência de uma gama tão grande de aportes com origens tão diversos como da psicologia e sociologia, não poderia configurar senão um domínio acadêmico com infinitos limites que proporcionam a possibilidade para que outras ciências como a enfermagem, utilizem este tipo de marcos estruturais como base teórica, temática, conceitual e metodológica.

## REFERÊNCIAS

1. Lefevre F, Lefevre AMC. Discourse of the collective subject: social representations and communication interventions. *Texto context Enferm.* [serial on the Internet]. 2014 June [cited 2014 Oct 06]; 23(2): 502-507. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010407072014000200502&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072014000200502&lng=en). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014000000014>.
2. Moscovici S. *Psicologia social: influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos*. Barcelona: Paidós; 2005.
3. Moscovici S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 9ªed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2012.
4. Moscovici S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Rio de Janeiro: Vozes; 2012.
5. Abric, JC. *Prácticas sociales, representaciones sociales*. México D.F: Ediciones Coyoacán; 2001.

6. Vergara Quintero, María Del Carmen. La naturaleza de las representaciones sociales. *Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Niñez. Juv.* 6(1), p.55–80, 2008.
7. Moscovici S. *A representação social da Psicanálise.* (A. Cabral, Trad.) Rio de Janeiro: Vozes; 2012.
8. Cárdenas M, Parra L, Picón J, Pineda H, Rojas, R. Las Representaciones Sociales de la Política y la Democracia. *Ultima década.* 2014; 15 (26): 53-78.
9. Martinez EA, Souza SR, Tocantins FR. As contribuições das representações sociais para a pesquisa em saúde e na Enfermagem. *Invest Educ Enferm.* 2012;30(1):101-107.
10. Jodelet D. Os processos psicossociais da exclusão. In Sawaia, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* Petrópolis: Vozes; 2012.
11. Jodelet D. Représentations Sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet D. *Les Représentations Sociales.* P.U.F. Paris; 1989.
12. Spink MJP. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde pública.* 2011; 9(3): 300-308.
13. Abric JC. A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction. Em R. Farr & S. Moscovici (orgs.), *Social Representations.* Cambridge: University Press; 2004.
14. Vala J. Sobre as representações sociais: para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais.* 2006; 4(1):5-30.
15. Sancovski B. Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. *Psicologia & Sociedade.* 2007; 19(2): 7-14.
16. Moscovici S, Hewstone M. De la ciencia al sentido común" en S. Moscovici, *Psicología social II, Pensamiento y vida social.* Psicología social y problemas sociales. Barcelona: Paidós; 2005.
17. Araya-Umaña, S. Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión. *Cuaderno de Ciencias Sociales.* 2012; 9(2): 127-132.
18. Harré R. Some reflections on the concept of Social Representation. *Social Research.* 2004. 51: 927-38.

19. Berger P; Luckmann T. La construcción social de la realidad. Buenos Aires: Amorrortu; 2011.
20. Padilha MICS, Guerreiro DMVS, Coelho MS. Aspectos teórico-metodológicos das representações sociais e seu uso na enfermagem. Online Braz. J. Nurs. [periódico online] 2007[citado 14 setembro 2014]; 6(2). Disponível em: <http://www.uff.br/objnursing/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2007.601/199>, v. 6, n. 2, p. 153-162, 2007.
21. Tateo L, Iannaccone A. Social representations, individual and collective mind: A study of Wundt, Cattaneo and Moscovici. Integrative Psychological and Behavioral Science. 2011; 45(1): 1–13.
22. Howarth C. A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. British Journal of Social Psychology. 2006; 45: 65-86.

Não sou um homem confuso. Sou uma trans que começou uma trajetória de mudança. Pela primeira vez quando caminhei no meio dos olhares, das piadas, das trocas, vestida como mulher, eu me senti mulher. Sigo o caminho da minha vontade que esmaga dezenas de tabus, mas eu continuo caminhando e passando como trator.

PARTICIPANTE TRANSMULHER, BRASIL  
(2014)



#### **4 ABRINDO CAMINHOS: SOBRE OS DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS**

Os avanços identificados nos estudos que abordam a temática da transexualidade têm-se incrementado consideravelmente nos últimos dez anos. Por essa razão, a escolha do percurso metodológico deste estudo, devia responder às novas necessidades identificadas nessas pesquisas, além de contemplar as características da constante transformação do saber que funcionou como um canal de aproximação, vinculação e compreensão do sujeito na sua integralidade, particularidade, complexidade, historicidade e entorno.

De conformidade com a natureza do problema de pesquisa que se relacionava com a compreensão das representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre sujeitos transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica; este estudo se apresentou como uma possibilidade de reconhecimento que buscava dignificar e valorizar a posição do indivíduo trans, no meio de uma sociedade dicotômica e disfarçada de pseudo liberdades simbólicas que aprisionam e estigmatizam os corpos considerados como ininteligíveis, subversivos, diferentes ou revolucionários.

Diante desse cenário tempestivo, a preferência pela pesquisa qualitativa, desvelou-se como a mais apropriada neste estudo, porque este método se interessa na interpretação e desvelamento de uma realidade por meio da exposição das subjetividades.

Como exposto anteriormente, a presente pesquisa pretendeu chegar à base do pensamento dos indivíduos através daquilo que eles mesmos expressavam por meio da linguagem, para, dessa forma, compreender as representações do seu universo particular.

A dinâmica complexa anteriormente desenhada, foi capturada e plasmada de forma rigorosa para sua posterior análise, diante do uso das técnicas que considere mais adequadas e pertinentes, compreendendo a realidade como um processo que unifica significados e não como uma simples justaposição de elementos.

Nesse sentido, a interpretação da realidade foi entendida como uma totalidade organizada de partes que apresentavam uma forte interação entre si, porque em um sistema humano, o comportamento de cada parte, depende do estado dos outros elementos, porque se encontram inter-relacionados.

Portanto, cada realidade – seja esta por meio de pensamentos, crenças, atitudes, condutas ou interesses – não acontece de forma

isolada, pois recebe seu sentido e significado por intermédio do papel e função que desempenha no indivíduo.

Conexo a esses pensamentos, considero que nos encontramos em um momento histórico singular que abre novos caminhos para (re) ler/ver algumas condutas, comportamentos e possibilidades que procurem revolucionar o pensamento hegemônico e patriarcalmente instaurado, com a finalidade primordial de responder e satisfazer às atuais e complexas necessidades do cuidado às populações socialmente subalternizadas. Por essa razão se faz imperativo mudar a visão positivista e esquadriñar a narrativa experiencial, subjetiva e plural na práxis cotidiana dos sujeitos trans, por meio da utilização de pesquisas que se empoderem das abordagens qualitativas.

Nesta lógica, considero aqui, (talvez como produto da minha experiência de campo), que a abordagem qualitativa surgiu como uma (contra) resposta que buscava romper politicamente com alguns paradigmas hegemonicamente assentados no contexto científico positivista; e trouxe consigo novas possibilidades de ser, pensar e fazer as coisas, baseados em argumentos que misturam harmonicamente posições eco/biocêntricos e antropocêntricos.

Assim, neste terreno de sutilezas, posso afirmar que a abordagem qualitativa, desde o início caracterizou-se por estimular a síntese, o mutualismo, as relações simbióticas (e as vezes antagônicas) do ser humano com os seus diferentes contextos, Assim como a sabedoria, o pensamento poético e imaginário, e a cumplicidade entre a vida e a subjetividade.

O método qualitativo tem-se caracterizado pelo fornecimento de um procedimento sistemático para reconhecer e entender alguns processos intrínsecos no ciclo vital. Diz-se que os resultados nesta abordagem qualitativa representam uma oportunidade para ampliar e explicar investigações existentes, ou para dilucidar novas perspectivas.

Para Ross, Dobinson e Eady (2010), a pesquisa qualitativa parte do princípio de que existe uma relação dinâmica entre o mundo e o sujeito, uma interdependência indissociável e explícita entre o sujeito e o objeto (subjetividade-objetividade). Assim, foi nesta abordagem que procurei ancorar meus pensamentos iniciais e busquei os elementos norteadores que me auxiliaram na reflexão e (re) solução (talvez parcial) das (múltiplas) questões narradas nas tenras etapas desta tese.

Por outro lado, foi através do uso da teoria das representações sociais e especificamente empregando as histórias de vida como técnica processual para coletar os dados, que tive acesso a algumas outras



subjetividades compreendidas dentro das estruturas de significados que surgiram a partir das experiências individuais, socialmente compartilhadas (SILVA et al., 2012).

Estas perspectivas foram utilizadas para realizar um diagnóstico psicossocial dos aspectos relacionados com as determinantes pessoais e socioculturais, dos indicadores do funcionamento complexo do ser trans, das representações do sexo, corpo, gênero e sexualidade na estrutura histórica e organizativa através do tempo.

Entendo as histórias de vida como técnicas (e em alguns momentos como métodos) úteis na captura e leitura de significados com relação a uma experiência comum de um grupo de pessoas.

Elas não têm um único sentido, mas sim, vários, pois o relato corresponde necessariamente à(s) realidade(s) subjetiva(s) dos sujeitos pesquisados (SANTOS; SANTOS, 2008). Ao trabalhar o componente subjetivo nos participantes através do método de história de vida, tive acesso à cultura, ao meio socioeconômico, político, aos valores espirituais que ele escolheu e as suas ideologias.

Finalmente, acredito que o conhecimento é cinético e socialmente produzido. Essa concepção alerta que o pesquisador na busca/análise/interpretação desse conhecimento pode trabalhar através das histórias de vida com diferentes cenários mutáveis e flutuantes, com a perspectiva do passado e os olhos do presente, tendo a possibilidade de tecer algumas considerações sobre o futuro.

#### 4.1 DO TEXTO AO CONTEXTO

Sendo consciente da importância e impacto do (s) contexto (s) – não apenas do entorno físico, senão também daqueles relacionados com os espaços temporais– no estudo das representações sociais e nas histórias de vida, detalharei nestas breves linhas as justificativas que responderam à escolha pelos espaços físicos e temporais que foram contemplados nesta pesquisa.

Compreendo ainda, que existe um vínculo inseparável e uma interação – ou nas palavras de Morin (2000) de inter-retro-ação – existente entre todo fenômeno/realidade e seu contexto, por essa razão e a partir do entendimento de inseparabilidade dos fenômenos em seu tempo e espaço, tentei realizar uma aproximação tácita com os contextos escolhidos com a finalidade de elaborar um conjunto de representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade das pessoas trans que demonstrassem fidedignamente suas vivências e autossignificações.

Nas pesquisas que trabalham com abordagens qualitativas, o recorte espacial/físico refere-se à abrangência, em termos empíricos do recorte teórico relacionado com o objeto de pesquisa.

Como parte fundamental no processo de exploração do campo se faz necessário delimitar as características que justifiquem a escolha do espaço físico da pesquisa; portanto, considero que a eleição do contexto da pesquisa depende do foco da investigação e vai além da simples escolha de uma área geográfica.

Deste ponto de vista, o universo escolhido foi constituído por pessoas trans de três países diferentes – Brasil, Canadá e Costa Rica. Esta escolha se deu de forma intencional, mas abrangendo os três grandes polos que caracterizam o continente americano (América do Norte, América Central e América do Sul).

O campo geográfico foi limitado a três contextos geográficos pré-determinados, isto respondeu à necessidade que senti de abranger e inovar em matéria de pesquisas que partem do pressuposto do multicentrismo/multinacionalismo, trabalhando com países que representam os três idiomas mais característicos da região (inglês, espanhol e português).

Como pesquisador, fui ao encontro de pessoas que pudessem contribuir com a conclusão dos objetivos planejados, percorrendo alguns (muitos) quilômetros que aproximassem as semelhanças nas histórias vivenciadas, significados, culturas e representações de cada um deles.

Para identificar com maior facilidade as pessoas que fizeram parte do universo pesquisado, tomei como estratégia de me aproximar dos participantes por meio da realização de trabalho voluntário em duas organizações não governamentais no Brasil e na Costa Rica e da realização do meu estágio doutoral em um centro de pesquisa vinculado à Universidade de Toronto, no Canadá. Essas instituições foram consideradas a porta de acesso aos (às) participantes.

No Brasil, especificamente contei com o aceite para realizar um estágio de voluntariado durante os meses de setembro de 2014 a fevereiro 2015, na Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade – ADEH, que é uma Organização Não-Governamental que atua no sentido da garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TTLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais), liderada atualmente pela ativista: Lyrous Fonseca Ávila.

Esta instituição foi fundada em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil no ano de 1993; desde seu início voltou seus

esforços nas campanhas de saúde pública relacionada ao campo de HIV/AIDS com a população travesti e transexual em situação de prostituição e desde então, visa acolher e acompanhar pessoas em situação de discriminação e violência de gênero, oferecendo além da assessoria jurídica, um acompanhamento psicológico.

No Canadá, o desenvolvimento da pesquisa esteve vinculado ao *Centre for Addiction and Mental Health* (CAMH), local onde realizei meu estágio doutoral durante os meses de junho 2015 a maio 2016. Neste centro contei com a colaboração da Dra. Lori Ross, Prof. Akwatu Khenti, Dr. Alex Ibramovich e Dra. Corey Flanders, para me co-orientarem durante a etapa de coleta e análise das informações.

Este centro é o maior centro de saúde mental e hospital de adições do Canadá; assim como um dos melhores centros de pesquisa nessas áreas do mundo. Esta instituição, criada no ano de 1998 e localizada em Toronto, capital da província de Ontario, está afiliada à Universidade de Toronto - Canadá e à Organização Pan-americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde.

Dentro do escopo de áreas de atuação encontram-se ações relacionadas com o cuidado clínico, pesquisa, ensino, desenvolvimento de pesquisas e estratégias de promoção de saúde dirigidos à população em risco/vulnerabilidade.

Na Costa Rica, se contou com o apoio da organização não governamental denominada Transvida, lugar onde realizei um estágio de voluntariado durante os meses de fevereiro a junho do ano 2015.

Esta instituição foi criada no ano de 2001 em San José – capital do país - como uma estratégia que buscava promover ações que garantissem a cidadania e os direitos humanos de travestis e transexuais com a finalidade de contribuir na construção de uma sociedade inclusiva, na qual nenhuma pessoa fosse submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Essa instituição encontra-se liderada atualmente pela ativista: Dayana Hernández.

No caso do Brasil e do Canadá a população estudada restringiu-se exclusivamente a sujeitos que moravam nos estados de Santa Catarina e Ontario. Em se tratando da Costa Rica, a população contemplada foi dos sete estados da nação, já que existiram algumas dificuldades para localizar pessoas que desejassem participar e residissem exclusivamente em San José. Isto se deu devido aos temores individuais sobre a exposição diurna e porque a maioria das *transmulheres* realizavam

atividades de sexo-serviço noturno, fato que dificultou a realização das entrevistas durante o dia ou no período da tarde.

Complementarmente, devo confessar que o fato de haver-me envolvido como voluntário ou como estagiário doutoral nessas instituições, foi o fator decisivo que favoreceu o processo de identificação, interação social e seleção e compreensão das realidades das/dos participantes desta tese.

Desta forma, concordo com a antropóloga Mirian Goldenberg (2004), no pensamento que o pesquisador só pode ter acesso à fenômenos particulares e realidades específicas, que são as produções sociais significantes dos indivíduos, quando este participa do mundo que se propõe estudar.

Ao afirmar isto, postulo que esta estratégia realmente facilitou que os/as participantes selecionados estivessem familiarizados com minha presença, e se sentissem muito mais à vontade para narrar e compartilhar suas experiências de vida comigo e para indicar outros/as futuros/as participantes (técnica conhecida como *Snowball*). Essa técnica (de *snowball*) consistiu, em que participantes iniciais vinculadas (os) às instituições anteriormente mencionadas, indicaram novos/as colaboradores/as (pares) que pudessem contribuir com o objeto deste estudo, formando desta maneira, uma rede de indicações.

#### 4.2 DO OBJETO AOS SUJEITOS: DESVELANDO OS PROTAGONISTAS

A transexualidade como descrita nos primeiros capítulos da revisão de literatura é uma construção (relativamente) moderna, que classifica e identifica alguns indivíduos que apresentam especificidades dentro de diversos marcos discursivos sociais, políticos e religiosos.

Uma das questões mais instigantes, porém, complexas deste fenômeno, é a justaposição simultânea de diferentes conflitos nas esferas biológicas, psicológicas e sociais. Consequentemente, nesta pesquisa contemplei à transexualidade fundamentada na integralidade da pessoa baseado nas suas realidades lógicas e ontológicas. Por essa razão considerei como pessoa trans aqueles indivíduos que compreendiam que existia uma não correspondência entre seu sexo biológico e sua identidade de gênero e que, em algumas vezes (mas não sempre) esse pensamento poderia levar à modificação do seu corpo mediante terapia hormonal e/ou cirúrgica, ou à mudança do seu nome/pronome social nos seus documentos legais.

Trabalhei com um grupo composto por 84 sujeitos transexuais, abrangendo 35 pessoas trans do Brasil, 35 pessoas trans da Costa Rica e 14 pessoas trans do Canadá, sendo 70 transmulheres<sup>30</sup> e 14 transhomens<sup>31</sup>.

Na tenra etapa de formulação deste estudo, tinha pensado em trabalhar com um grupo de aproximadamente 105 pessoas trans, contemplando 35 participantes de cada país, isto com o intuito de ter um número igualitário entre os países de pessoas e analisar suas representações. Porém, o número menor no marcador canadense (terceiro local da coleta de dados), respondeu à requisitos de inclusão extras, que foram adotados (e que serão descritos posteriormente) uma vez que me deparei com o poder das diferenças culturais-contextuais. A adoção desses critérios foi realizada com a finalidade de dar coerência, robustez, validade e linearidade às informações que já tinham sido coletadas no Brasil e na Costa Rica.

Diante deste cenário, considero importante esclarecer que segui rigorosamente os critérios de validade, repetição das informações e congruência dos dados pesquisados (saturação das informações<sup>32</sup>) antes

---

<sup>30</sup> O termo Transmulher foi adotado nesta pesquisa para identificar uma pessoa que se identifica com o gênero feminino, embora tenha sido (tecnologicamente) declarada como homem no seu nascimento por meio do seu sexo. Em outras pesquisas a utilização desta definição poderia estar associada aos descritores Mulher transexual, mulher trans ou ainda MtF (*Male to Female*).

<sup>31</sup> O termo Transhomem foi adotado nesta pesquisa para identificar uma pessoa que se identifica com o gênero masculino, embora tenha sido (tecnologicamente) declarado como mulher no seu nascimento por meio do seu sexo. Em outras pesquisas a utilização desta definição poderia estar associada aos descritores Homem transexual, homem trans ou ainda FtM (*Female to Male*).

<sup>32</sup> Particularmente devo confessar que evito utilizar este conceito de saturação de dados e prefiro explicitar minha definição de congruência, coerência e repetição das informações. Considero que este termo tem-se desvirtuado significativamente em recentes pesquisas. Entendo como “saturação” o instrumento epistemológico de validação subjetiva que determina o momento no qual o acréscimo das informações não altera a compreensão do fenômeno que está sendo pesquisado, por essa razão a coleta deixa de ser necessária, já que não emergem elementos novos que ampliem o número de propriedades do objeto investigado, porém muitos pesquisadores (principalmente nos estudos de representações sociais) se aproveitam disto para “saturar” e “generalizar” representações com 10-15 sujeitos.

de definir que os/as/es 14 participantes canadenses eram suficientes para conformar o grupo de pessoas pesquisadas nesse polo. Fato similar aconteceu com as informações coletadas no Brasil e na Costa Rica.

Por outro lado, mas complementarmente, considero necessário, evidenciar os critérios de inclusão selecionados a priori nesta pesquisa. Foram consideradas todas as pessoas maiores de 18 anos, cidadãos e moradores desses três países, que se auto identificassem no espectro trans, que se encontrassem no início, no meio ou no final do processo de transição. Inclusive foram consideradas aquelas pessoas que tinham-se descoberto recentemente e aquelas que não quiserem realizar nenhuma mudança cirúrgica ou hormonal, mas que reivindicassem um estilo de vida congruente com o outro gênero identificado, incluindo aqui a mudança do nome, pronome e marcador do gênero nos seus documentos de identidade.

Com relação a coleta de dados no Canadá, os participantes deviam possuir um antecedente étnico centro ou sul americano, com a finalidade de oferecer maior coerência, consistência, solidez, robustez e validade as informações. Isto porque no início da coleta, após o aceite do Comitê de Ética, quando avaleiei semânticamente o instrumento traduzido com duas pessoas trans no Canadá (uma com um *background* italiano e outra russo), percebi em seus relatos que as histórias de vida, as formas de vivenciar o patriarcado e conseqüentemente as representações sociais desenhadas eram completamente diferentes daquelas que já tinham sido coletadas nos outros dois países.

Quanto a caracterização da população, e especificamente com relação ao nível de escolaridade, observou-se que a maioria dos participantes, tanto do gênero masculino quanto do gênero feminino, possuíam o Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto, com escassas situações (exceções) de pessoas que estavam matriculados (as) em algum curso universitário, principalmente no Brasil e Canadá, onde as políticas de inclusão e visibilização da população trans são (talvez um pouco) mais abrangentes e contam com uma (relativa) longa data de implantação e implementação (embora isto seja questionável).

A idade maior identificada foi 45 anos, isto talvez valide as informações mostradas pelas estatísticas mundiais da população trans, que dizem respeito a que a maioria dessas pessoas vivem uma média de idade até os 40 anos (UGARTE-GODOY, 2016).

Essas estatísticas surgem como produto das artimanhas necropolíticas exercidas contra esta população tais como a violência estrutural, institucional e sistêmica, a automedicação, a realização de

procedimentos clandestinos por falta de acesso a serviços de qualidade, suicídio, homicídio, AIDS, enfim causas que evidenciam a falta de atendimento e acolhimento interseccional pelos diferentes sistemas de saúde federais.

Com relação as suas atividades laborais e o vínculo empregatício, verificou-se que nos três países a principal atividade realizada por parte das transmulheres esteve vinculada ao comércio sexual (sexo-serviço), venda de roupas, salões de beleza e restaurantes e apenas 10 delas estudavam. Para o gênero masculino, 5 participantes trabalhavam em restaurantes ou como vendedores, 3 estudavam e apenas 2 relataram nem trabalhar nem estudar devido à falta de oportunidades.

#### 4.3 SOBRE A COLETA DAS INFORMAÇÕES

Neste espaço, anoro meus pensamentos nas ideias propostas por Prigogine (1998), quando explica que quanto mais exploramos o sujeito e objeto de estudo, mais ficamos impressionados com os elementos narrativos que encontramos como essenciais na descrição da sua própria natureza, não ligados unicamente à possibilidade de atingir a certeza absoluta e sim a instabilidade e irreversibilidade da descrição. Diante desse raciocínio, quanto mais nos aproximamos do nosso sujeito/objeto, mais aumentam as possibilidades de esquadriharmos e descobirmos um novo rosto da sua natureza plural, polissêmica, complexa e evolutiva.

Para concretizar essa aproximação e descoberta dos diferentes rostos e significados da realidade vivenciada pelas pessoas trans, utilizei como técnica de recoleção, a história de vida completa.

Aqui, concordo com Padilha, Borenstein e Medina (2005) na afirmação de que a história de vida é uma fonte histórica que oferece um protagonismo explícito no sujeito pesquisado e permite investigar acontecimentos, fenômenos, realidades e experiências que foram vivenciados em um momento histórico específico.

As histórias de vida dos participantes desta investigação, assim como suas representações, surgiram como produto da utilização de uma entrevista semiestruturada.

Desta forma, procurei inicialmente conhecer e me apropriar dos elementos que desejava pesquisar, ressaltando aqueles conceitos que considerava mais relevantes previamente e formulando-os de uma forma simples e direta que facilitasse uma comunicação horizontal com o entrevistado. Ao formular as perguntas e escutar os sujeitos, pretendi

por meio de uma interação empática, capturar as várias nuances, fases e autoconceitos do ser, pensar, estar, sentir e identificar-se trans.

Por meio da utilização da técnica das histórias de vida por meio da entrevista semiestruturada consegui chegar ao subterrâneo das subjetividades, revivendo assim, os acontecimentos vivenciados pelos sujeitos trans, durante sua trajetória histórica e conhecendo as diferentes interpretações do seu universo.

Utilizar esta técnica nesta tese contribuiu no desvelamento do amplo saber intrínseco em cada um dos protagonistas, além de favorecer o conhecimento das diferentes intensidades que o fenômeno trans provocou nas diferentes esferas socioculturais durante todas as etapas do seu crescimento e desenvolvimento.

A história que foi (re) criada por meio da entrevista de história de vida, junto com a elaboração das representações sociais, retrataram o conjunto de vivências cotidianas, experiências, percepções, interpretações e necessidades de cuidado que este tipo de população socialmente subalternizada/vulnerabilizada requer. Elementos que são necessários para continuar o debate e concretizar uma reflexão urgente na sociedade que promova a inclusão, aceitação e respeito total de todas e quaisquer formas de expressar a vasta identidade (seja genérica ou sexual do desejo) humana.

Acredito a entrevista facilitou uma fala livre, rica em elementos minuciosos e pormenores por parte dos protagonistas entrevistados. Sua informação cumulativa, permitiu a ordenação das entrevistas e os subsequentes processos de objetivação, assim como a identificação, interpretação e compreensão dos acontecimentos onde as representações sociais estiveram ancoradas.

Adicionalmente, faz-se importante mencionar que no roteiro constaram temas que abordavam questões relacionadas com fatores pessoais, sociais, familiares, econômicos, espirituais e culturais na história de vida das pessoas trans, em todas as etapas do seu ciclo vital.

A data e o lugar para a realização da entrevista foram escolhidos *a priori* pela/pelo participante. Contudo, devo mencionar que na maioria das vezes, estas aconteceram dentro das instituições selecionadas.

Durante a realização da entrevista, procurou-se manter uma relação interativa, criando um clima de respeito recíproco entre o investigador e a pessoa investigada; além de estabelecer como estandarte a compreensão, receptividade no ato da interlocução com os/as/es mesmos.



A primeira etapa do encontro com os/as/es participantes esteve relacionada com a entrevista de história de vida completa. Na segunda etapa do encontro foi realizado solicitado aos/as/es participantes que realizassem a técnica de desenho livre com os termos indutores “sexo”, “corpo”, gênero e “sexualidade”. Este processo levou em média uma hora e meia.

Esta técnica consistiu em solicitar aos/as/es participantes que desenhassem com marcadores coloridos o que lhe viesse à mente, imediatamente após a menção em voz alta dos estímulos indutores: sexo, corpo, gênero e sexualidade.

O intuito foi identificar a objetivação própria das Representações sociais (RS), por meio desses estímulos indutores. Esses desenhos foram considerados para a realização da análise confirmatória dos elementos que compunham o núcleo central da representação social.

A segunda etapa na coleta das informações esteve centrada na realização de 03 grupos focais, sendo um em cada país. O objetivo deste momento foi avaliar e principalmente verificar se as análises preliminares das informações estavam sendo conduzidas pelo pesquisador de maneira apropriada e simultaneamente, corroborar expressões culturais e semânticas que talvez não tivessem sido compreendidas na íntegra durante alguma das entrevistas e que foram identificadas no momento da transcrição.

O processo de convocatória e divulgação de dita atividade deu-se por intermédio de mensagens personalizadas enviadas às/aos 84 participantes, via e-mail, rede social (*facebook*) e/ou através de ligações.

Cada grupo focal foi desenvolvido no mesmo local onde foram realizadas as entrevistas, ou seja, nas instituições onde realizei trabalho voluntário. Na ADEH no caso do Brasil, contou-se com a participação de 08 interlocutoras/es. Na Associação Transvida na Costa Rica contou-se com a presença de 10 participantes e finalmente no CAMH no caso do Canadá, o grupo focal foi desenvolvido com 05 participantes.

No caso do Brasil o dia selecionado pelos participantes foi na segunda feira dia 01 de dezembro de 2014, pois a coordenação da Associação disponibilizou o espaço de discussão denominado “Segundas Transornadas<sup>33</sup>” para que eu pudesse realizar este grupo focal as 19hrs.

---

<sup>33</sup> Segundas transornadas é um espaço realizado na ADEH, durante as segundas-feiras às 19 horas. O objetivo é reunir pessoas para uma roda de conversa e troca de experiências com os/as participantes sobre temas diversos

Na Costa Rica a atividade foi realizada no sábado 25 de maio de 2015 e no Canadá no dia 31 de outubro. Em ambos locais foi selecionado o dia sábado por ser o dia mais conveniente escolhido pela maioria das/dos participantes. Cada grupo focal (nos três contextos) teve uma duração de aproximadamente 90-120 minutos.

As discussões foram coordenadas pelo pesquisador, mas construídas a partir das vivências e interpretações de cada participante. O intuito deste momento foi criar um espaço de diálogo horizontal e multilateral para que todos/as/es pudessem se sentir à vontade para expor (em um ambiente seguro) as opiniões e conceitos vinculados às entrevistas realizadas previamente.

Finalmente, devo mencionar que com a autorização dos sujeitos, todas as falas foram gravadas e posteriormente transcritas/transcriadas para viabilizar a análise dos depoimentos. Buscando garantir o anonimato das/dos entrevistadas/entrevistados, as entrevistas foram identificadas pelas palavras Transhomem, Transmulher, um número arábico, seguidas pelo país de realização da entrevista e o ano de realização. Porém, no caso do manuscrito que aborda as representações sociais da sexualidade, decidi colocar ao lado do descritor Transmulher/Transhomem, a identidade sexual do desejo com a qual a/o participante se identificasse (Heterossexual, Homossexual, Lésbica, Bissexual ou Pansexual).

#### 4.4 DESVELANDO O SUBTERRÂNEO DAS SUBJETIVIDADES: SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

A partir da compreensão da complexidade da transexualidade como dispositivo e fenômeno social que está alicerçado em um conjunto de interpretações, vivências, (pre) conceitos e (pre) posições, optei pela realização complementar conjugada e múltipla de dados, tendo como base de orientação técnica, o método de análise de conteúdo de Lawrence Bardin (2011).

A escolha desse método analítico (porém com uma postura mais interpretativa), me permitiu conhecer e compreender as diferentes realidades, representações e significados através das mensagens linguísticas emitidas pelos protagonistas desta pesquisa; assim como facilitou o estabelecimento de conexões/correlações entre as histórias de

vida, os desenhos e as representações que surgiram do subterrâneo subjetivo das pessoas trans entrevistadas.

Desta forma e após utilizar os passos analíticos da análise de conteúdo, poderia definir este tipo de análise como um conjunto de técnicas interpretativas e examinadoras das comunicações coletadas que se valem de uma série de procedimentos metódicos e sistêmicos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011).

Os saberes deduzidos nesta analítica são de natureza plural e diversa, portanto se fez necessário ultrapassar inseguranças, enriquecer a leitura dos dados obtidos e compreender criticamente o sentido/significado das comunicações lançadas pelas pessoas participantes.

Para que isso fosse possível, (e como dito anteriormente) me orientei pelos pressupostos de Bardin (2011), quem afirma que posterior a transcrição das entrevistas, devem completar-se todas as fases aqui elencadas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Sendo assim, na primeira fase da pré-análise, tomei o material coletado e o sistematizei e organizei com a finalidade de torná-lo mais funcional. Concomitantemente, realizei uma leitura exaustiva, dinâmica e flutuante para mergulhar no contexto das falas e nos conteúdos explícitos pelas/pelos participantes.

Seguidamente, demarquei os documentos que iriam ser analisados de acordo com os objetivos que já tinha pré-estipulados e destaquei os indicadores relevantes e regularidades próprias dos depoimentos.

A segunda fase de exploração do material possibilitou a riqueza das interpretações e inferências por meio da particularização e refinamento dos dados que contribuíram para o diagnóstico e fundamentação tácita e rigorosa das representações externadas. Nesta fase realizei a identificação de unidades de registro (unidades de significado que facilitaram a categorização e a contagem frequencial) e a etapa da definição categórica (que podem ser considerados como macro-tópicos ou macrosistemas de códigos) com a finalidade de formular o corpus final das representações analisadas.

Finalmente, a terceira fase dizia respeito ao tratamento, inferência e interpretação dos resultados. Nesta etapa, condensei as informações e os depoimentos foram destacados com o objetivo de realizar uma interpretação inferencial e uma análise crítico-reflexiva daquilo que foi expresso nos depoimentos recolhidos e nas representações sociais

recolhidas. Para tanto, nesta etapa do processo construí as sub-categorias preliminares que posteriormente deram origem as categorias e a definição da composição de cada um dos manuscritos deste estudo (BARDIN, 2011).

Ao dirigir minha atenção nas representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade em sujeitos transexuais, visei seguir o rigor que o referencial teórico de Serge Moscovici demanda enquanto à captura da estrutura, dos conteúdos, dos núcleos centrais e elementos periféricos de cada representação; para posteriormente refletir e compreender sob a luz da analítica interpretativa aquilo que foi apresentado/exibido pelos protagonistas.

Essa análise proposta, objetivou, portanto, desconstruir e reconstruir o objeto de estudo sobre o qual pesquisei; refletir sobre as questões inerentes à tese que foi elencada anteriormente; escutar as histórias de vida daquelas pessoas que por muito tempo viram silenciadas/ignoradas suas trajetórias e pensamentos e finalmente compreender as representações sociais das pessoas trans, a partir da imersão na relação: referencial teórico- sujeito-objeto-referencial metodológico.

Complementarmente, como já mencionado no capítulo que aborda o referencial teórico, “nenhuma técnica desenvolvida até agora permite coletar, analisar ou interpretar conjuntamente os elementos próprios da representação social. Portanto, sugere-se, uma aproximação plurimetodológica articulada em diversas técnicas e etapas que inclua a coleta do conteúdo, a busca da estrutura e do núcleo central, a verificação da centralidade e a análise da argumentação” (CARAVACA-MORERA; PADILHA; SILVA; SAPAG, 2015, p.13).

Por essa razão e como parte da análise múltipla, complementar e de verificação comparativa das análises qualitativas, devo mencionar que se utilizou como elemento de apoio e organização dos dados o software ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte*). Este software consiste em uma ferramenta produtora de indicadores de representação social que permitiu a identificação e verificação das categorias de discurso que tinham sido previamente formadas, propiciando desta maneira, a análise comparativa dos temas encontrados.

Considero importante mencionar que a utilização deste software como método complementar (e quantitativo) colaborou na verificação e validação das representações sociais surgidas a partir da análise interpretativa. Isto como consequência de que o ALCESTE recorre à

análise das ocorrências e das co-ocorrências das palavras nos enunciados que constituem o texto, para organizar e sumarizar informações consideradas mais relevantes segundo o critério de qui-quadrado ( $\chi^2$ ) (RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015).

Assim, a frequência de um termo específico indica a existência de um “campo contextual” com uma importância semântica específica (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006). A metodologia da utilização do software ALCESTE passou por quatro etapas em seu processo organizativo. Na primeira etapa, o programa realizou uma preparação do corpo discursivo dividido em Unidades de Contexto Inicial (UCI) e realizou um cálculo dos dicionários.

Na segunda etapa foram selecionadas as frequências das palavras em sua forma reduzida e definidas as Unidades de Contexto Elementar (UCE), que em palavras simples são corpos de discurso que compõem a base para a análise do texto (RODRIGUEZ; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015).

É também na segunda etapa que o programa gerou a classificação hierárquica descendente (CHD). Neste passo é formada uma matriz para cada um dos cruzamentos e é determinada a ausência ou presença de determinada palavra em uma UCE ou UCI. Esta etapa permitiu a identificação da associação dos *themata* identificadas neste estudo (RODRIGUEZ; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015).

Na terceira etapa se compararam os dados obtidos nas primeiras duas etapas, sendo que somente os dados constantes e sólidos foram considerados para os perfis de cada classe. Nessa etapa foi feita a análise fatorial de correspondência (AFC) que permite verificar correlações entre grupos, assim como identificar as relações de aproximação e de afastamento entre os elementos próprios do campo representacional. Por fim, a quarta etapa destinou-se aos cálculos complementares e à criação de listas de formas reduzidas de cada classe, além de determinar qual UCE pertenceria a cada classe.

Após o procedimento de análise e síntese, o software gerou um relatório que permitiu a comparação dos resultados com as induções feitas previamente pela Análise Interpretativa.

Posterior a identificação dos *themata*, as antinomias em evidência nas histórias de vida, e das suas inter-relações baseadas, levantamos aquelas que compunham as representações sociais identificadas nesse estudo. Elas foram elaboradas com base nos dados obtidos mediante uma abordagem pragmática da linguagem baseada no agenciamento operacional dos conceitos de *themata* de Moscovici e Vignaux (1994) e

dos fundos tópicos de Reinert (RODRIGUEZ; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015, p. 118), que operam no nível do imaginário coletivo e da linguagem, respectivamente.

Finalmente, uma vez detectado nas histórias de vida dos participantes, um posicionamento antinômico oriundo do senso comum, tínhamos um *thema* que posteriormente pode ser entendido, de maneira contínua e flexível, como uma representação social.

A utilização do software ALCESTE e da Análise de Conteúdo como orientação técnica, foram ferramentas que se complementaram e foram utilizadas simultaneamente para a captação dos diferentes pontos de vista onde se articulavam o mundo, as experiências vividas e a linguagem das representações.

Por outro lado, para analisar as associações livres das/os entrevistadas/os, estas foram resumidas em uma matriz dividida em tópicos de acordo com os principais conceitos que seus desenhos representavam e consideradas na etapa final das análises realizadas no software ALCESTE e pela Análise de Conteúdo.

Assim, cada entrevistado recebeu um código na forma de transhomem ou transmulher, seguido pelo país de origem e um número arábico (BR: 1-35, CA: 1-14, CR: 1-35 - N = 84), de modo que cada associação pudesse ser relacionada a uma/um entrevistada (o) durante o processo de análise prototípico e de conteúdo.

#### 4.5 SOBRE AS CONSIDERAÇÕES ÉTICAS NESTA PESQUISA

O princípio ético nesta pesquisa teve uma importância fundamental, no que diz respeito aos desejos dos participantes que foram pesquisados. Estes participantes não foram considerados meros informantes, mas sujeitos protagonistas ativos que contribuíram com conteúdo significativo, na construção das representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade. Conexo a estes pensamentos, foram contemplados todos os aspectos ético-morais durante o exercício da pesquisa com a finalidade de proteger aos sujeitos física e emocionalmente.

Antes de iniciar a coleta de dados, o projeto foi submetido para a respectiva avaliação por parte do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conforme Portaria 466/2012 do Conselho Nacional Saúde que regulamenta as diretrizes e as normas da pesquisa com seres humanos em seus vários aspectos; assim como também foi avaliado pelos

Comitês de Ética análogos vinculados ao CAMH/Canadá e à Universidade da Costa Rica/Costa Rica (UFSC:875.931/2014; CAMH:Nº085/2015 e UCR: N° 186/2015).

Se faz imperativo mencionar que todos os sujeitos da pesquisa foram orientados quanto ao tipo de pesquisa que iria ser realizada, ao seu direito de participar ou recusar, ao sigilo de algumas informações, ao anonimato, à utilização do gravador durante as entrevistas, à possibilidade de interromper a entrevista em qualquer momento, ao fato de pedir esclarecimentos ou se retirar em qualquer fase do processo.

Assim, para cada entrevistado, a participação neste estudo foi completamente confidencial e voluntária. Nenhuma informação pessoal identificável foi colocada nas entrevistas preenchidas. Não se ofereceram incentivos diretos e poucos ou quase nenhum risco esteve associados à participação dos participantes na pesquisa.

Após os esclarecimentos e a sua aceitação, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (que foi traduzido para o espanhol e inglês, seguindo as normativas de cada instituição).

Esse documento era uma carta que continha uma explicação em palavras compreensíveis do projeto assim como os dados gerais do entrevistador, da orientadora, do entrevistado e a entrevista em si (com as especificações do espaço-tempo) que visou assegurar os direitos de publicação (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Finalmente, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, eu, em conjunto com minha orientadora estivemos acessíveis para escutar qualquer reclamação ética e solucioná-la da melhor forma, com o intuito de garantir o direito dos participantes envolvidos.





But do they see me as a woman or as a man? I'm so scared that they can't understand exactly what this means to me, to be seen as who I am. I'm craving for acceptance.

TRANSMULHER, CANADÁ (2015)



## **5 APRESENTANDO OS RESULTADOS: SOBRE ANÁLISES, REFLEXÕES E OUTROS (MÚLTIPLOS) QUESTIONAMENTOS**

Considero oportuno mencionar que os resultados desta investigação serão apresentados em forma de cinco manuscritos. Assim, nesta seção específica, tento desvelar o dispositivo<sup>34</sup> da transexualidade em todas suas formas, saberes, conhecimentos e experiências; ao tempo que anoro meus pensamentos, na desarticulação do imaginário de uma pessoa trans única e universal.

Como produto de toda esta aventura transfronteiriça e como resultado da interação com dezenas de pessoas trans, fui capaz de visualizar uma figura trans que além de tudo, é diversa, plural, plástica e que o fato de compartilhar determinados atributos biológicos, sociais ou culturais, como a identidade de gênero, a etnia, a identidade sexual do desejo, o nível educativo e a religião, não esgota a múltiplas posições que as pessoas trans se assumem nas suas relações e interações sociais cotidianas.

Desta forma, fundamentando-me nesses pensamentos e na experiência empírica e científico, solicito da forma mais respeitosa, que ao ler e analisar estes artigos, o leitor pense e visualize nas diversas possibilidades de ser, estar e sentir-se trans que estão sendo aqui representadas.

Falo de identidades rizomáticas, logo diversas: trans lésbicas, trans gays, trans heterossexuais, trans machistas, trans que anelam um casamento e simultaneamente a possibilidade de reproduzir um modelo “tradicional” de família. Mas também incluo aqui trans feministas, trans politizados, trans que desejam a realização de uma cirurgia que reafirme diante delas/es e diante da sociedade a possibilidade de serem reconhecidas/os/es como cidadãos legítimos, transexuais que não desejam a realização de nenhum procedimento clínico ou estético e que pelo contrário, o denunciam ao reafirmar as heterocisnormativas historicamente impostas.

Diante desta postura, penso que facilitaria a possibilidade de entrar em um terreno de reflexão e análise um pouco mais fluído, em que o conceito da transexualidade passa a nos ensinar e educar sobre

---

<sup>34</sup> Entendo como dispositivo ao conjunto de saberes que criam e recriam verdades sobre os corpos trans. Para uma aproximação maior a este conceito ver o artigo intitulado: “El dispositivo trans: Sobre realidades, complejidades y subversiones al aparato cisheterossexual” na página 57.

novas possibilidades ontológicas do ser, estar e viver, de uma forma complexa ainda que criativa, apaixonante e criativa.

De que forma poderíamos nos aproximar do sexo e do gênero como objeto de análise? Quais dados históricos e sociais intervêm na produção de corpos sexuados e generificados que (re)criam estatutos masculinizadores e feminizadores? O que é o sexo? O que é o gênero? O que eles representam? O seguinte é um manuscrito que versa sobre sexos volúveis e gêneros artificiais.

## 5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SEXO E GÊNERO NAS PESSOAS TRANS: SOBRE CONSTRUÇÕES TECNO-NATURAIS E GEOGRAFIAS DE PODER<sup>35</sup>

### RESUMO

Pesquisa qualitativa, multicêntrica e descritiva que objetivou analisar as representações sociais do sexo e gênero das pessoas trans, através das suas histórias de vida. Participaram da coleta, 84 pessoas trans do Brasil, Canadá e Costa Rica. Os dados foram organizados no software ALCESTE e posteriormente analisados à luz da Análise de Conteúdo. Após a análise, identificaram-se duas representações complementares relacionadas ao sexo: “O sexo como imposição categórica natural lacrada e adquirida (irremediavelmente) ao nascer” e; “O sexo como elemento que rotula, condena e diferencia as pessoas”. Com relação ao gênero, observou-se uma única representação vinculada a “elaborações sintético-sociais associadas ao (necro/bio)poder, à cisheteronormatividade e à cultura”. Conclui-se que o gênero e o sexo são construções organizativas e cognitivas, naturais e artificiais, mediadas pelo (necro/bio)poder historicamente cispatrilial.

**Descritores:** Transexualidade. Representações sociais. Gênero. Sexo. Poder.

### PENSAMENTOS INTRODUTÓRIOS

A transexualidade é uma construção moderna, que coloca em xeque a cisheteronormatividade<sup>36</sup> e identifica alguns indivíduos que apresentam especificidades, dentro de diversos marcos discursivos sociais, políticos e morais. Nesta lógica, falar de transexualidade implica na reflexão sobre o real significado das instituições “sexo” e “gênero” para além das concepções biológicas/inatas e plástico-culturais, obrigando-nos a pensar nas vivências cotidianas nos âmbitos privado e público, tanto como prática individual ou coletiva e os aspectos sociopolíticos envolvidos.

---

<sup>35</sup> A estrutura e apresentação deste manuscrito seguem as normas exigidas pela revista *Papers on Social Representations*.

<sup>36</sup> A cisheteronormatividade é um conceito criado por Michael Warner (1991) que faz referência ao conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta, idealiza e institucionaliza o gênero, sexo e a sexualidade em uma linha ilógica e estritamente horizontal. Neste sentido, uma pessoa que nasceu com pênis, por exemplo, deve ser masculina e heterossexual.

Adicionalmente, considerando que as figuras linguísticas do homem e da mulher têm existido em todas as expressões culturais conhecidas, é importante destacar que este interesse por pesquisar profundamente à radiologia dos sexos na academia médica (anatomia, biologia, psicanálise) nasceu no ocidente, no final do século XVI, período em que se produziu o ocultamento forçoso do pensamento da sexualidade (GARCÍA, 2012).

Ao despeito disso, autores como Thomas Laqueur (1994), apontam que a oposição dos sexos é uma concepção própria do Iluminismo<sup>37</sup>. Antigamente, os corpos do homem e da mulher eram compreendidos como uma única estrutura, com uma simples modificação de seus órgãos genitais (teoria isomórfica).

Dito de outro modo, os genitais do homem e da mulher eram vistos como núcleos análogos, quer dizer, a diferença fundamental radicava em que a mulher tinha os órgãos “invertidos”, logo, possuía a possibilidade de hospedar um novo ser (KNUDSEN, 2014).

No entanto, consideramos importante destacar que depois do século XVII, os corpos deixam de ser um só (isomorfismo) e cada um começa a “desvelar” algumas diferenças (aparentemente irreconciliáveis) em relação um ao outro (dimorfismo).

Esse novo paradigma (artificialmente concebido) foi capaz de transformar o sexo em um parâmetro de diferenciação social obrigatória, e em uma estrutura silenciada publicamente, mas, insinuada no âmbito privado, ou seja, converteu-se à genitália em um elemento que possui a propriedade de estabelecer algumas relações de poder e (consequente) submissão, na humanidade (HARRISON, 2012).

Neste processo, localizamos a concepção de que através do sexo (e de sua derivada diferenciação com o gênero) iniciou-se o controle e domínio das individualidades através da restrição das possibilidades de expressão. De modo suplementar, é possível identificar que o conceito sobre o *sexo* tem apresentado diversos *avatares*, de tal forma que ao longo do tempo, os diferentes discursos relativos a ele têm provocado algumas mudanças.

Em consonância ao conceito de sexo, desenhou-se na aurora discursiva o termo gênero, e como sucede com todo corpo de ideias, este não apareceu no horizonte intelectual por geração espontânea.

---

<sup>37</sup> O iluminismo - também conhecido como Século das Luzes - foi um movimento cultural da elite intelectual europeia do século XVIII que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval.

Várias correntes de pensamento confluíram neste processo para aportar diversos elementos: Ideólogos da Revolução Sexual (Wilhem Reich e Herbert Marcuse), Construtivistas Sociais (Jacques Derrida e Michel Foucault), Existencialistas ateus (Simone de Beauvoir), Feministas (Shulamith Firestone, Germaine Greer, Joan Scott) e outros defensores da origem científica do termo gênero (John Money) (IGLESIAS, 2011).

Na lógica primitiva, o gênero pareceu introduzir a distinção relativa à cultura, pelo qual poderia ser definido como um ‘dever ser’ social. Dito em outras palavras, como uma categoria baseada nas definições socioculturais relacionadas às formas nas quais os diferentes atores sociais devem ser, pensar e atuar nas esferas sociais que ocupam.

Nesse mesmo âmbito, o gênero apareceu como um conceito construído criticamente sobre os papéis sexuais, ou seja, como uma categoria de relação composta por múltiplos elementos com diversos significados, ainda quando todos eles tenham em comum referir-se à especificidade de rasgos e características psicossociais vinculados à dicotomia sexual. Ao afirmar que o gênero é construído culturalmente, postulamos aqui a origem situacional das suas características, mas matizamos que este não é um conjunto de características nos indivíduos, e sim uma construção que identifica as transações (aparentemente) adequadas para um sexo determinado.

Em outras palavras, o caráter cultural da natureza humana levamos a relacionar os papéis e atitudes em torno da diferença sexual e do gênero – com a etnia ou grupo social de pertença – pois será a cultura específica de cada grupo, em função ao grau de poder/opressão que exerça, a que conote e carregue de conteúdos as identidades sexuais, de gênero e a própria inteligibilidade dos gêneros.

Diante deste cenário tempestuoso, acima (suscintamente) descrito, o objetivo deste manuscrito conforma-se em analisar as representações sociais do sexo e gênero atribuídos pelos sujeitos transexuais brasileiros, canadenses e costarriquenhos através das suas histórias de vida.

Complementarmente, neste terreno de sutilezas e imposições, tentamos abrir um espaço para dar voz a quem é submetido ao império da lei (cis)normativa, mas ao mesmo tempo almejamos criar estratégias de autoafirmação e de reinvenção dos/as<sup>38</sup> participantes desta pesquisa.

---

<sup>38</sup> Utilizamos “os/as” com muito pesar, pois são termos binários que invisibilizam outras identificações sexo-genéricas. Contudo, linguisticamente não contamos ainda, com outras possibilidades que permitam designar a alguém sem fazer alusão a um binarismo sexual e genérico. Atualmente estão-



## MÉTODOS

Esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho sociohistórico, que utilizou a Teoria das Representações sociais (RS)<sup>39</sup> como referencial teórico e as Histórias de Vida completas, como técnica processual para coletar os dados durante os anos 2014-2015.

O roteiro de entrevista semiestruturado, utilizado foi elaborado a partir de leituras específicas sobre a temática e obedeceu a realização de duas entrevistas-piloto em cada país para avaliar o significado semântico e linguístico das perguntas.

O instrumento além dos questionamentos abertos, continha uma seção relacionada com a técnica de desenho livre no final da entrevista. Esta técnica consistiu em solicitar ao/à participante que desenhasse com marcadores coloridos o que lhe viesse à mente, imediatamente após a menção em voz alta de um estímulo indutor. O intuito desta técnica foi identificar a objetivação própria das RS, por meio dos estímulos indutores “sexo” e “gênero”. Esses desenhos foram considerados para a realização da análise confirmatória dos elementos que compunham o núcleo central e elementos periféricos da RS.

O universo de participantes escolhido constituiu-se de 84 sujeitos transexuais de três países diferentes sendo 35 do Brasil, 14 do Canadá e 35 da Costa Rica. Destes, 70 foram transmulheres<sup>40</sup> e 14 transhomens<sup>41</sup>.

A escolha do contexto deu-se de forma intencional, trabalhando assim com participantes dos três polos do continente americano (América do Norte, América Central e América do Sul) e com os três idiomas característicos da região (inglês, espanhol e português).

---

se popularizando no espanhol e no português a forma escrita do “x” ou do “e” (por exemplo: namorade, professorxs, etc.) que transpassam esse binarismo, porém devido às regras gramaticais dos futuros periódicos onde serão enviados os manuscritos desta tese, devemos utilizar a forma de a/o - as/os.

<sup>39</sup> De acordo com Caravaca-Morera, Padilha, Silva e Sapag (2015) as representações sociais são um conjunto organizado de informações, atitudes e crenças que um indivíduo ou um grupo de pessoas, elabora a propósito de um objeto, de uma situação ou de um conceito.

<sup>40</sup> No presente estudo utilizamos o conceito “transmulher” para fazer referência aos indivíduos que foram identificadas no nascimento como pertencentes ao “sexo” masculino e que se identificam com o gênero feminino.

<sup>41</sup> O termo “transhomem” no âmbito desta pesquisa faz referência às pessoas que foram identificadas no nascimento como pertencentes ao “sexo” feminino e que se identificam com o gênero masculino.

Contou-se com a colaboração de duas organizações não governamentais: Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na Sexualidade (ADEH), localizada em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina-Brasil e a *Asociación de Apoyo a la Población Trans*: (TRANSvida), situada no estado de San José, capital da Costa Rica, e um centro de pesquisa vinculado à University of Toronto, localizado em Toronto, capital da província de Ontario, Canadá chamada de *Re:searching for LGBTQ Health Team no Centre for Addictions and Mental Health* (CAMH).

A seleção dos participantes ocorreu por meio da técnica de *snowball* que consiste, em que participantes iniciais vinculadas (os) às instituições anteriormente mencionadas, indicaram novos/as colaboradores/as (pares) que pudessem contribuir com o objeto deste estudo, formando desta maneira, uma rede de indicações.

No caso do Brasil e do Canadá a população estudada restringiu-se exclusivamente a sujeitos que moravam nos estados de Santa Catarina e Ontario. Em se tratando da Costa Rica, a população contemplada foi dos sete estados da nação, já que existiram algumas dificuldades para localizar pessoas que desejassem participar e residissem exclusivamente em San José, isto devido a razões de temores individuais sobre a exposição diurna e porque a maioria das *transmulheres* realizavam atividades de sexo-serviço noturno, fato que dificultou a realização das entrevistas durante o dia ou no período da tarde.

Nesta pesquisa compreendemos a transexualidade como um conceito fundamentado na integralidade da pessoa baseado nas suas realidades lógicas e ontológicas<sup>42</sup>.

Por essa razão consideramos como pessoa trans a aqueles indivíduos que compreendiam que não existia uma correspondência linear entre seu sexo biológico (e artificialmente imposto) e sua identidade de gênero e que, em alguns momentos esse pensamento podia leva-los à modificação do seu corpo mediante terapia hormonal e/ou cirúrgica, ou à mudança do seu nome/pronome social nos seus documentos legais.

Explicitamos ainda, que os critérios de inclusão selecionados foram: participantes maiores de 18 anos, com cidadania legal desses três

---

<sup>42</sup> Em linhas gerais, a ontologia é um campo de conhecimento que se dedica à pesquisa e compreensão da natureza do mundo do ser humano, ou seja, de tudo o que nele existe e estrutura sua realidade. Assim, neste trabalho consideramos o que se refere a existência humana como a existência social e não como a essência do ser no sentido metafísico.

países<sup>43</sup>, que se considerassem transexuais (tanto transmulheres, quanto transhomens), que se encontravam no início, no meio ou no final do processo de transição, ou que não desejassem realizar nenhuma mudança física, mas que lutassem pela reivindicação do uso do seu nome e pronome social, excluindo unicamente pessoas intersexuais<sup>44</sup>.

A data e o lugar para a realização das entrevistas foram escolhidos *a priori* pelos (as) participantes. Com a autorização dos sujeitos, as falas foram gravadas e posteriormente transcritas/transcriadas para viabilizar a análise dos depoimentos.

Para a gravação das falas utilizou-se como principal recurso técnico um gravador digital, portátil, com funções múltiplas. Adicionalmente, foram realizados 03 grupos focais com algumas/alguns das participantes, para avaliar/verificar se as análises preliminares das informações estavam sendo conduzidas apropriadamente pelo pesquisador principal e com o intuito de corroborar expressões culturais e semânticas que talvez não foram compreendidas totalmente durante alguma das entrevistas.

O princípio ético nesta pesquisa teve uma importância fundamental, no que diz respeito aos desejos das/dos participantes que foram pesquisadas/os. Por tal motivo, o projeto foi submetido para a respectiva avaliação por parte do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), segundo protocolo N° 096.204/2014 e se orientou pela Portaria n° 466/2012 do Conselho Nacional Saúde que regulamenta as diretrizes e as normas das pesquisas com seres humanos em seus vários aspectos; assim como também contou com a avaliação dos Comitês de Ética análogos vinculados ao *Centre for Addiction and Mental Health/Canadá* e à Universidade da Costa Rica/Costa Rica.

Após as explicações, esclarecimentos e a sua aceitação, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido traduzido nos três idiomas. Buscando garantir o anonimato das/os participantes, as entrevistas foram identificadas pelos termos transhomem e transmulher, um número arábico (as/os participantes do

---

<sup>43</sup> Com relação a coleta de dados no Canadá, os participantes deviam possuir um antecedente étnico centro ou sul americano, com a finalidade de oferecer maior coerência, consistência, solidez, robustez e validade as informações que já tinham sido coletadas.

<sup>44</sup> Consideramos como intersexuais aquelas pessoas que possuíam condições de ambiguidade genital de acordo com critérios anatômicos, histológicos e/ou citológicos.

Brasil e da Costa Rica foram identificadas/os na sequência de 1-35 e as/os canadenses com os números 1-14) seguido pelo país de procedência e o ano de realização da entrevista.

Ao dirigir nossa atenção às RS do sexo e gênero das pessoas trans, visamos seguir o rigor que o referencial teórico de Serge Moscovici demanda enquanto à captura da estrutura, conteúdos, mundos lexicais, unidades contextuais, *thematata*, *themas*, núcleos centrais e elementos periféricos de cada representação; para posteriormente refletir, verificar e compreender sob a luz da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), aquilo que foi apresentado pelos protagonistas desta pesquisa.

Assim, após transcrito e transcriado, o material foi preparado para ser organizado no software ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte*), que consiste em uma ferramenta tecnológica produtora de indicadores de representação social (LIMA, 2008).

Esse software permitiu não só a organização das informações, mas a identificação de categorias discursivas, propiciando a análise comparativa dos temas encontrados por meio da técnica de análise lexical de conjuntos de segmentos de texto.

Desta forma, consideramos oportuno mencionar que os dados foram submetidos a diversas etapas: Leitura do corpus discursivo das entrevistas distribuídos em Unidades de Contexto Inicial (UCI), Definição das Unidades de Contexto Elementar (UCE), Geração da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) que permitiu a identificação da associação dos *thematata* desta pesquisa; Análise fatorial de correspondência (AFC) referente ao cruzamento entre as formas reduzidas e as classes formadas.

Complementarmente, após a identificação dos *thematata*, as antinomias e as inter-relações de discurso, procedemos à verificação – mediante uma abordagem pragmática baseada nos postulados de Moscovici e Vignaux (1994) e da Técnica de Análise de Conteúdo (2011) – dos elementos que compunham as RS identificadas nesta pesquisa.

Desta maneira, uma vez detectado nos depoimentos das/dos participantes, uma postura oriunda do senso comum, obtivemos o que posteriormente poderia ser considerado – de maneira contínua e flexível – a representação social.

Por outro lado, para analisar as associações livres das/os entrevistadas/os, estas foram resumidas em uma matriz dividida em

tópicos de acordo com os principais significados que seus desenhos representavam.

Assim, cada entrevistado recebeu um código na forma de transhomem ou transmulher, seguido pelo país de origem e um número arábico (BR: 1-35, CA: 1-14, CR: 1-35 - N = 84), de modo que cada associação pudesse ser relacionada a uma/um entrevistada (o) durante o processo de análise prototípico e de conteúdo.

## **RESULTADOS**

Com o intuito de descrever o perfil das/os participantes do presente estudo, consideramos oportuno mencionar que a média de idade dos transhomens foi de 23 anos, e das transmulheres de 29 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, observou-se que a maioria das/os participantes, tanto do gênero masculino quanto do gênero feminino, possuíam o Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto, com escassas exceções de pessoas que se encontravam matriculadas/os em algum curso universitário, principalmente nos países do Brasil e o Canadá, onde as políticas de inclusão e visibilização da população trans, são (talvez, um pouco) menos excludentes e contam com uma (relativa) longa data de implantação e implementação.

Na sequência dessa caracterização, percebe-se com relação às atividades laborais e o vínculo empregatício, que nos países do Brasil e da Costa Rica, a principal atividade realizada por parte das transmulheres esteve vinculada à prostituição e ao sexo-serviço.

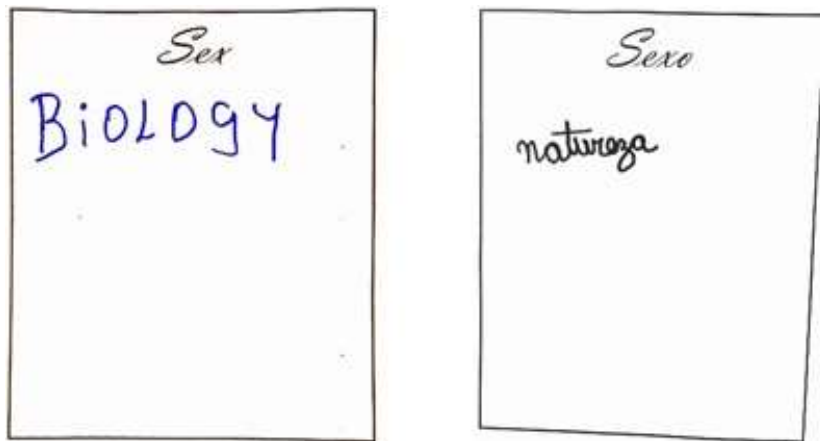
Somente 12 participantes do gênero feminino relataram trabalhar em outros espaços relacionados à venda de roupas, salões de beleza e restaurantes e apenas oito delas estudavam. No caso dos transhomens, oito participantes trabalhavam em restaurantes, oficinas mecânicas ou como vendedores, quatro deles estudam e apenas dois relataram nem trabalhar ou estudar.

Introduzindo-nos no debate acerca das RS e baseando-nos no conjunto dos resultados da análise prototípica, tornou-se possível esboçar um campo representacional e apontar, com probabilidade razoável de acerto, os elementos centrais e periféricos das RS, bem como interpretar sua organização.

Ao iniciar a abordagem dessa análise semântica para caracterizar a representação do sexo, encontraram-se elementos associados aos conceitos: biologia, diferenciação biológica entre as pessoas, imposição natural, nascimento, algemas, condenação, pênis, vagina, domínio

privado, como demonstrado a continuação por meio dos desenhos e alguns depoimentos.

**Figura 1** - Sexo associado à palavra: Biologia. Florianópolis, 2016.



Fontes: Transhomem 2, Canadá, 2015; Transmulher 12, Brasil, 2014

### Sexo como imposição natural

*Quería luchar con eso que me fue impuesto desde mi nacimiento, siempre fui una mujer pero por desgracia los huevos y la picha (se referindo aos testículos e ao pênis) ya vinieron conmigo en el “combo de nacimiento”, entonces comencé a buscar en internet como hacía para parar de producir testosterona, porque ya estaba harta y fue cuando decidí hacer la mayor locura de mi vida, compré un bisturí, jeringas de tuberculina y lidocaína en la farmacia y me puse a jugar de médica y un bello día decidí abrirme los huevos para sacarlos, solo que gracias a Dios en el momento que comenzó a sangrar esa “vara” y vi que no paraba, llamé a mi amiga para auxiliarme [...], pensé que iba a morir, vi hasta el túnel (TRANSMULHER 15, COSTA RICA, 2015).*

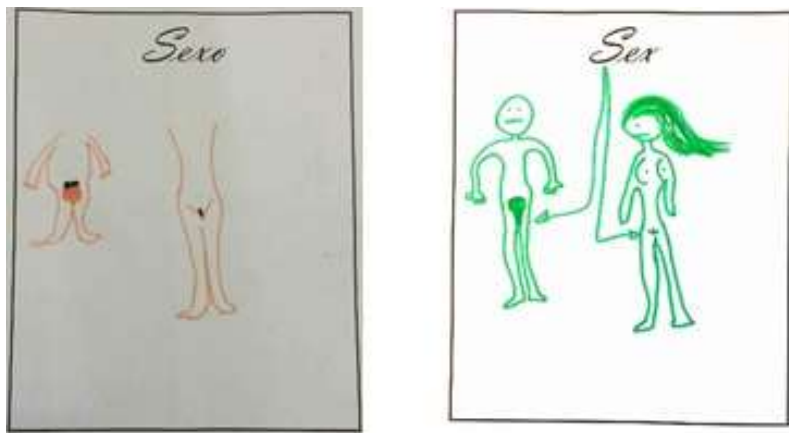
*Isso me remete à infância, porque os guris da minha rua iam para os mataçais, que tinham uns três terrenos baldios, um ao lado do outro, então*

*íamos para o mato. Naquela inocência de criança a gente ficava pelado e brincava de fazer sexo, mas eu sempre era a menina, por que até então eu achava que era uma escolha e não uma imposição da mãe natureza [...] eu pensei que tu escolhia ser homem ou ser mulher, eu não sabia que era o pinto ou a xoxotinha quem dizia quem tu era [...] então minha transexualidade já se via daqueles momentos, porque eu nunca tive a curiosidade de fazer o papel masculino, eu queria sempre ser a menininha da história, então alguma coisa se reflete ali [...] (TRANSMULHER 8, BRASIL, 2014)*

*Eu sabia que eu queria ser um homem e que na verdade não poderia ser porque tinha nascido com uma vagina, porque tinha nascido mulher [...] eu sabia que eu não era eu, mas eu não sabia porque eu não poderia ser livre, eu não entendia essas regras do azul para os meninos e o rosa para as meninas de acordo com teu pinto ou tua 'vagina' (o participante assinala com as mãos e coloca aspás) [...] a única coisa que eu sabia era que eu não me identificava com o rosa e que não queria ser menina e que para não ser menina não devia ter nascido biologicamente com uma vagina [...] (TRANSHOMEM 3, BRASIL, 2014).*

*Here I am, a transsexual, who grew up opening the biology books and finding under the photo of a women's body, a vagina [...] I heard all of my life that women have a specific genital part and consequently I am not able to be a real woman because I carry a fucking penis (TRANSMULHER 10, CANADÁ, 2015).*

**Figura 2** - Sexo associado às palavras: Pênis/vagina. Florianópolis, 2016.



Fontes: Transmulher 22, Costa Rica, 2015; Transhomem 3, Canadá, 2015.

*Eu pude perceber que eu não tinha o que uma menina tinha, que nós éramos diferentes, e que por causa daquele pintinho eu não podia ser a mulher que sempre acreditei ser [...] por causa daquela coisinha insignificante eu não conseguia ser aceita pelo meu pai nem pela minha família (TRANSMULHER 26, BRASIL, 2014).*

*I started to realize that I was different from other boys when my mother started telling me and pointing out that I was disgusting because I didn't act like my male cousins. That was the first trauma. I started to believe that I was doing something wrong, because she always said very angrily: You are not a girl! Behave like a boy! You are a boy! You have a penis, boys have penises and girls have vaginas! You don't have a vagina, therefore you're not a girl! You cannot choose! God gave you a penis, accept your penis, deal with it! God made you that way and you have no choice! [...] Well, I guess God made a mistake when he made me! (TRANSMULHER 5, CANADÁ, 2014).*

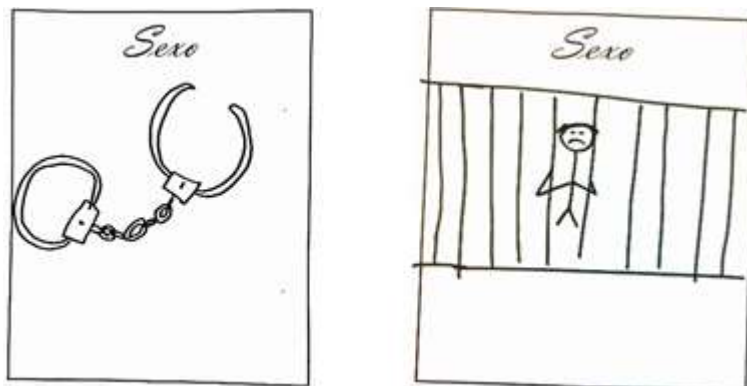
*Com o passar do tempo a gente vai tendo capacidade de pensar sobre o nosso mundo, sobre*



*as coisas ao nosso redor e foi quando eu descobri que eu não podia ser “eu” pelo fato de ter um pintinho, eu sempre tive comigo de ser o que eu sou independente das condições que me que são impostas ou mostradas como correto ou incorreto. Eu fui tomando senso crítico sobre as coisas [...] comecei analisar as coisas! Daí eu descobri que eu não podia me tornar aquilo que eu queria ser por ter esse pintão (TRANSMULHER 8, BRASIL, 2014).*

*Cuando tenía 19 años, para disfrazar mi mentira, decidí casarme y fue ahí cuando me di cuenta que estaba haciendo todo mal, me sentía pésima, me sentía lesbiana y sentía un asco indescriptible de mi mujer y de mi “picha”, pero “diay” tenía que seguir disfrazando mi mentira [...] vos sabés que por haber nacido biológicamente con esa “verga” no se me permitía ser mujer (TRANSMULHER 26, COSTA RICA, 2015).*

**Figura 3** - Sexo associado às palavras: algemas, condenação. Florianópolis, 2016.



Fontes: Transmulher 17, Brasil,2014; Transhomem 8, Costa Rica,2015.

*O que significa o pênis no meu corpo? Para mim lamentavelmente é uma "sentencia de morte", é uma maldição que faz parte do meu corpo, pra*

*mim ele é um órgão maldito que não vou dizer, assim, que eu tinha a curiosidade de não ter, seria interessante se estivesse disponível a cirurgia neste momento para mim [...] mas ao mesmo tempo eu tenho uma dúvida, será que a real felicidade está em uma “coisa”? Será que amanhã vou ser feliz tendo a outra “coisa” lá embaixo? Os pênis e as “xotas” são só coisas que os “homem” deram um nome, são simplesmente nomes criados por eles para nos desgraçar a vida. Sou mulher, sou feminina, não preciso de vagina, ser trans é mais do que um orgulho, é uma honra romper com esses padrões (TRANSMULHER 23, BRASIL, 2014).*

*Me parece que ahora pensándolo mejor... todo lo que significa la picha (pênis) y la panocha (vagina) son una condena, o sea, son puras ocurrencias de los “maes” (palavra coloquial para se referir aos homens) ¿por qué la panocha no puede tener el mismo valor que la picha? ¿Por qué no podemos vivir en un mundo donde esas tarjetitas de reglas no existan y usted escoja ser lo que le plazca? Sin estar condenada a vivir con satanás (se referindo ao pênis) (TRANSHOMEM 6, COSTA RICA, 2015)*

*My Genitals mean [...] I have a vagina and I am quite attached to it. I am a man with a vagina. I have no problem with that, you know? I never link my manhood with the presence of a dick, is another thing that you start to deconstruct when you are a transman. I believe, through my trans man's perspective, there are different types of men right? [...] Being a man is a matter of identity, gender and other instincts. I was not born with a penis, because I was born in a female body and that's quite my curse (TRANSHOMEM 1, CANADÁ, 2015).*

*O sexo significa uma algema (silêncio) ele não te deixa ser quem você é. No início eu me sentia como essa pessoa que os outros viam, como uma pessoa com três olhos, só que não era um olho o que me sobrava, era uma vagina [...] mas além*

*disso, era uma desgraça, um desencontro geral de físico, corpo, mente [...] era querer virar do avesso e não poder (TRANSHOMEM 5, BRASIL, 2014).*

*Y hoy tampoco siento felicidad, estoy condenada a ser esto [...] yo nunca me sentí un hombre, siempre fui una mujer hecha y derecha, solo que mi mayor maldición fue haber nacido con aquello entre mis piernas, principalmente porque la sociedad dice que tienes que aceptar tu “verga” y aceptar todo aquello que viene con ella [...] además del placer, claro (TRANSMULHER 30, COSTA RICA, 2015).*

### **Sexo associado à teoria criada pelo homem**

*Yo creo que lo que nosotros tenemos en medio de las piernas no influencia para nada nuestra identidad ni mucho menos nuestra sexualidad, porque como le decía esas varas de ser hombre y mujer son puro cuento, son todo un invento (TRANSMULHER 11, COSTA RICA, 2015).*

*Então foi complicado, porque é quando tu começa a descobrir que tas vivendo em uma farsa. Essa ideia de que eu iria me tornar uma mocinha nunca aconteceu. A questão do desejo, da vontade, daí tu começa a entender o porquê das coisas e até os 15 anos eu achava que era uma pessoa doente por odiar meu pênis e meu corpo, depois que eu fui descobrir a questão de se olhar no espelho e ver; pô eu já to com 16 anos e tem prima que já tem peito, já tem cabelão e eu não tenho. Ta acontecendo alguma coisa de errada, sabe? Aí cheguei na conclusão da aberração que eu era [...] isso eu pensava na época, agora eu não me acho mais uma aberração, porque sei que tudo isso é mais um conto de fadas que os “homem” inventaram para nos segregar (TRANSMULHER 19, BRASIL, 2014).*

*Sex is bullshit, it is a story created by mother nature [...] penises and pussies are bullshit, they can block your path to happiness, but if you*

*accept them, they can be helpful in achieving your happiness and pleasure [...] in my case I will always feel miserable and incomplete* (TRANSMULHER 8, CANADA, 2015).

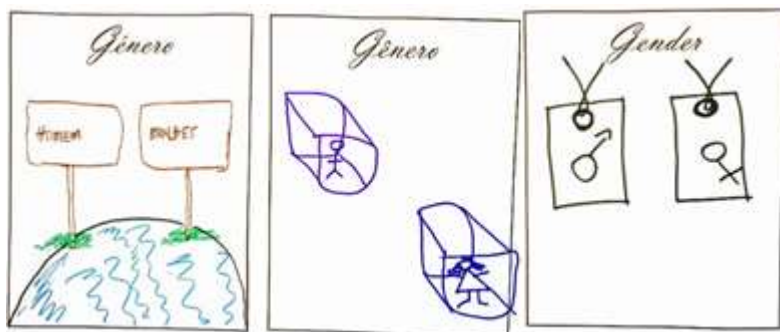
Após uma análise de classificação hierárquica descendente dos dados textuais provenientes das entrevistas, deparamo-nos com duas representações diferentes, porém complementares relacionadas ao sexo. A primeira se refere ao sexo como uma imposição categórica natural lacrada e adquirida (irremediavelmente) ao nascer. E a segunda, que trata o sexo como um elemento que rotula, condena e diferencia as pessoas para torna-las (im)produtivas frente à sociedade.

Na lógica dessas representações sociais para este conceito, o núcleo central provável contém as palavras biologia e nascimento. Sucessivamente, na inter-relação sexo/gênero, o sexo parece ser uma variável que, ainda que atualmente possa ser manipulada clinicamente ao ponto de trans/formá-la em seu contrário, afunda suas raízes na estrutura biológica-genética e delimita o terreno do real onde o sujeito se (auto)descobre individualmente.

Ademais, observamos que as representações sociais deste conceito estiveram ancoradas nos aspectos genitais e nas experiências do banho ou da privacidade durante a infância e pré-adolescência, momentos nos quais, as/os participantes se questionavam por quê tinham nascido com essas estruturas biológicas ou (algumas/alguns delas/deles) sonhavam com o dia de possuir a estrutura fenotípica contrária.

Por outro lado, e com relação à análise interpretativa da representação do gênero localizaram-se elementos vinculados aos conceitos de: categorias sociais, normativas, códigos de comportamento, poder, “caixinhas” e rótulos, produtos sintéticos, “dever ser”, ideais e expectativas, cultura, dominação como demonstrado a continuação por meio dos seguintes desenhos e os depoimentos.

**Figura 4** - Gênero associado às palavras ‘Caxinhas’/Rótulos. Florianópolis, 2016.



Fontes: Transmulher 9, Brasil, 2014; Transmulher 17, Costa Rica, 2015; Transmulher 7, Canadá 2015.

### **Gênero associado à palavra Produtos sintéticos**

*Esa palabra género para mí no debería de existir, es todo un invento. Infelizmente existe y necesitamos aparentemente de hacer esa adecuación toda, necesitamos encerrarnos en esas cajas, donde si sos mujer estás condenada a ser dominada y oprimida, y si sos hombre te habrás sacado la rifa y serás el dominador y poderoso (TRANSMULHER 13, COSTA RICA, 2015).*

*Gênero es una utopía, es una “vara impuesta” (se refiriendo á uma imposição social) que tiene que ver con la sociedad donde vivís, por ejemplo yo vivo aquí en Alajuela (provincia localizada ao norte da Costa Rica) y aquí todos son unos machistas, por lo tanto siempre voy a ser usada, sometida y reprimida, ¿por qué? porque los maes nos hicieron creer que así era como tenía que ser, mientras que las idiotas de las mujeres quisimos creer en esas historietas imbéciles que nos vendieron los malparidos esos (TRANSMULHER 9, COSTA RICA, 2015).*

*Tudo isso foi inventado (se referindo ao gênero), são coisas que foram criadas pela bíblia para organizar a terra, são regras que nos ajudam a conviver, mas esquecem que toda regra tem sua exceção, eu sou essa exceção, eu sou uma das que não acredita nessas histórias, nesses inventos absurdos (TRANSMULHER 27, BRASIL, 2014).*

### **Gênero associado às palavras Comportamento/ 'Dever ser social'**

*E dessa forma foram alimentadas essas diferenças entre homens e mulheres, por parte da minha família e dos professores [...] Eu lembro disso muito forte na minha mãe. Muito forte porque realmente ela foi bem fechada assim, nessa questão de eu me comportar como um menino [...] Ela, por causa do que os vizinhos falavam, tentou se apoderar de mim [...] até as frustrações que ela teve depositou em mim e tentou me dominar com as ideias dela [...] E aí que tá! Eu sofri muito com isso [...] nas festas juninas, que é algo folclórico né, que em toda escola tem, em todo país a gente celebra isso [...] eu me lembro que eu nunca queria me vestir como menino caipira, me vestir como menino, fazer bigodinho, fazer costeleta. Eu queria colocar vestido rendado e dançar naquele grupo de meninas com parceiro menino, então eu ficava torcendo sempre que o grupo de meninos estivesse lotado para que eu pudesse me transvestir de menina, mas isso nunca aconteceu e eu era punida por ter esse pensamento (TRANSMULHER 15, BRASIL, 2014).*

*My mother pushed me to act the way she wanted me to act [...] there was a lot of emotional extortion [...] her and I argued often because she wanted me to do what she believed a woman should do; for example she wanted me to wax my armpits and legs, she wanted me to wear nail polish, makeup and dresses, you know? I feel that those things kind of created a trauma, because anytime I wore a dress I thought about suicide (TRANSHOMEM 9, CANADÁ, 2015).*

*Eu comecei a perceber que era diferente desde que eu nasci [...] eu sempre soube que era uma mulher [...] devido aos brinquedos principalmente, porque eu sabia o que era brinquedo de menino ou de menina, eu brincava com brinquedo de menina e os meninos brincavam com brinquedo de menino, eu queria sempre queria ser a mãe nas brincadeiras, e os meninos não queriam ser [...] então eu fantasiava um monte, do tipo colocava uma bola embaixo da barriga pra dizer que estava grávida, de repente saía uma boneca e eu dizia que era meu bebê, então sempre tinha esse instinto maternal comigo que não devia ter (TRANSMULHER 7, BRASIL, 2014).*

*Cuando decidí asumirme como mujer, tenía 15 años que fue cuando les conté que no quería dejar más de estudiar porque estaba siendo atacada de tal forma en el colegio y que yo no merecía aquello [...] En ese entonces mi papá dejó de hablar conmigo y obligó a todos allá en la casa a hacer lo mismo [...] recuerdo que al inicio el me pegaba con tanta fuerza que llegaba “hasta perder el conocimiento” (frase utilizada para dizer que ficava quase inconsciente), porque según el yo podía ser arreglada a punta de faja y podría actuar como un macho [...] él siempre me decía: “Lo que usted necesita es faja y mano fuerte para convertirse en un hombre macho de pelo en el pecho (TRANSMULHER 14, COSTA RICA, 2015).*

### **Gênero associado à palavra Cultura**

*I think gender is a cultural thing. That's all. Gender is a cultural myth. It's all about ideas and cultural behavior. For example it is difficult to be genderless and avoid all the rules and ideas that the society invented; I cannot come today wearing a dress and tomorrow be dressed as a male because they are going to believe that I am even more cuckoo. That's why I said that to me gender is a cultural invention (TRANSMULHER 12, CANADÁ, 2015).*

*A minha vida inteira tem sido oprimida, no início porque eu sentia que eu gostava do que as meninas gostavam e, culturalmente, tu não podes. Porém, eu não demonstrava para todo mundo assim, porque digamos que segundo a sociedade isso não era normal, tinhas que ser oprimida, digamos assim, eu não podia pedir para minha mãe: “Eu quero uma boneca!”. Ela me dava um carrinho, mas nas férias eu sempre ia para a casa das minhas primas que são todas quase da mesma idade que eu. Então, geralmente elas sempre tinham boneca, vestidinho, roupas, essas coisas de menina [...] que a menina brinca. Daí eu sempre era a menina, eu sempre era boneca, eu nunca era o boneco, então eu me... eu tirava esse sofrimento, essa minha angústia quando eu entrava de férias e ia para a casa das minhas tias, assim, das minhas primas (TRANSMULHER 13, BRASIL, 2014).*

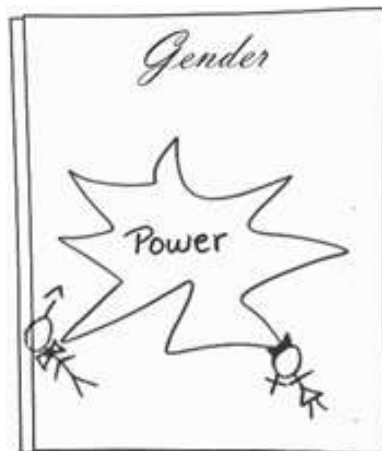
*[...] My parents also used to have an oppressive behavior, I remember one time they saw me dressed as a boy, and they freaked out, mainly my mom, she started yelling at me and I remember that she actually begged my dad to beat me with the belt, that was horrible. My parents thought us that only my brothers could wear manly clothes, only males could do several things and have freedom [...] I felt overwhelmed because in their vision I was a woman, they wanted me to be reserved and pure like a saint, They wanted me to be a nun, but thank God I ran away from that hell, called home (TRANSHOMEM 3, CANADÁ, 2015).*

*A dificuldade que eu tinha era de eu não me aceitar, mas era pela questão do gênero masculino, eu não me identificava com as coisas que a sociedade diz que os homens tem que se identificar, eu não me sentia homem, não queria fazer o que os homens faziam, não queria usar azul, não queria jogar futebol [...] eu me identificava era com as coisas femininas, sempre me identifiquei como mulher, me olhava perante a um espelho vestida com roupa e dizia realmente*



*eu sou uma mulher, nada do que está naquela foto, naquela identidade que eu carrego até hoje é real [...] (TRANSMULHER 10, BRASIL, 2014).*

**Figura 5** - Gênero associado às palavras dominação/poder, regulação. Florianópolis, 2016.



Fonte: Transhomem 9, Canadá, 2015.

*Como te contei, eu sempre fui uma menina diferente, briguei algumas vezes com meus pais porque eles tentavam me dominar e queriam me impor que gostasse de carrinho, futebol e da cor azul [...] eles queriam que eu me encaixasse em um molde social, queria que fosse uma coisa que nunca fui [...] eu sempre me senti menina, mas as normas e regras que eles me impunham, gritavam mais alto [...] eles faziam todo o possível para me dominar e para eu fazer coisa de meninos (TRANSMULHER 24, BRASIL, 2014).*

*I have had many reinforcements in my life for example, people always said, "You cannot do this" "You cannot do that". I had this repression, oppression from many people [...] my parents said, sit with your legs spread, walk like a man [...] I remember that even my father said, "Scratch down under" when you walk, that's a male thing [...] you know? There were several absurd and*

*ridiculous things they wanted me to do. That's why I've told you, I had a sad childhood [...] (TRANSMULHER 4, CANADÁ, 2015).*

*Na escola por exemplo foi um problema, a professora sempre me discriminou por ser uma criança afetada e isso fez com que as outras crianças também me afastassem e me rejeitassem [...] Ela era das que diziam “tens que atuar como menino, os meninos jogam futebol, tu és menino, tens que aprender jogar futebol” [...] Eu posso te dizer que não entendia nada do que ela estava falando, mas me sentia machucada e começava chorar, mas quando começava chorar piorava tudo porque ela dizia na frente da sala cheia que os meninos não choravam e todos riam de mim [...] Eu não entendia porque se eu não me sentia menino nem nunca pensei em ser menino, era obrigada a atuar como um deles (TRANSMULHER 2, BRASIL, 2014).*

*Yo necesitaba encajar en algún lugar, no me sentía una mujer totalmente y por culpa de ese sentimiento era oprimido, era dominado por todas esas habladas de la sociedad. Me obligaban a ser una persona que nunca fui, me obligaban a gustar de las cosas de mujeres, de esas mariconadas de color rosado, de trencitas, de muñequitas y de casitas [...] (TRANSHOMEM 10, COSTA RICA, 2015).*

*I felt extremely weird because I didn't not know who I was [...] during my childhood I constantly said to myself: if you play with girl toys and only have girl friends, if you always play with Barbies and dolls then you are a girly girl” [...] But then everybody said "you cannot do this, it is forbidden for you" I felt that I was doing the right thing, so I did not care because as far as I was concerned I was just a little girl (TRANSMULHER 6, CANADÁ, 2015).*

Diante do cenário exposto, fica claro que o gênero apresentou-se como uma instituição de poder e dominação culturo-política que é capaz

de conduzir aos corpos a se comportarem de formas padronizadas, não permitindo (ou impossibilitando) a pluralidade ou diversidade de manifestações do próprio ser ontológico.

Com relação à noção da representação de gênero, observamos uma classe, logo, uma única representação vinculada a elaborações sintético-sociais associadas à cisheteronormatividade e à cultura. Identificamos um eixo semântico central voltado para a dominação, regulação, códigos comportamentais e culturais, formas de atuar, brinquedos/brincadeiras, com múltiplos aspectos negativos canalizados por meio das palavras discriminação, não encaixar, rejeição, subordinação e aberração.

Para este conceito, compuseram o núcleo central, as palavras poder e norma (ser normal/normatividade). Além disso, as representações sociais do gênero vinculadas ao poder, dominação e normatização, estiveram ancoradas em algumas vivências de castigos físicos e psicológicos vivenciados durante a infância, adolescência, por parte dos familiares (pai, mãe, irmãos, tios-tias), dos pares, e de outros atores sociais tais como professores, líderes espirituais dentre outros.

Desta forma, fica evidente na representação do gênero, que ele é um ideal regulador associado ao poder e à dominação, que para as/os participantes, não informa como são os homens ou as mulheres, senão como eles devem ser, atuar, pensar e se comportar, considerando todas as significações e justificações sociais que, frequentemente acompanham as ações discriminativas difíceis de serem compreendidas, pois (des)legitimam os destinos desiguais dos sujeitos pelo simples fato de sua posição epistemológica.

Diante essa realidade e complementarmente, postulamos que para compreender claramente a concepção das representações sociais do sexo e do gênero como forma de conhecimento, devem ser contemplados os fenômenos sociais que partem do seu contexto de produção, pois este conhecimento encontra-se ancorado em um entorno social que circula e se transforma constantemente.

Convergente a essa ideia e partindo da análise de conteúdo empreendida, os conceitos do sexo e do gênero nas distintas realidades, parecem estar vinculados à compreensão de serem tecnologias processuais que permitem hierarquizar ou categorizar os seres humanos em dois polos totalmente opostos, antagônicos e até irreconciliavelmente diferentes.

Particularmente, um dos pontos que deve ser ressaltado com atenção refere-se à capacidade inicial que possui o sexo de criar gêneros,

e analogamente a capacidade inexorável e implacável que possui o gênero de (re)criar novos sexos nas identidades trans.

O último aspecto que deve ser destacado na apresentação destes resultados, relaciona-se com evidenciar que a realização da análise representacional global dos conceitos de sexo e gênero nas três realidades pesquisadas, unicamente foi possível devido a que os processos de exclusão social, estigmatização e discriminação, são significativamente semelhantes nesses três contextos.

Estas realidades foram reforçadas pelos relatos de (sobre)vivência e luta contra os discursos patriarcais e necropolíticos que teimam em reforçar a invisibilização das identidades transdissidentes e que fogem desse padrão cisgenérico hegemônico vigente.

## **DISCUSSÃO**

### **Identidades em disputa: Sobre a invenção do sistema sexo e gênero**

As representações estruturais do sexo e do gênero, sofrem transformações vinculadas às diversas circunstâncias vitais que produzem experiências subjetivas particulares e às concepções que tanto o sujeito como seu contexto cultural tenham do mundo.

Neste sentido, diante da diversidade humana, essas representações genéricas e sexuais serão um conceito unificador. Assim, consideramos conveniente assinalar que na construção das representações das/dos participantes desta pesquisa, interferiram tanto a relação – na qual subjaz o (auto)reconhecimento – que a pessoa estabelece com outros membros do seu claustro político-social, quanto a relação que seu grupo possui com as instâncias estruturais de bio/necropoder e saber.

Essas representações sociais (por vezes complexas ou ambíguas), enfrentam tensões que geram contradições e se manifestam de forma paradoxal. A cotidianidade vivenciada pelas/os participantes explicita a distância existente entre a idealidade e a realidade, fazendo com que as prescrições sexuais e genéricas, com seus supostos implícitos, continuem estando vigentes.

A divisão entre sexo e gênero parece continuar prolongando a oposição entre o supostamente natural e o supostamente cultural (sendo que a partir do elucidado na pesquisa parece existir um pouco de artificialidade tecnológica no sexo e de naturalidade no gênero).

A identidade trans apareceu nesta pesquisa, não como a opressão instintiva da verdade pré-discursiva da carne, senão como um efeito da (re)inscrição das práticas do sexo e do gênero em um corpo abstruso (complexo).

Essa dicotomia não seria um problema senão fosse porque perpetua a oposição subjacente a ela: o biológico como um ente transformador (anulador ou até destruidor) de uma aparente ordem social. Vale a pena analisar mais detalhadamente a divisão entre sexo e gênero, pois quando se observa cuidadosamente, os discursos continuam prolongando a oposição entre o masculino e o feminino como entes essencialmente antagônicos.

Essa separação sexo-genérica, como um binômio de categorias de trabalho bem diferenciadas, articula-se com a ideia de que o primeiro é realmente um constituinte biológico de uma diferença inegável que se distingue do gênero, localizado no terreno do social e construído com o intuito de dominar os corpos (MISSÉ; COLL-PLANAS, 2010; PRECIADO, 2012; RUBIN, 2013).

Nos permitimos então, a partir da experiência adquirida no trabalho de campo, criticar essa dicotomia entre o natural e o artificial (cultural), já que consideramos que a separação entre natureza e cultura se amplia à separação do nato e do adquirido, e as manifestações subjetivas permitiram-nos observar que essas asseverações (declarações) vão além do suposto natural como transformador de uma ordem social e do social como ente transformador de uma suposta ordem natural.

O viés patriarcal que aqui demonstramos é inegável, porque analisando as trans/formações sofridas pela irrupção das instituições sexo-genéricas no campo sociolinguístico, verificamos que esses conceitos e suas conseqüentes ideias de feminilidade e masculinidade, sofreram no início da década de 1900 uma *fetichização* lamentável, pois nunca se consideraram nem a procedência dessa naturalização nem suas possíveis conseqüências (SHIELDS, 2013).

Essa *fetichização* conduziu a uma eventual naturalização do sexo como dado irremediavelmente atribuído pelo campo biológico e do gênero como uma instituição cultural obrigatoriamente aceita.

A separação entre sexo e gênero deixou de ser então um conceito de apoio que salvava diferenças irreconciliáveis e que permitia a abertura à nova pesquisa e passou a converter-se em um obstáculo para a mesma devido à complexidade de sua inteligibilidade universal. Desta forma, sexo e gênero permanecem vinculados irremediavelmente no

discurso classificatório até hoje, embora tenha-se tentado separar a forma de conceber sua importância em cada sociedade.

Postulamos a partir do pensamento de Scott (1986) e de Stolcke (2012), que a condição de ser transmulher ou transhomem, estaria ligada à uma lógica penetrante que domina e consolida o psiquismo individual, e que permite aos outros classificarem em grupos de acordo com sua (in)consonância sexual.

Ao despeito disso, a trans-identidade pode ser compreendida como um processo que se inicia no plano individual e que está construída de forma (in)voluntária mas que ao mesmo tempo estaria regulamentada pelos padrões supra-individuais, culturais, históricos, permanentes e quase imodificáveis. Podemos articulá-las às práticas sociais, a idiossincrasia de cada região, os valores, que uma vez adquiridos e assimilados pelo indivíduo, parecem ser irrenunciáveis.

Complementarmente, as dificuldades da representação concreta dos conceitos sexo/gênero, nesta pesquisa estiveram permeados nos discursos pela necessidade de submeter-se à uma prova social (seja médica ou de aceitação/reconhecimento social), que implicaria em todo momento, um ordenamento político subjacente, pois é claro que a distribuição de poderes está mediada pela possibilidade de classificar, categorizar e organizar a si mesmo e aos outros.

Diante da complexidade que gera a definição e representação total das conotações gênero e sexo, encontramos como uma possibilidade válida, nos aproximarmos dos pressupostos declarados por Butler (2006), que em consonância com a proposta de Scott (1986), mas com um estilo mais radical, desafia as categorias de sexo, gênero e identidade, por tentar separar, polarizar e (sobre)determinar aos sujeitos.

Retomamos seu conceito de performatividade e seu impacto na constituição do sujeito (apesar de ser duramente criticada por tomar esse conceito e reestruturá-lo a partir das bases de filósofos como Althusser e Derrida).

Butler (2004; 2006) propõe que a identidade do indivíduo, assim como o gênero e o sexo, não são mais do que uma atuação permanente, isto é, um conjunto de normas e ações diversas e alheias, anteriores de si e repetidas constantemente.

Essa mesma autora afirma ainda, que o indivíduo atua de forma performativa em tanto (re)presenta (ou executa) aquilo que os demais designam que deve ser/fazer ou aquilo que fantasiam sobre o que ele é, tal e como quando uma pessoa que nasceu mulher atua de forma feminina, usa batom, saia, salto alto, logo se converte naquilo que os

demais esperam dela. Esse pensamento nos faz compreender (ou pelo menos elucidar) que tanto a feminilidade quanto a masculinidade são performances, ou seja imitações pouco originais.

Concordamos com Althusser (2003), na afirmação de que o indivíduo é livre e responsável pelos seus atos, porém está sujeito a uma ideologia que age como uma autoridade superior, desta forma, ele é destituído de toda liberdade, exceto a de aceitar sua (irremediável) submissão.

Nessa lógica, os indivíduos são um suporte das relações estruturais nas quais estão situados, ou seja, o sujeito age na mesma medida em que sofre a atuação do sistema (FERRÉ, 2013; FAUSTO-STERLING, 2013).

Os ecos dessa proposta política – e visibilizados nos depoimentos – referem à subversão discursiva por meio, já não da resistência violenta, senão da transgressão permanente das estruturas sociais.

Avançando ainda mais, no que se refere ao discurso (bipolar e classificatório) da nossa sociedade, a repetição permanente de ritos discursivos e práticos que certifiquem a masculinidade ou feminilidade baseados em uma genitália de uma suposta “ordem natural”, que permitam a inteligência (compreensão) do homem ou da mulher, requer da exclusão sistemática dos desejos, atrações, performances e práticas que fujam/escapem da cisnormatividade e da inteligibilidade dos gêneros.

Especificamente, possuir uma identidade que converse linearmente com o sexo e o gênero significa ouvir uma ordem que não provém de nenhum lugar, mas que é escutada em todas partes. Retomando uma ideia que apresentamos acima, na sociedade atual resulta necessário validar a imposição de uma postura cisnormativa através da rejeição (velada ou direta) das formas representadas pelo espectro trans.

Como explicitado, não existe uma estrutura física nem administrativa que submeta o ser humano, que chegue a ele e que o condicione a desejar um certo tipo de objeto, mas é possível afirmar que os sistemas de (necro/bio)poder e dominação que reprimem aos seres humanos a adotarem uma postura genérica e aceitarem seu sexo como um dado obrigatório, é criado pela via discursiva e se torna permanente mediante a repetição dos aparatos culturais que constituem a sociedade.

Assim, o ser trans (e suas representações sociais) pode ser considerado como um indivíduo etéreo, dependente do contexto e em constante construção. No entanto, não gostaríamos de cair na prática

radical de desvanecer os sujeitos à medida em que eles, ao desnaturalizar-se, se convertam em meros instrumentos plástico-maleáveis, a serviço da normalização, em um espaço vazio, carentes de substância e sem a possibilidade de se distanciar daquilo que o determina.

Nesse sentido, a única exortação que realizamos é a de considerar a possibilidade de intervir nesse *status quo* que é o dispositivo social de bio/necropoder, controle e dominação – e desafiar a fonte dos conflitos dos sujeitos (discurso hegemônico), o qual poderia converter-se no motor de uma mudança significativa.

O discurso hegemônico pode ser subvertido mediante a fórmula naturalizadora que o institui. Na medida que um sujeito toma consciência da *farsa* que é aquilo que tradicionalmente tem sido considerado como natural, transforma o seu olhar sobre o que considera natural ou antinatural. Além de dizer que “tudo é válido porque todas/os somos seres “artificiais”.

Nas vivências relatadas nas histórias de vida dos participantes trans, antes de elaborar as representações sociais, ficou evidente que a sociedade as considerava como seres abjetos, não devido à suposta distorção que fazem da feminidade/masculinidade, mas ao seu discurso corporal e proxêmico, que resulta desafiador dos parâmetros estabelecidos, ou seja dos discursos cis-hegemônicos, tantas vezes repetidos, portanto naturalizados.

Por outro lado, é possível observar que a diferenciação sexo-genérica constitui um fenômeno preeminente da vida simbólica e da comunicação no seio da nossa sociedade que é capaz de ilustrar o necropoder que têm essas categorias linguísticas para determinar o que conhecemos sobre o mundo.

Esse dimorfismo, por uma parte, introduz as categorias taxonômicas homem/mulher, masculino/feminino e, por outra, expõe o fato (aparentemente) indeclinável da sua universalidade (não de conteúdo).

Algumas das contradições que se vivenciam atualmente relacionam-se com a conceptualização que historicamente tem se realizado da diferença sexual; que desde sua origem, tem sido considerada não como uma parte da vasta pluralidade ontológica mas sim como uma nítida desigualdade.

Diante do dilema das fontes das diferenças sexo-genéricas, concordamos com Leite Jr (2011) quando sugere que a única possibilidade de conhecer a natureza biológica dessas diferenças seria



realmente considerar o sexo e o gênero como construções sociais para que deixem de atuar como fatores organizadores das relações intersubjetivas.

Assinalamos também, que a diversidade de representações (reféns da própria oposição/polaridade da lógica binária dos estereótipos que vão produzir modelos de comportamento excludentes) se reduzem à uma construção definida por dualismos: masculino/feminino, atividade/passividade, assertividade/expressividade, igualdade/desigualdade, razão/emoção-paixão, que ao mascararem a heterogeneidade das categorias e sua assimetria, compelem os sujeitos, levando-os a hiperdesenvolver habilidades e atitudes consideradas próprias de acordo com seu sexo, etnia e/ou classe (STOLCKE, 2011; LOOY; BOUMA, 2015).

Faz-se necessário reconhecer que ainda quando todos os conceitos relacionados com a diferença entre os sexos e os gêneros, mantêm uma forte inter-relação, não permitem estabelecer inferências fixas, dado que o sexo não é uma essência (como demonstrado pela própria transexualidade), senão uma contingência, e o gênero não é uma energia estática, senão uma tecnologia construída socialmente (com uma pitada de natureza).

Embora o termo gênero tenha sido criado pela Psicologia Social, não é possível reduzi-lo unicamente a este campo. A categoria gênero passou por transformações no campo feminista, surgindo em oposição ao “sexo” e questionando/recusando as diferenças sexuais biológicas como determinantes do comportamento e da personalidade, que enfatizavam a relação do poder desigual e hierárquico entre mulheres e homens.

De acordo com os resultados da pesquisa, devemos concordar até aqui com as noções de gênero de Teresa De Lauretis (1987), que discute as tecnologias de gênero, e com Judith Butler (2005), que problematiza a hegemonia heterossexual e os binarismos existentes (homem/mulher, feminino/masculino, heterossexual/homossexual), vinculando o processo de assumir um “sexo” com um gênero e conseqüentemente com as que denominamos de “identidades sexuais do desejo” (termo que será explorado no terceiro manuscrito: sobre representações sociais da sexualidade), permitidas ou excluídas pelo imperativo cisheterossexual.

Na perspectiva de Teresa De Lauretis (1987), o gênero é uma representação e construção sociocultural e histórica, sendo um efeito do cruzamento das representações do poder, discursivas e visuais que emanam de diferentes dispositivos institucionais, como a família, a

religião, os sistemas educativos, os meios de comunicação e os tribunais.

Quanto a isso, corroborando com a autora, adicionaríamos a linguagem como parte dessa complexa engrenagem. O fato de que o gênero, seja uma categoria social, implicaria que *a priori* não existe nenhum traço de comportamento que pertença intrinsecamente a um gênero específico, senão pelo contrário, ao tratar-se de uma inscrição cultural pode se representar como o (não) lugar onde o corpo se expressa para falar e onde se inscrevem as assimetrias do bio/necropoder explicitando as diferentes posições de dominação.

Desta forma, fundamentando-nos nos conceitos anteriores, articulamos as representações sexo-genéricas como o resultado inexorável de um processo evolutivo pelo qual se interiorizam as expectativas e normas comportamentais-sociais relativas ao dimorfismo e que fazem referência ao sentido psicológico do indivíduo de ser homem ou mulher com os comportamentos sociais e psicológicos que a sociedade designa como masculinos ou femininos.

Esta mesma noção foi adquirida na primeira infância dos entrevistados, e teve um valor significativo na (in) adaptação social por influência tanto dos modelos maternos e paternos como dos papéis sociais dos adultos próximos que impuseram suas marcas cisheteropunitivas.

De tal modo, a aprendizagem dos papéis de gênero colidiu com as condutas estereotipadas esperadas, à genitália tecno-biologicamente imposta e à sua identidade de gênero auto-reconhecida ou assumida.

Observa-se que o gênero representado pelos/as participantes como uma categoria de dominação e poder, conforma sistemas de pensamento que limitam as ações e estratégias pessoais. Esta ordenação social, que se transmite através das manifestações logísticas cotidianas, é um artifício da cultura que, além de operar na direção da reprodução da sociedade, atua para impor relações assimétricas que definem as possibilidades de vida de cada grupo sexual e, em consequência, produz vários efeitos psicossociais e de saúde (KRISTEVA, 2013; CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2015).

Como assinalaram vários participantes, o gênero é um artefato cultural que modela o sujeito. A legitimação e a hierarquia social do gênero – baseado no sexo – possuem uma enorme repercussão no acesso à individualização, ao saber e ao gozo dos recursos do que dispõe uma sociedade.

Nossa aproximação com a transexualidade permite declarar que nos seres humanos, a diferença anatômica se converteu em categorização da hierarquização e inferioridade, já que algumas construções imaginárias (que ainda prevalecem) a partir da morfologia fenotípica dos genitais sobre os papéis de gênero, fundamentam condutas discriminatórias e segregacionistas.

A distinção patriarcal entre a (i) lógica de reprodução e a (i) lógica de produção – suas (i) lógicas de complementariedade e de divisão sexual do trabalho – têm contribuído significativamente na *naturalização* das características adscritas/designadas socialmente às diferenças sexuais, a fim de legitimar a discriminação. Justificando (simbolicamente) que se outorgue às interpretações culturais da condição sexuada, o reconhecimento de propriedades objetivas e assim esta ação pode produzir efeitos na subjetividade.

A vida cotidiana é preenchida de metáforas referidas às prescrições e (pseudo) normalizações do poder e dominação, representadas nas figuras dicotômicas homem/mulher, masculino/feminino, fato que constata a afirmação de que o sistema sexo/gênero tem influência em todas as esferas da vida social, por isto, a percepção subjetiva ao construir realidades objetivas (e ancoradas com frequência em ideias preconcebidas), incide nas representações estruturadas por essas ideias (LUCAL, 2014).

Como apontado anteriormente, dizer que o sexo é uma categoria tecno/biológicamente imposta, pode parecer contraditório e inclusive insustentável. Porque uma definição de sexo que ignore a oposição que se faz tradicionalmente entre natureza e biologia, poderia parecer incoerente.

Contudo, recorremos aos princípios “preciadinos<sup>45</sup>”, que considera que tecnologia e sexo, são categorias estratégicas no marco discursivo antropológico atual, no qual a categoria “homem”, tem sido elaborada artificialmente em função de sua relação com os aparatos tecnológicos, enquanto que a categoria “mulher” tem sido descrita plasticamente em função da aparente disponibilidade sexual passiva.

Assim, tendo apelado à noção do conceito tecno/biológico da genitália, cujo alcance aumenta significativamente, poderíamos introduzir nesta discussão o conceito de contrassexualidade delimitado por Paul B. Preciado (2008) que tenta questionar o debate entre o

---

<sup>45</sup> Para uma compreensão mais profunda sobre os princípios tecnosexuais ver: PRECIADO, Paul B. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madri: Ópera Prima, 2012.

essencialismo e o construtivismo dos sexos e aposta por justapor ambos paradigmas.

Desta forma, o autor, amalgama as posturas construtivistas que defendem que as categorias homem e mulher não são naturais, sendo para ele ideias normativas culturalmente aceitas, construídas e sujeitas ao câmbio no tempo e nas culturas; e as posturas essencialistas que sustentam de que a genitália encontra um refúgio em modelos biológicos segundo os quais a diferença entre o sexo e o gênero, depende de estruturas físicas e psíquicas e de (in)variáveis que prevalecem muito além das diferenças culturais e históricas.

Para finalizar estes apontamentos, nesta lógica paradigmática observamos claramente a partir das representações trabalhadas de que a identidade trans é uma tecnologia, e consideramos que os diferentes elementos binários (e illogicamente, antagônicos) na dialética do sistema sexo-gênero denominados homem/mulher, cisgênero/transsexual, não são senão máquinas, produtos, elementos, instrumentos, aparatos, truques, próteses, redes, aplicativos, *memes*, *avatars*, fluxos de energia criada artificialmente, chaves mecânicas, leis de comportamento e circulação, fronteiras e constrangimentos, desenhos e rabiscos, lógicas ilógicas, equipes e individualizações, acidentes e rupturas, resíduos e desvios, usos e desusos, todos eles dentro de um marco necropolítico e social específico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Sobre convergências e divergências**

Neste manuscrito procuramos refletir, analisar e compreender as diferentes representações que expressam através dos seus saberes e ações, as pessoas trans, com relação às tecnologias, dilemas e paradoxos sexo-genéricos (e sobre como esses aspectos operam na subjetividade desses sujeitos) na atual sociedade tecno-normalizadora.

O trânsito por tantos lugares e saberes nos faz perceber as linhas de força e tensões presentes na discussão das identidades trans e suas (trans)subjetividades. Percebemos que o tema é inesgotável, que não há soluções ou definições absolutas, nem verdades inequívocas com relação à construção discursiva e representativa do sexo e do gênero.

Diante das enormes lacunas revestidas por supostos (i)legítimos e (in)consistentes do binarismo sexo/gênero, torna-se imprescindível (re)pensar e problematizar a fundo as concepções que giram entorno das

definições das categorias: gênero/sexo, homem/mulher, masculino/feminino e cis/trans.

Embora não exista nada de absoluto e irrevogável nos conceitos em uso, parece que para o coletivo social, esses pontos de vista continuam sendo verdades absolutas e paradigmáticas que inibem e deslegitimam vivamente outras possibilidades existenciais e processuais.

Ficou claro nas representações, que atualmente, o gênero e o sexo são construídos (política e artificialmente) de forma individual e coletiva, com o passar do tempo, através de múltiplas influências e assumindo algumas autodeterminações.

O ser trans desenvolve suas próprias representações a partir das mensagens que culturalmente seu contexto tem enviado para ela/ele compulsoriamente aceitar.

Apesar dos avanços (ir)relativamente significativos a nível do reconhecimento e direitos para as populações trans, ainda não existe uma análise reflexiva sobre o problema filosófico que subjaz à identidade e que se origina na diferença sexo-genérica, ainda menos, quando no discurso são multiplicados numerosos supostos, como por exemplo da suposta normalidade ou naturalidade de duas únicas possibilidades sexuais e genéricas – fato evidenciado nas três realidades estudadas. Estas categorias tornam-se completamente excludentes pois transcendem a oposição incluído-excluído e se aproximam da dicotomia normal-anormal.

Como evidenciado, para a maioria das/dos participantes, o significado explícito dos órgãos sexuais se aproximava de um dado/produto biológico, mas também tecnológico/artificial, que prescreve o contexto no qual esses aparatos adquirem sua significação e se utilizam como instrumentos para exercer o poder ou a submissão de acordo com a sua “natureza” – através do gênero. A partir desse raciocínio pode-se declarar, portanto que toda a arquitetura corporal, sexual e genérica é artificial e política.

Gênero e sexo são construções sociais que permitem que as pessoas exerçam um papel na sociedade que definem lugares a partir de posições de bio/necropoder. Gênero e sexo não são espaços estáticos (e definitivos) de resistência, são monumentos que se encontram em constante construção.

O conceito de gênero por sua vez, tem tido uma especial relevância, na medida em que permitiu sublinhar a ocultação da diferença sexual sob a neutralidade da língua e evidenciar o caráter construtor sociocultural dessa diferença. Porém, a natureza dessa noção

é tão problemática como polêmica, e nas últimas décadas seu uso tem se expandido de uma maneira abusiva e subversiva, gerando algumas (numerosas) críticas.

A separação entre sexo e gênero comporta também problemas. Um dos principais é a ideia dominante de que sexo é algo dado, estático, invariável e de que o gênero é algo que se constrói, ou que se molda socialmente.

Dita visão foi desconstruída a partir das vozes polifônicas das/os participantes desta pesquisa, para as/os quais, ambos, sexo e gênero são construções sociais – sem obviar claro, a postura materialista seja ela genetal, cromossômica ou genética que o sexo integra.

Ambas estruturas possuem a capacidade de modelação a partir da não identificação processual/linear com elas, nesta lógica o gênero – e a identidade de gênero – possui a capacidade de moldar novos sexos, e simultaneamente o sexo tem a habilidade de (re)criar novos gêneros.

Nesta visão, gênero e sexo são identidades (pré)formadas que se caracterizam por obrigar atuações reiterativas (e contínuas) que existem com o intuito de moldar os corpos em função de uma determinada norma social. Ambas categorias pareceram se disfarçar neste estudo como categorias que possuem rasgos biológicos e sociais utilizados para institucionalizar uma linguagem regrada baseadas em uma plasticidade genetal.

A possível reconstrução do binarismo sexo-gênero significaria a total pluralização e flexibilização dessas identidades, fora de paradigmas estáticos e rígidos. Destacamos, que a pluralidade de discursos aqui representada é o ponto mais significativo de uma luta semântica ativa entre dominados e dominadores, numa visão necropolítica, de frente com os valores normalizadores, reguladores, que prevalecem desde o início do século XIX e consideramos que as produções do sistema sexo/gênero, assim como as instituições que permeiam ou determinam seu significado devem ser refeitas e reinterpretadas.

Finalmente, não consideramos que se trata de simplesmente (re)produzir um discurso prostituído e pouco instaurado de desfazer o gênero das situações, senão de modificar as posições de enunciação a partir da posição de cada protagonista social.

## REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3a ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUTLER, Judith. **Precarious life** – The powers of mourning and violence. London/New York: Verso, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan** – sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005.

\_\_\_\_\_. **Undoing Gender**. New York/London: Routledge, 2014.

CARAVACA-MORERA, JA, PADILHA, MI. Trans-formação: uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade. **Revista Eletrônica Saúde**, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2015.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso et al. Theoretical and methodological aspects of social representations. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157-1165, 2015.

DOYAL, L. Sex, gender, and health: the need for a new approach. **British Medical Journal**, v. 3, n. 23, p. 1061-1063, 2011.

FAUSTO-STERLING, A. **Sexing the Body**: Gender, Politics, and the Construction of Sexuality. New York: Basic Books, 2013.

FERRÉ, J. V. ¿Corregir el cuerpo o cambiar el sistema? La transexualidad ante el orden de gênero. **Sociológica**, v. 24, n. 69, p. 61-78. 2013.

GARCÍA, F. V. Del sexo dicotómico al sexo cromático. La subjetividad transgénica y los límites del constructivismo. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana.**, v. 1, p. 63-8, 2012.

HARRISON, L. Gender relations and the production of difference in school-based sexuality and HIV/AIDS education in Australia. **Gender and Education**, v. 12, n. 5, p. 19-25, 2012.

IGLESIAS, A. **Dos cuerpos, un alma**. Buenos Aires: De los Cuatro Vientos, 2011.

KNUDSEN, P.P.P.S. **Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política.** [Tese de doutorado] São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2014.

KRISTEVA, J. **Poderes de la perversión.** México: Siglo Veintiuno, 2013.

LAQUEUR, T. **Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud.** Cambridge: Harvard University Press, 1994.

LAMUS, D. Raza y etnia, sexo y género: El significado de la diferencia y el poder. **Reflexión Política**, v. 14, n. 27, p. 68-84, 2012.

LEITE JR, J. **Nossos corpos também mudam: Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico.** [Tese de doutorado]. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

LIMA, L. A Articulação “Themata-Fundos Tópicos”: por uma Análise Pragmática da Linguagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2; p. 243-246, 2008

LOOY, H.; BOUMA, H. The nature of gender: Gender identity in persons who are intersexed or transgendered. **Journal of Psychology and Theology**, v. 33; p. 166-178, 2015.

LUCAL, B. What it means to be gendered me: Life on the boundaries of a dichotomous gender system. **Gender & Society**, v. 13, p. 781-797, 2014.

MISSÉ, M.; COLL-PLANAS G (Eds.). **El Género desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad.** Barcelona: Editorial Egales, 2010.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. **The Themata concept.** In GUIMELLI, C. (Ed.), *Structures et Transformations des Représentations Sociales* (p. 25-72). Neuchâtel: Delachauxet Niestlé, 1994.

PRECIADO, P.B. **Testo Yonqui.** Madrid: Editora Espasa Calpe, 2008.



\_\_\_\_\_. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual.** Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2012.

RUBIN, G. Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In H. Abelove, M. A. Barale, & D. M. Halperin (Eds.), **The lesbian and gay studies reader.** New York, NY: Routledge, p. 3-44, 2013.

SCOTT, J. Gender: A useful category for historical analysis. **American Historical Review**, v. 91, p. 1053-1075, 1986.

SHIELDS, S. A. Gender: An intersectionality perspective. **Sex Roles**, v. 59, p. 301-311, 2013.

SIMÕES, J.A.; CARRARA, S. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cad. Pagu** [online], n. 42, p. 75-98, 2014.

STOLCKE, V. "El sexo de la biotecnología", en Durán, A.; Riechmann, J. (Orgs.). **Genes en el laboratorio y en la fábrica.** Madrid: Ed. Trotta-Fundación 1º de Mayo, 2011.

\_\_\_\_\_. ¿Es el sexo para el género como la raza para la etnicidad? **Mientras Tanto**, v. 48, p. 87-111, 2012.



Récupéré comme instrument de jouissance et exposant de prestige, le corps est alors l'objet d'un travail d'investissement (sollicitude, obsession) qui, derrière le mythe de libération dont on veut bien le couvrir, constitue sans doute un travail plus profondément aliéné que l'exploitation du corps dans la force de travail.

BAUDRILLARD (2009, p.204)

Este manuscrito versa sobre corpos trans, relacionais, plurais, plásticos, vulneráveis, resinificados e maleáveis.

## 5.2 CORPOS EM TRÂNSITO: ESPAÇOS, EMOÇÕES E REPRESENTAÇÕES QUE (DES) CONSTROEM REALIDADES<sup>46</sup>

### RESUMO

Pesquisa qualitativa, multicêntrica e descritiva que objetivou analisar as representações sociais do corpo atribuídas por 84 pessoas trans brasileiras, canadenses e costarriquenhas por meio das suas histórias de vida. Os dados foram organizados no *software* ALCESTE e analisados segundo a Análise de Conteúdo de Bardin. A partir dos resultados, desvelou-se uma única representação social associada à corporeidade assim elencada: “Corpos modelados: sobre a elasticidade da corporeidade”. Esta representação descreveu duas unidades de contexto elementar (matrizes do discurso) claras. A primeira delas associa o corpo como um objeto inconcluso, transitório, volátil, maleável, moldável e fluido, enquanto a segunda relaciona o corpo como uma instituição própria, mas regulada e controlada pelos outros. Conclui-se que o corpo trans é uma instituição volúvel, efêmera, transformável e atravessada pelas marcas de um tempo historizante e historizável, que se inscreve não só naquilo que pode ser nomeado diante do emprego de signos linguísticos, senão também naquilo que pertence ao registro do inominável em termos de percepções e sensações socioculturais.

**Descritores:** Transexualidade; Representações sociais; Corpo; Saúde Pública; Sexualidade.

### TRAÇANDO AS COORDENADAS INTRODUTÓRIAS

Antes de introduzir a temática que me convoca o presente manuscrito, parece-me conveniente questionar (-me) O que é um corpo? Ou bem, se o âmbito do corpo se encontra imerso na ordem natural ou no âmbito cultural?

Ainda, intriga-me interrogar (-me) se os corpos são constructos moldados pelos diversos determinantes sociais ou são dados materiais (irremediavelmente) outorgados por uma divindade (sobre) natural?

Nesse sentido, os questionamentos poderiam seguir outras direções, que superam a aleatoriedade que me instiga a escrever sobre a intensidade das representações sociais do corpo entre as pessoas trans nos três polos da América.

---

<sup>46</sup> Este artigo possivelmente será encaminhado para a Revista *Body & Society*, razão pela qual segue os parâmetros exigidos pela Revista.

Assim, considero importante destacar que, por meio da experiência que vivenciei como pesquisador durante esta aventura doutoral, comecei a pensar que nós possuímos um corpo, mas que também somos um corpo, ou bem, que somos o corpo que habitamos.

Daí que declare que o corpo, mais que um fato dado da realidade, é uma presença e uma experiência vivida, pois ele se constrói socioculturalmente, e é nesse sentido que ao possuímos um corpo também o produzimos.

Nesta (minha) visão paradigmática, o corpo parece também constituir um campo coisificado pela racionalização moderna, pois configura-se como objeto de poder e saber por intermédio de diferentes tecnologias e dispositivos imbricados nas diversas capas do tecido social. Por essa razão, acredito que ele se converte em um campo de forças que são tanto ativas quanto reativas.

Nesse terreno de densas sutilezas, gostaria de pensar que o corpo não é simplesmente um fato biológico da nossa presença no mundo, senão uma visão, um objetivo, um ponto de chegada (e partida) das forças que conformam a vida.

Assim, concordo com a visão de Drummond (2013) e de Echeverría (2013), que argumentam que o corpo é uma experiência que circula além das fronteiras do anatômico; pois ele se configura também como uma categoria cultural, por meio da qual podemos identificar uma determinada visão do mundo em uma sociedade histórica específica, porque, ao final, a cultura (do corpo) constitui uma chave significativa que nos fala de uma determinada sociedade, em uma determinada época.

Dito de outro modo, considero que o corpo é uma construção humana sobre um elemento da natureza, que a sociedade modela continuamente. Nessa (i) lógica, penso que ele foi se configurando em um objeto da racionalização social ao longo dos anos — processo que tem sido expresso por meio de uma gama complexa e múltipla de práticas bio/necropolíticas que tende a controlar e normalizar dissimuladamente as populações, com a finalidade de domesticar os corpos politicamente e rentabilizá-los economicamente (AGAMBEM, 2003; FOUCAULT, 2010).

É nesse cenário turbulento no qual desejo imprimir as velocidades deste texto, que a rigor objetiva analisar as representações sociais do corpo — atribuídas pelos sujeitos trans<sup>47</sup> brasileiros,

---

<sup>47</sup> O termo “trans”, no âmbito desta pesquisa, faz referência às pessoas que se autoidentificam dentro do *spectrum* genérico como transexuais (trans-homens, transmulheres). Além disso, o termo também pode incluir pessoas que se

canadenses e costarriquenhos por meio das suas histórias de vida — e identificar como estas se nutrem também das construções sociais e promovem tensões que (re) desenham os imaginários de uma estética corporal.

Diante dessa complexidade absoluta, admito que aceitar o desafio de ousar pensar no corpo e analisá-lo, supõe a ação de encarnar por meio da linguagem (ou das linguagens) alguns pensamentos e emoções, e exige aventurar-se pelos limites dos códigos (capitais) e sua capacidade de dar sentido ao entorno — que não somente nos servem para explicar o mundo, mas, sobretudo, ajudam a constituí-lo e a nós com ele.

Por outro lado, paradoxalmente (ou talvez por isto), penso que o corpo constituiu (até anteontem) o maior ponto cego do pensamento ocidental: subsidiário, derivado, supérfluo, enganoso, perigoso e até perverso. Seu (não) lugar tem sido o do outro contrário e (não) complementar da razão, da mente e do intelecto (PAPALINI, 2007; MARKEY; MARKEY, 2014).

Assim, tendo apelado a esse paradoxo, proponho-me a decifrar e inquirir o corpo trans, diante de um cenário de imagens e performances, no qual a corporeidade aparece como uma encruzilhada intertextual e como um (não) lugar de cruzamento de várias representações (e de algumas ambivalências) — pois essas representações nem sempre são harmoniosas nem nos oferecem as peças de um quebra-cabeças que terminará desenhando uma imagem nítida, rígida ou estática.

Acredito que seja conveniente expor, que para a elaboração deste texto tomei emprestadas algumas ideias de teóricos e filósofos *queer*<sup>48</sup> que versam sobre o corpo, como fio condutor para formular a ideia de que a representação do corpo trans pode ser comparada com um texto que entra, em alguns (muitos) momentos, em conflito com a linguagem, com os imaginários, com a lei e com os desejos (próprios e alheios).

Ao realizar essa comparação, faço menção a uma escrita simbólica, que a lei cisnormativa controla traçando certos limites disciplinares e perturbadores.

---

identificam dentro e fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino”. O uso deste conceito, a meu ver, permite desvelar maior fluidez semântica de modo que elimina classificações excludentes.

<sup>48</sup> *Queer* é um termo guarda-chuva para as minorias sexuais e de gênero que respondem a uma suposta intiniteligibilidade dos generos e da sexualidade.

Fundamentando-me nos conceitos de Judith Butler (2005), que proclama uma teoria do corpo nascida a propósito da discussão do gênero e do sexo, permito-me iniciar esta análise realizando uma generalização que surge à sombra da já dita experiência trans.

Ao final, o que proponho é discutir a realidade encontrada na minha encruzilhada pelo continente americano, realizando uma inversão da ideia exposta por Platão no “Fedro”, segundo a qual “o texto é como um corpo”, ideia conhecida na tradição estética como a “metáfora do organismo”.

Nesse sentido, não afirmarei que o texto é como um corpo, senão o contrário, que o corpo é como um texto, sem que isto suponha entender o texto como uma linguagem restritamente verbal, e sim simbólica, imaginária e universal.

### **DELINEANDO AS COORDENADAS METODOLÓGICAS**

Considerando que toda palavra, em última instância, é uma representação de algo, cada vez que a enunciamos no mundo estamos em um processo duplo, recriando tanto ela como o mundo (CARAVACA-MORERA et al., 2015). Deste modo, Moscovici (2011) nos lembra que, ao nascer uma nova representação social, existe um processo de transformação do conhecimento e do contexto social.

Por essa razão, este trabalho se propõe a realizar uma análise dos processos dialógicos de confirmação intra/inter/trans-subjetiva nos quais se performam as representações sociais do corpo, a partir de alguns parâmetros sociais vigentes, em que se valorizam as imagens e outras estruturas determinadas que constituem (ou destituem) a pessoa trans, dentro do seu entorno.

Assim sendo, esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho sócio-histórico, que utilizou precisamente a Teoria das Representações Sociais (TRS) como referencial teórico e as histórias de vida completas como técnica processual para coletar os dados durante os anos 2014-2015, por meio da implementação de um roteiro de entrevista semiestruturado, que foi traduzido do português para o inglês e para o espanhol e posteriormente avaliada linguística e semanticamente por meio da realização de duas entrevistas-piloto em Ontario (Canadá) e em São José (Costa Rica) no ano 2015.

Destaco ainda que a entrevista foi complementada por meio da técnica de desenho livre, a qual consistiu em solicitar à/ao<sup>49</sup> participante que desenhasse livremente com alguns marcadores coloridos, após a menção em voz alta da palavra indutora “corpo”. O objetivo da utilização dessa técnica confirmatória da objetivação foi identificar elementos que compunham o núcleo central da representação social, para posteriormente buscar nas histórias de vida onde estes componentes estiveram ancorados.

A população do estudo foi composta por 84 participantes trans (70 transmulheres<sup>50</sup> e 14 transhomens<sup>51</sup>) de três países diferentes: 35 brasileiras (os), 14 canadenses<sup>52</sup> e 35 costarriquenhas (os), contemplando dessa maneira pessoas trans dos três polos do continente americano, assim como os três idiomas prioritários da região: português, inglês e espanhol. Permito-me ainda mencionar que a escolha por esses três países foi intencional.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, contei com a colaboração de duas organizações não governamentais: a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na Sexualidade (ADEH) e a *Asociación de Apoyo a la Población Trans* (TransVida); a primeira localizada em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil, e a segunda localizada em San José, capital da Costa Rica.

No Canadá, a coleta de informações foi favorecida graças ao vínculo no meu estágio doutoral ao *Re:searching for LGBTQ Health*

---

<sup>49</sup> Utilizo as/os com muito pesar, pois são termos binários que invisibilizam outras identificações sexo-genéricas. Contudo, linguisticamente não contamos ainda com outras possibilidades que permitam designar alguém sem fazer alusão a um binarismo sexual e genérico. Atualmente, estão-se popularizando no espanhol e no português a forma escrita do “x” ou do “e” (por exemplo: namorade, professorxs, etc.) que transpassam esse binarismo, porém devido às regras gramaticais dos periódicos aos quais será enviado este manuscrito, utilizo a forma de a/o - as/os.

<sup>50</sup> No presente estudo, utilizei o conceito “transmulher” para fazer referência aos indivíduos que foram identificadas no nascimento como pertencentes ao “sexo” masculino e que se autoidentificam com o gênero feminino.

<sup>51</sup> O termo “trans-homem” no âmbito desta pesquisa faz referência às pessoas que foram identificadas no nascimento como pertencentes ao “sexo” feminino e que se autoidentificam com o gênero masculino.

<sup>52</sup> O número de pessoas trans entrevistadas no Canadá responde aos critérios de inclusão extras que foram adotados com a finalidade de dar maior solidez à pesquisa e que serão posteriormente descritos neste percurso metodológico.



*Team no Centre for Addictions and Mental Health (CAMH)*, localizado em Toronto, Ontario.

A seleção dos participantes ocorreu por meio da técnica *snowball*, que consistiu em que participantes iniciais vinculadas (os) às instituições anteriormente citadas apontaram novas (os) possíveis participantes (pares) que poderiam contribuir com o objeto de estudo desta pesquisa, formando, assim, uma rede de indicações.

No caso do Brasil e do Canadá, a população estudada restringiu-se exclusivamente a pessoas que moravam nos estados de Santa Catarina e Ontario. Por outra parte, em se tratando da Costa Rica, a população contemplada foi das sete províncias dessa nação, já que existiram algumas dificuldades para localizar participantes que desejassem compartilhar suas histórias voluntariamente que morassem exclusivamente em San José.

Neste último país devido às razões de temor à exposição diurna e porque, principalmente, a maioria das transmulheres realizavam atividades de sexo-serviço noturno, fato que dificultou a realização das entrevistas durante o período diurno ou meridiano.

Os critérios de inclusão que utilizei foram: ser maior de 18 anos, moradores e cidadãos legais desses três países<sup>53</sup>, que se consideravam transexuais (tanto transmulheres, quanto transhomens), que se encontravam no início, no meio ou no final do processo de transição, ou que não desejassem realizar nenhuma mudança física, mas que lutassem pela reivindicação do uso do seu nome e pronome social. Ressalto ainda que foram excluídos os participantes intersexuais<sup>54</sup>.

O projeto foi submetido à respectiva avaliação por parte do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSC, conforme Portaria 466/2012 do Conselho Nacional Saúde, diante da Resolução N° 875.931/2014; assim como também contou com a respectiva avaliação dos Comitês de Ética vinculados à CAMH/University of Toronto, Canadá, como consta no Protocolo CAMH/N°085; e na Universidade da Costa Rica, Costa Rica, diante do Protocolo N° 186/2015.

---

<sup>53</sup> Com relação à coleta de dados no Canadá, os participantes deviam possuir um antecedente étnico centro ou sul-americano, com a finalidade de oferecer maior coerência/consistência e solidez às informações que tinham sido coletadas nos países anteriores.

<sup>54</sup> Considerei como intersexuais aquelas pessoas que possuíam condições de ambiguidade genital de acordo com critérios anatômicos, histológicos e/ou citológicos no nascimento.

Buscando garantir o anonimato das (os) participantes, as entrevistas foram identificadas pelos termos trans-homem e transmulher, seguido por um número arábico<sup>55</sup>, o país de procedência e o ano de realização da entrevista. A data e o lugar para a realização da entrevista foram escolhidos pela (o) participante a priori. Após a autorização diante da assinatura dos Temos de Consentimento, as falas foram gravadas em um gravador digital, portátil, com funções múltiplas, e posteriormente realizou-se o processo de transcrição/transcrição para viabilizar a análise dos depoimentos.

Adicionalmente, foram realizados três grupos focais para avaliar/verificar se as análises preliminares das informações estavam sendo conduzidas apropriadamente e com o intuito de corroborar expressões culturais e semânticas que talvez não foram compreendidas totalmente durante alguma das entrevistas.

Assim, uma vez transcrito, o material foi preparado para ser organizado pelo *software* ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte), que ajudou na identificação dos *themata*<sup>56</sup> que foram associados à principal representação que será descrita posteriormente.

Por outro lado, para analisar os desenhos das associações livres das/os participantes, essas foram resumidas em uma matriz dividida em tópicos de acordo com os principais significados que seus desenhos representavam. Assim, foram designados para cada entrevistada/o um código na forma de trans-homem ou transmulher, seguido pelo país de origem e por um número arábico, de modo que cada associação pudesse ser relacionada com uma entrevista durante o processo da análise prototípica e lexical. Finalmente, a análise de conteúdo de Lawrence Bardin (2011) foi utilizada como técnica base para analisar as representações surgidas após a identificação dos *themata*s e dos *themas* no ALCESTE.

Dessa forma, devo reconhecer que em seu conjunto, as três estratégias metodológicas utilizadas, favoreceram a identificação precisa da representação multicêntrica do corpo trans e explicitaram a

---

<sup>55</sup> As/os participantes do Brasil e da Costa Rica foram identificadas/os na sequência de 1-35 e as/os participantes canadenses com os números de 1-14

<sup>56</sup> Os *themata* são antinomias oriundas do senso comum que assumem importância maior no meio social e atraem a atenção da opinião pública. Muitas são as formas de pensar do senso comum, mas nem todas se tornam *themata*, apenas aquelas mais relevantes. Para uma análise mais profunda, ver Valsiner, 2012.

complexidade dos espaços e emoções nos quais se encontram ancoradas suas corporeidades.

Ademais, considero pertinente mencionar que a identificação e a análise de dita representação multicêntrica tornaram-se possíveis dadas as similaridades entre os contextos em termos de vivências e experiências de exclusão social e invisibilização dos direitos da população trans.

## **SOBRE OS RESULTADOS E AS DISCUSSÕES REFLEXIVAS**

Inicialmente, a fim de traçar o perfil das/dos participantes deste estudo, observou-se que a média de idade dos trans-homens foi de 23 anos e das transmulheres de 29 anos. Quanto ao nível de escolaridade das/dos participantes, foi verificado que a maioria delas/deles possuía o Ensino Fundamental Completo e o Ensino Médio Incompleto, com escassas exceções de pessoas que se encontravam matriculadas/os em algum curso universitário, principalmente no Brasil e no Canadá.

Na sequência, a principal atividade desenvolvida pelas transmulheres foi o sexo-serviço/prostituição e pelos trans-homens foi o trabalho em restaurantes.

Por sua vez, ao abordar a análise prototípica para caracterizar a representação social do corpo trans — e após a análise organizacional realizada no ALCESTE (leitura do corpus discursivo, distribuição das Unidades de Contexto Inicial, seleção das Unidades de Contexto Elementar, geração da Classificação Hierárquica Descendente, Análise Fatorial de Correspondência referente ao cruzamento entre as formas reduzidas e as classes formadas e; do cálculo complementar e criação dos elementos da representação) e do Uso da Análise de Conteúdo —, foi possível desvelar uma única representação social associada à corporeidade, assim elencada: *Corpos modelados: sobre a elasticidade da corporeidade*.

Essa representação descreve duas unidades de contexto elementar (matrizes do discurso) claras. A primeira delas associa o corpo como um objeto inconcluso, transitório, volátil, maleável, moldável e fluido: “*Meu corpo não é perfeito, ele ainda não está acabado, falta muito por modelar, tem ainda muito para mostrar*” — [tradução própria] (TRANSMULHER 9, CANADÁ, 2015).

No entanto, a segunda matriz discursiva relaciona o corpo como uma instituição própria, mas regulada e controlada pelos outros:

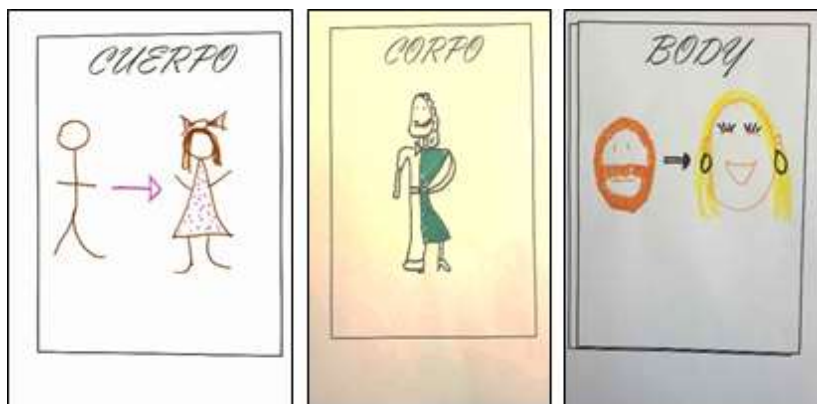
*“[...] Meu corpo é um estranho, eu habito nele, mas não tenho o controle sobre porque são os outros os que ditam como ele deve ser e como ele deve se comportar”* – [tradução própria] (TRANS-HOMEM 3, COSTA RICA, 2015 – grupo focal).

Nesse mesmo âmbito, ele (na maioria das vezes) deve ser transformado, ao ser considerado um meio que facilita a adaptação: *“Eu faço uso do hormônio para aceitar-me e ser aceita pelos outros”* (TRANSMULHER 4, BRASIL, 2014).

Conexo a essas concepções, ficou evidente que os processos de elaboração da representação social do corpo na pessoa trans e seu devir subjetivo e plural configuraram-se a partir da efetivação do ato de sujeição por meio de um jogo de intercâmbios de ações, crenças, discursos e imaginários em uma sociedade superficial e ainda patriarcal nas três realidades pesquisadas.

Ao abordar a primeira unidade de contexto elementar para caracterizar a representação do corpo como estrutura inconclusa e em constante transformação (seja esta pelas diversas tecnologias estéticas, cirurgias ou pelo uso de hormônios), encontraram-se elementos associados aos conceitos de transitoriedade, incoerência, maleabilidade, movimento, desejos, plasticidade, metáforas/comparações com argila e massinha de modelar, fluidez, transformação, corpos que se fazem/moldam, volatilidade, incoerência, complexidade e instabilidade, como demonstrado a seguir:

**Figura 1** - Corpo associado às palavras transitoriedade-transformação, Florianópolis – 2016.



Fontes: Transmulher 2, Costa Rica, 2015; Transmulher 35, Brasil, 2014; Transmulher 13, Canadá, 2015.

Como visto, pensar no corpo trans como objeto de estudo supõe sortear um problema de corte epistemológico. Em uma primeira aproximação ao tema que me interessa desvelar, posso afirmar que esse corpo se configura como um espaço físico, cuja limitante (e limitada) superfície externa ao mesmo tempo que oculta sob sua geografia uma complexa interioridade biológica, desdobra-se no âmbito cultural que o rodeia.

Em cada corpo trans, por essência vulnerável, maleável, fugaz e deteriorável, vivenciam-se e representam-se histórias de vida que retratam o mundo vivido no qual ele transita, convive e interage com outros (muitos) corpos. Para isso, ele dispõe especificamente de sentimentos e palavras como instrumentos de comunicação, enquanto sua imagem (diante dos outros corpos e diante de si, no espelho) vai mudando de modo quase (im) perceptível, ao longo dos seus dias.

O corpo trans — como objeto de estudo — é uma construção natural e social, cujos comportamentos adquirem significações no âmbito de um determinado contexto cultural. Assim, ele é visto<sup>57</sup> por inumeráveis corpos e olhado<sup>58</sup> por alguns outros com lentes que muitas vezes desenham incoerências e contradições na sua autopercepção:

<sup>57</sup> Penso que o ver carece de intencionalidade.

<sup>58</sup> Penso aqui no olhar como um modo de ver através do cristal ideológico de quem observa.

### **Corpos incoerentes: sobre hormônios e cirurgias**

*Nunca gostei disto com o que nasci (fazendo referência ao próprio corpo), eu nunca fui um homem; tudo foi um engano da natureza, por isso um belo dia decidi comprar um bisturi, comprei anestesia de dentista, pesquisei na internet como a gente fazia para parar de produzir testosterona e também pesquisei como arrancar os meus testículos do meu corpo, porque realmente eu não queria seguir produzindo mais testosterona e queria parar de tomar tanto hormônio porque estava-me fazendo mal em algumas coisas. Eu sempre soube que o corpo podia ser mudado, senão como fazem os cirurgiões plásticos? Então estudei na internet por três meses, era tal o desespero que achei que era médica e fiz essa burrada, mas antes de começar a fazer isso, falei com um amigo e eu disse: olha só! se eu não te ligar daqui a meia hora tu vens me buscar no apartamento, deixei as chaves do meu apartamento com ele e pronto... comecei a fazer uma incisãozinha lá na metade dos testículos, até porque parece que Deus fez tudo perfeito (risos), embora meu corpo não tenha sido feito perfeito, então tinha uma linha que marcava onde eu tinha que cortar (risos) então comecei cortar para tirar esses malditos dos testículos que para mim eram a fábrica da testosterona e realmente eu não queria eles dentro de mim [...] mas até então eu não sabia que essa região era tão cheia de veias e não me lembro de muita coisa, só que queria mudar esse corpo errado com o qual nasci, depois me lembro que tinha tanto sangue que desmaiei ali em casa mesmo [...] quando meu amigo veio, ele achou que estava morta, me levou no hospital, fizeram reposição de sangue e o médico falou assim: “Olha... não faz mais esse tipo de besteira ou você vai terminar num manicômio por estares fazendo estas maluquices [...]” (TRANSMULHER 25, BRASIL, 2014)*

*Me sentía realmente insatisfecha con ese cuerpillo que me fue heredado, Dios se equivocó, quiso bromear conmigo. Ese cuerpo no es mío, él no me pertenece, por eso el suicidio convivió conmigo mi vida entera, nací en un cuerpo equivocado, yo nunca fui una mujer, siempre fui un hombre, solo que mi cuerpo nunca fue capaz de entenderlo, por eso rezaba todos los días para que al día siguiente se acabara toda esta tragedia, [...] no quería más tener la “monstruación”<sup>59</sup>, no quería tener más tetas, quería tener un cuerpo masculino con barba y muchos pelos [...] pero eso nunca pasó (TRANSHOMEM 8, COSTA RICA, 2015)*

*I don't know how to explain it, I always knew I was a girl and I've never been happy with my male body. Since I was a little boy I knew that I was born in a stranger's body... I hated everything, my penis, voice, face, body hair, everything [...] that's why when I turned into 17, I started the Transition, because I really didn't want to continue living trapped in a male body (TRANSMULHER 14, CANADÁ, 2015).*

Muitas são as intencionalidades do olhar do corpo trans como objeto: o julgamento masculinizador, o feminizador, o moralizador, o político, o artístico, o cispunitivo, o heteronormativo, o filosófico, o religioso e, entre outras muitas, o julgamento médico.

Embora neste manuscrito sobre a corporeidade trans tenha que pensar no corpo em todas essas perspectivas, nesta discussão tentarei centrar a análise do corpo trans como objeto (sujeito) à postura da domesticação e (des)naturalização pública.

Falo aqui de uma tendência de domesticação do corpo que se expressa nos diversos discursos científicos: estética, sexualidade, higiene, nutrição, medicina e esporte. O denominador comum a todos esses discursos é sua pretensão de (trans)formar as pessoas e encaixá-las dentro de ideais concretos de modernidade, como demonstrado em

---

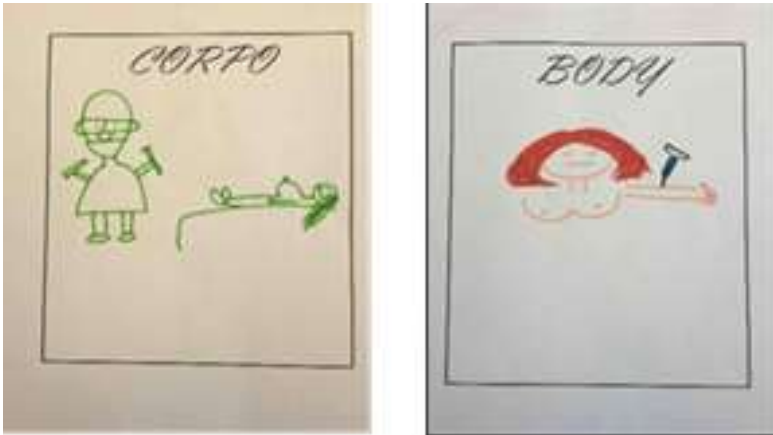
<sup>59</sup> A palavra “monstruación” foi utilizada e expressada pelo participante para se referir ao processo menstrual. Dita expressão está carregada de um significado semântico associado a dor e repúdio. Pois, nas palavras dele, a menstruação envia uma mensagem mortificadora, que lhe fazem lembrar o trauma da sua desconformidade corporal.

algumas (outras) pesquisas que abordam a temática em questão (NIEMEYER; KRUSE, 2008; IBAÑEZ; PEREZ, 2013; BERG; KRICH, 2014; SPRINGGAY, 2015).

Ao afirmar essa visão domesticadora, postulo que os corpos trans funcionam como paradigmas de (re)produção das configurações sociais específicas, que promovem uma não aceitação das suas (auto)imagens.

Refletindo em um sentido relacional, ou seja, pensando que a imagem real é simplesmente um produto das relações e interações sociais que em seus interstícios desvelam modelos de físicos ideais, difíceis de serem alcançados, como explicitado abaixo:

**Figura 2** - Corpos incoerentes: sobre hormônios e cirurgias, Florianópolis – 2016.



Fontes: Transmulher 20, Brasil, 2014; Transmulher 11, Canadá, 2015.

*Claro que no me amo, claro que no me acepto, solo voy a aceptarme cuando tenga un cuerpo totalmente masculino, ese es mi estandarte, esa es mi lucha, y continuará hasta lograrlo, no importa si debo torturar mi cuerpo con un pichazo (muitas) de hormonas, inyecciones y suplementos [...] no me interesa si debo de pasar por encima de quien sea, no me interesa, solo voy a descansar hasta tener el cuerpo soñado, solo voy a aceptarme hasta quitarme las tetas y el útero, solo voy a descansar hasta ser feliz por primera vez en*



*mi vida* (TRANSHOMEM 6, COSTA RICA, 2015).

*Eu notava as mudanças em meu corpo e pensei que, se aumentasse a dose e a frequência, iria me sentir cada vez mais mulher e atingir mais rapidamente o meu objetivo. Foi então que comecei a tomar um coquetel de hormônios em farmácias. Li tudo sobre hormônios na internet, conhecia todas as marcas, sabia que efeitos teriam no meu corpo. Ao início foi mágico ver que o meu corpo estava ficando tão feminino, tão harmônico com o que havia na minha cabeça. Foi maravilhoso perceber que as formas começaram a se arredondar, perceber que a textura de minha pele começava a ficar mais aveludada, perceber que meus cabelos e unhas cresciam com mais força e com outro brilho [...] pois é, bem, como dizem por aí que tudo tem dois lados [...] o bom e o ruim, o preto e o branco, o yang e o yin, estas coisas todas, parece que com os hormônios não poderia ser diferente, dentro de toda essa magia, que te falei, aconteceram também coisas ruins. Devido ao uso irresponsável dos hormônios comecei a ter tonturas, enxaquecas diárias, vômitos, cólicas, sonolências, passei a engordar muito, mas tudo seguia seu curso normal por ter o corpo desejado, até o dia em que perdi uma amiga minha por problemas de trombose causado pelo uso do hormônio [...] a gente não se toca sobre as consequências dos hormônios até ver a cara da morte, ao final tu fazes de tudo para ter teu corpo sonhado* (TRANSMULHER 6, BRASIL, 2014).

Evidencia-se assim que o corpo trans é portador de infinitas mensagens: ele é tanto depósito de significações quanto criador delas. Esse corpo fala a partir de gestos que possuem um alto valor simbólico; evidencia imediatamente a personalidade da que são envoltórios e, em uma relação dialética, expõe por meio do seu reflexo a figura linguística que a/o constitui (DRUMMOND, 2013; BLACKMAN; EATHERSTONE, 2014).

Poderia garantir também por meio da análise desta primeira matriz discursiva que, em termos contemporâneos, a dimensão da

corporeidade trans tem sido (re)tomada para exibir sua construção sócio-histórica, na qual se torna fundamental situar as determinantes sociais que produzem algumas construções estilísticas corporais.

Igualmente, é relevante resgatar a ideia de que o corpo é constituído por (in)significados socialmente atribuídos, assim como por agentes que expressam (i)lógicas sociais complexas no diário acontecer; por isso vejo o corpo trans como algo que é duplamente constituído e constituinte.

Em consonância com os estudos de Gardner e Brown (2010), Costera-Meijer (2011) e Zabludovsky (2012), devo reconhecer o dinamismo da relação corpo-tecnologias-sociedade, na qual os sujeitos (trans) não só dispõem de sua individualidade corpórea como recurso de ação como também a constroem por meio de estratégias interativas de adaptação ao meio, por intermeio de diversas tecnologias de transformação que fazem com que o corpo revele sua maleabilidade, como corroborado a seguir:

### **Sobre a maleabilidade dos corpos**

*[...] ya te lo dije, todos nascemos como una hoja en blanco, ahí usted escribe en esa hoja lo que le da la gana, nacemos inacabados, incompletos, bueno así lo veo yo, Dios le da el chance de hacer lo que usted quiera con esa hoja, usted puede transformar su cuerpo como lo quiera, puede hasta volverlo al revés si así lo quiere (TRANSMULHER 7, COSTA RICA, 2015).*

*The body is amazing [...] it is something that you can play with, you can change it as much as you want, you can re-built it as much as you desire it, you can do whatever you want with it [...] That's why I consider the body as a product... the product and result of your desires (TRANSMULHER 10, CANADÁ, 2015).*

*O corpo me dá a sensação de ser um produto que não tem fim [...] hoje tu fazes isto, amanhã fazes aquilo, tu podes moldá-lo do jeito que tu queres, não gostas do teu nariz? Então fazes diferente; não gostas da tua barriga? Então fazes uma lipo; queres lábios maiores? então pagas para aumentá-los. Por isso te digo que as*

*possibilidades de brincar com teu corpo são infinitas [...] (TRANSHOMEM 11, BRASIL, 2014).*

*Mi cuerpo es movimiento, él se mueve, el tiene un inicio, pero no tiene un fin, él se mueve de acuerdo a mis sueños y anhelos, no es una cosa cerrada, nada es cerrado en esta vida, yo me acuerdo cuando vivía en España, ahí por el año 2007, mi cuerpo era otra cosa, yo era más flaca, casi no tenía tetas, tenía el pelo macho (loiro), era otra persona, y vos me ves ahora y ni me reconocés, osea aquí soy morena, soy más culona (bundona) y tetona (TRANSMULHER 28, COSTA RICA, 2015)*

*My body is like a transitionary house, what do I mean by saying that? Look [...] as I already told you, I have lived in different places, I moved about 50 times in my entire life, today I live in a nice apartment, but in the past I made some really bad decisions, sometimes I lived in bad places, but I had the opportunity to change that [...] So my body is just like that, in the past when I was living in a man's body I felt like I was living in a horrible place. When I started to do my transition I started to feel happier, and finally I live in a beautiful body after so many changes (TRANSMULHER 8, CANADÁ, 2015).*

De acordo com os resultados mostrados anteriormente, o corpo trans se caracteriza pela ambivalência: equivale por um lado a um espaço ameaçado (adverte-se sua provável eliminação ou mutilação por meio da compressora heterocisnormatividade) enquanto funciona como possível insurgência diante da alienação capitalista/pós-colonial (converte-se em instância produtiva de materialidades, espaços e sentidos; em ponto de partida e de destino).

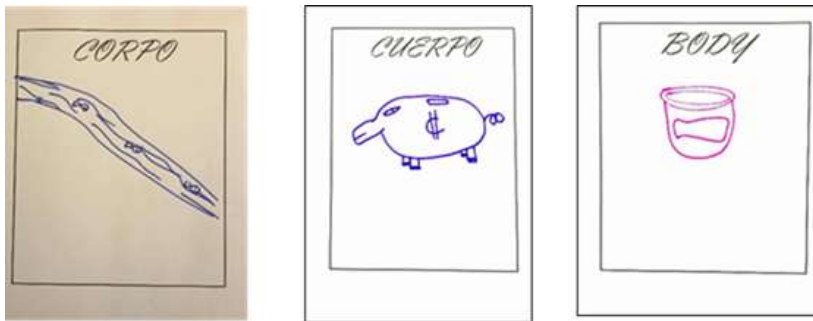
De início, gostaria de colocar adicionalmente a simples premissa de que os corpos trans, tanto seu “estar” como seu (con)“viver”, contribuem à significação dos espaços urbanos e topográficos da nossa realidade contextual.

Assim, posso garantir que a representação social anteriormente mostrada opera como uma matriz de percepção que configura esquemas

de significados transcoletivos, a partir dos quais se desdobram processos comuns e individualizáveis de significação e sentido da realidade que representa; não só com a assinação de um rótulo simbólico, mas também com a atribuição valorativa que coloca o corpo diante uma antinomia: devo mudar o corpo de acordo com o que os outros ditam, com a finalidade de encaixar e evitar processos de estigmatização.

Daí que nas representações que circulam nos discursos sociais sobre o corpo trans, a estética e a imagem de um corpo transformado desencadeie nos sujeitos uma série de atuações nas quais se interpelem seus modos de pensar e sentir, de acordo com consensos impostos pelo sistema de convenções arbitrárias, que enunciam suas condições de (im)possibilidade e modelagem:

**Figura 3** - Sobre a maleabilidade dos corpos, Florianópolis – 2016.



Fontes: Transhomem 5, Brasil, 2014; Transmulher 27, Costa Rica, 2015  
Transmulher 12, Canadá, 2014

*The body is like a sculpture, you know what I mean? Your dreams are gonna allow you to sculpt and mold your body into what you want it to be. How you transform it also depends on your imagination and money. I know it is crazy to think this way, but that is what I think bodies are. (TRANSHOMEM 3, CANADÁ, 2015).*

*Una se hace cirugías plásticas ¿Dónde? En el cuerpo... ¿Por qué? Porque nuestros cuerpos son plásticos, son como trastes plásticos, que pueden ser derretidos y recreados como queramos [...] el plástico es así como nuestra piel, puede ser transformado de la forma que queramos y cuando*

*queramos siempre y cuando tengamos la money* (TRANSMULHER 5, COSTA RICA, 2015).

*O corpo é uma coisa muito doída, tu podes fazer o que quiseres com ele, agora mais do que nunca, porque a tecnologia está muito avançada [...] Por exemplo, no mês que vem farei a reconstrução mamária, sabe? Vão tirar meu peito e terei um peitão bem masculino, então isso te mostra como o corpo é uma coisa plástica e uma coisa transitória* (TRANSHOMEM 11, BRASIL, 2014).

*El cuerpo es como una bola de arcilla, al inicio usted nace con una cosa bien básica, pero puede ser moldeada de la forma que usted quiera, de acuerdo a sus oportunidades y a la plata que usted tenga, pero vamos a pensar así... en el inicio el artesano que va a hacer algo de barro, él tiene esa bola de arcilla y una idea en la jupa (cabeça) y él va construyendo aquello como le dé la gana, así es el cuerpo de una trans, usted tiene una idea en su cabeza de cómo se quiere ver y eso es lo que usted hace, se pone tetas, se hace lipo, hace dieta, se compra ropas bonitas, se deja el pelo crecer, se hace depilación láser y compra el mejor maquillaje para parecer como una gemela de Leonora Jiménez (modelo costarriquenha)* (TRANSMULHER 16, COSTA RICA, 2015).

*O que te quero explicar é que o corpo é uma obra de cerâmica, hoje eu tenho isto (assinala o pomo de Adão), amanhã posso tira-lo; hoje sou ruiva, amanhã posso ser loira; hoje tenho olho verde, amanhã posso ter olho azul, ou seja, o corpo é uma coisa que pode ser mudada do jeito que tu queiras* (TRANSMULHER 29, BRASIL, 2014).

Em face a estas narrativas, a significação sobre o corpo trans já não está somente vinculada à ideia de um corpo trans(/tornado/)formado, senão à de um corpo que muda (e deve mudar) constantemente, à de um corpo suscetível de ser significado e enunciado como predicado. Isto é, um corpo moldável, maleável, sem forma ou

facilmente deformável, e que se transforma para encaixar e que pode ser captado/capturado nos significados da representação encontrada.

Tomado como objeto de desejo ou negado porque denuncia as incongruências dos preceitos biológicos, o corpo (trans) em termos gerais é o representante daquilo que é proibido, que se deprecia ao valorado segundo os cânones das épocas remotas. Esse corpo trans/mudado muitas vezes não é deles, não é desejado, não é reconhecido como próprio, pois é alheio ao (auto) pensamento e ao (auto) sentimento (BERGERON; SENN, 2008; COSTEIRA, 2011; BRU, 2012; ZAFRA, 2015).

Nessa realidade, o corpo trans aparece como um corpo complexo ao que se têm atribuído categorias de significação temporárias, que não só nos remetem a um tempo cronológico específico como também nos transportam a entornos de observação e punição de acordo com alguns estatutos ambíguos que respondem a uma estética relacional, que a situa em horizontes não só de beleza, mas também de (im)potência e esplendor abstrusos; fato demonstrado nas seguintes narrativas:

### **Corpo objeto complexo**

*Meu corpo? O que significa meu corpo? Então, o corpo é uma coisa estranha, é uma coisa muito complexa, é uma concha cheia de histórias, formas, figuras e cores; é uma coisa muito difícil de ser explicada, é uma coisa tão complicada que não sei como te explicar. O corpo é uma tela assim, sabe? Uma coisa abstrata de muitas coisas, complexas e lindas (TRANSMULHER 13, BRASIL, 2014).*

*El cuerpo es una cosa compleja, es un todo formado por muchas cosas [...] Mi cuerpo es mente, corazón, cerebro, y todo eso trabajando para funcionar, osea es como una cosa que no sé cómo explicarlo (TRANSMULHER 24, COSTA RICA, 2015).*

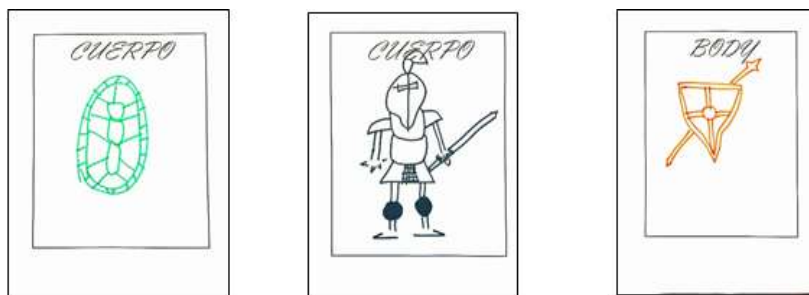
*Bodies are complex; it is difficult for me to explain it. I just can say that my body, your body, and all bodies are difficult to be defined. Bodies are more than just a group of cells and organs. It's hard to draw a meaning and understand the way the body functions. In my opinion, the best*

*way to describe the body is complexity*  
(TRANSHOMEM 2, CANADÁ, 2015).

Por outro lado, mas complementarmente, seguindo a análise proposta pela segunda matriz de discurso que caracteriza a representação do corpo como uma instituição vulnerável aos interditos públicos, surgem alguns elementos relacionados à luta, à resistência e à contínua transformação como produto dos padrões impostos socioculturalmente.

Nesse mesmo âmbito, os discursos evidenciam a vulnerabilidade do corpo ao refugiar-se atrás de estruturas resistentes, armações, conchas ou escudos, a qual surge como resultado do contexto que as/os criou e como consequência direta de ancoragens infraestruturais no patriarcado operante durante toda sua história de vida.

**Figura 4** - Corpos como espaços de resistência, Florianópolis-2016.



Fontes: Transmulher 31, Costa Rica, 2015; Transhomem 10, Costa Rica, 2015; Transmulher 6, Canadá, 2015.

A representação social elaborada sobre o complexo corpo trans exprime códigos de proteção comportamental definidos pelos diversos movimentos de interação social. Esse corpo é captado em sua aparência, pensado em sua (des)potência e (des)localizado em um lugar de reconhecimento social.

Nos discursos das (os) interlocutoras (es), a estética e a imagem durante a assunção de sua identidade de gênero articularam-se com o teórico, (i)material, convencional e ideológico das sociedades.

Por essa razão, a partir da análise da representação mostrada, considero importante desnaturalizar aquilo que aparece estabelecido e institucionalizado nas ações práticas dos imaginários sociais e do senso

comum da população com relação à teoria dos corpos perfeitos ou normais.

Essa postura se vincula à compreensão e des-essencialização dos corpos com o intuito de vislumbrar as reais engrenagens que formam parte do ser trans e, dessa forma, fazer consciente, por intermédio da reflexão, os modos de interação que utilizam a linguagem como meio pelo qual se pode fazer visível aquilo criptografado na intangibilidade da simbologia corporal.

Nesse sentido, concordo com Bru (2012), que argumenta que, pela operatória da cis-heteronormatividade, o simbólico constrói nos sujeitos (aqui trans) modalidades de posicionamento ao acontecer temporal e de suas repercussões biográficas sobre a realidade corporal.

Essas modalidades de posicionamento das pessoas com relação à transformação corporal se apoiam em esquemas de autopercepção por meio dos quais significam valorativamente a experiência de portar um corpo, que se encontra permeado pelas atribuições de sentido previstas por exigências e ideias próprias (e alheias) de uma época:

### **Corpo como instrumento para aceitar-me e ser aceita pelos outros**

*Yo todo lo que hago por cambiar mi cuerpo es para complacer a los demás, nunca quise tener tetas grandes con unas pequeñitas me hubiera bastado, pero recuerde que aquí en Costa Rica una modelo podría ni tener dientes, pero tiene que tener tetas bien grandes, entonces lo mismo me pasó con el culo (bunda), me tuve que poner un culote grandote y me expuse a un riesgo enorme porque las tetas si me las puse con un médico pero el culo fue con silicón industrial que una amiga me lo inyectó, después me di cuenta que varias de mis amigas están muriendo por culpa de esa estupidez [...] he hecho todo eso por complacer a los demás [...] he puesto mi vida en riesgo para ser aceptada en mi barrio y en mi trabajo, aquí más es más, aunque para mi sea menos es más, mi opinión en esta sociedad no importa (TRANSMULHER 12, COSTA RICA 2015).*

*Pesquisador: então, nessa sua fala você acha que as mudanças que você fez no seu corpo foram para satisfazer-se ou para satisfazer os outros?*



*Transmulher: Tudo o que eu tenho feito é para os outros, todas as mudanças são de acordo com o que os outros acham lindo ou acham que eu devo de fazer, eu sou das que pensam que não precisa ter um corpo com uma silhueta feminina para ser mulher, eu bem poderia ser uma mulher com barba, voz grossa e sem peitos, mas coloquei tudo isso para ser aceita mais facilmente pelos outros. A minha vida inteira tenho lutado por isso, sempre quis ser amada, respeitada e aceita pelos outros, essa é minha luta e por isso continuo fazendo todas essas transformações no meu corpo (TRANSMULHER 28, BRASIL, 2014).*

*It's easier when you change your body, the way others want you to change it, so that they can accept you more easily. Even here in Canada, if you say that you are a man but you have breast people are going to find it harder to accept you as a male. You need to change your body as much as needed for them to accept you. Hopefully then, you can finally accept yourself (TRANSHOMEN 9, CANADA, 2015).*

*De um tempo para cá, decidi que queria ter uma vida verdadeira e ser finalmente aceita, por isso botei este peitão (assinala seus seios) numa clínica em São Paulo, porque trabalhei bastante para fazer isso [...] minha mãe sempre dizia que ela iria acreditar na minha maluquice de ser mulher só até eu botar silicone nos peitos, então eu fiz isso. Na verdade eu estava feliz com o resultado do Perlutan<sup>60</sup>, mas queria ver minha mãe feliz e que ela realmente entendesse que não era uma questão passageira (TRANSMULHER 22, BRASIL, 2014).*

---

<sup>60</sup> O Perlutan é um medicamento que tem como princípio ativo o Acetofenido de Algestona e o Enantato de Estradiol, e é indicado como contraceptivo injetável de uso mensal, que pode também ser utilizado no controle de irregularidades menstruais e como medicação supletiva do estrógeno-progestacional, porém é um dos medicamento mais usados pelas interlocutoras deste estudo para iniciar a terapia hormonal (FLORES, 2009).

*Es que mi vida entera me la he pasado en las calles, prostituyéndome [...] como usted sabe aquí es casi imposible ser contratada por cualquier empresa [...] pero para poder sobrevivir en este ambiente monstruoso usted tiene que jugar con su cuerpo, si usted no tiene un perfil específico es imposible que las otras te vean como una más de ellas, usted tiene que seguir y hacer todo lo que las otras hacen, gracias a Dios no es tan duro como parece, o al final una se acostumbra, solo que lo más difícil es eso, desdoblar su cuerpo para que las otras la respeten y sus clientes estén satisfechos (TRANSMULHER 4, COSTA RICA, 2015).*

*Tudo o que tenho feito com meu corpo tem sido para encaixar [...] O ambiente trans e gay é fogo e te cobra muito [...] Tenho ido em várias baladas no norte da ilha, em Jurerê, Balneário Camboriu, onde as meninas ficam todas doídonas para mostrar seus peitos para os caras saradões e esses caras ficam doídoes para comer essas meninas, onde, muitas vezes, o sexo acontece em plena luz do dia [...] Mas nessas baladas a única coisa que existe são mulheres lindas, com bons corpos e roupa cara; meninos sarados, ratos de academia, bombadões e com roupas de grife, por isso tenho transformado meu corpo, para parecer uma delas e passar como uma mulher de verdade (TRANSMULHER 17, BRASIL, 2014).*

*I know what I am going through. I have been wishing all these changes to my body for my whole life, trying to become another person, but it is time to grow up and face reality. I will never have a penis. I have to move on to a new different life, not looking to fit in to society, because they will never accept me the way I am, with or without penis (TRANSHOMEM 1, CANADÁ, 2015 -que não pode realizar nenhum tipo de intervenção cirúrgica devido à antecedents médicos)*

*Comecei a tomar hormônio com a intenção de ter um corpo feminino e encaixar no mundo real, queria ser como mulher de verdade, queria ser*

*uma mulher completa e como as outras trans tomavam, eu também fui na pilha das outras, tudo o que as outras faziam eu fui fazendo: elas tomavam hormônio, tomei; botaram silicone, eu botei; faziam programa, eu fui fazer; geralmente é assim, tu fazes tudo isso para parecer com as outras (TRANSMULHER 27, BRASIL, 2014).*

Os esquemas de autopercepção trans/corporal anteriormente descritos se constituem em matrizes de significação que adquirem sentido no interior da subjetividade individual de cada sujeito, na qual ressoam os imperativos polissêmicos da subjetividade coletiva que se intercambia e manifesta intersubjetivamente nas interações dos jogos sociais subjetivantes (TORRAS; ACEDO, 2008; BRITTO, 2015).

Nesse cenário de autopercepção, devo declarar que algumas instituições que funcionaram como porta-vozes na objetivação das representações sociais podem ser identificadas nos poderes hegemônicos (genéricos, estéticos, políticos, econômicos, familiares, morais, etc.) que legitimaram seu papel persuasivo e (des)informativo.

Para concretizar isso, recorreram a um uso intencional e arbitrário de normas, transformando-as por meio de tecnologias que vincularam as necessidades pessoais e/ou coletivas a um objeto de consumo que sentenciam em si mesmo a satisfação da necessidade e ofertam um corpo ideal e desejável para cada sexo.

Nesse paradigma, o transcorpo — fugaz e etéreo — “ideal” funciona como mecanismo por meio do qual os setores hegemônicos (cisnormativos) impõem suas categorias culturais e elevam o sujeito à categoria de consumidor de ideias/presunções que colonizam as necessidades básicas e, conseqüentemente, a vida cotidiana.

Por sua vez, ao apresentar a forma e a função da cisnorma, faço referência não só à construção de uma linguagem em seus usos (des)estruturais/comunicacionais, senão também o desenho em termos estruturantes/performativos por meio do qual se modelam as identidades e subjetividades individuais e coletivas.

Identidades e subjetividades essas que, aludem à construção de estilos de corpo que se elevam à categoria de estereótipos, que são funcionais aos interesses dos grupos dominantes (e às indústrias patriarcais) (BENTO; 2006, CRUCEZ, 2009).

Nessa (i)lógica de dominação e imposição das cisnormas historicamente patriarcais, a utilização de uma ancoragem discursiva baseada na superfície da estilística corporal significa uma forma de

negociar com as normas de gênero que legitima como normais as práticas referenciadas no discurso da determinação natural da aparência.

Por outro lado, mas complementarmente abordando o corpo trans como um produto modificável para ser aceito, poderia criar uma metáfora neocapitalista que o compara com uma mercancia, em que tem se convertido em um objeto predileto de consumo, sendo considerado simultaneamente como capital e como fetiche (COSTERA, 2011).

Efetivamente, a importância dada ao corpo e à sua aparência capital e “fetichista” é um fato cultural e social que se vai modificando em função da sociedade e da época, por isso reitero que existe uma estrita relação do corpo com as relações sociais e culturais.

Nessa (i)lógica, o corpo é visto como um objeto moldável, e a beleza é definitivamente considerada como um elemento que facilita esse “fit in” social dentro de um contexto específico.

### **Obrigação de seguir um protótipo cultural**

*Eu fui percebendo quando cheguei em Floripa, que devia fazer e atuar como as trans daqui atuavam e na época me lembro que estava na moda ser loira e ter o cabelo liso, então imagina eu, morena e com cabelo cacheado, me via horrorosa de loira e com o cabelo esticado à força com chapinha, era um horror [...] mas para não desentoeir muito, fiz tudo isso. Na ilha da magia todas eram loiras e euzinha tinha que ser loira também [...] eu dizia para mim: gente isso não vai te tornar mais mulher, mas sabia que era uma obrigação, quase imposta, ser desse jeito aqui (TRANSMULHER 8, BRASIL, 2014)*

*Ahí fue donde me di cuenta que no podía ser la mujer que yo quería ser, tenía que actuar como el resto de las ticas sumisas actuaban y dejarme tratar como ellos las trataban, no podía ser una mujer muy “machona” porque los demás iban a verme como un bicho raro [...] fue difícil porque una en la condición de mujer trans quiere romper con esos modelos pero al final una se da cuenta que no puede romperlos mucho porque sino cae en el extremo de la doble discriminación (TRANSMULHER 18, COSTA RICA, 2015).*

*You have to follow the rules, as I told you, the rules are different where I came from [...] where I came from the body is treated differently, it is really dangerous to be a transgender woman where I grew up. Cis people think their rules are right and ours are wrong. Where I came from, you have to follow their rules [...] Honey, those rules are there for everyone to fit in. If you don't follow those rules you will be outcasted (TRANSMULHER 4, CANADÁ, 2015).*

A leitura flutuante das afirmações acima me instiga a afirmar que o corpo trans é o entorno primário que se habita, a fronteira física que o identifica com um tempo e com uma cultura, como indivíduos (pouco) singulares e como o outro diante dos demais corpos.

É evidente que o corpo trans tem sido utilizado como objeto e alvo do necro/biopoder; como objeto no sentido em que tem sido visto e valorizado como instrumento produtivo, exigindo alguns exercícios e manobras para dito fim, e como alvo de necro/biopoder, porque tem-se visto imerso em um campo político, o qual o rodeia em relações de domínio e submissão (AGAMBEN, 2003; FOUCAULT, 2008).

Paralelamente, a partir dos resultados, é possível declarar que o corpo trans não é uma instituição estática ou imutável, senão flexível, em constante construção, (re)configurável e transformável.

Contudo, quais são os limites desse corpo? As respostas à pergunta sobre os limites do corpo, onde começa? onde este acaba? não são tão materiais ou tangíveis como pudesse parecer à simples vista, porque estes dependem dos construtos sociais onde habitam.

Penso que, a partir da representação social, no corpo trans como uma instituição que habita lugares, mas que também produz espaços. Um corpo que se estende além da epiderme e amplia a capacidade sensorial, ante uma visão excessivamente discursiva ou construtivista.

### Corpos: construções sociais

*Primeiro eu acho que para ter um corpo feminino não precisa ter buceta, é uma coisa que tá na alma e eu me sinto mulher, então isso tá ótimo, não tenho corpo de mulher ainda porque minha estrutura é de homem, mas para a sociedade não sou mulher, se tu tens mãos grandes, voz grossa, pelos nos braços, tu és um homem [...] a sociedade te castiga porque eles têm um ideal de corpo feminino loiro, branco, magro, com bunda e peito grande, ah! E tem que ter buceta também, se tu não és assim, tu não é mulher [...]* (TRANSMULHER 7, BRASIL, 2014)

*Claro que el cuerpo es todo aquello que la sociedad de mierda machista en la que vivimos quiere que sea, porque mirá por ejemplo aquí en el barrio, todas las güilas (gíria para se referir às mulheres) andan iguales y son iguales, vos las ves son más negras que Celia Cruz (cantora cubana com origens afrodescendentes) y vos las ves todas machas (loiras), empolvadas, flaquillas, tetonas y vestidas igual [...] ¿por qué? Porque a los hombres les gustan así, entonces ellas van moldeando de acuerdo a los gustos de los maes (gíria para se referir aos homens), pero por ejemplo vos vas a San José y la vara cambia, todas ellas son diferentes porque en San José no les gustan así, pero todas siguen otro perfil, el perfil de los gustos de los josefinos, y lo mismo pasa en Guanacaste, en Alajuela y en los otros lugares* (TRANSMULHER 29, COSTA RICA, 2015).

*Sometimes I think that bodies are built according to the fashion industry, what is “in” today is what you need to show, and remember that what is “in” and fashionable here is not necessarily fashionable elsewhere. Human bodies try to adapt themselves to fill the fashion rules. As Heidi Klum the host of Project Runway says in the fashion world one day you're in, and the next day you're out, so bodies at least here in Canada and mainly*

*for trans folks, must be always “in”. We need to be trendy otherwise we will become obsolete and ignored (TRANSMULHER 7, CANADA, 2015).*

Retomando essa ideia construtivista, considero que esse pensamento introduz a ideia de um corpo trans que está sendo afetado por outros e simultaneamente afeta aos outros.

Sugiro aqui, de acordo com os depoimentos, que o corpo trans aprende a ser afetado (pelos interditos sociais) para ser um corpo. Nessa linha de raciocínio, ser corpo trans é entrar em uma interminável relação de afetos e efeitos.

Por isso, o corpo transvivido — esse corpo que é encarnado durante qualquer horário do dia —, longe de ser coerente e singular, está continuamente movendo-se em entornos contraditórios ou usufruindo, ao menos, (in)coerências parciais.

Assim, o corpo trans não é só um conjunto de órgãos, músculos, células e mecanismos bioquímicos. Adicionalmente está constituído pela autocapacidade de produzir significados e pelo sentido alheio que lhe atribui socialmente padrões de comportamento a serem seguidos:

### **Corpo como instituição alheia**

*Mi cuerpo es raro, es un extraño, soy un turista que vive dentro de él, la vida me ha enseñado desde niño que ser diferentes es igual a ser raro, y que seguir estereotipos es lo mejor. Y esas enseñanzas nos acompañan toda la vida en el aspecto personal como en el amoroso, cuando te dije que me siento como un turista dentro de mi cuerpo es porque sé que pronto lo iré a cambiar, este cuerpo no me pertenece, cuando vos sos transexual es imposible evitar no pensar que naciste en el cuerpo equivocado, que con vos la cigüeña se equivocó y por eso le querés despichar la cara (sinónimo de bater violentamente) (TRANSMULHER 23, COSTA RICA, 2015).*

*I never felt comfortable with my original body, since I was a child I knew that my body wasn't mine, someone made a mistake. I didn't belong to that specific body, however I buried myself inside of it to make sure I wasn't seen as different. I was born in the wrong body and in the wrong society.*

*I always knew that I was a girl, I have a female brain. I knew I was different from the minute I was born* (TRANSMULHER 5, CANADA, 2015)

*Eu acho que nasci no corpo errado, nasci numa época errada também, alguém se equivocou e não fui eu, nunca fui um menino, sempre fui uma garota aprisionada no corpo de um garoto. Este corpo tinha que ser de um outro ser, não é o corpo que eu quero, por isso luto todos os dias para acabar com os restos que me ligam com o mundo dos homens, não quero ser tratada como um homem, porque eu não sou um homem, minha transição acontecerá daqui a pouco e finalmente deixarei qualquer lembrança que me faça lembrar que nasci homem, este corpo definitivamente não é meu* (TRANSMULHER 24, BRASIL, 2014).

De acordo com o exposto anteriormente, ser/possuir um corpo é estar habilitado/habitado por um universo de cadeias significantes que se unem na ação de significar algo suscetível de ser apreendido por meio da representação. Consequentemente, o ato de representar o corpo trans significa fazê-lo presente em momentos que achamos que ele está ausente.

Nesse sentido, considero que a representação desse corpo, ocupa um lugar inapreensível do real *per se*, substituindo a ausência da possibilidade de acesso ao que é em si, por e com a presença de um universo significante.

Por sua vez, uma integração dos resultados da análise dos *thematas* e das unidades categoriais expostas permite construir uma cadeia de pensamento descritiva do campo representacional: o corpo é representado como uma instituição complexa, (re)significada, estabelecida, normatizada e moldada pela cultura que é capaz de conduzir aos corpos a se apresentarem (e comportarem) de formas padronizadas, não permitindo (ou impossibilitando) a pluralidade ou diversidade de manifestações de uma estética corporal autóctone.

Diante dessa complexidade, o núcleo central provável da representação conteve as palavras transição, transformação e mudança. Aqui, identificou-se um eixo que contou com os elementos periféricos de transitoriedade, maleabilidade, movimento, plasticidade, complexidade e instabilidade, não aceitação, armadura e luta, defesa,



não encaixar, obrigação, cirurgias, estética, hormônio e ser um estranho (“weirdo”).

De acordo com esses resultados, a materialidade real do corpo biológico trans se constitui no suporte em que se performa a atribuição valorativa que impõe a violência da significação e irrupção de uma imagem que opera como reflexo da estrutura social simbólica.

Os processos que conformam a constituição dos sujeitos na estrutura das inter-relações socioculturais e a emergência das identidades sociais que apoiam sua expressão em subjetividades individuais e coletivas remetem à consideração das representações que fazem presente a ordem simbólica, na interseção entre aquilo que é em si mesmo e a expressão manifesta deste significado, que se concretiza na assunção de uma aparência que se faz visível à percepção e ao reconhecimento.

Nesse mesmo âmbito, os atos discursivos que anteriormente expus constituem a simbologia de um conjunto articulado de representações corporais que adquirem e outorgam sentido na arbitrariedade em que têm constituído uma eficácia, o poder cis-heteronormativo e patriarcal alojado na memória social.

Dessa forma, a realidade que aqui demonstro exemplifica a (i)lógica das representações corporais ao problematizar como os sujeitos trans interpretam, atuam e transformam, eventualmente, as disposições sociais que os conduzem a efetuar certas ações na sua superficialidade corporal no lugar de outras.

Conexo a esse conceito, concordo com Berenice Bento (2006) ao afirmar que o corpo trans se investe de atributos simbólicos que atuam como máscaras sociais que o aprisoam como pátinas e que se solapam, outorgando-lhe uma materialidade polissêmica e polifônica.

Ou seja, o corpo trans é desmantelado de sua natureza real para ser construído por outra natureza simbólica que performa seu acionar e lhe outorga um valor à sua existência no cenário social.

Nesse particular, o corpo trans se encontra composto por articulações complexas de sentidos e vozes que o codificam a partir de significações que lhe outorgam um lugar no interjogo social. Esse corpo se converte em objeto de desenho não só desde sua aparência física/material, mas também desde seu significado (in)material; pois é o depositário das representações de uma ordem sociocultural (GIROUX, 2014; ZABLUDOVSKY, 2010; ZABLUDOVSKY, 2011).

Assim, finalizo estes argumentos declarando que o corpo trans, de maneira individual e coletiva, resiste e desestabiliza os significados

cristalizados sobre as rotinas urbanas, transforma a paisagem e instala outras imagens e atos alternativos que permitem ampliar os limites da possibilidade corporal e o social. Ele é um sítio primário de contestação social e individual; isto é, o ponto de enfoque para a opressão e o empoderamento simultaneamente.

## ASSOCIANDO AS COORDENADAS FINAIS

De frente às etéreas malhas que envolvem as representações do corpo trans (e do mundo consigo), retorna como dado contundente a fragilidade e maleabilidade do ser ontológico, mediados e afantochados (a maioria do tempo) pelos poderes hegemônicos — sejam estes sociais, religiosos, raciais ou cisnormativos — que se esforçam por clausurar as portas de outros modos de ser/estar/possuir/viver (em) um corpo.

A representação metafórica do corpo (e suas conseqüentes matrizes de discurso) que foram apresentadas constituem a tentativa do campo individual por atribuir um código de significação que oriente o sentido que adquire a realidade corporal com relação à experiência do acontecer temporal.

Nesse sentido, o corpo trans volúvel, efêmero, transformável e (in)desejável é (sempre) atravessado pelas improntas de um tempo historizante e historizável, que se inscreve não só daquilo que pode ser nomeado diante do emprego de signos linguísticos, senão também daquilo que pertence ao registro do inominável em termos de percepções e sensações.

A representação social do corpo encobriu aquilo que não podia ser significado senão por meio do sentido, e é por essa razão que solapam a incerteza que a (i) racionalidade do perecedouro deixa aberta ao entendimento compartilhado.

Essa representação vincula, desde uma perspectiva complementar, os fios que constituem o primordial do vital e humano, que não é outra coisa senão a potencialidade da finitude que engloba em seu abraço a transexualidade, como representante material do inegável da contextualidade que queda inscrita nos registros corporais.

Os argumentos que apresentei trazem que o corpo trans é utilizado como uma forma de expressão e manifestação das vivências e falências culturais. Assim, ele é um *locus* de produção de discursos e contradiscursos à ordem das proibições do gênero.

Os diferentes discursos, *thematas*, categorias, sentimentos e pensamentos das/os protagonistas reais desta pesquisa foram unificados

na representação descrita dentro de algumas coordenadas temporais e configuraram um esquema simbólico, estruturado e estruturante da imagem corporal que é reconhecida pelo sujeito transexual que a possui.

Para finalizar estes apontamentos, considero necessário declarar que a história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder e da necropolítica, porque, como mencionei nas tenras etapas da introdução, o corpo é um texto, um texto socialmente construído, isto é, um arquivo vivo da história do processo da produção e reprodução dos lineamentos socioculturais hegemônicos.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: El poder soberano y la nuda vida**. Valencia: Pre-Textos, 2003. 263 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3a ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEN, P. **Cuerpos femeninos y cuerpos abyectos: La construcción anatómica de la feminidad en la medicina**. Argentina: Taurus, 2012.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERG, M.; KRICH; M. A. Bodies on Trial: Performances and Politics in Medicine and Biology. **Body & Society**., London, v. 10, n. 3, p. 1-12, 2014.

BERGERON, S. M.; SENN, C. Y. Body image and sociocultural norms: A comparison of heterosexual and lesbian women. **Psychology of Women Quarterly**. v. 22, pp: 385–401, 2008.

BLACKMAN, L.; EATHERSTONE, M. Re-visioning Body & Society. **Body & Society**, v. 16, n. 1, p. 1-5, 2014.

BRITTO, D. **That stupid girl nice: moldings bodies, women undergoing**. Canada: Polis Network, 2015.

BRU, J. El cuerpo como mercancía. In: Nogué, J; ROMERON, J. (eds.). **Las otras geografías**. Valencia: Editorial Tirant lo Blanch, pp. 465-491. 2012

BUTLER, J. **Cuerpos que importan** – sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso et al. Theoretical and methodological aspects of social representations. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157-1165, 2015.

COSTERA-MEIJER, I. "Which Difference Makes the Difference? On the Conceptualization of Sexual Difference". In: HERMSEN, Joke J. and VAN LENNING, Alkeline (eds). **Sharing the Difference: Feminist Debates in Holland**. New York: Routledge, 2011.

CROCI, P.; MAYER, M. **Biography of the skin: Sketch for a tattoo encyclopedia**. Buenos Aires: Perfil, 2011.

CRUCEZ, F. "Performances Urbanas", In: M.A. Aguilar, E. Nivón et al. (coords.), **Pensar lo contemporáneo-**, de la cultura situada a la convergencia tecnológica, Barcelona: Anthropos, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2009.

DRUMMOND, M. The Meaning of Boys' Bodies in Physical Education. **Journal of Men's Studies.**, v. 11, n. 2, p. 131-143, 2013.

ECHEVERRÍA, J. **La revolución tecnocientífica**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.

FERRER, R. Paisajes de la piel, transcurros a la deriva. **Revista de Crítica Cultural.**, v. 15, n. 1-2, p. 427-453, 2015.

FLORES, J. **Farmacología Humana**. 3ª Ed. Barcelona, España: Masson, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar**. México: Siglo XXI, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2011.

GARDNER, R. M.; BROWN, D. L. Body image assessment: A review of figural drawing scales. **Personality and Individual Differences.**, v. 48, p. 107–111, 2010.

GIROUX, H. **Cruzando Límites Corporales**. Buenos Aires: Paidós, 2014.

HERRERA-CAICEDO, C. P. **Cuerpos en re-construcción**: un estudio sobre la práctica de la cirugía estética en la ciudad de Ambato. Ecuador: FLACSO, 2012.

IBÁÑEZ, R. M.; PÉREZ, E. S. **Cuerpos y diferencias**. España: Plaza y Valdés, 2013.

MARKEY, C.; MARKEY, P. M. Gender, sexual orientation, and romantic partner influence on body image: An examination of heterosexual and lesbian women and their partners. **Journal of Social and Personal Relationships**., v. 31, n. 2, p.1-16, 2014.

NIEMEYER, F; KRUSE, M.H.L. Constituyendo sujetos anoréxicos: discursos da revista Capricho. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 17, n. 3, p. 457-465, 2008 .

PAPALINI, V. **The domestication of the bodies**. Venezuela: Links Networks, 2007.

SABIDO, O. El cuerpo y sus trazos sociales. Una perspectiva desde la sociología. In G. Zabudovsky, **Sociología y cambio conceptual**. México: Siglo XXI, 2007.

SPRINGGAY, S. Thinking through Bodies: Bodied Encounters and the Process of Meaning Making in an E-Mail Generated Art Project. **Studies in Art Education**., v. 47, n. 1, p. 34-50, 2015.

TORRAS, M.; ACEDO, N. (Eds.). **Encarnaciones**: teoría(s) de los cuerpos. España: Editorial UOC, 2008.

URBANO, C.A.; YUNI, J.A. **Esos cuerpos que envejecen**: representaciones y discursos culturales de la vejez. Argentina: Editorial Brujas, 2011.

VALSINER, J. **The Oxford Handbook of Culture and Psychology**. New York: Oxford University Press, 2012.

ZABLUDOVSKY, G. Una reflexión teórica sobre el cuerpo: a propósito de una contingencia sanitaria. **Estudios Sociológicos.**, v. 28, n. 84, p. 813-845, 2010.

\_\_\_\_\_. Bodies and Affection as study objects in Latin America: thematic interests and recent process of institutionalization. **Sociológica**, v. 26, n. 74, p. 33-78, 2011.

\_\_\_\_\_. **El cuerpo como recurso de sentido en la construcción del extraño:** Una perspectiva sociológica. Madrid: Séquitur-UAM-Azcapotzalco, 2012.

ZAFRA, R. Sujeto y red: potencia y limitación política del (des)hacer los cuerpos online. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 44, p. 13-30, 2015.

No seguinte manuscrito defendo a postura de que *there is nothing more broadly than human sexuality, whether it is pansexuality, bisexuality, asexuality, heterosexuality or homosexuality*. Assim, pretendo abordar a temática dos prazeres regulados e explicitar que embora o desejo seja (ou possa ser) biologicamente impulsado, ele se move por trilhos controlados por diversas artimanhas socioculturais de poder patriarcal.

### 5.3 SEXUALIDADES TRANS (ITÁVEIS): SOBRE PRAZERES, DESEJOS E HETERONORMATIVIDADES<sup>61</sup>

#### RESUMO

Pesquisa multicêntrica, qualitativa e descritiva que objetivou analisar as representações sociais da sexualidade de 84 participantes trans brasileiros, canadenses e costarriquenhos por meio das suas histórias de vida. Os dados foram coletados durante os anos de 2014 a 2015 e, posteriormente, organizados no *software* ALCESTE, para seguidamente serem analisados de acordo com a Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados desvelaram uma representação ligada ao plano individual com elementos vinculantes à satisfação, ao prazer e ao desejo; e uma segunda representação ligada ao âmbito coletivo com elementos associados ao controle social e ao poder da heteronormatividade nos três contextos pesquisados. Em conjunto, os repertórios interpretativos analisados permitiram concluir que as/os participantes constroem seus relatos de sexualidade em um contexto opressivo que se vê caracterizado pela exclusão social, seja essa em contextos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

**Descritores:** Transexualidade; Representações sociais; Sexualidade; Heterossexualidade; Saúde Pública.

#### INTRODUÇÃO

Até que ponto nossas sexualidades são imutáveis? Para muitos de nós, fica fácil desvelar a complexidade que essa pergunta representa ao não possuímos respostas práticas, concretas ou objetivas que decifrem tal enigma.

Dessa mesma forma, gostaria de anunciar preliminarmente (porque meu compromisso ético assim o demanda) que as ideias que serão descritas ao longo deste manuscrito, que objetiva analisar as representações sociais<sup>62</sup> da sexualidade atribuídas pelas pessoas trans<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Este artigo possivelmente será encaminhado para a Revista *Papers on Social Representations*, United Kingdom Journal.

<sup>62</sup> A noção das Representações sociais (RS) corresponde à teoria elaborada por Serge Moscovici, no ano de 1961. Para o autor em questão, uma representação tem sempre um caráter social e compreende os processos simbólicos das condutas e comportamentos humanos. Nesta pesquisa, concorda-se com Caravaca, Padilha, Guerreiro e Sapag (2015) na afirmação de que as representações sociais são uma rede de conceitos e imagens interativas, cujos



brasileiras, canadenses e costarriquenhas por meio das suas histórias de vida, em alguns momentos poderiam parecer abstratas, complexas ou difíceis de serem compreendidas.

Por essa razão, a bússola do seguinte texto pretende marcar um rumo menos errático do que preciso. Talvez, por isso, sejam expostos muito mais questionamentos do que respostas sobre a volatilidade da sexualidade, do prazer, do desejo e da heteronormatividade como elementos intrínsecos no DNA dos corpos trans (e de outros muitos corpos).

Nesta aventura acadêmica especificamente, procuro proclamar realidades nuas, desenhadas em torno de metáforas mais ou menos (in) concisas, de que a sexualidade que nasceu na adolescência da modernidade e vestiu seus melhores ornamentos nas festas do século XX tem começado a ser resignificada talvez por excesso de exposição ou por falta de significação (DÍAZ, 2014; ARGUELLO-PAZMINO, 2013).

Ainda podemos ver os vestígios de uma estimulante, porém conflitiva, sexualidade carregada de ambíguas formas de desejo, paixões e carícias heterossexuais. Contudo não podemos deixar de visualizar e presenciar as novas formas de expressão de amor e prazer que estão sendo desfrutadas por um grupo (bastante) significativo da nossa população.

Todos nós seduzimos, tocamos, desejamos, beijamos, absorvemos a tensão sexual, penetramos e somos penetrados por pensamentos estimulantes, mordemos, acariciamos, enfim, todos nós sensualizamos/sexualizamos em alguns (vários) momentos das nossas vidas. Assim, quando nos entregamos aos braços do amor (elemento

---

contéudos evoluem continuamente através de diversos contextos temporais e espaciais. Para uma aproximação sobre os aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais, ver: CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra; SILVA, Denise Guerreiro Vieira da and SAPAG, Jaime. Aspectos Teóricos E Metodológicos das Representações sociais. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157-1165, Dec. 2015.

<sup>63</sup> O termo “*trans*”, no âmbito desta pesquisa, faz referência às pessoas que se autoidentificam como transexuais (trans-homens ou transmulheres). Além disso, o termo também pode incluir pessoas dentro do *spectrum* trans que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia formativa/repressiva que temos de “masculino” e “feminino” O uso deste conceito pretende desvelar maior fluidez semântica de modo que possa eliminar classificações excludentes.

intrínseco da sexualidade?), realizamos contorções e movimentos corporais desafiadores (que fora desse contexto poder-nos-ia parecer uma tarefa quase impossível de ser concretizada), tudo isso com a finalidade de liberar essa energia tensional que carregamos dentro de nós.

Falo aqui de sobre-excitação, carinho, paixão, ansiedade, calafrios corporais e prelúdios ejaculatórios. Contudo, questiono-me: é isso a sexualidade? Em outras palavras, serão esses todos os elementos que a compõem? Que dito seja, tem sido um conceito utilizado em demasia (e por vezes substituído) sem conhecer sua própria significação (se é que ela possui alguma).

Será que esses componentes são identificados pela sociedade trans como elementos essenciais para falarmos e gozarmos (no sentido mais amplo e conciso da palavra) de uma sexualidade plena? Questiono ainda: será que existe uma sexualidade plena?

A partir desses questionamentos e de preliminares investigações<sup>64</sup>, pode-nos parecer que a sexualidade como objeto de estudo é uma questão social inefável e que foi pouco conceitualizada no início dos tempos, já que não existem registros prévios do que nós consideramos sexualidade com anterioridade ao século das luzes. Por essa razão, a maioria dos teóricos da sexualidade coincidem em resenhar a enorme dificuldade do estabelecimento dos limites desse conceito nas suas pesquisas.

Complementar a esta reflexão, o enigma da sexualidade tem colonizado o pensamento de vários pensadores, entre eles o de Michel Foucault, que por um tempo prolongado escreveu e destruiu livros para finalmente declarar publicamente que não podia cumprir com sua promessa conceitual de realizar uma cronologia da sexualidade, já que não havia forma de percorrer uma história da sexualidade pela simples razão de que ela era uma invenção moderna e, conseqüentemente, não existia nada parecido antes dessa época (DÍAZ, 2014).

Devido à falta de uma conceptualização concreta da sexualidade, Foucault se dedicou a dissertar sobre as subjetividades desejantes e suas variabilidades através do tempo, não centrado no relato das condutas e práticas sexuais segundo suas formas sucessivas de evolução (ou difusão), mas seguindo uma história dos saberes e sistemas de regulação

---

<sup>64</sup> Para uma aproximação com os estudos que abordam a temática da sexualidade como objeto de estudo, ver: GOZO, 2000; BENTO, 2006; CACERES; TALAVERA; MAZIN-REYNOSO, 2013.

nos quais tinham-se construído (e transformado) a experiência do desejo dos sujeitos ao longo da história (FOUCAULT, 2011).

Assim, nesse terreno de (in)sutilezas, pretendo me deslocar neste texto pelos caminhos estreitos e tortuosos do prazer, do desejo e do poder heterocisnormativo, por meio dos inquietantes depoimentos de muitas pessoas trans lésbicas, homossexuais, heterossexuais, bissexuais ou pansexuais, para ratificar (ou talvez re-confirmar) não somente que a vivência da identidade de gênero é completamente diferente da que eu denomino de identidade sexual do desejo, senão que também quero explicitar a plasticidade, elasticidade e flexibilidade que o conceito da sexualidade possui ao possibilitar a manifestação de diversas expressões de desejo e satisfação.

Adicionalmente — e como mencionado anteriormente — a concepção da figura semântica “identidade sexual do desejo” apareceu como um neoconceito autônomo desenvolvido e criado como consequência desta pesquisa.

Assim, com o intuito de não cair em uma excessiva simplificação, entendo por identidade sexual do desejo a capacidade de responder eroticamente a determinados estímulos que possuem eficácia sensorial, ou seja, que são capazes de provocar uma reação sensitivo-perceptual.

Nesse ponto de vista, esta identidade se caracteriza pela ativação dos circuitos cerebrais responsáveis pelo desejo, ou seja, do incremento da vontade de viver uma experiência de prazer erótico com outro ser. Em suma, essa figura identitária inclui dentro da sua estrutura: a orientação do desejo, a ativação do prazer, o conceito de si (identidade sexual) e a identificação genérica.

Finalmente, com o objetivo de iniciar esta análise, tento visualizar neste texto que a sexualidade humana é um canal de discursos e jogos imaginários permeados por diversos afetos e emoções inatos que formam parte da experiência humana a partir de uma realidade multidimensional, que exige diversos enfoques *transvivenciais* e interdisciplinares (PRECIADO, 2003; BENTO, 2006).

Dessa forma, sendo consciente de que o debate permanente entre a natureza e a cultura (entre o herdado e o adquirido) tem contribuído para uma certa polarização nos estudos sexológicos, pretendo não privilegiar demais os fenômenos culturais ou os fatos estritamente biológicos nesta discussão, senão opto pela integração de ambos, na experiência trans e no seu modo de viver-se como seres sexuais.

## TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Esta pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória utilizou a Teoria das Representações sociais como referencial teórico e as histórias de vida completa como técnica processual para coletar os dados, por meio de uma entrevista a profundidade individual com cada participante no lugar e data preferido pelo próprio interlocutor.

Para dito fim, utilizou-se um roteiro semiestruturado traduzido do português para o inglês e para o espanhol e avaliado linguisticamente e semanticamente por meio da realização de duas entrevistas-piloto no Canadá e na Costa Rica.

Adicionalmente, foram realizados três grupos focais para validar os dados coletados e reafirmar as interpretações preliminares que estavam sendo compreendidas pelo pesquisador.

Para aprofundar sobre o conhecimento comum do conceito da sexualidade entre as pessoas trans, o método de desenho por associação livre foi considerado como complemento das entrevistas realizadas a partir da palavra indutora “sexualidade”.

A associação livre como método de coleta de dados é pertinente para as questões de investigação social por causa do seu caráter associativo, que estimula respostas espontâneas e menos controladas. Esse método é assumido para estimular e proporcionar espaço para as/os<sup>65</sup> interlocutoras/interlocutores responderem com base nas suas percepções subjacentes e seus padrões latentes de pensamento, que de outra forma poderiam permanecer ocultos<sup>66</sup>.

A coleta de dados foi realizada durante os anos de 2014 a 2015, com um grupo de 84 pessoas trans do Brasil (35), Canadá (14) e Costa Rica (35). A distribuição dos participantes seguiu o seguinte comportamento: dos 35 interlocutores brasileiros, 29 eram transmulheres e 6 eram trans-homens. No Canadá, dos 14 entrevistados, 10 eram transmulheres e 4 trans-homens. Por último, com relação à

---

<sup>65</sup> Utilizo as/os com muita dificuldade, sendo que são termos que invisibilizam a aparição de autoidentificações com outros gêneros, porém idiomáticamente não contamos com outras possibilidades que permitam designar alguém sem fazer alusão a um binarismo sexual e genérico. Atualmente, está-se popularizando de forma escrita o uso do @, do “x” ou do “e”, porém devido às futuras regras editoriais das revistas às quais este manuscrito será submetido, devo utilizar a forma de as/os.

<sup>66</sup> Para uma aproximação teórica com a técnica de associação livre, ver: ABRIC, 1995; ANDERSEN, 2011; GERMUNDSSON, 201.

Costa Rica, dos 35 participantes, 31 eram transmulheres e 4 eram trans-homens.

Cabe mencionar que se utilizou como critério teórico intencional a escolha desses três países, abrangendo dessa forma os três polos da América (América do Norte, América Central e América do Sul) e as três línguas mais populares da região (inglês, português e espanhol).

Contou-se com a colaboração de duas organizações não governamentais: a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na Sexualidade (ADEH), localizada em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina – Brasil; e a *Asociación de Apoyo a la Población Trans*: (TRANSvida), situada na província de San José, capital da Costa Rica.

No Canadá, a coleta das informações se viu favorecida graças ao vínculo do pesquisador principal no seu estágio doutoral desenvolvido no *Re:searching for LGBTQ Health Team* no *Centre for Addictions and Mental Health* (CAMH), localizado em Toronto, Ontário.

Os critérios de seleção dos participantes deste estudo foram: serem maiores de 18 anos, cidadãos e moradores desses três países, *transsexuais* (tanto *transmulheres*<sup>67</sup>, quanto *trans-homens*<sup>68</sup>), que se encontravam no início, no meio ou no final do processo de *transição*, ou que não desejassem realizar nenhuma mudança física mas que lutassem pela reivindicação do uso do seu nome e pronome social ou que se autoproclamassem pessoas pertencentes ao espectro trans, sendo excluídos os participantes intersexuais<sup>69</sup>.

Com relação à coleta de dados no Canadá, os participantes deviam possuir um antecedente étnico centro ou sul-americano, com a finalidade de oferecer maior coerência, consistência e solidez às informações que tinham sido coletadas nos países anteriores.

O projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSC, conforme Portaria 466/2012 do Conselho Nacional Saúde, diante a Resolução N° 096.204/2014 – CAAD

---

<sup>67</sup> No presente estudo, utilizei o conceito “*transmulher*” para fazer referência aos indivíduos que foram identificadas no nascimento como pertencentes ao “sexo” masculino e que se autoidentificam com o gênero feminino.

<sup>68</sup> O termo “*trans-homem*”, no âmbito desta pesquisa, faz referência às pessoas que foram identificadas no nascimento como pertencentes ao “sexo” feminino e que se autoidentificam com o gênero masculino.

<sup>69</sup> Considerei como intersexuais aquelas pessoas que possuíam condições de ambiguidade genital de acordo com critérios anatômicos, histológicos e/ou citológicos.

37753414.1.0000.5355; pelo Comitê de Ética do *Centre of Addiction and Mental Health* da *University of Toronto*, Canadá, conforme Protocolo Nº 85/2015; e pelo Comitê de Ética da Universidade da Costa Rica, diante do Protocolo Nº 186/2015.

Consecutivamente, foi explicado o objetivo da pesquisa a todas(os) as(os) participantes, para posteriormente obter a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assim, as entrevistas e os grupos focais foram gravados e posteriormente transcritos. Com o intuito de garantir o anonimato e a reserva da sua informação, as entrevistas foram identificadas pelos termos trans-homem e transmulher, pela sua identidade sexual do desejo (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual) e por um número arábico (as/os participantes do Brasil e da Costa Rica foram identificadas/os na sequência de 1-35, e as/os canadenses com os números 1-14), seguido pelo país de procedência e pelo ano de realização da entrevista.

Para analisar as associações livres dos entrevistados, estas se resumiram em uma matriz dividida em tópicos de acordo com os principais significados que seus desenhos representavam. Desta maneira, cada entrevistado recebeu um código na forma de trans-homem ou transmulher, seguido pelo país de origem e, finalmente, por um número arábico, de modo que cada associação pudesse ser relacionada com um (a) entrevistado (a) durante o processo de análise prototípico (BR: 1-35, CA: 1-14, CR: 1-35 - N = 84).

Os tópicos dos desenhos das associações livres de cada entrevistado foram processados e organizados juntamente com suas entrevistas por meio do método de exploração primária de ideias, conceitos e imagens no *software* ALCESTE.

Para efeitos do presente trabalho, centrei-me no material recuperado sobre os repertórios interpretativos da sexualidade em cada entrevista após a leitura do corpus discursivo, a distribuição das Unidades de Contexto Inicial, a seleção das Unidades de Contexto Elementar, a geração da Classificação Hierárquica Descendente, a Análise Fatorial de Correspondência e o cálculo complementar e criação dos elementos de cada representação.

Finalmente, como técnica comparativa e para responder e analisar concretamente à questão de pesquisa relacionada com as representações sociais sobre a sexualidade entre as pessoas trans, a análise seguiu uma abordagem descritiva (MARKOVÁ, 2003; MOSCOVICI, 2000; VOELKLEIN & HOWARTH, 2005) e de conteúdo (BARDIN, 2011)

isto com o intuito de concretizar a exploração e interpretação real dos conteúdos das representações sociais expostas pelo *software* e pela leitura do pesquisador principal.

Assim, as unidades de análise que possuíam um conteúdo semelhante ou idêntico foram reunidas em forma de representações sociais, identificando os elementos que faziam parte da sua região nuclear e periférica, isto para compreender o padrão latente dos pensamentos expressos pelas/os entrevistadas/os.

## RESULTADOS

As representações sociais que serão apresentadas a seguir foram geradas por meio de associações, a partir das quais dois tipos particulares de significados emergiram dos âmbitos pessoais e sociais:

**Quadro 1** - Apresentação dos significados que emergiram dos âmbitos pessoais e sociais dos participantes. Florianópolis, 2016.

ÂMBITOS	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ESTÁVEIS
<i>Pessoais/ Individuais</i>	Sexualidade vinculada à satisfação, prazer e desejo
<i>Sociais/ Coletivas</i>	Sexualidade ligada ao controle social e ao poder da heteronormatividade

Fonte: Próprio do autor

Por um lado, a representação social da sexualidade como projeto individual e de autorrealização contém associações ligadas ao prazer, desejo, orgasmos, penetrações, carícias sentimentos, ejaculações, excitações, beijos, masturbação, fantasias, lembranças, imaginação, sensações, “transas”, toques e sexo oral.

Essa categoria expressa o significado da sexualidade como variável pessoal ligada à satisfação das paixões pessoais e internas e como elemento de desfrute consigo e com os/as outros (as). Os exemplos de associações que seguem ilustram essa representação.

*Sexualidad, para mí es como tener “sexo” todos los días, o sea, no sé cómo explicarlo pero es todo aquello que usted hace para sentirse “llenita” en la cama y sentir placer [...] Es todo aquello que*

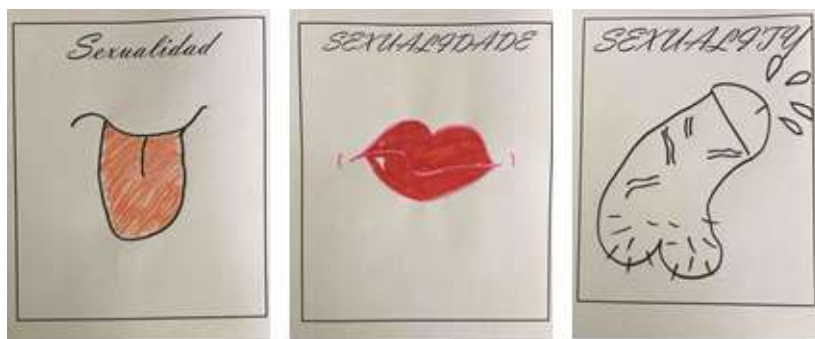
*usted hace, que la hace poner los ojos en blanco, no sé si puedo decir esas palabras aquí en la entrevista, pero bueno para que me entienda mejor, para mi sexualidad es una mezcla que tiene que ver con seducciones, que alguien te coja bien rico, te la meta, te la saque, te bese, te chupe, todo lo que una hace con un cliente o con un novio para satisfacer los deseos más sucios de la carne* (TRANSMULHER-HETEROSSEXUAL 33, COSTA RICA GRUPO FOCAL 3, 2015).

*É uma mistura de tudo o que tu fazes com tua namorada ou com teu homem na intimidade [...] é como realizar tuas fantasias sexuais com um beliscão de perversão e amor [...] eu não vejo a sexualidade com outra pessoa que não seja minha mulher ou meu homem, ou seja, com os clientes da rua é outra coisa, talvez seja o outro lado da sexualidade, vamos dizer que é o lado profissional da sexualidade, porque não é a mesma coisa, na rua a gente não desfruta. Por isso para mim a sexualidade real tem a ver com o amor e com os beijos molhadinhos pelo corpo inteiro com as pessoas que tu amas* (TRANSMULHER-BISSEXUAL 32, BRASIL, 2014).

*Sexuality is everything that surrounds us and makes us people [...] It's everything we feel for each other. It is when you are attracted to someone or when you feel horny or even when you feel yourself in your own intimacy. Is when you have an orgasm, when you cum [...] or when you get chills because of the pleasure that you are feeling [...] It has to do with how you see other people and imagine them naked in front of you and wishing you could have sex with them* (TRANSHOMEM-HOMOSSEXUAL 3, CANADA, 2015).



**Figura 1** - Representação social da sexualidade vinculada a satisfação prazer e desejo. Florianópolis, 2016.

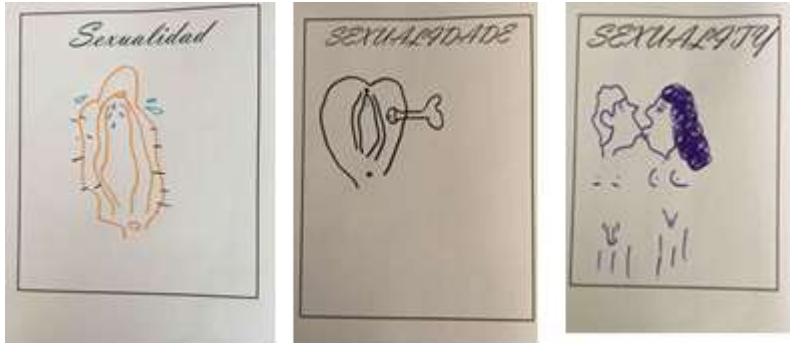


Fontes: Transmulher 9, Costa Rica, 2015; Transhomem 1, Brasil, 2014; Transmulher 4, Canadá, 2015.

*Para mí tiene que ver con una mezcla entre excitación, como cuando fantaseas, como cuando te penetran o tu penetras a otra mujer, cuando estas mojada, cuando quieres gritar de placer porque te están haciendo cositas ricas, cuando sientes ese cosquilleo incontrolable, cuando te acarician tu cuerpo, cuando querés rasguñar las paredes, cuando te chupan los oídos, el cuerpo [...] sexualidad es lo que haces cuando estas a solas con tu pareja y te lo quieres comer y quieres ser devorada por ellos (TRANSMULHER-BISSEXUAL 35, COSTA RICA, 2015).*

*É tudo o que acontece quando tu estas sozinha, onde podes expressar teus desejos reprimidos e podes brincar com teu corpo ou com os outros sem que possas ser julgada, sem ninguém que te diga que tu és uma aberração [...] Para mim sexualidade é se tocar, que outro te toque, beijar bem gostoso, que gozem na tua cara, é suar, bem gostoso, quando estás transando [...] é tudo o que acontece quando duas pessoas brincam de ser uma só, como diz a música (TRANSMULHER-PANSEXUAL 33, GRUPO FOCAL 3, BRASIL, 2014).*

**Figura 2** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016.



Fontes: Transhomem 6, Costa Rica, 2015; Transmulher 18, Brasil, 2014; Transmulher 13, Canadá, 2015.

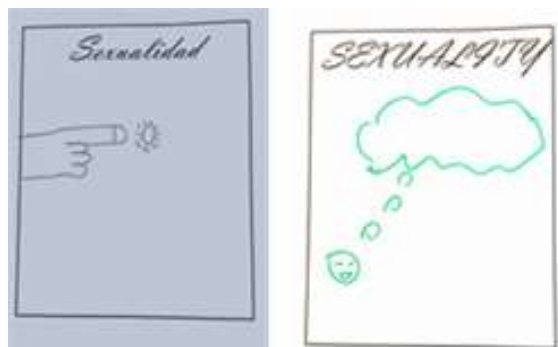
*É tudo aquilo que acontece quando ninguém te vê, quando estás dentro de quatro paredes e podes liberar a fera que dorme dentro de ti [...] quando podes gritar e ser livre em frente dos teus namorados; quando podes berrar, suar, gozar, chorar de prazer e tesão (TRANSMULHER-HETEROSSEXUAL 31, BRASIL, 2014).*

*Sexuality is when you take off all of your masks and liberate the real you [...] the real bitch. It is about being a lady in public and a whore in the bedroom. It doesn't always have include with penetration, but it is about feeling alive, having orgasms, scratching, grabbing, sucking [...] it is everything that has to do with releasing your tension and letting your desires run free (TRANSMULHER-HETEROSSEXUAL 7, CANADÁ, 2015).*

Sexualidad es estar caliente y lista todos los días para tener intimidad con otras personas, es estar lista para el “combate” en la cama [...] Sexualidad es todo lo que puedes hacer dentro de cuatro paredes, cuando no estás en el ojo del huracán de la sociedad que controla todo aquello que haces o

dejas de hacer (TRASMULHER-BISSEXUAL 34, COSTA RICA, 2015).

**Figura 3** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016.



Fontes: Transmulher 15, Costa Rica, 2015; Transhomem 1, Canadá, 2015.

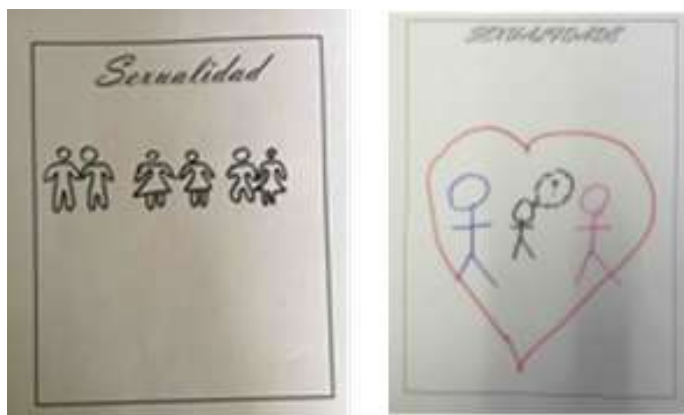
Por outro lado, temos a representação social da sexualidade como um conceito associado à heterossexualidade (compulsória). Embora alguns participantes tenham conseguido romper esse paradigma identificando-se como pessoas trans-homossexuais, translésbicas, transbissexuais ou transpansexuais, ainda foi possível encontrar nos seus discursos alguns traços de insatisfação, repressão, discriminação e autoestigmatização relacionados com sua identidade sexual do desejo.

Consequentemente, outro fato relevante nessa representação é que ainda aqueles que se identificavam como membros de um grupo sexualmente diverso, associavam a sexualidade à palavra heterossexual (heteronormatividade) e não se sentiam plenamente confortáveis expondo suas escolhas/preferências em um ambiente público (na rua, no lugar de trabalho, na estação do metrô, etc.), porque consideravam que, diante dos olhos da sociedade, isso não era o correto (exposição à dupla estigmatização: ser trans e ser sexualmente diverso/a).

*Para mim a sexualidade significa ser heterossexual, embora, no meu caso seja diferente. Eu me lembro que no início quando eu falei pra minha família que ia começar tomar hormônio para ser mulher, eles diziam: “Para que tu vai fazer isso? A gente te aceita do jeito*

*que tu és, não tens que tomar hormônio para trazer teus namorados aqui em casa, a gente te aceita do jeito que tu és, se tu és “viado” não precisas mudar teu corpo a gente te aceita”. Eles pensavam que eu era uma viadinha reprimida que ia fazer mudar meu corpo para tentar ser normal [...] Eu sempre gostei de mulheres e de homens, dos dois, nunca fui totalmente viado, eles nunca entenderam isso (TRANSMULHER-BISSEXUAL 30, BRASIL, 2014).*

**Figura 4** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016.



Fonte: Transmulher 32, Costa Rica, 2015; Transmulher-Bissexual 30, Brasil, 2014.

Adicionalmente, apareceram alguns depoimentos que argumentavam que, na concepção heteronormativa e patriarcal da sociedade, uma pessoa trans é aquela que é “extremadamente” homossexual ou lésbica e que, portanto, precisa modificar seu corpo para “encaixar”.

Dita realidade, ignora o fato de que a identidade de gênero e a identidade sexual do desejo são dois conceitos que coexistem de maneira independente e que, por conseguinte, comportam-se de forma autônoma e separada.

Essa representação social contém associações entre discursos e imagens que expressam claramente um outro tipo de significado, que

está relacionado com o controle social, com o necropoder, com o domínio das vontades e com a opressão, tópicos todos associados a essa heterossexualidade que é vendida (e obrigada a ser comprada) como compulsória.

*Cuando usted me pregunta eso (o que significa sexualidade?) la primera cosa que yo pienso es en heterosexualidad, para mi sexualidad es lo que la gente llama de ser heterosexual, y es todo lo que pasa entre un hombre y una mujer, o sea que yo siendo una mujer ahora pueda ser una persona normal y andar con un hombre y ser feliz (TRANSMULHER-HETEROSSEXUAL 13, COSTA RICA, 2015).*

*I would like to believe that we all have different levels of sexuality within us, from straight to gay to in between. Life forces us to pick one sexuality and stick to it. Sometimes feeling change within us [...] yesterday I liked strawberry ice cream, today I feel more into chocolate, tomorrow I could prefer vanilla or even I can enjoy all three different flavors at once (TRANSMULHER-HETEROSSEXUAL 8, CANADA, 2015).*

*Sexualidade é namorar com o outro que é contrário de ti, ponto final [...] Tipo alguém que gosta do sexo contrário [...] é conseguir namorar, casar ou morar junto com outra pessoa que é do outro sexo [...] é fazer as coisas normais que todos os casais normais fazem. É tipo seguir a regrinha da vida: nascer, crescer, namorar, casar, ter filhos e morrer, pra mim isso é sexualidade (TRANSHOMEM-HETEROSSEXUAL 11, BRASIL, 2014).*

**Figura 5** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016.



Fonte: Transmulher 20, Costa Rica, 2015; Transmulher 34, Brasil, 2014; Transmulher 11, Canadá, 2015.

É possível identificar imagens muito claras sobre a sexualidade relativa à impossibilidade de ser “*nothing but heterosexual*”, evidenciando que o núcleo dessa representação estaria formado pelos discursos e imagens metafóricas associadas à heterossexualidade e à normalidade. Como alguns entrevistados colocaram:

*La sociedad te acaba limitando e te impone algunas conductas. Si vos sos transmujer tenés que responder a ciertos patrones y si sos hombre trans tiene que gustarte automáticamente las mujeres. O sea sexualidad es que te gusten los hombres si sos mujer y que te gusten las mujeres si sos hombre. Aunque existen algunas desviaciones que aún nadie las entienda, yo por ejemplo, me descubrí primero como gay, después como bisexual, y finalmente como transmujer. Esto no es normal para nadie, pero ahora que terminé la transición prácticamente estoy habilitada para tener sexo con cualquiera (TRANSMULHER-BISSEXUAL 7, COSTA RICA, 2015).*

*To me sexuality is all about being and behaving like a normal straight person [...] what does it*

*mean to be a normal person? I think that a normal guy is the one who likes people of the opposite sex, for example, I am a woman, and as a woman I must be attracted to men, that is what the rule says, doesn't it? Men have sex with women, women have sex with men [...] it is easy; it is not a big deal (TRANSMULHER-HETEROSSEXUAL 12, CANADA, 2015).*

*Sexualidade é a mesma que coisa que ser hetero [...] se você se sente muito atraído por outras pessoas do outro sexo, a gente sabe que isso é a sexualidade normal, homem com mulher e mulher com homem.. (TRANSHOMEM-PANSEXUAL 5, BRASIL, 2014)*

**Figura 6** - Representação social da sexualidade ligada ao controle social e ao poder heteronormativo. Florianópolis, 2016.



Fonte: Transmulher 35, Brasil, 2014, Transmulher 5, Canadá, 2015.

As/os participantes recorrem a distintos esquemas argumentativos para expressar suas vivências, sentimentos e pensamentos como seres sexuais homossexuais, bissexuais, pansexuais ou heterossexuais.

Nesse sentido, embora explicitem algumas preferências afirmativas ou conclusivas, estas envolvem deslocamentos a argumentos que as tornam algumas vezes contraditórias e/ou pouco neutras diante

do dilema essencialismo vivencial heteronormativo vs. construcionismo inclusivo.

As duas representações sociais apresentadas acima parecem bastante estáveis e coerentes, uma vez que não revelam um número significativo de tipos de oposição de pensamento (antinomias).

Essas duas representações parecem ser parte de uma ordem estabelecida, em que determinados códigos para o intercâmbio social e outros elementos que são utilizados para nomear e classificar o significado da sexualidade foram — no léxico moscoviciano — “fossilizados” devido às condições de vida social.

Com efeito, considero necessário informar que as representações são refletidas e ancoradas nos pensamentos que dominaram o nível estrutural da sociedade na qual as/os participantes se desenvolveram, assim como nas instituições sociais que permearam suas histórias de vida.

Decerto, a primeira representação social da sexualidade relacionada com a autocomplacência, busca de prazer e desejo, contém expressões de autorrealização com foco em si mesmo e na autossatisfação das demandas corporais-sensitivas.

Essas expressões de conhecimento do senso comum, refletem uma perspectiva psicológica que diz respeito à sexualidade como um veículo para a satisfação de si (note-se aqui, que a certeza de si mesmo está diretamente vinculada aos modos de satisfação do desejo).

Esta representação, poderia ser o reflexo da nossa sociedade global hiper-erotizada ou o produto da hiper-genitalização das nossas atuais realidades. Trata-se aqui, de uma possível consequência da implantação de um (nem tão) novo modelo de mercantilização e administração do prazer e dos desejos, que impõe uma forma de expressão sexual (individual e coletiva), cada vez mais mecânica, *genitalizada*, heteronormativa, falocêntrica e *desafetiva*.

Contudo, as ancoragens dessa suposição metódica deveriam ser analisadas com um enfoque interseccional nesta pesquisa. Pois, apesar de obtermos a mesma representação social entre transmulheres e transhomens, seus frutos proveem de duas raízes semânticas diferentes.

No caso das transmulheres, na maioria delas esta representação social esteve ancorada nas histórias de vida vinculadas às experiências de sexo-serviço e prostituição. Este fato gerou (de forma quase automática) a associação da sexualidade com à satisfação dos desejos e paixões pessoais e dos outros (clientes e namorados/namoradas).



Tal identificação deve ser admitida, tendo em consideração que esta atividade (o sexo-serviço) era realizada pela maioria das participantes, pois era uma (ou quase a única) possibilidade de emprego plausível a ser desenvolvida. Isto como consequência da exposição a um contexto econômico limitado, estigma público e institucional e as barreiras de acesso e permanência no sistema educativo.

Em oposição a isso (ou talvez complementarmente), a ancoragem desta representação no caso específico dos transhomens, esteve vinculada aos fatores estruturais, categoriais, comportamentais e culturais do machismo<sup>70</sup> latino-americano.

Neste ponto, os participantes estiveram expostos desde a infância (e durante toda sua história de vida) a narrativas que reforçaram a supremacia masculina e seus consequentes estereótipos de satisfação de necessidades, desejos, vontades e instintos sexuais-biológicos.

De maneira significativa, essa afirmação foi com frequência validada pelos distintos argumentos que naturalizavam os discursos que relacionam a figura masculina com um ser “tecno-naturalmente” racional e sexual e pouco emocional/passional.

Por outro lado, as expressões de heteronormatividade da segunda representação social, refletem a posição socioantropológica que diz respeito à sexualidade como uma resposta individual às mensagens estigmatizantes, discriminatórias, externas e heterossociais.

Todas as representações mostradas refletem sua composição de linguagem comum, e “*applied common sense*” que descreve a sexualidade com relação a estruturas emocionais, psicológicas e antropológicas; e objetiva esses fenômenos nos atuais contextos socioculturais.

Nesse sentido, essas representações refletem a perspectiva psicoantropológica que vê a sexualidade como uma instituição individual, mas mediada pelo poder e controle social das vivências pessoais, dos contextos e das diversas instituições sociais.

## DISCUSSÃO

Para começar a conhecer com qual conceito de sexualidade estarei trabalhando a partir dos resultados desta pesquisa, resulta

---

<sup>70</sup> Modelo caricaturesco e mecânico de dominação e poder simbólico da figura do homem, que ainda jaz na cultura latino-americana e é transmitido através de atos condutais de habituação e violência.

necessário esclarecer que existem duas informações básicas que circundam a essência dessa palavra. Por um lado, é preciso reconhecer que somos seres sexuais desde o nascimento, e por outro, que a sexualidade é totalmente subjetiva.

Conjugando ambos os elementos, conseguiria concretizar meu objetivo inicial relacionado com a compreensão das representações sociais ao redor do conceito da sexualidade entre a comunidade trans, porém não deixo de pensar que a dificuldade é elevada, tanto quanto seria pretender compreender o amor ou aqueles conceitos nos quais a matéria-prima potencial pertence intrinsecamente ao ser humano (e a subjetividade acaba por materializá-la).

Abordar essa questão, a partir de minha perspectiva, relaciona-se com a análise das técnicas corporais que se materializam em uma gestualidade simbólica e cultural da erótica, porém reprimida pelas normativas heterocispatriarcais vigentes. A erótica não se extingue em uma normalidade sexual moralmente aceita, senão que se desdobra nos deleites de um corpo. Contudo, a sanção normalizadora da sexualidade deixa um campo aberto aos comportamentos e às sanções no choque afetivo e efetivo entre os corpos, como foi descrito pelos participantes desta pesquisa (JACKSON, 2006; KAFER, 2013).

Dessa forma, alguns mecanismos (de necro/biopoder, controle e punição) buscam o disciplinamento dos prazeres da carne (o limitam ao campo do privado) e a perseguição de condutas que fogem do dispositivo sociorregulado da sexualidade (mecanismos que tentam medicalizar o insólito, perseguir o infame, injustiçar o perverso e abolir o estranho).

Falo aqui de um conjunto de instâncias medicalizadoras preocupadas por um corpo sexualizado, no qual as manifestações da carne expressam uma transgressão da ordem biopolítica (FOUCAULT, 2011; HERNANDEZ, 2013).

Assim, segundo as/os participantes, as expressões de amor, paixão, erótica e desejo (sejam estas heterossexuais, homossexuais, bissexuais, lésbicas ou pansexuais), como produções modernas que envolvem o espaço discursivo do diverso; representam culturalmente tudo aquilo que o ser humano faz em sua intimidade.

Todavia, a (auto)estigmatização e a repressão institucional de algumas condições trans ou manifestações ontológicas como categorias identitárias parecem funcionar como solo discursivo para a (re)produção de um modelo de heterossexualidade obrigatória que pune outras manifestações da carne no âmbito público.

Um dos mecanismos de significação mais poderosos para o sustento cultural dessas manifestações se encontra na conexão de significado que articula sexo/gênero/corpo/desejo ao âmbito privado, como cadeia determinista no processo de subjetivação.

Em outras palavras, como axioma não explorado tanto nas explicações cotidianas como nas concepções científicas, segundo o qual o sexo determina o gênero, e estes dois elementos por sua vez determinam os corpos adequados ao desejo dentro de um ambiente privado (BUTLER, 2014).

Por outro lado, a variabilidade histórica das interpretações e os discursos culturalmente legitimados sobre a sexualidade evidenciam que durante muitos períodos da história as práticas sexuais de prazer formaram parte de uma erótica muito mais diversa.

Dessa forma, fundamentando-me nesses conceitos, articulo que a desconstrução dos determinismos sobre os objetos e práticas adequadas ao desejo permitem propor a tese de que nós, os seres humanos, temos a capacidade de constituir os outros em sujeitos de desejo (independentemente do sexo, do gênero, do corpo ou do espaço), sendo os sistemas de regulação da identidade os que limitam culturalmente essas opções.

Assim, com relação à configuração do desejo, as pessoas trans (e o resto das pessoas) se sentem atraídas/os fundamentalmente por estímulos eróticos que correspondem ao outro, ao mesmo, a ambos os sexos ou simplesmente a pessoas, sem importar o seu sexo, gênero ou identidade de gênero.

Por essa razão, a identidade sexual do desejo pode ser heteroerótica, homoerótica, bierótica ou panerótica<sup>71</sup>. Entretanto, a enorme rigidez cultural com relação à sexualidade impede uma compreensão legítima e verdadeira.

Nessa lógica, decreta-se por meio de reforços de necropoder que os homens devem ser masculinos, as mulheres devem ser femininas e o desejo deve ser sempre heterossexual; o resto é alteração, patologia, delito ou imoralidade dentro de um claustro que já é visto com olhos de abjeção (FERGUSON, 1981; KONIK; STEWART, 2014).

---

<sup>71</sup> Falo aqui de uma panerótica relacionada com a atração sexual, romântica ou emocional entre personas sem distinção de sexo ou de identidade de gênero. Pessoas paneróticas podem se referir a si mesmas como *gender-blind*, afirmando que o gênero e o sexo são insignificantes ou irrelevantes para determinar se eles irão se sentir sexualmente atraídos.

A partir da perspectiva científica e agora empírica, por meio das informações dos participantes desta pesquisa, dispomos de dados e aportes teóricos suficientes para declarar que não existe nada mais plástico e maleável que a própria sexualidade humana. Por essa razão, as negociações das fronteiras identitárias — principalmente as que se relacionam com o desejo e com a erótica — devem ser compreendidas como cinéticas e movíveis.

Claramente, é reconhecido que nascemos com uma estrutura biológica definida, contudo, aceitamos também que a sociedade é quem determina quais partes do nosso corpo, que tipo de prazeres e quais atos são sexualmente tolerados.

Isso nos leva a pensar que a classificação dos atos sexuais que são considerados como inócuos ou nocivos, aceitáveis ou impensáveis, dependa diretamente das normativas e acordos sociais hegemônicos, os quais expressam, conseqüentemente, as crenças dos grupos sociais/sexuais dominantes.

A teoria *queer* desenvolvida por Judith Butler (2004) nos convida a considerar algumas condutas de desejo e prazer em termos pragmáticos como um tipo de performatividade. Para tal finalidade, analisa como, por meio de um processo de aprendizagem social (basicamente informal) e por meio de um sistema de recompensas e sanções, cada um de nós aprende a apresentar-se ou (in)subordinar-se a si mesmo com referência aos modelos de homem ou mulher, heterossexualidade ou diversidade, cisgeneridade ou transexualidade vigentes.

Diante desse cenário, os modelos de socialização erótica alcançam níveis de materialização, na medida em que são ancorados, corporeizados e subjetivados. Baseado nos recursos que têm sido apontados, acredito que, para as/os interlocutores, a sexualidade não se refere exclusivamente a quais atos sexuais se preferem ou ao gênero aceito do companheiro/a.

Sexualidade parece também incluir quando e onde se pode ter relações eróticas, o número de companheiros, o tipo de carícias ou ações que estimulem um orgasmo (real ou simbólico), o tipo de convênios íntimos que se prefere, ao ser monógamo ou poliamoroso e, em últimas instâncias, ao privilégio de um certo tipo de motivos para ter relações íntimas, seja pelo desejo, prazer, amor, dinheiro, expressão, diversão ou instinto.

Nesse mesmo âmbito, da mesma maneira que estamos sempre colocados em relação ao mundo e situados em seu espaço de uma forma

mais tangível do que por meio dos pensamentos, é também por meio da sexualidade que somos colocados em um universo intersubjetivo de significações eróticas intrínsecas a um ato perceptivo.

Concordo com Merleau-Ponty (2011) na afirmação de que a sexualidade é uma realidade existencial, portanto não podemos entender a nós mesmos sem ela, como tampouco nossa maneira pessoal de nos situarmos no mundo.

A partir disso, parece claro que a sexualidade é o modo de viver a própria sexuação, ou seja, é a maneira de ser transmulher ou trans-homem (podendo isto ser estendido às condições ontológicas cisgenéricas).

Dessa forma, existem tantos modos de viver a sexualidade (e tantas sexualidades) como existem pessoas. Longe de apontar estereótipos sexuais, esta concepção que proponho expressa a grande plasticidade da sexualidade, vista do ponto de vista do desejo e dos prazeres.

De acordo com os resultados da pesquisa, devo concordar até aqui com as noções de López (2009), que descreve a sexualidade como o modo em que integramos e manifestamos em desejos e comportamentos, os diferentes níveis de prazer.

A palavra-chave sem dúvida alguma é *integração*. Longe de contrapor o genético ao adquirido, a natureza à cultura, a sexualidade é sobretudo integração. Ainda assim, acredito que seja conveniente admitir o debate que se estabelece entre as posturas mais biologicistas que tendem a legitimar os modos de “ser sexualmente” mulher ou homem, privilegiando essencialmente os princípios biológicos; e as posturas mais “culturalistas”, fundamentalmente desde o feminismo, que tendem a minimizar as bases biológicas ante a construção social.

Sendo prudente, não poderia rejeitar nenhum dos pontos do debate. A integração de todos os níveis que intervêm na sexualidade, desde os biologicamente mais simples até os socioculturais mais complexos, nos explica o resultante modo sexual (relativo à sexualidade) de “ser” pessoa (trans).

Fica evidente, com base na leitura das representações sociais apresentadas, que a sexualidade é um ente simultaneamente físico e simbólico, produzido tanto natural como culturalmente, situado em um momento histórico concreto e em uma sociedade determinada, que compreende práticas, entendimentos, palavras, olhares, normas de conduta, regras, genitalidades, orifícios, prazeres, mucosas, ruídos,

sussurros, gritos, secreções, discursos relacionados com o desejo e silêncios.

Assim, a partir dela, experimentam-se (em um sentido fenomenológico) distintas sensações, prazeres e dores, de acordo com as práticas psicolegais e coercitivas que a sociedade lhe impõe.

Uma das ideias mais interessantes da aproximação ao conceito da sexualidade proposto pelas representações dos interlocutores é a noção de “mediação”. Por isso, penso que a sexualidade não só mediatiza tudo (nosso e) no ser (trans), senão que também está mediatizada por ele. Essa mediação se produz por meio de alguns processos biofisiológicos, cognitivo-linguísticos e afetivo-emocionais.

Por outro lado, com relação à função das metáforas expressas por meio dos desenhos, resulta possível pensar que elas assumem, além de um valor erótico, um significado que reinterpreta o cognoscitivo e o estético intrínseco nelas. Onde está o desejo? Que tipo de desejo? Com quem se expressa esse desejo? Quem regula esse desejo? De que formas é expressado esse desejo?

Nesse sentido, a partir dos resultados, penso na representação da sexualidade como um impulso mecânico no qual importam as fricções entre pênis, vaginas, bocas, mãos, mamilos e a correta circulação de fluxos, estímulos, desejos e prazeres, mas todos esses elementos regulados por uma norma (historicamente) heterossexual.

Todos esses elementos são indispensáveis nas relações coitais, mas o que seria deles sem as fantasias, as lembranças e a imaginação? Quais seriam seus destinos sem os tênues, pegajosos e tíbios recursos amorosos e mentais que foram descritos?

Considero que as pessoas trans compreendem, representam e expressam sua sexualidade conforme os aprendizados realizados na trajetória do seu desenvolvimento. Aprendizagens que serão significativas, entanto representam aquelas aquisições de conhecimentos e saberes valorados por ela/ele.

Contudo, a significatividade do aprendido não será completamente original, senão que responderá à matriz social própria do contexto cultural no qual o sujeito exsuda sua experiência vital (BENTO, 2006; LÓPEZ, 2009; LIPSITZ-BEM, 2015).

Sob outra perspectiva, sabemos que a sexualidade e o corpo têm se convertido em objetos de necro/biopoder, e no alvo de suas ações as pessoas têm sido governadas, domesticadas, manipuladas, moldadas, castigadas e educadas (RICH, 2010; FOUCAULT, 2011; MBEMBE, 2011).

Assim, o bio/necropoder heterocisnormativo referido nas histórias de vida das/dos participantes era principalmente exercido por algumas pessoas, embora a carga de poder simbólico que irradiavam as instituições poderia também ter favorecido ou (principalmente) obstaculizado a distribuição de tolerância e respeito das diversidades sexuais próprias e alheias.

Falo aqui da existência de algumas instituições que utilizaram (e ainda utilizam) de diversas técnicas de sujeição dos corpos trans desde as densidades de diversos espaços: família, instituições de ensino, igreja, instituições governamentais e de saúde e, finalmente, os meios de comunicação massiva.

Por fim, a partir da análise das representações sociais elaboradas, fica evidente que o conceito da sexualidade necessita ser desnaturalizado. Desnaturalizar esse conceito implica a renúncia da reivindicação da normalidade (porque sem o solo discursivo que a invocação à natureza proporciona, o binômio normal/patológico perde sua força). Implica a renúncia à tentativa de escudar-se no espaço do fixo e inevitável. Implica substituir a aspiração de integração à ordem sociossexual que acompanha a política da normalização, com a finalidade de reivindicar outro lugar de enunciação, outro discurso.

Não falo aqui de motivos epistemológicos — evidentemente a intenção deve ser política — falo de criar conhecimento como parte de uma estratégia de tomada de poder real, de desautorizar todos aqueles discursos diante da tomada da palavra e de construir um discurso que, revelando-se a si mesmo como intervenção política, situe a todos aqueles (outros) discursos que se escudam na sua neutralidade epistemológica nesse mesmo nível.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Representar as sexualidades trans e intervir sobre elas parece ser uma forma de fazer política por meio de práticas de desnaturalização ou de transformação dos imaginários do desejo, erótica, prazer e liberdades de escolha ontológicas.

As/os participantes expuseram argumentos que apelavam à manifestação de diversas expressões de prazer, desejo, erótica, e sedução para afirmar suas autonarrações. Tais argumentos demonstram sensibilidades e sexualidades diversas que nos colocam em contato com o outro (des)conhecido por intermédio de várias experiências interpessoais e coletivas.

A representação da sexualidade (trans) não deixa de representar um mistério apaixonante. É inegável e indivisível, não pode ser demonizada nem pode ser divinizada; nem é suja, nem é impura, nem é absoluta, nem é o centro da vida, não é algo superficial nem algo mecânico, nem algo asséptico.

Em conjunto, os repertórios interpretativos analisados permitem afirmar que as/os participantes constroem seus relatos de sexualidade em um contexto opressivo que se vê caracterizado pela exclusão social (seja essa em contextos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento).

Embora se dissipem os dogmatismos, temores e ignorâncias com relação à sexualidade, ainda prevalecem posturas rígidas que dificultam uma visão autêntica do próprio valor da sexualidade humana.

Socialmente, persiste o (des)conhecimento e o imaginário do modelo reprodutivo da sexualidade (homem-mulher, ambos heterossexuais), fato que impede a coexistência da diversidade em uma das vivências mais importantes e expressivas da condição humana.

A visibilização das sexualidades trans cobra um papel fundamental porque se relaciona com o fato de manifestar sua existência ontológica. As identidades sexuais do desejo e do gênero são complexas e se expressam no político dentro do dilema da normatização, domesticação e punição.

Enquanto tentava reconstruir o cenário no qual se manifestam as representações sociais e práticas sexuais alternativas à heterocisgeneridade obrigatórias nos três contextos americanos (Brasil, Canadá e Costa Rica), percebi que as manifestações do biopoder da heterossexualidade e do conservadorismo são similares em todos eles — por similar entendo punitivos e coercitivos.

O problema, ainda que com suas particularidades, continua sendo o mesmo, e as estratégias de legitimação de sua realidade parecidas. Talvez o sujeito político ou de debate não seja o mesmo em todos os contextos, mas o discurso e as representações sociais são.

Uma mudança legítima do marco legal surge como uma possibilidade de interpelação formal para o reconhecimento de suas liberdades sexuais, mas valeria a pena observar minuciosamente as alianças, demandas e decretos dessas pessoas e verificar aqueles pontos de (des)encontro com os novos momentos políticos.

Para finalizar estes apontamentos, devo afirmar que este estudo não fornece resultados generalizáveis em um sentido estatístico, mas revela uma tensão entre estabilidade e mudança nas representações da sexualidade entre um grupo de pessoas trans.



Sendo assim, ele informa sobre o rumo dos futuros debates que devem ser discutidos com relação à sexualidade. Estes achados oferecem também ferramentas que, sem dúvida, poderão ser úteis tanto para as práticas clínicas como escolares, tão urgidas de novos modelos que se articulem em uma epistemologia sexual baseada na integração de conceitos e de diversidade.

## REFERÊNCIAS

ARGUELLO-PAZMINO, S. El proceso de politización de la sexualidad: identificaciones y marcos de sentido de la acción colectiva. **Rev. Mex. Sociol.**, México, v. 75, n. 2, pp. 173-200, jun. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York/London: Routledge, 2014.

CACERES, C. F; TALAVERA, V. A; MAZIN-REYNOSO, R. Diversidad sexual, salud y ciudadanía. **Rev. Perú Salud Pública**, Lima, v. 30, n. 4, P. 698-704, 2013.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra; SILVA, Denise Guerreiro Vieira da and SAPAG, Jaime. Aspectos Teóricos E Metodológicos das Representações sociais. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 24, n. 4, p. 1157-1165, Dec. 2015.

DIAZ, E. **La sexualidad y el poder**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

FERGUSON, A. Patriarchy, Sexual Identity, and the Sexual Revolution. **Signs**, v. 7, n. 1, p. 158-172, 1981.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2011.

GOZZO, T. O. et al. Sexualidade feminina: compreendendo seu significado. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 84-90, July 2000.

HERNANDEZ, F. G. Fronteras morales y políticas sexuales: apuntes sobre 'la política LGBT' y el deseo del Estado. **Sex. Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 43-68, 2013.

JACKSON, S. Gender, sexuality and heterosexuality: the complexity (and limits) of heteronormativity. **Feminist Theory**, v. 7, n. 1, p. 105-121, 2006.

KAFER, A. Compulsory Bodies: Reflections on Heterosexuality and Able-bodiedness. **Journal of Women's History**. v. 15, n. 3, p. 77-89, 2013.

KONIK, J; STEWART, A. Sexual Identity Development in the Context of Compulsory Heterosexuality. **Journal of Personality**, v. 72, n. 4, p. 815-844, 2014

LIPSITZ-BEM, S. Dismantling gender polarization and compulsory heterosexuality: Should we turn the volume down or up? **The Journal of Sex Research**; v. 32, n. 4, p. 329-334, 2015.

LÓPEZ, F. **Amores y desamores**: Procesos de vinculación y desvinculación sexuales y afectivos. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

MARKOVÁ, I. **Dialogicality and Social Representations**: The Dynamics of Mind. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 4ª Ed. São Paulo: Col. Tópicos, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A Guareschi. 9ªed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2012.

PRECIADO, P.B. Multitudes queer: Notas para una política de los 'anormales'. **Revista Multitudes.**, París, n. 12, p. 1-3, 2003.

RICH, A. **Compulsory heterosexuality and lesbian existence**. In: *Blood, Bread, and Poetry*. London: Powers of Desire, 2010.

SEIDMAN, S. Critique of compulsory heterosexuality. **Sexuality Research & Social Policy**. v. 6, n. 1, p. 18-28, 2009.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 175-221, 2013.

VOELKLEIN, C.; HOWARTH, C. A Review of Controversies about Social Representations Theory: A British Debate. **Culture and Psychology**., v. 11, n. 4, p. 431-454, 2005.



El freno al que está sometido [la persona] no es físico, sino moral, es decir social [...] recibe su ley no de un medio material [...] sino de una conciencia superior a la suya y cuya imperiosidad siente.

EMILE DURKHEIM (1986)

## 5.4 NECROPOLÍTICA TRANS: DIÁLOGOS SOBRE DISPOSITIVOS DE PODER, MORTE E INVISIBILIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

### RESUMO

Pesquisa qualitativa e multicêntrica que utiliza as teorias de Necropolítica e Tanopolítica, com o intuito de analisar a relação entre as políticas sociais cisnormativas com a invisibilização e morte (física e simbólica) das pessoas trans, por meio de suas histórias de vida. Participaram desta pesquisa 84 pessoas trans do Brasil, Canadá e Costa Rica entrevistadas durante os anos 2014-2015. Os dados foram analisados segundo a Análise de Conteúdo. A partir da categoria elencada “Crônica de várias mortes anunciadas” pode-se pensar em muitos dos fenômenos que estão relacionados com a violência nas sociedades latino-americanas e anglo-saxãs e que são “usufruídos” pela população trans. Fenômenos que expropriam aos sujeitos do controle da sua vida, e lhes impõe uma *vida nua* e os inscreve em uma macroeconomia geral do terror que torna visível o potencial produtivo e destrutivo do necropoder trans. Conclui-se que a (i)lógica necropolítica trans é uma prática tecnológica ininterrupta de violência estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade, que considera a morte não como um fenômeno meramente biológico, mas moral, social e político.

**Descritores:** Transexualidade. Necropolítica. Tanatopolítica. Morte. Pós-colonialismo.

### INTRODUÇÃO

Neste manuscrito recorro a algumas posturas filosóficas e jurídicas contemporâneas para traçar uma viagem pelos conceitos de necropolítica *mbembeniana* e tanopolítica *agambeniana*, com o intuito de analisar a relação entre as políticas sociais cisnormativas<sup>72</sup> e a invisibilização e morte (física e simbólica) das entidades trans, por meio de suas histórias de vida.

Especificamente, a questão investigada neste trabalho surge como produto da necessidade de refletir sobre um conjunto de acontecimentos vivenciados pela população trans, os quais foram testemunhados por

---

<sup>72</sup> A política social no âmbito deste estudo deve ser vinculada com o conjunto de normativas prescritivas e códigos de comportamento que são exigidos por uma cultura.

intermédio desta tese doutoral que explora as histórias de vida e as representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre sujeitos trans do Brasil, Canadá e Costa Rica, e que denominarei, genérica e provisoriamente, de *violência intransigente*, cujas referências mais paradigmáticas são os homicídios, os suicídios<sup>73</sup>, os massacres, as mutilações e os deslocamentos forçosos dessa população, promovidos (direta e indiretamente) por diversos marcos legais abstratos, ditatoriais e derivados de dinâmicas de conflito que, de um modo geral, respondem a uma cis-heteronormatividade punitiva.

Neste âmbito (e talvez complementarmente), é importante destacar que autores como Mbembe (2011) e Agamben (2001-2004-2008), concentram-se na experiência pós-colonial para estudar, em particular, a história recente da África, o caso da Palestina e os fenômenos do nazismo e terrorismo e, se questionam se são suficientes as noções de poder disciplinar e o biopoder para falar das práticas e dos dispositivos necro-tanatológicos da era moderna.

Ainda questionam, se estes conceitos são suficientes para visibilizar esse conjunto de poderes ominosos e paradoxais, que parecem perverter o sentido de governar (os sujeitos, a raça e as populações) e que deslocam os tempos e espaços disso que chamamos de violência, assim como seus respectivos rituais de afecção e duelo.

Correspondendo a essas indagações, os filósofos em questão valem-se da analítica foucaultiana por intermédio de uma forma singular de interpretação, para indicar que a morte<sup>74</sup> é uma tecnologia (mais ou menos) sofisticada e específica, de origem colonial e de gestão de determinadas populações no mundo.

Cumulativamente, a despeito desta realidade Grzinic (2012), considera que no processo de administração da morte que a necropolítica supõe no atual contexto neoliberal, a fórmula foucaultiana

---

<sup>73</sup> Para uma compreensão mais detalhada sobre este fenômeno, ver: SCANLON et al., 2010; CABRAL, 2013; GUIMARÃES et al., 2013; GOMES; APARECIDO; KURASHIGE, 2013.

<sup>74</sup> Embora estes filósofos falem unicamente da morte em um sentido literal, considero pertinente compreender a morte neste artigo em um sentido amplo: literal e simbólico-metafórico. Este último relacionado com o não reconhecimento da cidadania, personificado sob o conceito de cidadanias precárias de Berenice Bento (2014). Consequentemente, considero que o ato de matar poderia estar associado ao homicídio, mas também à exposição à morte, à replicação dos riscos de morte, à invisibilização, expulsão, estigmatização e exclusão social de algumas populações (aqui o grupo trans).

de “deixar viver” toma uma nova postura paradoxal vinculada ao “fazer morrer”.

De fato, essa (i)lógica pode ser apreciada na consolidação de um campo difuso de exclusão e extermínio socioeconômico, nos quais determinados exercícios de necropoder social e federal “empurram” deliberadamente certos grupos humanos (aqui em questão, a população trans) à morte e à invisibilização.

A partir dessas realidades, vale destacar a dicotomização realizada na contemporaneidade entre vidas valiosas vs. vidas descartáveis (ou patológicas), assim como as novas e únicas formas de existência social em que vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes confere a denominação de mortos-vivos, cidadãos sem cidadania ou nas palavras de Agamben (2001) de homo-sáceres.

Confinado nesse terreno de brutalidade genérica, concordo com Mbembe (2011) no pensamento de que o poder em tempos pós-coloniais assume a forma de necropolítica, já que preconiza como estandarte a morte daquele que não é capaz de encaixar-se dentro de suas normativas manipuladoras e prescritivas.

Considerando a questão sob esses aspectos, minha intenção neste manuscrito não gravita unicamente na problematização sobre a conceptualização da morte nem na sua tipificação. Mas sim em abordá-la no seu sentido moral e político, sempre vinculada à realidade trans.

Finalmente, parto da premissa de que para realizar essa discussão epistemológica devemos considerar que a analítica mbembeniana-agambeniana, tem uma notável potencialidade para compreender múltiplos processos políticos contemporâneos, por intermédio do estudo das práticas que os (co-)instituem — sua historicidade e singularidade.

Por extensão lógica, parte-se da necessidade de inscrever esta analítica em uma nova temporalidade discursiva, no horizonte da teorização aberta pelas *epistemologias trans*, na medida em que lhe dão um novo estilo e um maior potencial para seu uso como caixa de ferramentas conceituais em contextos nos quais subsistem estruturas de dominação colonial, como nos países da América Latina, mas que indubitavelmente poderiam ser estendidos a outras latitudes de origem anglo-saxã.



## MÉTODOS

Esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho sócio-histórico, que utilizou as histórias de vida completas como técnica processual para coletar as informações durante os anos de 2014 a 2015.

O universo de participantes escolhido esteve constituído por 84 participantes trans de três países diferentes, sendo 35 participantes do Brasil, 14 do Canadá<sup>75</sup> e 35 da Costa Rica; sendo 70 transmulheres<sup>76</sup> e 14 trans-homens<sup>77</sup>.

A escolha do contexto deu-se de forma intencional, trabalhando, assim, com participantes dos três polos do continente americano (América do Norte, América Central e América do Sul) e com os três idiomas próprios de cada região (inglês, espanhol e português). A seleção dos participantes ocorreu por meio da técnica *snowball*.

Os critérios de inclusão selecionados foram: participantes maiores de 18 anos, com cidadania nesses três países, que se auto-identificassem como pessoas trans (tanto transmulheres, quanto trans-homens), que se encontrassem no início, no meio ou no final do processo de transição, ou que não desejassem realizar nenhuma mudança física, mas que lutassem pela reivindicação do uso do seu nome e pronome social, excluindo, unicamente, pessoas intersexuais<sup>78</sup>.

O projeto foi submetido à respectiva avaliação por parte do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSC segundo Resolução Nº 096.204/2014 – CAAD 37753414.1.0000.5355, do Comitê de Ética do *Centre for Addiction and Mental Health*, Canadá, conforme Protocolo Nº 85/2015; e do Comitê de Ética da Universidade da Costa Rica, diante do Protocolo Nº 186/2015.

---

<sup>75</sup> Com relação à coleta de dados no Canadá, utilizou-se um critério de inclusão extra relacionado com o antecedente étnico centro ou sul-americano. Isto com a finalidade de oferecer maior coerência, consistência, solidez, robustez e validade às informações que tinham sido coletas previamente.

<sup>76</sup> No presente estudo, utilizei o conceito “transmulher” para fazer referência aos indivíduos que foram identificados no nascimento como pertencentes ao “sexo” masculino, mas que se identificam com o gênero feminino.

<sup>77</sup> O termo “trans-homem”, no âmbito desta pesquisa, faz referência às pessoas que foram identificadas no nascimento como pertencentes ao “sexo” feminino e que se identificam com o gênero masculino.

<sup>78</sup> Considerei como intersexuais aquelas pessoas que possuíam condições de ambiguidade genital de acordo com critérios anatômicos, histológicos e/ou citológicos.

Após as explicações, os esclarecimentos e a sua aceitação, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido traduzido nos três idiomas. A data e o lugar para a realização da entrevista foram definidos *a priori* pela (o) participante.

Com a autorização dos sujeitos, as falas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e transcriadas. Com o intuito de preservar o anonimato das/dos participantes, os depoimentos foram identificados com a palavra “Transmulher” ou “Transhomem”, seguido por um número arábico e o país de cidadania.

A análise de conteúdo de Bardin (2011) norteou o processo de análise crítico-reflexiva nesta pesquisa. Este processo se desdobrou em três fases: pré-análise, exploração do material e interpretação. Na fase da pré-análise realizou-se uma leitura flutuante e criteriosa das 84 entrevistas, procurando verificar se a temática da violência, morte, suicídio, estigma, invisibilização/*erasure* social eram variáveis constantes nas histórias de vida das/dos participantes.

Em seguida, ocorreu a fase de exploração do material que consistiu em uma série de operações de codificação e classificação do que estava sendo narrado através de cada depoimento em função dos significados explicitados. Nesta fase, os dados foram codificados para transformá-los sistematicamente e agregá-los em unidades descritivas do conteúdo.

Após tal organização realizou-se a escolha das unidades de significação e a categorização, as quais foram classificadas e agregadas na categoria elencada: “Crônica de várias mortes anunciadas”. Finalmente, na etapa de inferência e interpretação dos dados, as histórias de vida relatadas foram associadas com a teoria de necropolítica trans, contemplando concomitantemente os conceitos de necropoder, *vida nua*, *bios*, *zoé*, *homo-sacer*, dentre outros.

Esta perspectiva analítica multifocal permitiu despir o complexo mapa epistêmico e teórico-metodológico que subjaz na pluralidade do ser, estar, pensar e saber-se trans e sua relação com o necropoder contemporâneo.

## RESULTADOS E ANÁLISE

A análise que aqui começo está dirigida a desvelar as práticas que produzem mortes por meio de um exercício sistemático de violência e terror sobre as populações trans. Isso é o necropoder trans, ou seja, a

submissão da vida das pessoas que se identificam dentro do espectro trans ao poder da morte.

Os seguintes depoimentos surgidos da análise de conteúdo das entrevistas e que justificam a categoria elencada “Crônica de várias mortes anunciadas”, explicitam a (con) vivência das pessoas trans com o necropoder, a necropolítica, a morte, o suicídio, a transfobia e a invisibilização:

*A minha família me chamava, quer dizer ainda me chama de aberração. Quando eles viram eu como estou hoje com barba e transformado, com uma voz um pouco mais grossa, eles olham e falam: “Pronto não dá mais esse show de horrores e essa aberração. Eles (a família) diziam que preferiam me ver morrer assassinada do que ter que olhar para minha cara. Eles diziam: “A gente só pode esperar que alguém faça a gentileza de matá-la, porque a gente não tem como te matar”. Jamais que a gente vai te aceitar, jamais que a gente vai engolir essa aberração”. Por isso é que penso todo dia em acabar com minha vida, as vezes não quero mais viver (TRANSHOMEM 5, BRASIL, 2014).*

*I'm getting so sick and tired of transphobia and the different ways it plays out every single day. I would like to say people, stop judging trans bodies, just stop. Today we remember the trans lives that have been lost over the past year to transphobic violence. Transphobia is killing us. This needs to stop. Transphobia destroys, is destroying people's lives, it's dangerous, toxic, violent and lead us to suicide, for example, I internalized a lot of things that I guess ended up meaning I just hated myself. And so, even now I'm still not enthused about the idea of living (TRANSMULHER 10, CANADÁ, 2015).*

*Sabía que nosotras las trans, morimos muy jóvenes, si usted comienza a ver en Argentina, Colombia y Chile la esperanza de vida es como de 25 o 30 años, aquí en Costa Rica no nos matan mucho porque de fijo les da miedo ir a la cárcel o algo así, pero si nos maltratan, nos escupen, nos*

*tiran piedras, nos gritan estupideces cuando estamos en la calle y nos ven con ojos feos cuando caminamos durante el día* (TRANSMULHER 17, COSTA RICA, 2015).

Os depoimentos acima convergem no sentido da necropolítica trans se constituir como uma tecnologia ininterrupta de violência sistêmica, estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade, pois permeia a vida social — incluindo as diversas variáveis familiares, escolares e culturais — e principalmente a vida política, no seu jogo de opressão cisheterossexista.

Para Mbembe (2011), a biopolítica não se pode compreender sem sua contraparte a necropolítica e a exceção na colônia, e é isso o fundamental da sua análise. Essa lógica nos permite examinar, por um lado, esse espaço fundamental da violência que se encontra em todas as histórias de vida pós-coloniais, e que é necessário sublinhar para entender as condições nas quais se gestou a política atual, e nos ajuda a pensar, por outro, na colônia em sua condição contemporânea para problematizar como esse paradigma segue operando principalmente nas identidades dissidentes.

Diante dessa complexidade, para falar de necropolítica trans, torna-se necessário realizar uma intersecção entre sexos, corpos, gêneros, sexualidades, violências, (necro/bio)poder, invisibilização/*erasure*, discriminação e precariedade, em um momento de regimes contemporâneos de transfobia, racismo, neo(post)colonialismo, guerras, terrorismos, imigrações, recolonizações, encarceramentos, reforços fronteiriços, capitalismo e neoliberalismos econômicos.

Os depoimentos que se seguem ilustram concretamente tal realidade. Observa-se ademais que alguns das/dos participantes enquanto exploravam suas memórias e narravam suas histórias de vida, lembravam das dores que seus corpos carregavam ao enfrentarem os contínuos golpes recebidos por parte da (i)lógica necropolítica:

*Eles (a família) diziam que preferiam me ver morrer assassinada do que ter que olhar para minha cara. Lá na rua também já fui chamada de satânica, anormal, todos querem me ver morta como se eu fosse uma barata, querem me ver chicoteada, humilhada porque para eles ser trans é uma maldição* (TRANSMULHER 20, BRASIL, 2014).

*Me recuerdo que una vez caminando por la calle me topé un mae que murmuraba descaradamente: “Que rico sería toparse a una de esas travestis que se paran en la esquina del INS y partirlas el hocico!” Lo dijo sin miedo, sin vergüenza, en medio de un grupo de hombres que aplaudían sus intenciones. Y yo no puedo parar de sentir miedo, pensando en todas las veces que la muerte camina conmigo en la calle (TRANSMULHER 11, COSTA RICA, 2015).*

*The government is killing us. Over the years I have lost many many friends because of the violence. I have been to a few funerals of friends who were beat, shot and killed simply because they were trans. Some of my others friends have been stabbed, but thankfully they survived. Trans people shouldn't have to fear losing their life when they leave their home. In my case, I just feel like I don't want to live. That I want to end my life all the time (TRANSMULHER 8, CANADÁ, 2015).*

*La sociedade nos grita sucias, perras, malditas. Nos mata poco a poco, ellos no saben, pero nos están matando, ellos no nos ven como personas trans o como travestis, no nos ven como que podemos ser sus hijas, hermanas o tías, ellos prefieren crucificarnos, tirarnos a la hoguera y quemarnos vivas (TRANSMULHER 32, COSTA RICA, 2015).*

Segundo os depoimentos acima e fundamentando-me nos conceitos agambenianos e mbembenianos, é possível articular que a vida e a morte se revelam, já não como conceitos científicos ou naturais, senão políticos e morais, e como tais, encontram-se sujeitos a decisões arbitrárias, em que se evidencia o papel da onipresença da normatividade legal e social no processo de exclusão e fetichização do corpo trans.

Permito-me então, — a partir da questão nuclear desvelada nas falas anteriores e da experiência adquirida no trabalho de campo — de falar de uma necropolítica trans, não vinculante unicamente aos marcos

legais ou desde a perspectiva pós-colonial, mas de uma necropolítica que vem sendo gestada desde a normativa sexista, classista e sócio-heterocisnormativa.

Falo de decretos, normativas e marcos sociais que nos obrigam a atuar (e performatizar) de formas específicas de acordo com as nossas plásticas genitálias e desde nossos gêneros artificiais. Essa necropolítica tem a capacidade de decretar morte e destruição (simbólica e material) desde as tenras etapas de nossas vidas, desde antes mesmo de havermos nascido por meio do uso de tecnologias prescritivas (e não somente descritivas) como a própria ecografia.

Nessa perspectiva, concordo com Berenice Bento (2006) quando afirma que por meio de declarações “é um menino!” ou “é uma menina!” na consulta com o/a gineco-obstetra se enviam declarações que ordenam e obrigam os corpos a se comportarem de formas asfixiantemente fechadas, recriando e reproduzindo performatividades hegemônicas, heterossexuais e cisgenéricas.

Assim, nesse terreno de sutilezas e imposições, deve-se dilucidar a complexa articulação entre as maquinarias de poder cis-heterossexistas com as ideologias federais. O fantasma do Estado-nação segue operando como o fez nas antigas colônias, para justificar a conquista do pensamento como modo de aniquilamento (de construir mecanismos de standardização das mentalidades, dominar o imaginário e apropriar-se dos corpos), mas esse poder corre paralelo a figuras e dispositivos que transbordam a estrutura do Estado como o são as famílias, as igrejas e as instituições moralistas não progressistas.

Um aspecto crucial para entender o tipo de dispositivos e tecnologias da necropolítica trans contemporânea é a compreensão de que, embora os marcos que buscam a legitimação da violência sigam fundamentados em noções modernas — como a guerra contra as pessoas trans, a soberania e o inimigo —, já não se pretende que o monopólio da violência se encontre no Estado.

Aqui uma série de aparelhos (pessoas e instituições) se entrelaçam para assassinar, gerar o terror necessário e controlar o imaginário como demonstrado nos seguintes depoimentos:

*When people can't figure you out, they get angry. They're afraid. They get aggressive, they try to kill you. But They need to respect that we are human, too. They consider us weirdos, that's why they are killing us. Comprehension needs to be the force that finish with the transphobia, violence and*

*discrimination. No one has the right to kill anybody and mainly not for being true to yourself (TRANSHOMEM 9, CANADÁ, 2015).*

*Você sabia que aqui no Brasil a cada 24 horas uma de nós morre espancada? É uma realidade, o povo não gosta da gente e quer nos ver mortas (TRANSMULHER 13, BRASIL, 2014).*

*La única cosa que yo sé es que estamos muriendo a los pocos. En Nicaragua, Guatemala, El Salvador y Honduras es un crimen ser travesti o transexual, por eso la gente se siente en el derecho de matarnos y tirarnos a los “guindos” como si fuéramos perros. Nos matan y nos desechan como si fuéramos una bolsa de basura, es terrible (TRANSMULHER 28, COSTA RICA, 2015).*

Em articulação com os demais depoimentos e com a (i)lógica necropolítica trans, Judith Butler (2006) considera que a vulnerabilidade e tortura simbólica do corpo da alteridade é uma questão discursiva mediatizada por diferentes instituições.

Nesse caso, existe uma constante vigilância panóptica e estrutural por meio de diversas instituições, tais como a família (que replica a política social), a religião (que condena), a medicina (principalmente a psiquiatria), que empregam a ameaça da anormalidade, pecado e patologização para colocar esse corpo sob suspeita, ridicularização e morte. Isto pode ser explicitado nos seguintes depoimentos:

*Lá o povo é extremamente machista, tu sabes como é que é, o gaúcho, né? A maioria deles são viados mas fazem de contam que são bem homenzinhos para aparentar e serem aceitos [...] voltando à história eu era a mocinha rejeitada, sempre fui. Meus professores me tratavam como um animal, sempre foi difícil, tem sido bem difícil mesmo, de verdade [...] é muito triste ter que encarar essa realidade, ver como morrem tuas amigas nas mãos dos assassinos e também por injetarem silicone industrial no peito, nas coxas, na bunda, pela AIDS, pelo preconceito e por tudo isso (TRANSMULHER 33, BRASIL, 2014).*

*Many of my trans friends have committed suicide. One of them told me she sometimes wanted to end her life, she couldn't take the social pressure, she was going through some shit. One day she texted "I cannot tell you how happy I am to be your friend" and then I replied "I love you, wanna go for a coffee tomorrow?" and she replied "Of course, see you tomorrow". That night she threw herself off a rooftop, there was no tomorrow (TRANSMULHER 4, CANADÁ, 2015).*

*No nos matan directamente, pero nos obligan a matarnos yo tengo tres amigas que ya se suicidaron porque sus familias nunca las entendieron, les dieron las espaldas, las echaron de la casa como si fueran un perro y ellas no aguantaron ese resentimiento y se mataron. Una de ellas se le mandó a un carro y las otras dos se ahorcaron. Pero esos no son suicidios son asesinatos, todos tienen la culpa, el PANI, la fiscalía, el país entero (TRANSMULHER 30, COSTA RICA, 2015).*

A partir dessas declarações, percebe-se que o necropoder trans é uma força de tipo operacional, unidirecional e prescritiva de identidades (sejam estas genéricas ou sexuais do desejo) nas sociedades contemporâneas.

É uma espécie de rede simbólica que se ramifica por toda a sociedade e que se rege por regras de comportamento heterocispunitivas baseadas no interesse político, estético, econômico e religioso de um grupo hegemônico e historicamente dominante.

Nesse mesmo âmbito, considero que a performatividade e a impossibilidade de sair do discurso binário da normativa sexual, genérica e erótica — que engloba os mecanismos genéricos como métodos de singularização e de diferença entre os seres humanos — são os que permitem compreender e até justificar a necropolítica trans e, conseqüentemente, os atos de violência, discriminação, suicídios, tortura e morte contra da alteridade.

Na fragmentação do corpo trans que a moral, a política e a ciência diagnosticam, catalogam e condenam como estranho e plausível a homicídios muitas vezes impunes, percebe-se o efeito da violência transfóbica e o terrorismo sofrido (PAEZ-VACAS, 2010).



O corpo trans que irrompe uma aparente normalidade (no sentido goffminiano), desprovido de qualquer direito e liberdade, apresenta-se como indefeso e se torna abjeto para os outros e para si mesmo. É nessa implantação da morte naturalizada e decretada para si mesmo que radica – talvez – o nível mais depurado de controle panóptico<sup>79</sup> e castigo da necropolítica trans.

Nesse novo paradigma, evidenciam-se complexas dicotomias sociais: repressão vs. visibilidade, opressão vs. direitos, e se ressaltam como as tecnologias e aparatos sociais reforçam os mecanismos de falta de reconhecimento da cidadania e, conseqüentemente, aceleram os processos de morte prematura nas identidades trans e para aqueles que os regimes sociais, políticos e representacionais consideram como descartáveis.

Falo de tecnologias e aparatos de controle e domínio sobre diversas e polissêmicas fronteiras (de comportamento) para desvelar os processos de desgaste gradual e de objetificação dos sujeitos e populações que fogem da realidade esperada.

Na mesma linha de raciocínio, concordo com James Baldwin (2011) na ideia de que estamos vivendo em um tempo de cadeias e cadáveres, mortes, perdas, luto, fúria e ativismo em resposta de encarceramentos massificados de identidades dissidentes, detenções, criminalizações, transfobia, violência e discriminação trans.

Esses encarceramentos (simbólicos e literais) são o resultado da normalização projetada nas telas ideológicas que o pós-colonialismo heterocisnormativo promove. Todo esse remanejamento político, econômico e, conseqüentemente, social compõe o mosaico de uma necropolítica trans como ferramenta que dá sentido a uma co-presença simbiótica de vida e morte, manifestada nas divisões entre heterossexuais vs. dissidentes (diversos), cis vs. trans, cidadãos vs. cidadãos precários<sup>80</sup>, pessoas cultural, moral e economicamente valiosas vs. aquelas patologizadas pelas diferentes disciplinas, cidadãos *queer*<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> O (necro)poder panóptico cria um controle psicológico em que os indivíduos são obrigados à autocontrolar-se e fiscalizar-se com a finalidade de cumprir com as vontades e expectativas expressadas por uma sociedade cis-hetero ditatorial.

<sup>80</sup> Segundo Berenice Bento (2014), aqueles indivíduos cujos direitos não são reconhecidos totalmente pelos marcos legais nem pela sociedade.

<sup>81</sup> Nesta pesquisa compreende-se queer como uma elaboração teórica de dissidência sexual e desconstrução das identidades estigmatizadas, que através da resignificação de si, consegue reafirmar que a opção sexual distinta ou

convidados a viver vs. aqueles considerados abjetos marcados com o selo da morte (VALENCIA, 2012).

Conexo a esse pensamento, é possível verificar que a necropolítica trans implanta mecanismos de morte que poderiam ser retratados por meio da metáfora da escravidão a que Mbembe (2011) faz alusão na sua teoria.

No entanto, aqui, a condição de escravo será personificada pela pessoa trans permeada por determinantes não só ético-políticas, mas jurídico-morais. Essa metáfora evidencia o resultado de uma tripla perda: perda de um lar, trabalho e educação; perda dos direitos sobre seu corpo e perda do seu status político. Esta tripla perda equivale a uma dominação absoluta, a uma alienação desde o nascimento e a uma morte social — que é a higienização dos espaços públicos.

No entanto, a estrutura político-jurídica, a plantação de escravos — aqui a comunidade trans — é, indubitavelmente, o espaço no qual o escravo-trans pertence ao amo (Estado e aqueles que reproduzem as normativas sociais de comportamento consideradas como apropriadas/“normais”) e deve obedecê-lo ou será humilhado, golpeado ou exposto à morte.

Por outro lado, nesse cenário de escravidão trans, entendo que a política heterocisnormativa — por meio da transmissão de seus estatutos e artifícios excludentes, totalitários e autoritários — instaura um pensamento coletivo de normalidade e idoneidade com relação ao que se espera de um homem e de uma mulher, convertendo por um lado aquelas pessoas que escapam desses ideais em seres abjetos, escravos de um pensamento restritivo e cidadãos sem cidadania, e por outro lado as pessoas que se encaixam nessa realidade/padrão (cis-heterossexual<sup>82</sup>) em amos, sociopatas, sicários e terroristas moralistas que têm o (necro)poder de reproduzir esses discursos, assinalar, discriminar, estigmatizar e até assassinar a alteridade que não encaixa dentro desses

---

mesmo contrária à hegemônica é um direito humano. Em outras palavras as pessoas queer são pessoas com sexualidades periféricas ou disidentes e que desafiam o círculo normativo, artificial e imaginário da sexualidade considerada como “normal” (em palavras goffminianas).

<sup>82</sup> O termo cis como identidade genérica e hegemônica encontra-se instaurado na construção das identidades latino-americanas e americanas anglo/francofalantes. A pessoa cis converteu-se em uma superlativização do conceito de homem-masculino-heterossexual e mulher-feminina-heterossexual que posteriormente se naturalizaria artificialmente como uma “herança social e cultural”.

estatutos, sem que aconteça nenhum tipo de punição, pois estes estão simplesmente seguindo as ordens de uma política social, historicamente instaurada e validada pela religião, sociedade, moral, direito e medicina.

Unido a essa (i)lógica, aparece o pensamento tanatopolítico de Giorgio Agamben (2003), que retoma a figura romana do *homo-sacer* para representar o ser não-cidadão que carece de direitos e reconhecimentos por parte do Estado nem por nenhuma instituição de apoio social ou moral.

Portanto, é um ser excluído duplamente: pela lei civil e pela lei socio-religiosa, cuja exclusão dupla o expõe à violência e morte. Por essa razão, sua morte pode ser realizada e ficar impune. Evidencia-se, então, que o lugar próprio de uma pessoa cuja vida é *nua* (vida que não possui direitos nem reconhecimento de cidadania) está além do direito penal e do sacrifício, em uma zona de indiferenciação a que tinha sido confinada irremediavelmente por mandato soberano (AGAMBEN, 2003).

Nesse ponto, parece-me que o *homo-sacer banido* poderia ser outro dos paradigmas capazes de explicar a essência e o funcionamento do necropoder trans sobre as pessoas dissidentes cuja vida é *nua*.

Assim, considero válido fazer uma comparação semântica entre o *homo sacer* e as pessoas trans, pois fica evidente que em nossa contemporaneidade essas vidas são reduzidas à sua mera condição biológica (ao conceito de *zoé* e não ao conceito de *bios*), sendo que representam a abstrata desnudez de ser simplesmente humano.

Diante dessa realidade, se faz necessário examinar as trajetórias pelas quais a ontologia da exceção e a relação antagônica com as normativas de comportamento cis, têm se convertido na base normativa e justificativa do direito de matar, invisibilizar ou promover os suicídios.

Neste ponto, faço referência às invisibilidades simbólicas, restritivas e complexas como manifestação de um controle panóptico-penal, legislativo e social que ignora e assassina — promove morte e suicídios — os corpos dissidentes e simultaneamente exclui aqueles que transitam em circuitos desiguais, inequitativos e irrecíprocos.

Concordo também com o fato de que no processo de deixar viver/deixar morrer, viver/morrer se (re)criam espaços e contextos nos quais a morte (e o suicídio) de alguns *homo-saceres* é aceitável (AGAMBEN, 2003).

Em consonância com isto, o cruzamento da fronteira do inaceitável justifica a violência, discriminação, fobia,

invisibilidade/*erasure* e morte de algumas identidades, baseado em necropolíticas que se enfocam nas formas em que os corpos precisam ser apagados, banidos e assassinados ao não se ajustarem ao modelo ideológico prefixado socialmente.

Nesse abstrato diagrama de forças necropolíticas, inscrevem-se os jogos do necropoder por meio de dispositivos organizacionais e artificiais que controlam futuras ações. Seus mecanismos são estratégicos, se apropriam do saber e dos discursos distorcidos de uma época que os considerou como verdadeiros — o necropoder interage com o saber e simultaneamente o constitui.

Consequentemente pertencem ao saber e ao poder. Sustetam o visível e o invisível, o que podem enunciar e as estratégias (extra)temporais. Valem-se de um conjunto heterogêneo para implantar seu pensamento que inclui discursos, imaginários, representações, leis, medidas administrativas, enunciados sociais, morais, humanísticos, entre outros (MBEMBE, 2011).

O dispositivo necropolítico é a rede que se estabelece entre esses elementos que não só declaram morte e invisibilidade nas identidades trans, mas também que perpetuam atos que ajudam a segregar e a obstaculizar o reconhecimento de sua identidade em aquelas pessoas que lutam por sobreviver e recusam a morrer.

Como demonstrado, a necropolítica trans é compreendida como uma engrenagem social, cultural e simbólica que produz outros códigos gramaticais e interações sociais por meio da gestão da morte e a invisibilização. Ditos termos formam parte de uma taxonomia discursiva que busca despir a complexidade do tecido criminal no contexto cisnormativo, e suas conexões com a globalização, a construção binária do gênero como performance política e a criação de subjetividades capitalistas, recolonizadas pela economia e representadas pelas pessoas trans.

Dito de outro modo, a necropolítica trans é a reinterpretação e execução taxativa do bio/necropoder, baseada em grande parte nas (i)lógicas de enfrentamento das forças da vida e morte, entanto exerce uma pseudoliberalidade, mas que somente pode ser compreendida na noção de furta-la aos outros.

De resto, fica explícita a preocupação em propor o enfrentamento dos desafios da necropolítica por meio do desenvolvimento de novas formas de compreensão do sexo, corpo, gênero e sexualidade, não como produtos de essências pré-sociais ou biológicas, senão de práticas discursivas e prescritivas.

Ao desconstruir essas compreensões sociais tradicionais, seremos capazes de, primeiramente, liberar uma população que não se encaixa nessa restrita e asfíxiante realidade de seu inevitável desfecho mortífero e, posteriormente, ressignificar a linguagem que estabelece como definitivos esses rasgos e os designa como princípios ordenadores das relações sociais.

Finalmente, tendo apelado à noção de desconstrução, recorro aos pensamentos expostos ao longo desta tese para propor o início da desmitificação da ordem cis-heteronormativa e lembrar que nossos sexos são protésicos, artificiais, cibernéticos, diversos; que nossos gêneros e sexualidades são desordenados, nômades, mutáveis e voláteis, e que nossos corpos são textos socialmente (des)construídos e (des)naturalizados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio desta narrativa, compreendo que os modelos normativos, sejam estes sociais ou legais, refletem a carente evolução pragmática que tem sido necessária para combater a necropolítica contra as identidades trans. Isso como consequência da frágil e tímida vontade entre os interesses individuais e coletivos inerentes a esta matéria.

Por um lado, tem-se querido buscar uma saída à situação precária daqueles que se identificam dentro do espectro trans, mas ao mesmo tempo permanece latente o temor de ressignificar estruturas históricas sociais e jurídicas amplamente consolidadas, tais como as instituições do sexo, corpo, gênero, sexualidade.

Essas topografias de crueldade ambígua descritas por Mbembe e Agamben e adaptadas neste texto, desenharam um mapa não exclusivo para as identidades trans, senão que existem outras espacialidades identitárias que podem compartilhar as mesmas características.

Muito mais estudos e práticas de justiça social são necessários com o objetivo de combater o estigma e despatologizar as (i)lógicas, as representações e os imaginários pós-colonizados das pessoas e outras instituições de socialização (e domesticação) de corpos, tais como escolas, famílias, igrejas, lugares de trabalho, ambientes políticos, entre outros.

Vejo no referencial da necropolítica associado à interseccionalidade, uma ferramenta potencial para explorar as possibilidades de acionar o político contra a violência estrutural e as inequidades atuais, pois nos provê uma visão da co-presença simbiótica

entre vida e morte, manifesta de formas muito mais evidentes entre os sulcos da vida pós-colonial contemporânea que divide entre cidadãos vs. *homo-saceres*.

Esta articulação é necessária para atender e mitigar os diversos estigmas (estigma público, auto-estigma e estigma estrutural) que vinculam uma pessoa trans com outras variáveis, tais como religião, raça, etnia, deficiência física, imigração, sexo-serviço, homossexualidade, lésbicaidade, bissexualidade, pansexualidade, reclusão penal (ou exclusão penal), pobreza e baixa escolaridade.

À luz desta produção, podemos pensar em muitos fenômenos que podem estar relacionados com a violência em nossas sociedades latino-americanas e anglo-saxãs e que são “usufruídos” pela população trans. Fenômenos que expropriam aos sujeitos do controle da sua vida, lhes impõe uma *vida nua* e os inscreve em uma macroeconomia geral do terror que torna visível o potencial produtivo e destrutivo do necropoder.

O significativo aporte analítico de Mbembe e Agamben, particularmente, é assinalar que diante do contexto de ex-colônias e no marco da colonialidade/pós-colonialismo podemos tomar as ferramentas foucaultianas para abordar diferentes fenômenos, mas sendo conscientes de que, embora sua metodologia seja apropriada, o conteúdo de suas investigações (tecnologias e dispositivos) não são suficientes para explicar todas as realidades atuais.

Este estudo nos convida a pesquisar e problematizar sobre as tecnologias específicas que operam em nossos contextos, desvelar suas singulares e contingentes racionalidades, inscrevendo-as sempre em uma perspectiva interseccional, inclusiva e progressista (em uma genealogia trans).

Também, nos propõe um grande desafio (tanto no ambiente acadêmico como nas outras instituições Estatais e sociais): produzir categorias abrangentes que tornem social e juridicamente inteligíveis (compreensíveis, claros, decifráveis) as populações consideradas como subalternas e ininteligíveis.

Finalmente, o presente estudo nos mostra que embora existam algumas diferenças em termos políticos, étnicos, culturais e linguísticos entre os contextos pesquisados, existem semelhanças significativas entre as histórias de vida e a convivência diária com o estigma, a violência estrutural e as práticas necropolíticas trans. O anterior nasce como resultado da existência de práticas sociais e legais enraizadas em modelos patriarcais e heterocissexistas que não fazem distinção entre contextos latino-americanos ou anglo-saxões.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Beyond Human Rights*. Minneapolis: University of Minnesota, 2001.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida*. Valencia: Pre-Textos. 263 p, 2003.

\_\_\_\_\_. *Lo que queda de Auschwitz*. Valencia: Pre-textos, 2000.

BALDWING, J. *The Cross of Redemption: Uncollected Writings*, New York: Vintage Books, 2011.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 1 p. 165-182, 2014.

\_\_\_\_\_. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BUTLER, J. **Vidas precárias**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CABRAL, V. **Pelos olhos dela**: as relações entre espaço, violência e a vivência travesti na cidade de ponta grossa – paraná – brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

COLL-PLANAS, G. **La carne y la metáfora**: una reflexión sobre el cuerpo en la teoría queer. España: Editorial UOC, 2013.

GOMES, A.; DOS REIS, F., KURASHIGE, K. A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG* - v. 26, n. 2 - Jul/Dez. 2013.

GUIMARÃES, C. Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero. *Athenea Digital*, 13(2), 219-227, 2013.

GRZINIC, M. From biopolitics to Necropolitics in relation to the Lacanian four discourses. *Lectura en el Simposium Art and Research*:

Shared methodologies, Politics and Translation. Barcelona, Universidad de Barcelona, 6 – 7 de Septiembre de 2012.

HARITAWORN, J.; KUNTSMAN, A.; POSOCCO, S. *Queer Necropolitics*. London: Routledge, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Sta.Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

PÁEZ VACAS, C. **Travestismo urbano**: género, sexualidad y política. Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2010.

PLANELLA RIBERA, J. **Cuerpo, cultura y educación**. España: Editorial Desclée de Brouwer, 2006.

SCANLON K, TRAVERS R, COLEMAN T, BAUER G, BOYCE M. *Ontario's Trans Communities and Suicide: Transphobia is Bad for our Health*. Trans PULSE e-Bulletin, 12 November, 2010. 1(2).

VALENCIA, S. “Capitalismo gore y necropolítica en el México contemporáneo”. **Revista Relaciones Internacionales**, v. 19, p. 83-102, 2012.



*Politics shouldn't be established without morality,  
nor morality without faith.*

ALEXIS DE TOCQUEVILLE (1984:2)

## 5.5 INTRANSIGENT LEGISLATION: PUBLIC POLICY ANALYSIS ON THE REALITY OF TRANS LIVES<sup>83</sup>

### ABSTRACT

This paper engages in a comparative analysis of trans-positive political frameworks in Brazil, Canada, and Costa Rica. Our analysis focused on the protection of trans rights and access to gender-affirmative and trans-positive health care, as well as the legal mechanisms involved in changing ones name and sex designator. The information was gathered from January 2014 to September 2015, through virtual research in the official government websites and in the following databases: Medline, LILACS, SciELO and Google Scholar. The paper restrict this analysis in highlighting the necropower of Law and Medicine as instituted forces that throughout the “normalizing”, homogenizing, moralizing, psychiatrizing and pathologizing process dictate in society their rules. It is concluded that the human rights with regards access to the health and judicial systems remain based on an invisible or psychiatric model. Therefore in the examined countries we can conclude that the advancing steps show relatively limited progress, perhaps, because the gender perspective is still absent from the social debate.

**Keywords:** Transexuality. Public Policies. Legislation & Jurisprudence. Necropolitics. Health Care.

### INTRODUCTION

Trans<sup>84</sup> and gender non-conforming people experience discrimination and marginalization as a result of societal stigma associated with gender identities that deviate from the norm or hegemonic identities.

Recent research shows that trans-identified people are disproportionately affected by high rates of unemployment, hostile

---

<sup>83</sup> Este manuscrito encontra-se escrito na língua inglesa durante meu estágio doutoral no *Re:searching for LGBT Health/CAMH*, Canadá. O mesmo poderia ser considerado um produto da análise crítico-reflexiva sobre as similaridades nas representações sociais entre contextos que possam parecer culturalmente ambivalentes ou distintos. Assim, este manuscrito evidencia a ainda prevalente invisibilização das necessidades trans e a falta de implementação de políticas públicas trans-inclusivas entre os três contextos pesquisados.

<sup>84</sup> This paper uses the term “trans” to refer to individuals who may self-identify as transgender, transsexual, transitioned, genderqueer, or gender liminal.

working conditions, difficulty in finding housing, harassment, physical and sexual assault, violence, limited access to healthcare, criminalization, surveillance, and immigration problems and human rights violations during imprisonment (NAMASTE, 2000; KENAGY, 2005; SPERBER; LANDERS; LAWRECE, 2005; GRANT et al., 2014; STANLEY; SMITH; Mc Donald, 2015).

In light of these systemic inequities, countries like Brazil and Canada have enacted regulations that provide legal protection to trans identified persons. In addition, nations such as Costa Rica have also recently begun to implement actions that protect the human rights claimed by this population.

In this sense, recent international research strongly recommends that gender categories needs to be expanded in order to include a more diverse representation of identities in public health programs and to reduce the social inequalities described above (STANLEY; SMITH; Mc Donald, 2015; MARMOT, 2010; European Comission, 2013; ALLEN, 2014; TGEU, 2016).

Despite these recommendations, progress has been slow<sup>9</sup>. This could be due to the fact that there is a need to incorporate the subject of gender fluidity into public debates and policy arguments.

From this perspective, several questions arise as a result of these pressing social and human rights issues: How are sex, gender, body and sexuality comprehended and contemplated by competing models of contemporary law? How do public policies attend to the links between gender identity and citizenship recognition? What are the possibilities of legal support for an individual whose gender identity does not match the sex assigned to them at birth?

Subsequently, this paper engages in a comparative analysis of trans-positive political frameworks in Brazil, Canada, and Costa Rica. Our analysis focused on the protection of trans rights and access to gender-affirmative and trans-positive health care, as well as the legal mechanisms involved in changing ones name and sex designator.

This analysis contemplates the different forms of trans expression that have been modulated by both socio-political responses, as well as the legal bodies that determine the subversive and symbolic limits of (non)normative embodiment.

To this end, this manuscript integrates a bibliography analysis of the nuances of bio-politics/necropolitics, inclusion/exclusion, acceptance/rejection, and integration/neglect. Simultaneously, addresses the lack of public policies related to the provision of health-care for

trans-identified individuals, and the bureaucratic, legal, and financial obstacles this population faces when trying to obtain identity documents that match their current gender identity and expression.

In many cases, the overwhelming absence of trans-positive and affirming health care policies, as well as the negligence in the implementation and enforcement of any existing ones, means that many trans-individuals report having experienced difficulties and stigma when accessing routine health care and these problems are compounded when seeking specific transition-related medical support.

Some studies have reported that trans identified people who are unable to find a trans-positive and competent healthcare provider, and therefore, unable to access hormone-therapy; have a higher risk of developing mental health issues, such as depression, anxiety, and suicidal ideation (SCANLON et al., 2010). Furthermore, these individuals are more likely to resort to self-administered “do it yourself” transitions (ROTONDI et al., 2013).

The Trans PULSE study (2010), for example, conducted in Ontario, Canada, found that out of 433 trans individuals receiving hormone-therapy, 27% reported having administered hormones in the past without a prescription. In lieu of supervised medical-care, these respondents felt that they had no other option, but to turn to the Internet for transition-related information and supplies (BAUER; PYNE; CARON, 2013).

Similarly, Lasso (2014) reported that the lack of access to transition-related services in Latin America has resulted in a high proportion of trans individuals turning to the Internet or word-of-mouth for transition related instructions and resources. Resulting in, individuals self-injecting cooking oil and industrial silicone, as well as accessing and administering street-sourced hormones without medical supervision.

## **METHODS**

This review engages a descriptive and interpretive research, based on contemporary legal frameworks in Brazil, Canada and Costa Rica. The collected data includes annual reports, laws, codes, ordinances, regulations, bills, national policies and other scientific publications that addresses the objectives of this study.

This paper takes into consideration policies within three countries of the Americas (North America, Central America and South America), as well as the three most spoken languages in the region.

The information was gathered from January 2014 to September 2015, through virtual research in the official government websites and in the following databases: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline), Latin-American and Caribbean Center on Health Sciences Information (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Scholar.

The scientific articles that strengthened the discussion were found by using the following descriptors according to Health Sciences Descriptors (DeCS): “Public Policies”, “Legislation as Topic” and “Legislation & Jurisprudence”, as well as their translations in Spanish and Portuguese.

The Boolean expression “and” was used as a research resource when associated with the descriptor “transgender”. Original research articles, reflections and literature reviews in Spanish, English and Portuguese, that cover transgender legislation as the main topic of their analysis were included as part of this research.

## **RESULTS**

### **Brazil**

#### *Access to healthcare*

Brazil’s public Unified Healthcare System (UHS) was created in 1988, and focuses its commitment on the principles of universality, equity, and integrity, and ensures full and free access to its more than 203 million inhabitants (IBGE, 2015; BRASIL, 1988).

In September 1997, the Federal Council of Medicine (FCM), through resolution 148/97, approved the provision of sex reassignment surgeries, under the condition that only public university hospitals are permitted to conduct them, at no fee and under experimental standards.

These procedures must meet the regulations and guidelines of resolution No. 196/1996 of the National Council of Health, the entity in control of practice and research with human subjects (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997).

Policy changes were introduced in 2002 and 2011, leading to the creation of new and improved laws (FCM resolution no. 1652/2002 and the Integral National Policy of Health for Lesbian, Gay, Bisexual, Gender Non-conforming people and Transgender individuals).

The most significant improvements occurred in 2013, when a new regulatory framework was established. These regulations gave new meaning to the gender affirmation process<sup>85</sup> at the UHS, by including hormone therapy procedures, as well as gender reaffirmation surgeries and other complementary surgeries (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2002; BRASIL, 2008; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010; BRASIL, 2011).

The new legislation demanded that the Ministry of Health implement specific procedures in order to ensure the inclusion of trans individuals in their system. It also clarified the rights and duties of patients, as well as the possibility of using an individual's preferred name<sup>86</sup> in hospitals and health care facilities (BRASIL, 2013).

In 2013, UHS created new guidelines that highlight the steps to be followed by healthcare providers while working with trans and gender non-conforming individuals undergoing gender transition.

This process ensures: a) comprehensive attention to trans populations, by not restricting or centralizing the therapeutic goal to gender affirming surgeries or other somatic interventions; b) the involvement of an interdisciplinary and multidisciplinary health care team, including psychiatrists, endocrinologists, general practitioners, nurses, psychologists, social workers, gynecologists, urologists and plastic surgeons; c) to avoid any type of discrimination and stigma among the healthcare institutions (BRASIL, 2013).

According to this regulatory policy, Brazil currently provides different levels of medical attention: ambulatory care (first level of health care) and specialized hospitalization (fourth level of health care).

The first level consists of clinical follow-ups that must meet trans peoples' general needs, as well as pre and post-surgical procedures (only for individuals over the age of 21 years) and free hormone therapy on a monthly basis, initiated after a psychiatric diagnosis (for individuals over the age of 18 years) (BRASIL, 2013).

The fourth level refers to gender affirming surgical procedures, as well as pre and post-surgical health care support. Surgical procedures

---

<sup>85</sup> According to the policies, the UHS refers to gender affirming procedures as, "transsexualization process", which is considered an offensive and outdated term in many trans communities, which is why we have replaced the term.

<sup>86</sup> Name for which trans people identify themselves and would rather be referred to as. For more details, please refer to BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. In: Contemporânea. v. 4, n. 1 p. 165-182 Jan.-Jun. 2014

may be performed by meeting specific requirements, and after two years of supervised attention provided by the Specialized Service Team of outpatient care (BRASIL, 2013).

The following surgical procedures are included under this legislation: bilateral orchiectomy<sup>87</sup>, penile amputation and vaginal reconstructive surgery, thyroplasty<sup>88</sup>, bilateral mastectomy, hysterectomy with bilateral oophorectomy<sup>89</sup>, bilateral colectomy<sup>90</sup>, and breast reconstructive surgery including bilateral silicone implants (BRASIL, 2013).

The legislation also provides strategic stages of therapeutic support, including the following services: 1) reducing organic damage resulting from continuous use of hormones – harm reduction strategies; 2) psychotherapy, which could lead to improved social relationships among family, friends, and workplace; 3) social assistance to aid in overcoming discrimination and social exclusion; 4) post-surgery follow up of the gender reaffirmation surgery and other complementary surgeries (BRASIL, 2013).

In pursuance of analyzing and discussing the execution of such inclusive and strong legislation, we searched for articles that addressed the implementation of these laws on a daily basis.

Consequently, we examined studies that evaluated the impact of the policy, which led us to the following details that challenge the implementation of the policy: a) there are currently only five hospitals located in five provinces that are authorized to perform such services and they are expected to meet the demand of the other remaining 22 provinces; b) although the existing resolutions allow for access to private institutions, this does not reduce the quantity of people who demand this type of healthcare in the public sector, since the precarious socio-economic reality faced by most trans people in Brazil restricts access to those private facilities; c) despite having an inclusive policy that seems to favor free access to sex/gender reaffirmation surgeries, there are still very limited financial and staffing resources (mainly at the community level) compared to the growing demand; d) the admission process for new users is limited in most of the programs; e) there are minimal political initiatives focusing on social inclusive actions to avoid

---

<sup>87</sup> Surgically removing of both testicles.

<sup>88</sup> Consists of reducing the cricoid cartilage and lengthening the vocal cords to lower voice pitch.

<sup>89</sup> Surgical removal of both fallopian tubes and both ovaries.

<sup>90</sup> Surgical removal of the vagina.

stigma, discrimination, and death among the trans population; f) the average wait-times for sex/gender reaffirmation surgeries can reach four times higher than what is expected in regulatory frameworks, resulting in an eight to ten year wait period in some cases (ALMEIDA; MURTA, 2013; ALMEIDA, 2010).

### *Legal name change*

The name category on key documents and forms provides stability to exercise civil rights and allows trans people to lead life more comfortably by having a name that matches their gender identity.

The legal name change process is an important aspect of affirming ones identity, as well as a crucial safety component for many individuals. This feature, most of the time, is not acknowledged by the legislation system or the medical professionals.

The ability to legally change ones name and gender marker continues to be linked to the pathological diagnosis of “gender dysphoria”, issued by the American Psychiatric Association in 2013.

Consequently, trans people in Brazil are only permitted to legally change their name and gender marker after providing proof that a “sexual reassignment surgery” (SRS) has been performed.

After submitting a medical certificate along with a psychiatric statement to the national registry, the legal process of changing one’s name and gender marker may commence. This allows the medical discourse to be a determining factor for authorizing any type legal modification.

Therefore, the possibility of legally changing one’s name and gender marker revolves around surgeries and validates the medical (necro)power. In Brazil, there appears to be a subliminal process to adequate the individual to society and simultaneously establish consistency between the performance of their gender identity and a set of physical attributes (BENTO, 2014).

If a person is only granted the right to update their name and gender marker after surgery, what happens to those who do not wish to perform any surgery, but identify as a trans or non-binary?

Unfortunately, there are no federal laws that address this reality. However, as a “palliative measure”, some provinces created the "social name" category, which regulates the respect for gender identity, but only in social micro-spheres: as in some universities, schools and ministries.



The social name does not require any evidence of sexual, physical, or psychological change, however, as mentioned, has a reduced validity in the national sphere.

This feature is considered a unique Brazilian creation that is part of a historical process of poor recognition of human rights (BENTO, 2014). Similar to racial rights and women's rights, these rights are only recognized at a local level and not on the broad national level.

This in turn does not add any value to the social realities of this population. What is implicit in the Brazilian public policy that regulates the change of name and the gender marker is the same principle that hinders other changes. This is the naturalization of the sex-gender binomial and the low acceptance of other identities that challenge the artificiality of this social construction.

## **Canada**

### *Access to the healthcare system*

The Canadian healthcare system is regulated by the federal government and managed locally by each province. Medical service costs are paid by monthly installments and/or taxes and vary for each provincial jurisdiction (SOLÓRZANO, 2007).

Access to gender affirmation services and procedures differ from one province to another, and there are few federal laws that regulate gender affirming procedures and services. However, Bill C-279 is a federal law that would allow for the protection of trans individuals at a national level, but is currently stuck in the Senate.

The purpose of Bill C-279 is to extend the laws in Canada to give effect, within the purview of matters coming within the legislative authority of Parliament, to the principle that all individuals should have an equal opportunity as other individuals to make for themselves the lives that they are able and wish to have and to have their needs accommodated, consistent with their duties and obligations as members of society, without being hindered in or prevented from doing so by discriminatory practices based on race, national or ethnic origin, color, religion, age, sex, sexual orientation, gender identity, marital status, family status, disability or conviction for an offence for which a pardon has been granted or in respect of which a record suspension has been ordered (CANADA, 2015:1).

Due to the various legal regulations in each province, we decided to take a deeper look into one of Canada's largest provinces, Ontario (ON). This province is located in the mid-east region of the country, and its healthcare system is considered to be one of the best in the world, which is publicly financed through the Ontario Health Insurance Plan (OHIP) (BRENNAN, 2012).

Ontario was the first Canadian province to admit gender identity in the human rights legislation and is the first province to prohibit "Conversion Therapy" for lesbian, gay, bisexual, and trans persons, by physicians who practice within its healthcare system (CANADA, 2015; CANADA, 2015).

Since June 2008, the province of Ontario implemented coverage for several gender reaffirming surgeries through OHIP, with important limitations<sup>91</sup>. However, the process that trans people must follow in order to receive hormones or access to surgeries, varies significantly. Access to these resources may occur through a General Practitioner/family doctor or directly through the two juridical recognized institutions, as specialized centers and trans community providers: Gender Identity Clinic of the Centre for Addiction and Mental Health (GIC-CAMH) and the Sherbourne Health Center<sup>92</sup>, located in Toronto<sup>31-32</sup>.

According to the newsletter 4480 of the Ministry of Health and Long-Term Care (2008), gender confirming surgical procedures, including genital reconstruction and mastectomy, are covered through OHIP. However, OHIP does not cover the following surgeries for male-to-female transgender individuals: breast enlargement, breast augmentation, and breast reconstruction surgery.

In order to be covered by OHIP for gender confirming surgeries, patients are expected to complete the GIC-CAMH program and must be recommended for surgery by CAMH.

---

<sup>91</sup> The only surgeries included are genital reconstruction for trans-women and mastectomy.

<sup>92</sup> Sherbourne Health Centre (SHC) is a multidisciplinary clinic providing primary care to an urban population, mainly focus in the attention to marginalized populations: lesbian, gay, bisexual, transsexual and transgender communities; homeless and under housed people; and newcomer/immigrant populations by offering counselling and group work, programs support youth who are exploring or challenged by a range of identity and gender issues<sup>32</sup>.

Patients that are eligible to have these surgeries financed through OHIP must undergo surgery at the Centre Metropolitain de Chirurgie Plastique in Montreal, Quebec, because there are currently no specialized hospitals that perform these types of surgeries in the Province of Ontario (ONTARIO, 2009).

When analyzing the provincial legislation, we could perceive that the power given to the GIC-CAMH limits and conditions that every trans person who wants to get any surgical procedure through the health insurance has to move sometimes (for long periods of time) to Toronto, which is where the GIC-CAMH is located.

This last aspect, displays the hegemony of the psychiatrizing and pathologizing model and evidence that the total of public institutions that deal with trans people, work under a psychiatric model.

In addition, this decision of the Ontario government to create only one management organ should be questioned, mainly if we consider the demand volume, the waiting lists and the high rates of suicide in the province, for this particular population (SCANLON et al., 2010).

On the other hand, in spite of Ontario not having a comprehensive network for the attention of trans people, there is a possibility to access to the services of hormone therapy through the health community centers after being assessed by a nurse practitioner or by a family doctor, who must follow the “Guidelines and Protocols for Comprehensive Primary Health Care for Trans Clients and the Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender nonconforming people” (ONTARIO, 2009).

The previous scenario shows the efforts (perhaps not always well succeeded) of developing and linking the political axis for trans care to the primary care attention, and not related to the specialized attention (LGBT Health Program, 2015).

However, in spite of this reality being approved by the health policies, some studies developed in Toronto have identified the difficulties, barriers and discrimination that trans people still have to face when interacting with their family doctor (GLAUSER; GOLIATH; YIU, 2005; ROTONDI et al., 2013) .

### *Access to name and gender marker change*

Several of the laws and policies related to legal name and identification change in Canada require surgical sex reassignment

evidence in the form of a physician's letter, however, these requirements vary from province to province.

In Ontario, the process can take anywhere from one to two years and begins with the completion of a form at a Service Ontario location, which is the governmental agency responsible for the national inscription of newborns and changes in the name structure.

Nowadays to change the sex designation marker on the driver's license, birth certificate, and health card in Ontario demands an easy process that includes: a) A completed Application for a Change of Sex Designation on a Birth Registration b) A completed Statutory Declaration by a Person for a Change of Sex Designation on a Birth Registration (CANADA, 2015).

This declaration requires the person to affirm that they have assumed (or have always had) the gender identity that accords with the change in sex designation on their birth certificate, that they are living full-time in this gender identity, and that they intend to maintain this gender identity (CANADA, 2015).

The requirements also include a completed application form for a birth certificate and all previously issued birth certificate and certified copies of your birth registration. It is also mandatory a letter from a practicing physician, psychologist, or psychological associate authorized to practice in Canada that supports the request to change the sex designation on the birth certificate (CANADA, 2015).

The letter must state that the physician or psychologist has either treated or examined the person and supports that request to change the sex designation on the driver licence, birth certificate and further legal documents.

Currently, the Human Rights Tribunal of Ontario ordered the provincial government to cease requiring trans persons to have "transsexual surgery" in order to obtain a change of sex designation on their birth registration.

In the past the major difficulty in this procedure arises when an individual attempts to legally change their gender marker on official documents. Since the previous policies emphasized the need for written documentation of surgical status or psychiatric diagnosis of Gender Dysphoria (CANADA, 2015).

Therefore, in order to modify the gender marker on the birth certificate, specific application forms needed to be completed. Specifically, the "Medical Certificate to Substantiate Transsexual Surgery was Performed" and "The Vital Statistics Amendment Act,

1990 Subsections 36 and 49”, which has to be signed by two physicians, the one who performed the gender reaffirmation surgery and the one who attests that the surgery was effectively performed.

The process through which these gender markers changes are performed in Ontario, particularly, in how the authorization and authentication have to be received before any change happens, reinforces the fact that trans identities are peripherals and marginalized population in contrast to the cisgender identities.

Moreover, taking a closer look to the birth certificate, it is important to take into consideration that the gender marker on the birth certificate will not be completely changed from its original status but it will be modified. This also applies for any case of name change since in Ontario the previous names or genders are kept on the birth certificates, with the new names or genders (CANADA, 2008).

Hence, the originals remain in between parentheses, but not crossed out, therefore, eternally visible. Even though trans identities are gradually overcoming to some institutional stigmatizing barriers in general, these legal ways of regulation continue to perpetuate the delegitimizing and unrecognizing of their citizenship (CANADA, 2008).

## **Costa Rica**

### *Transition-related Health Care and Sex Reassignment Process*

Costa Rica within its legal system has no explicit laws or bills that sanction the possibility of making a safe transition process supported by its free healthcare system (Costa Rican Social Security System - CRSSS), which contradicts the values of solidarity, universality, unity, obligation, equality and equity advocated by its constitution in the Article 33 and 73 (COSTA RICA, 1998).

In fact, there are little political or national regulations aimed exclusively at the protection of the trans population. The existing ones generalize and place the trans population within one part of the wide LGBTTI community, such as Law 777119, which refers to the prohibition of discrimination in different areas for people that have HIV-AIDS (healthcare system, work place and educational environments); or the National Decree 37071-S (former Executive Decree 34399-S) against the Homophobia Lesbophobia and Transphobia (COSTA RICA, 1998; COSTA RICA, 2012).

The country lacks formal governmental support dedicated to the protection of the rights of sexual and gender minority populations that do not fit into the gender binary.

The one institution that cares for this particular population is the Office of Special Protection, which is part of the Ombudsman Ministry. However, this Office is not exclusive to the attention of LGBTTIQ community, but cares for other vulnerable groups, such as the elderly and people with disabilities.

Given this reality, it can be said that there is a significant constitutional void. This makes impossible to recognize the rights of trans people and does not guarantee a comprehensive healthcare system. This lack of process creates a bias that hinders access for any kind of transition process (hormonotherapy or surgeries) with quality and safety.

Even in the field of the recognition of other rights, limited progress is occurring. However, and despite the previously mentioned facts, in an investigation conducted by Arguedas & Sagot (2013) that studied the situation of human rights in Costa Rica, it was shown that trans participants were satisfied with the limited amount of legal rights they have.

Among these recognized advances they mentioned: the Photograph Regulation for the identity card which respects the image and sexual identity, (Bill that was promoted by the Supreme Court of Justice and that will be addressed below); The administrative guideline on healthcare services free of discrimination based on sexual orientation and gender identity (which was promoted by the Directorate of health services network, of the CRSSS in 2012); the vote of the Constitutional Chamber which allows the conjugal visits from people of the same sex or different gender identity to people who are in a correctional institution; the agreements of the University Councils of public universities (University of Costa Rica, National University of Costa Rica and the Technological University of Costa Rica) declaring their campuses as spaces free of discrimination for sexual orientation and gender identity in 2011 and 2012 (ARGUEDAS; SAGOT, 2013).

Although these accomplishments are important and indicate some progress in terms of the social achievements of human rights, they are just gains that have an impact on the micro-social spheres. They neither have the status of public policies nor national laws since there are no decrees, guidelines, agreements or regulations with regards to this fact. This situation clearly shows that the voices and interests of the trans population have yet to be listened and attended to by the policy makers.

Additionally, another research developed by CEJIL and CIPAC in 2010, verified that in spite of the nearly non-existent rates of assassinations or homicides of trans people, the violations to their rights remain the most dramatic and the ones that receive the least public attention.

This fact was corroborated by Arguedas & Sagot (2013). For them, health is one of the most problematic areas for this population. Their findings highlighted that during the medical consultation there is still open discrimination and a lack of safety spaces for the trans population in public healthcare institutions.

Direct aggressions were reported in some institutions when people identified themselves as sexually diverse or trans. These aggressions were translated in the denial of service regardless of health conditions, and in the disrespect of their gender identity (ARGUEDAS; SAGOT, 2013).

On the other hand, even though the CRSSS approved in their guidelines that the attention and care services should be free of gender identity discrimination, according to Arguedas & Sagot (2013), in the daily practice those guidelines are not upheld, particularly referring with hospital and clinical attention.

#### *Legal name change*

When reviewing the Costa Rican laws and bills, we verified that the progress with regards to the ability of changing the name and the gender marker in legal documents has been very incipient. For instance, they are not allowed to legally assume the chosen gender identity.

However, only one law was found that superficially talks about this regard: The Photographs Regulation for the identity card, pronounced in 2010, which favors (in a limited way) trans individuals, since they can have their adopted gender image in their identity document, through their photography. Prior to 2010 this was not possible.

This law stipulates that every person has the right to have their image and gender identity respected, at the time that their photograph is printed on national identity card (COSTA RICA, DECREE N. ° 08-2010, 2010) <sup>44</sup>.

We consider this as a limited enhancement because the Costa Rican legislation does not allow for the change of name and/or gender marker in any document, but it does accept the use of the image that corresponds to the reality of the individual.

In addition, there is also, another “palliative measure” that was created in order to minimize this constraint. Costa Rican ID cards allow for an additional field under the official name for a “preferred name” field.

In short, a person is allowed to include an “a.k.a” on their ID card. According to the Transvida Association – A professional organization devoted to the understanding and caring of trans people in Costa Rica – there are almost 500 trans people that use this feature on their ID card (COSTA RICA, 2015).

It is also important to emphasize that in March of 2015, the first step toward recognizing this civil right took place in Costa Rica. On that date, the first civil judge from San José, ruled in favor of the first trans person allowed a name change, based on two votes from the Constitutional Chamber (number 7.128, of year 2007, and number 16.877, year 2009).

This vote confirmed that gender identity should be protected as a human right and therefore the State must respect the name the person would prefer to be identified with (COSTA RICA, 2015).

The significance of this event, which will definitively create a precedent in other situations, is that no type of surgery or medical treatment was required in order to modify the name on the national identity documents.

The only requirements that were asked for this person were that she showed that the change was not being made to avoid justice but rather support her chosen lifestyle. For that reason, she had to present a criminal history report and three witnesses to testify that the person always lived according to the identified gender.

## **ANALYSIS**

We restrict this analysis in highlighting the necropower of Law and Medicine as instituted forces that throughout the “normalizing”, homogenizing, moralizing, psychiatrizing and pathologizing process, dictate in society their rules, putting populations into two categories: the acceptable vs. the subversive. This dictatorial way of government reinforces the social and institutional stigma against the trans community.

Continuing this argument line, we have found two collective representations of political order in this analysis: the first one is related to the Costa Rican case in which transsexuality is considered as an



invisible fact, which lacks of explicit public debate about the rights of trans citizens.

The second representation is related to the Brazilian and Canadian frameworks, which still places transsexuality as a pathology: "gender dysphoria". This reinforces the obsolete relationship between sex (genital) and gender indent. This, in spite of holding some sturdy legal structure, that warrantee the access to the health care and legislation system, its coverage is limited in terms of the real implementation.

Concerning the Costa Rican representation, this could be closely related to the influence of the Catholic Church in the decision-making processo. This as a consequence of in this country, religion still shows a significant influence among the government (ARGUEDAS, 2012).

In recent years, the church has made enormous efforts to express their view points against all of the inclusive gender theories: refusing to accept abortion, divorce, same sex marriage, assisted reproduction, in vitro fertilization, morning-after pill and euthanasia (ARGUEDAS, 2012).

Their position against transsexuality fights against the annulment of the anthropological understanding of sexual and gender difference arguing their bible/religious position. Consequently, since Catholicism is the official religion in Costa Rica, the influence of this doctrine when making and taking political decisions can silent the voice and acknowledgement of any other possibilities as in this case, the trans identities.

On the other side, regarding the Brazilian and Canadian representations, it could be said that their consolidated and apparently inclusive legal frameworks are still based on the acknowledgment of a "disease that needs to be cured": the gender dysphoria.

Contrary to the Costa Rican perspective, people with this condition are not able to choose transsexuality as a sin path but they suffer it as it is an illness. This perspective presents the gender dysphoria as a disease that implies discrimination and because of this reason; it demands the health assistance from public administration.

However, despite all the rhetoric about civil rights and the acknowledgment of rights, its discontinued and poorly articulated proposal among the judicial organs, demands that trans individuals still be considered as mentally ill patients in order to claim for their rights and to have access to the healthcare care system and/or the recognition

of their preferred legal name (ARÁN, 2007; ARÁN; MURTA; LIMA; LIONÇO, 2009).

Another point that caught our attention is that when analyzing the policies, we found a slight concept of a trans person that was considered as a universal individual, implying that all of them have same needs. Nevertheless, we consider, that this paradigm, should be completely the opposite and must contemplate the differences and variety that the human identity implies.

Once this is settled, we would be facing a political scenario that escapes from generalizing the notion that every trans person wants to modify their body and we would be recognizing the diversity of postures within the trans spectrum and respecting their desires and expectations.

Following this analytical approach, we would be respecting and including the trans population in society, letting them represent and signify their gender, sex, body and sexuality according to their own understandings.

We would be walking on a different and more open path, in which the concept of identity could guide us in an undefined although very creative and inspiring way. Considering the undeniable importance of this political assistance proposal, it is very important to highlight that the religious point of view, as long as the exigency of a psychiatric diagnostic as the only requirement to get access to health care system and/or name/gender marker changes, needs to be problematized.

Since, it was previously demonstrated that transsexuality fixes a non-subjective position, consequently we determine that it is important to separate the trans experience from the need of translating it as a pathology and unyielding structure.

## **FINAL CONSIDERATIONS**

Trans identified individuals help us understand that identity is a subjective process. As it is subjective it is plural. Also as it is heterogeneous, its limits are not defined, and all this volatility should be considered within the legal framework that regulates their rights.

The human rights with regards access to the health and judicial systems, in relation to the change of name and gender marker in national documents remain based on an invisible or psychiatric model. Therefore, in the examined countries we can conclude that the advancing steps show relatively limited progress, perhaps, because the gender perspective is still absent from the social debate.

The recognition of human rights should be coherent yet fluid in terms of social changes. Laws should include aspects of fundamental comprehensive and attentive care, forbid gender identity based violence, favor not only access to the health-care system but also to the education system and work-force.

The implementation of these changes would stimulate progress and a better quality of life for the sexual and gender minorities. Ending violence against transgender persons should be a public health priority because of the direct and indirect negative effect it has on its victims and on the health care system that treats them.

Moreover, we believe that the changes that must be made in the name and gender markers in official documents, have to be reduced to a context of null bureaucracy and where the process can be restricted to the identified gender, eliminating the continuous psychiatric and pathological perspective of the trans identities.

Likewise, we urge that each federal or state institution, assess the legitimate and pragmatic utility of having a visible gender marker on documents. Finally, the already made achievements can be interpreted as a starting point for future claims, not only to remove the psychiatric and pathological effect, but to solidify the trans rights within its current incipiently political frameworks.

## REFERENCES

ALLEN, J. et al. **“If You Could Do One thing...”** Nine Local Actions to Reduce Health Inequalities. London: British Academy, 2014.

ALMEIDA, G.S. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. (Org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. 1ed. São Paulo: Oficina Editorial, 2010, v. 0, p. 117-148.

ALMEIDA, G; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , n. 14, p. 380-407, Aug. 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5a. ed. Porto Alegre: **ARTMED**, 2013.

ARÁN, M. Algumas considerações sobre transexualidade e saúde pública no Brasil. **Revista Polêmica, Labore/ UERJ.**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 22-2, 2007.

ARÁN, M.; MURTA, D.; LIMA, F; LIONÇO, T. Relatório Preliminar - Pesquisa: **Transexualidade e Saúde**: condições de acesso e cuidado integral. (IMS-UERJ / MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT), 2009.

ARGUEDAS, G. **El (aún) tortuoso camino hacia la emancipación: fundamentalismos religiosos, los derechos humanos de los grupos históricamente oprimidos y la lucha por un Estado Laico en Costa Rica.** **Anuario Centro de Investigación y Estudios Políticos.**, San José, v. 1, p. 50-65, 2010.

ARGUEDAS-RAMÍREZ, G; SAGOT-RODRÍGUEZ, M. **Situación de los derechos humanos de poblaciones históricamente discriminadas en Costa Rica**: un análisis desde el marco de la justicia. San José, Costa Rica: IIDH, 2013.

BAUER, R. et al. Suicidality among trans people in Ontario: Implications for social work and social justice. **Service social.**, v. 59, n. 1, p. 35-62, 2013.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Contemporânea.**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal. 1988.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Ministerio de Saude**, Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.836 de 01 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União.** Poder Executivo, Brasília, DF, 02 dez.

2011. Seção 1 n. 231, p. 37. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707 de 18 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Seção 1, p.43.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.707, de 18 ago. 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transsexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Saúde, 19 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 457 de 19 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Seção 1, p. 69. Aprova a regulamentação do processo transsexualizador no âmbito do SUS.

\_\_\_\_\_. Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRENNAN, J. Enhancing Democratic Citizenship, Deepening Distributive Justice. Canadian Centre for Policy Alternatives in Ontario. Toronto: CCPA; 2012.

CANADA, Bill 77, Affirming Sexual Orientation and Gender Identity Act, 2015.

\_\_\_\_\_. Bill C-279. An Act to amend the Canadian Human Rights Act and the Criminal Code (gender identity). 2015.

CHACÓN, E. **Diagnóstico jurídico derechos humanos de las poblaciones lésbicas, gay, trans, bissexuales de Costa Rica**. Nicaragua: Centro de Estudios Internacionales, 2012.

CEJIL-CIPAC. Diagnóstico sobre los crímenes de odio motivados por la orientación sexual e identidad de género en Costa Rica. San José/Costa Rica: CEJIL, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. (1997). Resolução 1482/1997, dispõe sobre o procedimento de transgenitalização e demais intervenções sobre gônadas e caracteres sexuais secundários. In [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482_1997.htm) (acessado em junho de 2014).

\_\_\_\_\_. Resolução 1.652/2002, dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução 1.482/1997. 2002. Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652\\_2002.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm) Acesso em: jun. 2014).

COSTA RICA. Constitución Política de Costa Rica. 4 ed. San José: Imprenta Nacional, 1998(a).

\_\_\_\_\_. Ley 7771. Ley General sobre VIH-SIDA de 1998. San José: 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto Ejecutivo No. 37071-S de la Presidenta de la República y la Ministra De Salud. San José: 1998.

\_\_\_\_\_. Reglamento de fotografías para la cédula de identidad Decreto N.º 08-2010 Publicado en La Gaceta n.º127 de 1º de julio de 2010. San José: 2010.

EUROPEAN COMMISSION. **Health Inequalities in the EU**: Final report of a consortium. Belgium: European Commission, 2013.

GLAUSE, W.; GOLIATH, J.; YIU, V. **Health care system stigmatizes and discriminates against transgender people**. Canada: Healthy Debate, 2005.

GRANT, J.M. et al. **Injustice at Every Turn**: A Report of the National Transgender Discrimination Survey. Washington: National Center for Transgender Equality and National Gay and Lesbian Task Force, 2014.

IBGE. **Indicadores** [pagina de Internet]. Brasília: IBGE; 2015.

KENAGY, G.P. Transgender health: Findings from two needs assessment studies in Philadelphia. **Health and Social Work**, v. 30, n. 1, p. 19–26, 2005.

LASSO R.A.B. Transexualidad y servicios de salud utilizados para transitar por los sexos-géneros. **CES Psicología**, v. 7, n. 2, p. 108-125, 2014.

LGBT HEALTH PROGRAM. **Guidelines and Protocols for Hormone Therapy and Primary Health Care for Trans Clients**. Toronto: Sherbourne Health Centre, 2015.

NAMASTE, V. **Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgender People**. Chicago: Chicago University Press, 2000.

MARMOT, M. **Fair Society, Healthy Lives: Strategic Review of Health Inequalities in England**. London: Institute of Health Equity, 2010.

ONTARIO. The Human Rights Code. Toronto: Ontario Human Rights Commission, 2015.

\_\_\_\_\_. Change of Name Act, R.S.O. 1990, c. C.7. June 20, 2012.

\_\_\_\_\_. Bulletin 4480. Relisting of Sex Reassignment Surgery under OHIP. Ministry of Health and Long-Term Care, 2008.

ROTONDI, N.K. et al. Non prescribed Hormone Use and Self-Performed Surgeries: “Do-It-Yourself” Transitions in Transgender Communities in Ontario, Canada. **American Journal of Public Health**, v. 103, n. 10, p.1830-1836, 2013.

SCANLON, K. et al. Ontario’s Trans Communities and Suicide: Transphobia is Bad for our Health. **Trans PULSE: e-Bulletin**, 12 November, v. 1, n. 2, 2010.

SOLÓRZANO, F.X. The Canadian health system and its financing. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 2, n. 1: p. 26-31, 2007.

SPERBER, J.; LANDERS, S.; LAWRENCE, S. Access to health care for transgendered persons: Results of a needs assessment in Boston. **International Journal of Transgenderism**, v. 8, p. 75-91, 2005.

STANLEY, E.; SMITH, N.; Mc DONALD, C. **Captive Genders Trans Embodiment and the Prison Industrial Complex**. Second Edition. California: AK Pres; 2015.

TGEU Transgender Europe. **Transgender Equality**. London: The Stationery Office Limited; 2016.



## **6 CONCLUSÕES: SOBRE OS MEUS SENTIMENTOS E PENSAMENTOS FINAIS**

Finalizar esta tese, é sem dúvida, a parte mais difícil desta escrita, porque quanto mais visito, reviso, reflexiono e analiso os aprendizados que esta aventura acadêmica me proporcionou, mais proliferam as interrogações. Sei que o tempo finda, porém, não se esgotam as perguntas, as dúvidas e as incertezas.

Diante dessa encruzilhada que me encontro atualmente, me pergunto: Como concluir uma pesquisa que, de diversas maneiras, apresentou mais dúvidas que respostas? Por isto, a rigor, neste capítulo não pretendo ser conclusivo (no sentido hermenêutico), antes gostaria de pensar neste último espaço literário como uma oportunidade para continuar refletindo e lançar alguns (outros) questionamentos que poderão auxiliar futuros estudos, discussões e reflexões.

As preocupações que aqui apresentei não foram unicamente filosóficas (conceitualmente falando) mas estiveram vinculadas a uma veia teórica muito mais política e estratégica. Considero que este trabalho ofereceu relatos que (re) criaram algumas realidades contextuais e nos remete ao campo da análise crítico-política como projeto estratégico e não exclusivamente ao campo da razão filosófica. Complementarmente, instou-me a pensar nos sexos, corpos, gêneros e sexualidades como elementos que denotam muitas lutas e ressignificação do ser.

Por outro lado, meu dever ético me obriga a afirmar que as análises que empreendi ao longo desta tese, se configuram em verificações relativas e contingentes. Tal afirmação implica em reconhecer “com humildade” que outros pesquisadores (ou leitores) poderiam colocar sua expertise e seu olhar para explorar e tentar abordar os questionamentos que aqui levantei, caminhando por um trilha paradigmático, teórico ou filosófico diferente, o que necessariamente irá acarretar outras (plurais e polissêmicas) perspectivas analíticas igualmente de oportunas e produtivas.

Diante deste contexto, gostaria então de adotar uma postura mais narrativa, vivencial e mesmo passional ao tecer estas reflexões e pensamentos finais. Assumir essa postura me insta a reconhecer-me no caminho do “conhecimento situado” que foi construído ao longo destes anos como pesquisador. Nessa direção, ao adotar esta postura, gostaria de postular, que a compreensão dos acontecimentos humanos, não se produz a partir de um ponto externo, privilegiado e objetivo, revestido

de imparcialidade, mas que se constrói a partir da escuta e interação com a vida de outras pessoas, que neste caso foram as pessoas trans. Por essa razão, considero possível afirmar que o conhecimento surge a partir da visão de um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado com outros corpos igualmente complexos, contraditórios, estruturantes e estruturados.

Como pessoa, enfermeiro e pesquisador itinerante, busquei plasmar aqui não só esse conhecimento subjetivo (e por vezes objetivo) e (im) parcial, mas também, tentei construir uma análise do pensamento cotidiano e representacional trans, que aportasse uma nova visão do “cuidar do outro”.

As diversas – e por vezes extenuantes – interrogantes que aqui compartilhei, estiveram entretecidas em distintos horizontes de compreensão física e simbólica. Horizontes que se deslocavam ao passo de quem caminha(va), e foi precisamente nesse movimento, que estes pensamentos não me permitem afirmar algo definitivo, senão a uma compreensão finita e, por vezes, incompleta.

Minha inquietude em abordar a transexualidade como objeto de pesquisa e as representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade, desprende-se de questionamentos prévios sobre a relação das condições de vida de pessoas patriarcalmente subalternizadas e socialmente ininteligíveis e vulnerabilizadas.

Foi desta forma e a partir desta aventura acadêmica, que consegui compreender -talvez - completamente os significados e as representações do ser trans, e do ter, possuir e assumir um sexo, um corpo, um gênero e uma sexualidade ininteligível. Dito de outra forma, o desenvolvimento desta tese me possibilitou compreender que a abjeção de certas subjetividades – sua inaceitabilidade por códigos inteligíveis – se manifesta continuamente em espaços necropolíticos, pois viver (e habitar em) um corpo trans parece significar viver nas regiões sombrias da ontologia.

Ainda me parece maravilhoso pensar nas diversas formas nas quais nos apresentamos diante dos demais, em um tecido de relações e histórias vividas. Chegamos ao mundo e começamos a viver dentro de narrativas, histórias, interditos e obrigações genitais, corporais, genéricas e sexuais, que foram construídas antes de nós, permanecerão conosco e possivelmente teremos que (ainda) lutar contra (muitas) delas até nossa morte.

Deste ponto de vista, fica fácil promulgar, que não existem corpos livres e anteriores aos investimentos discursivos. A materialidade

do sexo, do corpo, do gênero e da sexualidade devem ser analisadas como o efeito de um (necro) poder instaurado, que se movimenta globalmente. Os interditos e as obrigações que representam essas instituições, têm uma natureza ecográfica descritiva e simultaneamente prescritiva. Não existem corpos livres de investimentos discursivos *in natura*. O sexo, o corpo, o gênero e a sexualidade dentro das pessoas já nascem maculados pela cultura e pelas obrigações do ser, pensar, *performar* e viver.

Complementarmente, e com relação aos sujeitos deste estudo, definir o que é uma pessoa trans implica considerar uma pluralidade quase infinita de possibilidades ontológicas. As subjetividades trans são o reflexo das diferenças que são articuladas em múltiplas significações. Seus corpos “alteram” as formas e estatutos instituídos pela diferenciação sexual e genérica. São corpos desestabilizadores que incomodam e desequilibram a ordem cisheteronormativa. Essas corporeidades, a maioria do tempo excluídas pelo olhar social, são a representação das simulações performáticas que causam abjeção.

São corpos que se (re)apropriam e se (re)definem em cada movimento. São identidades que flutuam nos interstícios da fixa oposição binária do sexo e gênero, a problematizam, ao tempo que relativizam o significado do “masculino”, do “feminino”, do “cis”, do não-binário, do *queer*, do heterossexual, do homossexual, do lésbico, do pansexual, do bissexual, entre outras figuras linguísticas com as quais convivemos cotidianamente. São pessoas que objetam a genitalidade cultural. São corpos, são sexos, são gêneros e são sexualidades revestidas e portadoras de significação e de representação.

As pessoas trans nos fazem pensar sobre o significado verdadeiro da identidade, e simultaneamente nos demonstram que ela é simplesmente uma tecnologia mais ou menos complexa e plástica, cuja definição depende exclusivamente das pessoas que a vivenciam, sentem, pensam e experimentam.

Essas identidades ao serem subjetivas, são plurais, ao serem heterogêneas, seus limites são inefáveis pois dependerão do como cada pessoa constrói suas premissas considerando sempre o contexto social, necropolítico e cultural.

Assim, as representações aqui apresentadas se expressaram como conceitos (por natureza discursivos, descritivos, prescritivos, unitários, autoritários e impositivos) que eram desenhados não como opções, mas como imposições dentro de um marco social claramente repressivo, ditatorial e necropolítico.

Vivemos em uma época na qual coexistem uma variedade de formas de experimentar a masculinidade e a feminilidade, por isto, um dos aprendizados mais significativos desta tese – que espero poder ter transmitido – é que cromossomos não carregam feminilidades ou masculinidades, nós somos os/as que atribuímos feminilidade e masculinidade a eles, fato que pode ser corroborado nas falas de uma das participantes da pesquisa quando afirmou: *“I’ve never felt feminine, but I always felt female”*.

Nem sempre feminilidade ou masculinidade encontram-se associados aos sexos ou aos gêneros. Nem sempre ser/nascer mulher deve implicar em ser feminino, sendo o contrário igualmente válido: ser/nascer homem não deve significar automaticamente ser masculino. É hora de começarmos a desconstruir essas normas, de torna-las mais difusas, mais relativas.

O viés que aqui apresento, evidencia que os sexos, corpos, gêneros e sexualidades são construções ideológicas, uma espécie de lei cultural, política e moral. Pênis/vagina, homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/diverso, cis/trans, são papéis dentro de uma dicotomia que cumpre uma função de ordenamento mental.

Deste modo, é preciso começar uma mudança paradigmática que esteja dirigida à despatologização e ao reconhecimento da autonomia de dimensões pessoais de frente à cisheteronomia atual. No lugar de gêneros com demarcações duramente delimitadas que “convidam forçosamente”, ou seja, obrigam a segregação, é necessário criar conjuntos voláteis formados por afinidades pessoais e livres de razões imprecisas.

Complementarmente, ao considerarmos a expressão, representação e situação dos sexos, corpos, gêneros e sexualidades de um ponto de vista mais abrangente, integral e particular, teríamos a possibilidade de volatilizar os códigos de imposições heterocisnormativas, e ao fazermos isso poderíamos dissipar a atual prescrição falocrática que compreende essas instituições como uma dicotomia onde a humanidade deve se encaixar (fato que reforça os fantasmas da dominação necropolítica dos ainda prevalentes mecanismos sociais).

Sabemos que as fronteiras prescritivas ainda persistem e que as mesmas se encontram profundamente enraizadas nos interstícios da sociedade. Por isto devemos compreender que a masculinidade, a feminilidade, os sexos, os corpos, as sexualidades e demais estruturas

biológico-sociais, não são pontos extremos de um *continuum* bipolar, pois cada pessoa guarda diversas quantidades e significações delas.

Por outro lado, mas de modo complementar, a pessoa trans representa ser uma estrutura labiríntica que condensa uma série de formas que se cristalizam em uma única figura, em cujos vértices é possível ver a pluralidade de conotações que o habitam. Neste sentido, as representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade são pensadas como cenários de disputa e contradição onde são desvelados os modos em que as relações de (necro/bio) poder (sexuais e discursivas) criam espaços hierarquizados de identidade e diferença ao mesmo tempo que habilitam a configuração de novos imaginários sobre pessoas e subjetividades.

Nesta lógica, de acordo com os resultados desta tese, aparecem o sexo, a sexualidade e o corpo como instituições biológicas reguladas pela cultura, como dados não estáticos, mas pré-discursivos e naturais que são materializados pelas forças necropolíticas e as normas regulatórias que produzem possibilidades morfológicas inteligíveis.

Por outro lado, o gênero apareceu conformado por uma entidade construída pela repetição performática e processual de atos monótonos em tempos e espaços definidos. No final o que esta tese evidenciou foi que o gênero é simplesmente uma tecnologia organizativa e cognitiva das representações sobre os corpos.

Como demonstrado ao longo deste estudo, a pessoa trans estabelece zonas onde se articulam as marcas do masculino e do feminino, com inscrições na superfície corporal, necessárias para alcançar a *performance*, a simulação, a postura, e a paródia final. Me questiono aqui, o que a/o diferencia das pessoas cis? Porque ao final, todos(as) somos figuras que conjugamos paradoxalmente a máscara do masculino/feminino em uma zona de ambiguidades, que leva a marca sempre inquietante da indefinição, do tumulto, da incerteza sugerida por um “talvez”, por um “quicá”.

Essas marcas são do corpo e da voz que através das diferentes *performances* e significações da masculinidade, feminilidade, heterossexualidade, homossexualidade, transexualidade, dentre outras; conotam ambivalências com relação às identidades sexuais ou genéricas. Vejo as pessoas (trans e cis) como seres que utilizam a sexualidade como artifício, o corpo como postura, o sexo como enfeite e o gênero como paródia.

Assim, considero a transexualidade como uma metamorfose que transforma corpos e contextos através da visibilização da sua existência

e resistência política. Penso aqui, que a transformação é a mímese de um modelo de re-apropriação e transgressão de paródia e despojo da normativa imposta.

O corpo trans se transforma, seja através dos hormônios, das cirurgias, do silicone ou das performances, como artifício de resistência. Simula significações e através do seu caminhar representa ambiguidades desestabilizadoras. Constrói identidades ambivalentes por meio de discursos. Opera como mecanismo de inclusão-exclusiva de outros corpos e vozes periféricas que deambulam descentralizados no debate das novas subjetividades com relação às sexualidades, sexos, gêneros, relações de (necro-bio)poder e da cultura – sem importar se esta é latina ou anglo-americana.

Trabalhar com a temática trans, significa trabalhar com pessoas que intrigam ao mesmo tempo que apaixonam e que nos obrigam a pensar em uma série de questões que habitualmente não questionamos: o sistema de sexos, corpos, gêneros, identidades e sexualidades que temos construído.

Contudo, ao longo desta pesquisa identifiquei que necessitamos de metáforas novas e modelos (mais) abrangentes de conhecimento, para nos aproximarmos de um tema tão complexo como é o das relações (e representações) entre sexos, corpos, gêneros e sexualidades. É preciso revisitar ou até mesmo transformar os modelos dicotômicos que manejamos.

Estamos expostos cotidianamente a imagens e discursos que desnaturalizam os corpos, as identidades sexuais do desejo, as expressões identitárias do sexo e do gênero e nos colocam diante de uma suposta ordem feminina e masculina. Ser cis, trans, *queer*, não binário, binário, *gender fluid*, homossexual, heterossexual, bissexual ou pansexual, enfim, afirmar qualquer identidade seja ela genérica ou sexual do desejo, não é suficiente para refletir à complexidade da vida, da sexualidade, do laço erótico e das expressões de gênero.

Assim, tendo apelado à noção da pluralidade identitária, considero oportuno mencionar que as diferentes posições que coloquei ao longo dos manuscritos, reuniram um conjunto de perspectivas que nem sempre conversavam entre si, mas respondiam a entornos discursivos, institucionais e de diagnóstico nos quais encontravam-se inseridas as pessoas trans naquele momento. Por essa razão apresentei um cenário plural com múltiplas definições e auto-definições dos processos sociais envolvidos nas diferentes etapas da vida.

Assinalo também, a partir dos achados deste estudo, que a implantação e implementação dos estatutos dos sexos, corpos, gêneros e sexualidades estritamente binários, moldam de forma violenta e necropolítica as nossas subjetividades e se reproduzem, algumas vezes, de formas paradoxais e, outras vezes, de formas ambivalentes.

Essas imposições ideológicas agressivas relacionadas ao sexo, corpo, gênero e sexualidades sobre nossas subjetividades, têm como último sentido extirpar comportamentos e patologizar os desvios que evadem essa escala fechada e binária onde o branco e o preto são as únicas possibilidades.

Falar de transexualidade é falar de sexo, de gênero, de corpos, de identidades sexuais do desejo e de práticas sexuais. Conceitos que diferentemente das anteriores concepções existentes no século XIX, têm se configurado como elementos centrais na construção da identidade individual.

A transexualidade é capaz de chamar a atenção de áreas de conhecimento tais como a Medicina e o Direito, unicamente porque ela é originária do axioma de pensamento (restritivo) que promulga a (utópica) existência de unicamente dois sexos e dois gêneros.

Mas ainda me questiono: é possível pensar na transexualidade como um espaço de dissidência? É a transexualidade, uma experiência que reúne um conjunto de corpos, psiques, mentes e sentimentos concretos e contraditórios?

A partir dos dados desta pesquisa e das representações aqui plasmadas, fica fácil (ou talvez menos difícil) afirmar de que a transexualidade é sim outra possibilidade dos seres humanos se apresentarem e contestarem às ilógicas normativas que têm sido criadas, logo acreditadas, como verdades absolutas. Portanto, poderia ser vista e olhada como um espaço de dissidência com contradições próprias da conduta e do comportamento humano.

Conexo a esse conceito, devo reconhecer que nos encontramos diante da necessidade de iniciar uma revolução orgânica e conceitual, no seu sentido metafórico e real: uma revolução que busque rever e ressignificar as definições historicamente implantadas. Não falo de voltar a um período isomórfico – no sentido *laqueureano* (embora para muitos isto seria o ideal), mas de buscar uma equidade tácita das diversas formas de ser, estar, pensar e apresentar a pluralidade humana.

Esta revolução deve(ria) ser atualmente uma aposta política urgente: a de contemplar, enxergar e proteger a rebelião e, o brado silencioso, das identidades (trans)dissidentes. Rebelião que,

necessariamente deve rejeitar (ou pelo menos tornar mais difusas) as fronteiras entre uma identidade (supostamente) “normal” (no sentido *goffminiano*) e outra patológica (no sentido nosológico).

Neste aspecto, as representações sociais apresentadas nesta pesquisa, reforçam a ideia de que não existem identidades saudáveis ou doentes, válidas ou inválidas. O que existe são identidades que revolucionam as imposições heterocisnormáticas, imposições estas que invalidam e patologizam aquilo que é contrário aos estatutos historicamente patriarcais.

Por essa razão acredito em uma revolução que deve ser implantada a partir do encontro, afinidade e aliança estratégica entre estes corpos (in)apropriados (no sentido *jodeletiano*) com outros corpos que desejem lutar pela causa da equidade e inclusão. Pessoas que sonhem com demolir os edifícios complexos representados pelos sistemas que organizam os sexos, corpos, gêneros e sexualidades “ideais” ou “corretas”.

Sendo assim, podemos pensar (ou começar a entender) a transexualidade como um dispositivo de ativação política? Podemos começar a visualizar uma história coletiva de identidades e corporeidades diferentes? Podemos pensar na diferença como uma possibilidade de ser, estar, sentir e viver? Quais são os dispositivos que produzem identidades, sexos, corporeidades, gêneros e sexualidades inapropriadas? Por que inapropriadas? Por que o ser diferente deve ser sinônimo de inapropriação, rejeição, abjeção e discriminação?

Adicionalmente, podemos começar a pensar e plantar novos mecanismos para criarmos novas identidades, sexos, corpos, desejos e belezas a partir da transexualidade? A única resposta que posso dar neste momento a essas últimas interrogantes é: “talvez”. A resposta “talvez”, pode aparentar como imprecisa, mas desvela o paradoxo implícito nessas perguntas lançadas. O “sim”, irá depender exclusivamente das nossas lutas e posturas adotadas. Se finalmente todos(as) nós decidíssemos atuar, sermos visíveis e escolher a via da compreensão dos sentimentos e da diversidade comportamental humana, poderíamos transformá-la em uma resposta afirmativa. Antes disso, ficaria difícil realizarmos uma mudança significativa a esse “não” irrevogável que ainda está inscrito como resposta automática.

Quando falo de visibilidade, o faço no sentido estratégico (como uma possibilidade de auto-enunciação). Isto nunca é fácil. Auto-nomear-se para tornar-se visível. Ocupar espaços para nos tornarmos visíveis. Visíveis, desobedientes, dissidentes, contrários, sujeitos e finalmente



pessoas, logo cidadãos, de uma sociedade que padroniza, controla e manipula os sexos, corpos, gêneros, sexualidades, vontades, desejos, beleza e sanidade.

A tese surgiu da minha percepção e capacidade de visualizar que as necrotécnicas modernas de repressão são em geral invisíveis e não dizem tacitamente o que proíbem, porque enuncia-lo é dar indicação da sua existência; hoje em dia o proibido é silenciado e deixa de existir.

A partir destes argumentos então, os resultados confirmam a tese de que as representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre as pessoas trans, são tecnologias socioculturais e biológicas complexas, mediadas pela histórica e ainda prevalente necropolítica heterocispatriarcal, que não faz distinção do contexto físico-territorial pois utiliza estratégias de necro-biopoder, subjetivação e controle para alcançar a expansão da sua própria ideologia (cisheteropunitiva), dominar os imaginários culturais e validar como legítima sua própria concepção do mundo, diante um processo minimizador, desintegrador e excludente.

Assim, poderíamos entender que a arte da dominação necropolítica trans é de alguma forma, ou pelo menos inclui especialmente, a arte do controle do quebrantamento das normas do sexo, corpo, gênero e sexualidade; logo a arte de invisibilizar corpos que escapam dessa normatividade.

No final, por que a necessidade de nos tornarmos visíveis? Porque ao longo destes anos tenho aprendido que a vista é um aparato de produção (não só material, mas imaterial). Os distintos modos de observar produzem e fabricam realidades. Adicionalmente, posso afirmar que os distintos modos de olhar, constroem vontades, mas também “naturalidades” (logo “normalidades”). A aposta que aqui proponho é a de mostrar e exhibir, para naturalizar os sexos, corpos, gêneros e sexualidade trans.

Parece-me fundamental falar desde nossas subjetividades, considerando a pluralidade ontológica dos outros. Reconhecer e aceitar os limites dos nossos pensamentos e (pre)conceitos. Nesse sentido, penso que devemos buscar pessoas com potenciais vinculantes e vinculadas, que sejam capazes de entrar nesta guerra simbólica de desconstrução paradigmática. É necessário entrar com compromisso nessa batalha contra a matriz que nos organiza sexual, corporal, genérica e eroticamente.

Despir o artefato que nos constrói tanto como corpos, quanto territórios onde se inscrevem leituras e normas irrevogáveis. É

necessário desafiar essas leituras, criar, imaginar, fantasiar e inventar novos relatos. Devemos de nos converter em terroristas do gênero. Isto com o intuito de desafiar, subverter e desestabilizar esse aparato ficcional que nos faz pensar que nossos corpos devem ser lidos como estruturas patologizadas, doentes e deficientes.

O momento é agora, porque ao final, quanta disciplina de normalização tem que continuar suportando as identidades trans? Quantas mais técnicas de domesticação e regulamentação devem ser implementadas com a finalidade de cair na “caixinha” da suposta e ilusória “normalidade”? Quantas mais performances são necessárias? Quanto mais sofrimento? Quantas mais mortes?

Diante deste cenário tempestivo o que proponho nesta tese é de relativizar e contestar ao modelo binário que nos rege. Ao contrário do que muitos pensam, para mim, a resposta repousa em repensar, relativizar e reconstruir os significados e representações do sexo, corpo, gênero e sexualidade com um “touch” de liquidez e permissibilidade.

A interpelação que eu aposto é tanto no nível individual quanto coletivo. É preciso questionar a rigidez absoluta que ainda circunda aos conceitos de identidade, é preciso relativizar nossos preceitos e preconceitos sobre a identidade sexual, corporal, genérica e erótica do desejo. É necessário construir um novo marco conceitual e representativo mais extenso, um espaço para a ação e para a reflexão.

É importante reivindicar estratégias que surjam da realidade representacional que aqui foi exposta, mas com um olhar potencializado e transformador. Destruir o discurso que nos exige sempre a escolher entre uma ou outra possibilidade (dicotômica). Acredito aqui em formas de sermos mais livres, de aceitar-nos. Acredito em possibilidades, paixões e fricções que sejam capazes de serem aceitas e se converter em agonistas de nossos próprios desejos e identidades.

Como dito ao longo da tese, a pluralidade e diversidade da ontologia humana é infinita na sua finitude. Por isto é necessário que o mundo se converta em um espaço de reconhecimento e criação de novos significados e representações. É necessário construir espaços de despatologização inclusivos, para que possamos reconhecer as diferenças a partir das singularidades, e não mais apenas sob o jugo do território de pertencimento consentido para os iguais.

Diante desta complexidade, despatologizar as identidades trans não significa remover unicamente o diagnóstico dos manuais psiquiátricos e de doenças internacionais, senão admitir que as pessoas podem (e devem) decidir sobre si e sobre seus sexos, corpos, gêneros e

sexualidades. É habilitar espaços para o relato de si. É reconhecer que existem infinitas maneiras de construir subjetividade.

Por essa razão, as técnicas psiquiátricas, psicológicas, endocrinológicas e plásticas, não devem ser soluções para a confirmação de um gênero que se diz “verdadeiro” senão meramente ferramentas de assistência. Deste ponto de vista, a “função avaliadora e diagnóstica” dos profissionais da saúde deveria ser substituída por uma função de acompanhamento.

Falo ademais de combater as artimanhas necropolíticas disfarçadas de transfobia que utilizam diferentes meios para silenciar as vozes trans. Faço menção a violência intrafamiliar, às barreiras de inclusão no sistema educativo, às dificuldades no acesso ao sistema de saúde, ao estigma, aos homicídios e feminicídios, à impossibilidade de ter um trabalho formal, aos maus-tratos policiais e às altas taxas de suicídios.

Acredito em construir espaços que integrem as multidões, os desvios e finalmente que incluam aqueles/as que ressignificam as normas, o sistema, a história, os afetos e os laços. A minha utopia é justamente a da possibilidade do pertencimento na diferença.

Finalmente, ao chegar nas últimas linhas desta escrita, considero honesto confessar que durante toda esta trajetória doutoral me questioneei como poderia fazer para que esta pesquisa se configurasse em uma ajuda significativa para o cuidado explícito de Enfermagem prestado às pessoas trans nos diversos espaços sociais. Confesso ainda que o fato de me encontrar “afastado” das questões que diretamente estariam relacionadas com a Enfermagem, me geravam uma terrível ansiedade.

No entanto, hoje compreendo que se esta pesquisa foi capaz de auxiliar às pessoas e não somente aos profissionais da área da saúde, para que compreendam o significado da condição não só trans, mas humana (assim como as representações que estes/estas colocam nas tecnologias do sexo, corpo, gênero e sexualidade), considerando suas especificidades e pluralidades, minha escrita e paixão teriam dado sua contribuição e resultado.



## REFERÊNCIAS

ABRIC, J.C. A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction. Em R. Farr & S. Moscovici (orgs.), **Social Representations**. Cambridge: University Press, 2004.

ABRIC, J.C. Práticas sociais, representaciones sociales. Em: Abric, Jean Claude (org.). **Prácticas Sociales y representaciones**. México D.F., Ediciones Coyoacán, 2001.

ADRIAN, T. Cuadrando el círculo: despatologización vs derecho a la salud de personas TRANS en DSM- 5 y CIE-11. **Comunidad y Salud.**, Maracay, v. 11, n. 1, p. 60-67, jun. 2013.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: El poder soberano y la nuda vida**. Valencia: Pre-Textos, 2003. 263 p.

\_\_\_\_\_. **Beyond Human Rights**. Minneapolis: University of Minnesota, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lo que queda de Auschwitz**. Valencia: Pre-textos, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é um dispositivo?**. Santa Catarina: Outra Travessia, 2005.

AGENDA POLÍTICA DE MUJERES. Informe Sombra presentado ante la Comisión de seguimiento a la Convención para la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW). San Jose. MULABI, 49-50 períodos de sesiones, 11-20 de julio de 2011.

ALLEN, J. et al. **“If You Could Do One thing...”** Nine Local Actions to Reduce Health Inequalities. London: British Academy, 2014.

ALMEIDA, G. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, Aug. 2012.

ALMEIDA, G.S. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. In: Margareth Arilha; Thaís de Souza Lapa; Tatiane Crenn Pisaneschi. (Org.).

**Transexualidade, travestilidade e direito à saúde.** 1ed. São Paulo: Oficina Editorial, 2010, v. 0, p. 117-148.

ALMEIDA, G; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, Aug. 2013.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.* 5ª ed. Porto Alegre: **ARTMED**, 2013.

ANGERMEYER, M.C. et al. The Stigma of Mental Illness: Patients' Anticipations and experiences. **Int. J. Soc. Psychiatry.**, Boston, v. 50, n. 2, p.153-162, 2004.

ARÁN, M.; MURTA, D.; LIMA, F; LIONÇO, T. Relatório Preliminar - Pesquisa: **Transexualidade e Saúde:** condições de acesso e cuidado integral. (IMS-UERJ / MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT), 2009

ARÁN, M. Algumas considerações sobre transexualidade e saúde pública no Brasil. **Revista Polêmica, Labore/ UERJ.**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 22-2, 2007.

\_\_\_\_\_. A transexualidade e a gramática normativa dos sistemas de sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006.

ARAUJO, E.; DE SOUZA, S.R.; ROMIJN, F. As contribuições das representações sociais para a investigação em saúde e enfermagem. **Invest. educ. enferm.**, Medellín, v. 30, n. 1, p. 101-7, 2012.

ARAYA-UMAÑA, S. Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión. **Cuaderno de Ciencias Sociales**, San José, v. 9, n. 2, p.127-132, 2002.

ARGUEDAS, G. **El (aún) tortuoso camino hacia la emancipación:** fundamentalismos religiosos, los derechos humanos de los grupos históricamente oprimidos y la lucha por un Estado Laico en Costa Rica. **Anuario Centro de Investigación y Estudios Políticos.**, San José, v. 1, p. 50-65, 2010.

ARGUEDAS-RAMÍREZ, G; SAGOT-RODRÍGUEZ, M. **Situación de los derechos humanos de poblaciones históricamente discriminadas en Costa Rica:** un análisis desde el marco de la justicia. San José, Costa Rica: IIDH, 2013.

ARGUELLO-PAZMINO, S. El proceso de politización de la sexualidad: identificaciones y marcos de sentido de la acción colectiva. **Rev. Mex. Sociol.**, México, v. 75, n. 2, pp. 173-200, jun. 2013.

BALDWING, J. **The Cross of Redemption:** Uncollected Writtings, New York: Vintage Books, 2011.

BALZA, I. Ética corporal y sexuación: plasticidad y fluidez en el sujeto del postfeminismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 21-33, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 3ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATALLER, V. La transexualidad desde una perspectiva de la Salud Pública. Madrid: Unidad Interdisciplinar de Género. Aviles, 2005

BAUER, R. et al. Suicidality among trans people in Ontario: Implications for social work and social justice. **Service social.**, v. 59, n. 1, p. 35-62, 2013.

BECERRA, A. Transexualismo. Grupo de trabajo sobre trastornos de identidad de género. **Endocrinol Nutr**, v. 50, n. 2, p. 19-33, 2013.

\_\_\_\_\_. **Transexualidad:** La búsqueda de una identidad. Madrid: Díaz de santos, 2003.

BEN, P. **Cuerpos femeninos y cuerpos abyectos:** La construcción anatómica de la feminidad en la medicina. Argentina: Taurus, 2012.

BENJAMIN, H. **The transexual phenomenon**. New York: Julian, 1966.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Contemporânea.**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, 2012.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade?**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B; PELUCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

BERG, M.; KRICH; M. A. Bodies on Trial: Performances and Politics in Medicine and Biology. **Body & Society.**, London, v. 10, n. 3, pp. 1-12, 2014.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

BERGERO, T. et al. Una reflexión sobre el concepto de gênero alrededor de la transexualidad. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq**, v. 28, p. 211-226, 2008.

BERGERON, S.M.; SENN, C.Y. Body image and sociocultural norms: A comparison of heterosexual and lesbian women. **Psychology of Women Quarterly**. v.22, pp: 385-401, 2008.

BLACKMAN, L.; EATHERSTONE, M. Re-visioning Body & Society. **Body & Society**, v.16, n.1, pp. 1-5, 2014

BONET, J. **Problematizar las políticas sociales frente a la violencia de género**. Virus. Barcelona. 2007.



BRADLEY-SPRINGER, L. Health care reform: What is our problem? (editorial). **Journal of the Association of Nurses in AIDS Care**, v. 20, p. 421–422, 2009.

BRASIL. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Ministério de Saúde**, Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.836 de 01 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 02 dez. 2011. Seção 1 n. 231, p. 37. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n.1.707 de 18 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Seção 1, p.43.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.707, de 18 ago. 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Saúde, 19 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 457 de 19 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Seção 1, p. 69. Aprova a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do SUS.

\_\_\_\_\_. Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITTO, D. **That stupid girl nice**: moldings bodies, women undergoing. Canada: Polis Network, 2015.

BRU, J. El cuerpo como mercancía. In: Nogué, J; ROMERON, J. (eds.). **Las otras geografías**. Valencia: Editorial Tirant lo Blanch, pp. 465-491. 2012

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. **Undoing Gender**. New York/London: Routledge, 2014.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan** – sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005.

\_\_\_\_\_. **Precarious life** – The powers of mourning and violence. London/New York: Verso, 2004.

\_\_\_\_\_. Desdiagnosticando o gênero. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, 19 (1), 95-126, 2009.

CABRAL, V. Pelos olhos dela: as relações entre espaço, violência e a vivência travesti na cidade de ponta grossa – paraná – brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

CACERES, C. F; TALAVERA, V. A; MAZIN-REYNOSO, R. Diversidad sexual, salud y ciudadanía. **Rev. Perú Salud Pública**, Lima, v. 30, n. 4, P. 698-704, 2013.

CANADA, Bill 77, Affirming Sexual Orientation and Gender Identity Act, 2015.

CANADA. Bill C-279. An Act to amend the Canadian Human Rights Act and the Criminal Code (gender identity), 2015.

CÁRDENAS, Manuel. et al. Las Representaciones Sociales de la Política y la Democracia. **Ultima década**, v. 15, n. 26, p. 53-78, 2007.

CARAVACA-MORERA, JA, PADILHA, MI. Trans-formação: uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade. **Revista Eletrônica Estácio Saúde.**, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2015.

- CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso et al. Theoretical and methodological aspects of social representations. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157-1165, 2015.
- CARRETEIRO, T. "A doença como projeto" – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In SAWAIA, B. (org.) **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes. 2013.
- CARVALHO, J.G.S.; ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Paidéia.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, 445-456, 2008.
- CASTORINA, J.A. El impacto de las representaciones sociales en la psicología de los conocimientos sociales: problemas y perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 757-776, 2008.
- CAULDWEL, D. Psychopathia transexualis. *International Journal of Transgenderism*, 5 (2), 171–191, 2001.
- CECCARELLI, P.R.; FRANCO, S. Homossexualidade: verdades e mitos. **Revista Bagoas**, Natal, v. 5, p. 119-129, 2010.
- CEJIL-CIPAC. Diagnóstico sobre los crímenes de odio motivados por la orientación sexual e identidad de género en Costa Rica. San José/Costa Rica: CEJIL, 2010.
- CESAR, M.R.; SETTI, N. **Corpos e identidades em jogo**. Dois olhares feministas. In: Labrys, Estudos Feministas, n. 22, jul./dez., 2012.
- CHACÓN, E. **Diagnóstico jurídico derechos humanos de las poblaciones lésbicas, gay, trans, bisexuales de Costa Rica**. Nicaragua: Centro de Estudios Internacionales, 2012.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- COLL-PLANAS, G. **La carne y la metáfora: una reflexión sobre el cuerpo en la teoría queer**. España: Editorial UOC, 2013.

COLEMAN, E. et al. Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender-Nonconforming People, Version 7.

**International Journal of Transgenderism**, v. 13, p. 165–232, 2011.

CONRAD, P. *The Medicalization of Society: On the Transformation of Human Conditions into Treatable Disorders*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM N. 1955 de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02 (Publicada no Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília-DF, n. 2002. Seção 1, p. 80/81). [ Links ]

\_\_\_\_\_. Resolução 1.652/2002, dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução 1.482/1997.

\_\_\_\_\_. Resolução 1482/1997, dispõe sobre o procedimento de transgenitalização e demais intervenções sobre gônadas e caracteres sexuais secundários.

COSTA RICA. *Constitución Política de Costa Rica*. 4 ed. San José: Imprenta Nacional, 1998(a).

\_\_\_\_\_. Ley 7771. *Ley General sobre VIH-SIDA de 1998*. San José: 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto Ejecutivo No. 37071-S de la Presidenta de la República y la Ministra De Salud. San José: 1998.

\_\_\_\_\_. Reglamento de fotografías para la cédula de identidad Decreto N.º 08-2010 Publicado en La Gaceta n.º127 de 1º de julio de 2010. San José: 2010.

CORRIGAN, P; WATSON, A. Understanding the Impact of Stigma on People with Mental Illness. **World Psychiatry**, v. 1, n. 1, p. 16-20, 2002.

CORNEIL, T.A; EISFELD J.H; BOTZER, M. Reposed changes to diagnoses related to gender identity transgender health. Consensus paper

regarding the potential impact on access to health care for transgender persons. **Int J Transgenderism**, v. 12, p. 107-14 2010.

COSTA-LÚCIA, H; COELHO, E. Ideologias de gênero e sexualidade: a interface entre a educação familiar e a formação profissional de enfermeiras. **Texto contexto - enferm**. v. 22, n 2, p. 485-492, 2013.

COSTERA-MEIJER, I. "Which Difference Makes the Difference? On the Conceptualization of Sexual Difference". In: HERMSEN, Joke J. and VAN LENNING, Alkeline (eds). **Sharing the Difference: Feminist Debates in Holland**. New York: Routledge, 2011.

CROCI, P.; MAYER, M. **Biography of the skin: Sketch for a tattoo encyclopedia**. Buenos Aires: Perfil, 2011.

CRUCEZ, F. "Performances Urbanas", In: M.A. Aguilar, E. Nivón et al. (coords.), **Pensar lo contemporáneo-**, de la cultura situada a la convergencia tecnológica, Barcelona: Anthropos, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2009.

DECUYPERE, G; KNUDSON, G; BOCKTING, W. Response of the World Professional Association for Transgender Health to the Proposed DSM 5 Criteria for Gender Incongruence. **International Journal of Transgenderism.**, v. 13, n. 2, p. 51-53, 2012.

DECUYPERE, G. VERCRUYSSSE JR. H. Eligibility and Readiness Criteria for Sex Reassignment Surgery: Recommendations for Revision of the WPATH Standards of Care; **International Journal of Transgenderism**, v. 11, n. 3, p. 194-205, 2009.

DECUYPERE G, et al. Prevalence and demography of transsexualism in Belgium. **Eur Psychiatry.**, v. 22, p. 137-41, 2007.

DELEUZE, G. **¿Que és un dispositivo?** En Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DINOS, S. et al. Stigma: The Feelings and Experiences. **Br. J. Psychiatry**, v. 184, p. 176-181, 2004.

DIAZ, E. **La sexualidad y el poder**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

DOYAL, L. Sex, gender, and health: the need for a new approach. **British Medical Journal**, v.3, n. 23, p. 1061-1063, 2011.

DRESCHER, J; COHEN-KETTENIS, P. Minding the body: Situating gender identity diagnoses in the ICD-11. **International Review of Psychiatry**, v. 24, n. 6, p. 568-577, 2012.

DRUMMOND, M. The Meaning of Boys' Bodies in Physical Education. **Journal of Men's Studies.**, v. 11, n. 2, pp. 131-143, 2013

ECHEVERRÍA, J. **La revolución tecnocientífica**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.

EHRBAR, R. Consensus from Differences: Lack of Professional Consensus on the Retention of the Gender Identity Disorder Diagnosis. **International Journal of Transgenderism**, v. 12, n. 3, p. 60-74, 2010.

EKLUND, P; GOOREN, L; BEZEMER, P. Prevalence of transsexualism in the Netherlands. **Br J Psychiatry**, v. 152, p. 638-40, 1988.

ESTEVA, I. et al. Unidad de trastornos de identidad de género en Andalucía. Experiencia de un año de funcionamiento. **Endocrinol Nutr**, v.49, p. 71-4, 2002.

ESTEVA, I et al. Epidemiología de la transexualidad en Andalucía: especial atención al grupo de adolescentes. **C Med Psicosom**, v. 78, p. 65-70, 2006.

European Commission. **Health Inequalities in the EU**: Final report of a consortium. Belgium: European Commission, 2013.

FALCÃO, E; SIQUEIRA, A. Pensar cientificamente: representação de uma cultura. **Interface (Botucatu)** [periódico na Internet], v. 7, n. 13, p. 91-108, 2003.

FAUSTO-STERLING, A. **Sexing the Body**: Gender, Politics, and the Construction of Sexuality. New York: Basic Books, 2013.

\_\_\_\_\_. The Five Sexes. **The Sciences**, v. 18, n. 1, p. 18-23, 2000.

FERGUSON, A. Patriarchy, Sexual Identity, and the Sexual Revolution. **Signs**, v. 7, n. 1, p. 158-172, 1981.

FERNANDES, M.G. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, 2009.

FERRÉ, J.V. ¿Corregir el cuerpo o cambiar el sistema? La transexualidad ante el orden de género. **Sociológica**, v. 24, n. 69, p. 61-78. 2013.

FERRER, R. Paisajes de la piel, *transcursos a la deriva*. **Revista de Crítica Cultural**, v. 15, n. 1-2, pp. 427-453, 2015.

FONTANELLA, B.J.; GOMES, R. Novos roteiros intrapsíquicos versus permanências culturais: possíveis limites de uma sexualidade informada. **Physis**, v 22, n. 3, p. 1139-1158, 2012.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vigilar y castigar**. México: Siglo XXI, 2010.

\_\_\_\_\_. **Nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: FCE. 2007.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal. 1994.

\_\_\_\_\_. **O Sujeito e o Poder**. In Dreyfus, H. L e Rabinow, P. Michel Foucault – uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- GALLI, R.A. et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 447-457, 2013.
- GARAIZABAL, C. Identidad: cuerpo, género y subjetividad. En: Becerra-Fernandez A. **Transexualidad: La búsqueda de una identidad**. Madrid: Díaz de Santos; 2003.
- GARCÍA, F.V. Del sexo dicotómico al sexo cromático. La subjetividad transgénerica y los límites del constructivismo. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana.**, v. 1, p. 63-8, 2012.
- GARDNER, R.M.; BROWN, D.L. Body image assessment: A review of figural drawing scales. **Personality and Individual Differences.**, v. 48, pp. 107-111, 2010.
- GARRELS, L. et al. Sex ratio of transsexuals in Germany: the development over three decades. **Acta Psychiatr Scand**, v. 102, p. 445-8, 2000.
- GIROUX, H. **Cruzando Límites Corporales**. Buenos Aires: Paidós, 2014.
- GLAUSE, W.; GOLIATH, J.; YIU, V. **Health care system stigmatizes and discriminates against transgender people**. Canada: Healthy Debate, 2005.
- GOFFMAN, E. **Estigma: La identidad deteriorada**. Buenos Aires: Amorrortu, 1997.
- GOMES, A.M.; DOS REIS F.; KURASHIGE K.D. A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. **Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG** - v. 26, n. 2, p. 30-43, Jul/Dez. 2013.
- GÓMEZ-GIL, E; ESTEVA I. **Ser transexual**. 2ª ed. Barcelona: Editorial Glosa; 2006.
- GÓMEZ-GIL, E. et al. Familiarity of gender identity disorder in non-twin siblings. **Arch Sex Behav**, v. 39, p. 546-52, 2010.



GÓMEZ-GIL, E. et al. Birth order and ratio of brothers to sisters in Spanish transsexuals. **Arch Sex Behav**, v. 40, p. 505-10, 2011.

GÓMEZ-GIL, E. et al. Estimación de la prevalencia, incidencia y razón de sexos del transexualismo en Cataluña según la demanda asistencial. **Actas Esp Psiquiatr**, v. 34, p. 295-302, 2006.

GOZZO, T.O. et al. Sexualidade feminina: compreendendo seu significado. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 84-90, July 2000.

GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes. 1999.

GUIMARÃES, C.F. Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?. **Athenea Digital**, v. 13, n. 2, p. 219-227, 2013.

GRANT, J.M. et al. **Injustice at Every Turn: A Report of the National Transgender Discrimination Survey**. Washington: National Center for Transgender Equality and National Gay and Lesbian Task Force, 2014.

GREEN, G. et al. A Mental Health Service User's Perspective to Stigmatisation. **Journal of Mental Health**, v. 12, n. 3, p. 223-234, 2003.

GRZINIC, M. **From biopolitics to Necropolitics** in relation to the Lacanian four discourses. Lectura en el Simposium Art and Research: Shared methodologies, Politics and Translation. Barcelona, Universidad de Barcelona, 6 – 7 de Septiembre de 2012.

HAMMOND, R. **The Social Organization of Health Care for Trans Youth in Ontario** [Internet]. Halifax: Dalhousie University, 2010.

HARITAWORN, J.; KUNTSMAN, A.; POSOCCO, S. (eds). **Queer Necropolitics**. London: Routledge, 2014.

HARRÉ, R. Some reflections on the concept of Social Representation. **Social Research**, v. 51, p. 927-38, 2004.

HARRISON, L. Gender relations and the production of difference in school-based sexuality and HIV/AIDS education in Australia. **Gender and Education**, v. 12, n. 5, p. 19-25, 2012.

HERNANDEZ, F.G. Fronteras morales y políticas sexuales: apuntes sobre 'la política LGBT' y el deseo del Estado. **Sex. Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 43-68, 2013.

HERRERA-CAICEDO, C. P. **Cuerpos en re-construcción**: un estudio sobre la práctica de la cirugía estética en la ciudad de Ambato. Ecuador: FLACSO, 2012.

HOWARTH, C. A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. **British Journal of Social Psychology**. V. 45, p. 65-86, 2006.

HUMAN RIGHTS COMMISSION. Recommended BC Human Rights Code Amendments for British Columbians by British Columbians. Canada: Canadian Cataloguing in Publication Data, 1998

HURTADO-MURILLO, F. La evaluación diagnóstica y el abordaje psicológico de la transexualidad. **Sexología Integral**, v. 6, p. 86-90, 2009.

IBÁÑEZ, R.M.; PÉREZ, E.S. **Cuerpos y diferencias**. España: Plaza y Valdés, 2013.

IGLESIAS, A. **Dos cuerpos, un alma**. Buenos Aires: De los Cuatro Vientos, 2011.

IBGE. **Indicadores** [pagina de Internet]. Brasília: IBGE; 2015.

JACKSON, S. Gender, sexuality and heterosexuality: the complexity (and limits) of heteronormativity. **Feminist Theory**, v. 7, n. 1, p. 105-121, 2006.

JENNER, C.O. Transsexual primary care. **Journal of the American Academy of Nurse Practitioners**, v. 22, n. 8, p. 403-408, 2010.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría, en S. Moscovici, **Psicología social II**, Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales, Barcelona, Paidós, pp. 469- 494, 2014.

\_\_\_\_\_. Representaciones sociales: contribución a un saber sociocultural sin fronteras. En: Jodelet, D., Guerrero, A. (comp). (2000). **Develando la cultura**. Universidad Nacional de México. Primera edición. Pp. 7-30. 2000.

\_\_\_\_\_. Os processos psicossociais da exclusão. In SAWAIA, B. (org.) **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Représentations Sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet D. **LesReprésentations Sociales**. P.U.F. Paris; 2009.

KAFER, A. Compulsory Bodies: Reflections on Heterosexuality and Able-bodiedness. **Journal of Women's History**. v. 15, n. 3, p. 77-89, 2013.

KENAGY, G.P. Transgender health: Findings from two needs assessment studies in Philadelphia. **Health and Social Work**, v. 30, n. 1, p. 19–26, 2005.

KONIK, J; STEWART, A. Sexual Identity Development in the Context of Compulsory Heterosexuality. **Journal of Personality**, v. 72, n. 4, p. 815–844, 2014

KREUKELS B. et al. A European network for the investigation of gender incongruence. The ENIGI initiative. **European Psychiatry**, v. 15, n. 3, p. 445-50, 2010.

KNUDSEN, P.P.P.S. **Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política**. [Tese de doutorado] São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2014.

KRISTEVA, J. **Poderes de la perversión**. México: Siglo Veintiuno, 2013.

LAMUS, D. Raza y etnia, sexo y género: El significado de la diferencia y el poder. **Reflexión Política**, v. 14, n. 27, p. 68-84, 2012.

LAQUEUR, T. **Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

LASSO-BÁEZ, R.A. Transexualidad y servicios de salud utilizados para transitar por los sexos-géneros. **CES Psicología**, v. 7, n. 2, p. 108-125, 2014.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. Discourse of the collective subject: social representations and communication interventions. **Texto context Enferm**. [serial on the Internet], v. 23, n. 2, p. 502-507, 2014.

LEITE JR, J. **Nossos corpos também mudam: Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. [Tese de doutorado]. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

LEVINE, S.B. Real-Life Test Experience: Recommendations for Revisions to the Standards of Care of the World Professional Association for Transgender Health. **International Journal of Transgenderism**, v. 11, n. 3, p. 186-193, 2009.

LGBT HEALTH PROGRAM. **Guidelines and Protocols for Hormone Therapy and Primary Health Care for Trans Clients**. Toronto: Sherbourne Health Centre, 2015.

LIMA, L. A Articulação “Themata-Fundos Tópicos”: por uma Análise Pragmática da Linguagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n 2; p. 243-246, 2008

LIMA, F. **Corpos, Gênero, Sexualidade: Políticas de Subjetivação**. 1 edição. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2014.

LINK, B; PHELAN, J. Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 363-385, 2001.

LINK, B. et al. The Consequences of Stigma for the Self-esteem. **Psychiatr. Serv.**, v. 52, n. 12, p. 1621-1626, 2001.

LIONÇO, T. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica** [Tese de Doutorado]. Brasília (DF): Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília; 2006.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizadora do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 46-63, 2009.

LIPSITZ-BEM, S. Dismantling gender polarization and compulsory heterosexuality: Should we turn the volume down or up? **The Journal of Sex Research**; v. 32, n. 4, p. 329-334, 2015.

LOOY, H.; BOUMA, H. The nature of gender: Gender identity in persons who are intersexed or transgendered. **Journal of Psychology and Theology**, v. 33; p. 166-178, 2015.

LÓPEZ, F. **Amores y desamores: Procesos de vinculación y desvinculación sexuales y afectivos**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

LOPEZ, M. et al. La lucha contra el estigma y la discriminación en salud mental: Una estrategia compleja basada en la información disponible. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, Madrid, v. 28, n. 1, p. 43-83, 2008.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUCAL, B. What it means to be gendered me: Life on the boundaries of a dichotomous gender system. **Gender & Society**, v. 13, p. 781-797, 2014.

MARCHI, R. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 387-406, 2011.

MARKOVÁ, I. **Dialogicality and Social Representations: The Dynamics of Mind.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARKEY, C.; MARKEY, P. M. Gender, sexual orientation, and romantic partner influence on body image: An examination of heterosexual and lesbian women and their partners. **Journal of Social and Personal Relationships.**, v.31, n.2, p. 1-16, 2014.

MARMOT, M. **Fair Society, Healthy Lives: Strategic Review of Health Inequalities in England.** London: Institute of Health Equity, 2010

MARTINEZ, E.A.; SOUZA, S.R.; TOCANTINS, F.R. As contribuições das representações sociais para a pesquisa em saúde e na Enfermagem. **Invest Educ Enferm.**, v. 30, n. 1, p.101-107, 2012.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** Sta.Cruz de Tenerife: Melusina. 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** 4ª Ed. São Paulo: Col. Tópicos, 2011.

MERRYFEATHER, L. A personal epistemology: towards gender diversity. **Nursing Philosophy.** v. 12, p. 139–149, 2011

MISSÉ, M.; COLL-PLANAS G (Eds.). **El Género desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad.** Barcelona: Editorial Egales, 2010.

MONTOYA, G. J. Aproximación bioética a las terapias reparativas: tratamiento para el cambio de la orientación homosexual. **Acta bioeth.**, Santiago, v. 12, n. 2, p. 199-210, 2006.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. A Inteligência da Complexidade. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MOSCOVICI S. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Rio de Janeiro: Vozes; 2012.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A Guareschi. 9ªed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2012.

\_\_\_\_\_. **A representação social da Psicanálise.** (A. Cabral, Trad.) Rio de Janeiro: Vozes; 2012.

\_\_\_\_\_. **Psicologia social:** influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos. Barcelona: Paidós; 2005.

\_\_\_\_\_. **Introduccion al campo de la psicologia.** In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicologia social: influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos.* Barcelona: Paidós, 2005.

MOSCOVICI, S.; HEWSTONE, M. **De la ciencia al sentido común** en S. Moscovici, *Psicología social II, Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales,* Barcelona, Paidós, p. 679-710, 2005.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. **The Themata concept.** In GUIMELLI, C. (Ed.), *Structures et Transformations des Représentations Sociales* (p. 25-72). Neuchâtel: Delachauxet Niestlé, 1994.

MURTA, D. **Os desafios da despatologização da transexualidade: Reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil.** [Tese de doutorado]. Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, A.R.A; MENANDRO, P.R.M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estud pesqui psicol [Internet].**, v.6, n.2, p. 72- 88, 2006.

NAMASTE, V. **Invisible Lives:** The Erasure of Transsexual and Transgender People. Chigago: Chicago University Press, 2000.

NICOLACI DA COSTA, A.M. **Sujeito e cotidiano:** um estudo da dimensão psicológica do social. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

NIEMEYER, F; KRUSE, M.H.L. Constituindo sujeitos anoréxicos: discursos da revista Capricho. **Texto contexto - enferm.,** Florianópolis , v. 17, n. 3, p. 457-465, 2008 .

NIETO, J. A. **Transexualidad, intersexualidad y dualidad de género.** Bellaterra, Barcelona, 2008.

OLSSON S.E.; MULLER, A.R. On the incidence and sex ratio of transsexualism in Sweden, 1972-2002. **Arch Sex Behav**, v. 32, p. 381-6, 2003.

ONTARIO. The Human Rights Code. Toronto: Ontario Human Rights Commission, 2015.

\_\_\_\_\_. Change of Name Act, R.S.O. 1990, c. C.7. June 20, 2012

\_\_\_\_\_. Bulletin 4480. Relisting of Sex Reassignment Surgery under OHIP. Ministry of Health and Long-Term Care, 2008.

ONTARIO HUMAN RIGHTS COMMISSION. Discussion Paper: Toward a Commission Policy on Gender Identity. Queen's Printer for Ontario, 2008.

PADILHA, M.I.C.S.; BORENSTEIN, M.S. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 14, n. 4, p. 575-584, 2005.

PADILHA, M.I.C.S.; SILVA, D.M.G.V; COELHO, M.S. Aspectos teóricos-metodológicos das representações sociais e seu uso na enfermagem. **Brazilian J Nurs**, v. 6, n. 2, p. 153-162, 2007.

PÁEZ-VACAS, C. **Travestismo urbano: género, sexualidad y política.** Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2010.

PAPALINI, V. **The domestication of the bodies.** Venezuela: Links Networks, 2007.

PECHENY, M.; PETRACCI, M. Derechos humanos y sexualidad en la Argentina. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 12, n. 26, p. 43-69, 2006.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar.**, v. 2, p. 395-418, 2012.



PLANELLA-RIBERA, J. **Cuerpo, cultura y educación**. España: Editorial Desclée de Brouwer, 2006.

PÉREZ-JIMÉNEZ, C. Identidades en debate, ciudadanías para la inclusión: Ser Queer en un mundo Straight. **Revista de Ciencias Sociales**, v.14, n.3, p.513-527, 2008.

PERIODICO LA NACION. **Cédula otorga una nueva identidad a hombre 'trans'**. San José/Costa Rica: La nación, 17 de abril de 2015.

PRECIADO, P.B. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2012.

\_\_\_\_\_. **Testo Yonqui**. Madrid: Editora Espasa Calpe, 2008.

\_\_\_\_\_. Multitudes queer: Notas para una política de los 'anormales'. **Revista Multitudes.**, París, n. 12, p. 1-3, 2003.

PRÓCHNO, C.C.S.C.; ROCHA, R. M. G. O jogo do nome nas subjetividades travestis. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 254-261, 2011.

RAMSEY, G. **Transexuais: perguntas e respostas**. São Paulo: Edições GLS, 1996.

RICH, A. **Compulsory heterosexuality and lesbian existence**. In: Blood, Bread, and Poetry. London: Powers of Desire, 2010.

ROCHA, C.T.C; GROSSI, M. P. Filosofia, gênero e ciência: entrevista com Eulalia Pérez Sedeño. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 191-205, 2009.

RODRIGUES, D.R.S.R; CONCEICAO, M.I.G; IUNES, A.L.S. Representações sociais do Crack na Mídia. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 115-123, Mar. 2015.

ROSS, LE; DOBINSON, C; EADY, A. Perceived Determinants of Mental Health for Bisexual People: A Qualitative Examination. **American Journal of Public Health**. 100, 3, 496-502, Mar. 2010.

ROTONDI, N.K. et al. Non prescribed Hormone Use and Self-Performed Surgeries: “Do-It-Yourself” Transitions in Transgender Communities in Ontario, Canada. **American Journal of Public Health**, v. 103, n. 10, p.1830-1836, 2013.

RUBIN, G. Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In H. Abelove, M. A. Barale, & D. M. Halperin (Eds.), **The lesbian and gay studies reader** (pp. 3-44). New York, NY: Routledge, 2013

RUBIO, M.A (Org.). **Rompiendo diques**: Hacia una construcción de la equidad de género. México: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2010.

RUSSELL, Bertrand. **Ensayos Filosóficos**. 1ª Edición. Barcelona: Alianza Editorial, 2003.A

RÜSCH, N.; ANGERMEYER, M.C.; CORRIGAN, P. Concepts, Consequences and Initiatives to Reduce Stigma, **Eur. Psychiatry**, v. 20, p. 529-539, 2005.

SABIDO, O. El cuerpo y sus trazos sociales. Una perspectiva desde la sociología. In G. Zabłudovsky, **Sociología y cambio conceptual**. México: Siglo XXI, 2007.

SAGOT, M. Demandas desde la exclusión: representatividad democrática y cuotas de participación política en Costa Rica. **Revista de Ciencias Sociales**., Costa Rica, n.130, p. 29-43, 2010.

SAMPAIO, L.; COELHO, M. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 16, n. 42, Sept. 2013.

SANCOVSKI, B. Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 7-14, 2007.

SANTOS, L.H.S; RIBEIRO, P.R.C. (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG. p.89-108, 2011.

SCANLON, K. et al. Ontario's Trans Communities and Suicide: Transphobia is Bad for our Health. *Trans PULSE: e-Bulletin*, 12 November, 2010. 1(2).

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M.A. A etérea duração do dia: gênero na poética encarnada de Adélia Prado. **Psicol. estud.** Maringá, v. 18, n. 1, pp. 3-13, Mar. 2013.

SCOTT, J. Gender: A useful category for historical analysis. **American Historical Review**, v. 91: p. 1053-1075, 1986.

SEIDMAN, S. Critique of compulsory heterosexuality. **Sexuality Research & Social Policy**. v. 6, n. 1, p. 18-28, 2009.

SHIELDS, S.A. Gender: An intersectionality perspective. **Sex Roles**, v.59, p. 301-311, 2013.

SILVA, E.A. **Transexualidade**: princípios de atenção integral à saúde. São Paulo: Santos, 2012.

SIMOES, J.A.; CARRARA, S. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cad. Pagu** [online], n. 42, p. 75-98, 2014.

SOLÓRZANO, F.X. The Canadian health system and its financing. **Revista Panamericana de Salud Pública.**, v. 2, n. 1, p. 26-31, 2007.

SPERBER, J.; LANDERS, S.; LAWRENCE, S. Access to health care for transgendered persons: Results of a needs assessment in Boston. **International Journal of Transgenderism**, v. 8, p. 75-91, 2005.

SPINK, M.J.P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública** [periódico na Internet], v. 9, n. 3, p. 300-308, 2011.

SPRINGGAY, S. Thinking through Bodies: Bodied Encounters and the Process of Meaning Making in an E-Mail Generated Art Project. **Studies in Art Education.**, v. 47, n. 1, pp. 34-50, 2015

SRS AND TRANS HEALTH POLICY GROUP. Information on Sex Reassignment Surgery (SRS) and Trans Health Care in Ontario. Toronto: SRS. 2009.

STOLCKE, V. "El sexo de la biotecnología", en Durán, A.; Riechmann, J. (Orgs.). **Genes en el laboratorio y en la fábrica**. Madrid: Ed. Trotta-Fundación 1º de Mayo, 2011.

\_\_\_\_\_. ¿Es el sexo para el género como la raza para la etnicidad?. **Mientras Tanto**, v. 48, p. 87-111, 2012.

STOLLER, R. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

STROUMSA, D. The state of transgender health care: policy, law, and medical frameworks. **Am J Public Health.**, v.104, n. 3, p. 31-38, 2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. Alteração do prenome e designativo de sexo. Princípio da dignidade da pessoa humana. RESP 200702733605, Relatora Ministra Nancy Andrighi, STJ – Terceira Turma, 18 de novembro de 2009.

TARTUCE, F. **Mudança do nome do transexual**. Elaborado em out. de 2005. Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/7584/mudanca-do-nome-do-transexual#ixzz26Ngb489p>.

TEIXEIRA, F.B. **Do Y ao X: os fios que desenham os consensos e os desejos pelas cirurgias de transgenitalização** [CD-ROM]. In Anais da Reunião Brasileira de Antropologia, 26. Porto Seguro: ABA, 2008.

TATEO, L; IANNACCONI, A. Social representations, individual and collective mind: A study of Wundt, Cattaneo and Moscovici. **Integrative Psychological and Behavioral Science.**, v. 45, n.1, p. 1–13, 2011.

THORNHILL, L. Creating Environments of Care With Transgender Communities. **Journal of the Association of Nurses in AIDS Care**, v. 21, n. 3, p. 230–239, 2010.

TORONTO, ONTARIO. Vital Statistics Act, CHAPTER V-6.01. Part V, 2009.

TORRAS, M.; ACEDO, N. (Eds.). **Encarnaciones: teoría(s) de los cuerpos**. España: Editorial UOC, 2008.

URBANO, C.A.; YUNI, J.A. **Esos cuerpos que envejecen: representaciones y discursos culturales de la vejez**. Argentina: Editorial Brujas, 2011.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 175-221, 2013.

VALA, J. Sobre as representações sociais - para uma epistemologia do senso comum. **Cadernos de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 5-30, 2006.

VALENCIA, S. Capitalismo gore y necropolítica en el México contemporáneo. **Revista Relaciones Internacionales.**, v. 19, p.83-102, 2012.

VALSINER, J. **The Oxford Handbook of Culture and Psychology**. New York: Oxford University Press, 2012.

VANDERLEEST, J; GALPER, C. Improving the health of transgender people: transgender medical education in Arizona. **J Assoc Nurses AIDS Care.**, v, 20, n.5, p. 411-6, 2009.

VERGARA-QUINTERO, M.C. La naturaleza de las representaciones sociales. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv** [serial on the Internet], v. 6, n. 1, p. 55-80, 2008.

VIEIRA, T.R. **Nome e sexo: Mudanças no Registro Civil**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2008.

VOELKLEIN, C.; HOWARTH, C. A Review of Controversies about Social Representations Theory: A British Debate. **Culture and Psychology.**, v. 11, n. 4, p. 431-454, 2005.

WALINDER, J. Incidence and sex ratio of transsexualism in Sweden. **Br J Psychiatry**, v. 119, p. 195-6, 2010.

WILLIAMSON, C. Providing care to transgender persons: A clinical approach to primary care, hormones, and HIV management. **Journal of the Association of Nurses in AIDS Care**, v. 21, n.3, p. 221-229, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **MULTIAXIAL** version of ICD-10. Clinical descriptions and diagnostic guidelines. Geneva: WHO, 2007.

ZABLUDOVSKY, G. **El cuerpo como recurso de sentido en la construcción del extraño**: Una perspectiva sociológica. Madrid: Séquitur-UAM-Azcapotzalco, 2012.

\_\_\_\_\_. El cuerpo y la afectividad como objetos de estudio en América Latina: intereses temáticos y proceso de institucionalización reciente. **Sociológica**, v. 26, n. 74, p. 33-78, 2011.

\_\_\_\_\_. Una reflexión teórica sobre el cuerpo: a propósito de una contingencia sanitaria. **Estudios Sociológicos.**, v. 28, n. 84, p. 813-845, 2010.

ZAFRA, R. Sujeto y red: potencia y limitación política del (des)hacer los cuerpos online. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 44, p. 13-30, 2015.

ZAMBRANO, E. Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [Dissertação do Mestrado]. Porto Alegre, 2013.

## **APENDICE**





## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (VERSÃO EM PORTUGUÊS)**

### **PERFIL**

#### **Dados de Identificação:**

Sexo: M  F  Idade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Procedência: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_ (praticante ou não praticante)

### **QUESTÕES GERADORAS/NORTEADORAS SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA-REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CORPO, SEXO, GÊNERO**

#### **INFÂNCIA: PRIMEIRAS LEMBRANÇAS**

Como foi sua infância?

Como era constituída sua família e como era a sua relação com cada um dos membros?

Quais dos membros da sua família você acredita que tem influenciado na sua forma de ser e se relacionar (personalidade)?

Como era a condição econômica na infância?

Como era a sua interação no meio extrafamiliar? (vida social, escola, comunidade)

Como era o comportamento de sua família relacionado à aceitação, disciplina, limites, autoridade dos seus pais (presença ou ausência), violência, maus tratos, apoio em situações de dificuldade?

Quando e como foi que vc descobriu que era diferente dos outros meninos (as)? Vc se sentia diferente? Quando iniciou esse reconhecimento?

Como vc percebia seu corpo na infância?

O que vc achava da sua genitália? Identificou diferenças com relação à genitália do sexo oposto?

Como vc interpretava o gênero na infância? Foram impostas algumas diferenças significativas entre os homens e as mulheres? Quais?

Quando você iniciou na escola? Como você lembra da sua entrada na escola (com que idade, experiências significativas)? O que marcou esse período? Como era o seu aproveitamento escolar? O ser diferente em algum momento prejudicou no seu rendimento?

Existiam muitas diferenças entre os grupos dos homens e das mulheres na infância? Quais?

Em que momento que surgiram os primeiros sinais de insatisfação com o gênero imposto?

O que vc poderia me comentar sobre suas primeiras lembranças e sentimentos de não ser como os outros meninos (as)?

Desejou ter um corpo diferente? Quais foram seus sentimentos? Falou com alguém?

Qual foi a percepção da diferença na sua família e amigos?

### **ADOLESCÊNCIA: PRIMEIRAS MUDANÇAS**

Como foi sua adolescência?

Como foram percebidas as principais mudanças físicas e psicológicas nesse período?

Como se dava a relação com seus pais e familiares?

Foi no colégio?

Como era sua relação com seus amigos e colegas?

Teve contato com drogas? Quais? Em que situações? Houve algum acontecimento/crise especial na sua vida ou dos seus familiares?

Como iniciou seu processo de transformação?

Como sua família reagiu a sua transformação?

Antes de iniciar sua transformação você e sua família tinham um conhecimento sobre isso ou falavam ao respeito?

Qual foi a atitude da sua família quando tomou conhecimento que você era transexual?

Mudou sua percepção do corpo?

O que vc considerava da sua genitália? Mudou alguma coisa?

Foram estabelecidas algumas diferenças entre os homens e mulheres durante a adolescência? Sofreu preconceito?

Quais as principais regras que a sociedade preconizava com relação ao gênero? O que significa sexualidade?

Quando aconteceu seu primeiro contato sexual? Foi uma experiência positiva? Existiu algum constrangimento associado ao corpo e genitália?

Como vc significava seu corpo?

Como vc descreveria sua genitália na adolescência?

Como iniciou seu processo de transformação? Como tomou a decisão?  
Foi difícil?

Quando, como, onde?

Ingesta de hormônios? Roupas? Silicone? Deixar crescer o cabelo, usar roupas de mulher (homem) com mais frequência/constância.

Teve que realizar algum trabalho extra para obter dinheiro e subvencionar essas mudanças?

Como sua família e amigos reagiram diante sua transformação?

Qual pessoa teve mais influência nesse processo de transformação?

### **ADULTEZ: AS VIVÊNCIAS ATUAIS**

Qual o impacto que essa transformação teve no seu corpo?

O que é ser transexual para você?

Como vive sua sexualidade?

Como vive seu gênero?

O que representa seu corpo?

O que significa seu corpo atualmente? O que vc acha do corpo das outras pessoas?

O que significa sua genitália atualmente? O que significa a genitália do sexo oposto?

Como vc significa o gênero? Existem diferenças significativas entre os homens e mulheres? Existem tarefas masculinas que as mulheres não devam fazer atualmente? São punidas algumas atitudes femininas atualmente? O que significa ser transexual nesta cidade?

Existe preconceito contra os transexuais? Onde e como se manifesta? E como você lida com tal situação?

Qual o impacto da transformação na sociedade atualmente?

Quais são os espaços de sofrimento e felicidade? (Relato de experiências)

Relações amorosas atualmente.

Como é sua relação com sua família? Quem é sua família? Tem filhos?

Como o processo de transformação do sexo, gênero e corpo interferiram na sua vida pessoal, social e laboral?

Vc é feliz com seu corpo, sexo e gênero atuais? O que mudaria?

Como você percebe sua sexualidade? Você está se relacionando com alguém?

O que você acha que as pessoas pensam- percebem de você?

Como você sente o olhar e o sentimento das outras pessoas em relação à você?

Você ainda se sente diferente das outras pessoas?

### DESENHOS

<i>SEXO</i>	<i>GÊNERO</i>
<i>CORPO</i>	<i>SEXUALIDADE</i>

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO (VERSÃO PORTUGUÊS)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM  
DOUTORADO EM ENFERMAGEM  
TCLE**

(de acordo à Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde)

Meu nome é Jaime Alonso Caravaca-Morera, sou doutorando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e encontro-me desenvolvendo a pesquisa intitulada “**Trans: Histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo e gênero entre sujeitos transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica.**” que tem como objetivo geral: Compreender os atribuídos ao sexo, corpo e gênero na perspectiva de sujeitos transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica; através das suas histórias de vida.

Apesar dos trabalhos realizados sobre os vários aspectos que envolvem a transexualidade no Brasil, carecemos de estudos voltados para a perspectiva sociohistórica. Esta realidade permitirá que este estudo sirva como instrumento de conhecimento e de trabalho para os profissionais e instituições envolvidas com a temática e que estão comprometidas com a formulação de políticas públicas de atenção para esta população.

O aporte propiciado por este estudo se justifica por entendermos que promoverá a constituição de uma base de dados científicos de referência necessária aos docentes, pesquisadores e estudantes em Enfermagem e Saúde no Brasil, de modo a ampliar e divulgar o conhecimento produzido neste campo.

A proposta será concretizada utilizando a sua história de vida através da realização de uma entrevista que se seguirá um roteiro previamente estabelecido. As informações obtidas serão tratadas com

sigilo, ficando garantido o seu anonimato e o direito de desistir da pesquisa em qualquer momento.

Gostaria de lhe mencionar que existem poucos ou nenhum risco que comprometam sua integridade física, emocional, ética e espiritual. Os dados coletados serão guardados em um local seguro no Grupo de Estudos da História do Conhecimento da Enfermagem e Saúde (GEHCES), na UFSC, destinando-se exclusivamente aos meus fins acadêmicos. Sua participação não implicará em gastos, assim como será assegurado o recebimento de uma cópia deste Termo.

Os procedimentos inerentes à implementação do estudo requerem a sua autorização para gravação das falas em um meio digital e a utilização de alguns desenhos que você realizará durante a entrevista.

Para qualquer dúvida ou para esclarecimento adicional, poderá me contatar através do telefone: (48) 9122-5553; ou contatar a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Itayra Padilha, através do telefone: (48) 9962-4510.

Após estas informações, caso aceite participar do estudo, peço que assine ao final deste documento que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra fará parte do arquivo do estudo. Agradeço sua atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos no decorrer do estudo pelos contatos informados neste termo.

## **DECLARAÇÃO**

Nestes termos e considerando-me livre e esclarecido (a) sobre os objetivos, métodos, benefícios, potenciais incômodos da pesquisa proposta, consinto minha participação voluntária, resguardando os pesquisadores a propriedade intelectual das informações geradas no processo e expresso a concordância com a divulgação pública dos resultados. Declaro ainda que recebi cópia do termo de consentimento livre e esclarecido, assinado pelo pesquisador principal.

Nome: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

Assinatura do Participante: \_\_\_\_\_

## **CONTATO DOS PESQUISADORES**

Pesquisador: Ddo. Jaime Alonso  
Caravaca-Morera  
Telefone: (48) 9122-5553  
E-mail: jacamorera@hotmail.com

Dra. Maria Itayra Padilha  
Telefone: (48) 9962-4510  
E-mail: padilha@ccs.ufsc.br

## **CONTATO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Coordenador: Washington Portela de Souza  
Telefone para contato: (48) 37219206  
E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)

Endereço: Campus Universitário, Biblioteca Universitária Central – Setor de Periódicos (térreo), atrás dos arquivos deslizantes, Florianópolis-Santa Catarina.





**APÊNDICE C - CARTA DE CESSÃO DE ENTREVISTA****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM  
DOUTORADO EM ENFERMAGEM**

Eu, \_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade  
no. \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que cedo os  
direitos de minha entrevista gravada para a transcrição, leitura e inclusão  
na tese de doutorado do enfermeiro Jaime Alonso Caravaca Morera,  
podendo ser utilizada integralmente, sem restrições de prazos e citações,  
desde a presente data.

Renuncio assim aos meus direitos sobre a entrevista, esta  
renúncia alcança também meus descendentes.

Subcrevo-me atenciosamente,

---

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.  
(Adaptado de Borenstein, 2000, p. 206)



## **ANEXOS**



## ANEXO 1 - DECLARAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



CENTRO DE PESQUISAS  
ONCOLÓGICAS - CEPON



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A HISTÓRIA DA ENFERMAGEM E SUA ARTICULAÇÃO COM O CUIDADO, O ENSINO, E A PESQUISA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA HISTÓRIA DA AIDS (1986-2013)

**Pesquisador:** Maria Itayra Coelho de Souza Padilha

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 37753414.1.0000.5355

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Catarina

**Patrocinador Principal:** MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 875.931

**Data da Relatoria:** 06/11/2014

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de estudo com desenho qualitativo, exploratório e descritivo de natureza sócio histórica, que pretende construir estratégias de práticas profissionais, pesquisa e ensino em HIV/AIDS à luz dos princípios ideológicos e organizacionais das políticas de saúde do SUS no Brasil, em diferentes níveis de atenção à saúde (alta, média complexidade e atenção básica) no período 1986 até 2013. O contexto do estudo serão algumas instituições e Organizações Não Governamentais localizadas em Florianópolis, que tenham atendido casos de AIDS a partir de 1986. Inicialmente será envolvida a ONG denominada ADEH, que atende transexuais e travestis, e a partir da indicação da presidente e dos trabalhadores de saúde, serão selecionadas outras instituições. Será utilizada a metodologia de história oral, com depoimentos de vida, orientados por roteiros abertos ou semi estruturados. A técnica de história oral será utilizada como recurso para complementar dados e impressões não totalmente claras nos documentos conhecidos. A história oral se justifica pela ausência de documentos, bem como para esclarecer novas versões da História reconhecida, resgatando a visão do entrevistado, acerca de sua própria experiência, bem como dos acontecimentos sociais que participou. A pesquisa será feita com 50 participantes.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Primário:** Historicizar as estratégias de práticas profissionais, pesquisa e ensino em HIV/AIDS à luz

**Endereço:** Rodovia Admar Gonzaga, 655 - SC 404

**Bairro:** Itacorubi

**CEP:** 88.034-000

**UF:** SC

**Município:** FLORIANOPOLIS

**Telefone:** (48)3331-1502

**Fax:** (48)3331-1502

**E-mail:** cep@cepon.org.br



CENTRO DE PESQUISAS  
ONCOLÓGICAS - CEPON



Continuação do Parecer: 875/051

como.

Nos TCLEs tanto dos gestores quanto dos pacientes e dos profissionais da saúde no 4º§ foi digitada incorretamente a palavra "arábigos" para designar o tipo de números no lugar de arábicos, onde também vale a mesma observação anterior sobre os riscos.

É utilizado para se referir aos participantes da pesquisa o termo "sujeitos"

**Recomendações:**

No questionário que será aplicado aos gestores a questão nº 9 foi digitada na mesma linha que a nº 7 e na linha seguinte se encontra a questão 8. Recomenda-se a correção.

Recomenda-se também que seja informado o modo como o pesquisador se propõe a amenizar qualquer desconforto emocional ou físico que possa surgir durante as entrevistas.

Recomenda-se também a correção da digitação nos TCLE da palavra "arábicos" digitada incorretamente como "arábigos".

Recomenda-se, também, a troca do termo "sujeitos" para "participantes" da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Devido à importância já citada acima, tal estudo segue aprovado, com as recomendações acima.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Qualquer modificação ao projeto original deverá ser imediatamente informada ao CEP, para a devida análise e aprovação. Relatórios semestrais deverão ser encaminhados ao CEP.

FLORIANOPOLIS, 18 de Novembro de 2014

---

Assinado por:  
Luiz Roberto Medina dos Santos  
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Admar Gonzaga, 655 - SC 404  
Bairro: Itacorubi CEP: 88.034-000  
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS  
Telefone: (48)3331-1502 Fax: (48)3331-1502 E-mail: cep@cepon.org.br



CENTRO DE PESQUISAS  
ONCOLÓGICAS - CEPON



Continuação do Parecer: 875/031

dos princípios ideológicos e organizacionais do país, em seus diferentes níveis de atenção à saúde no período 1986 até 2013.

Secundário: 1. Identificar as intervenções das políticas nacionais relativas a redução de danos enquanto estratégia de prevenção e cuidado do HIV/AIDS no Brasil a partir de 1990; 2. Analisar os modos pelos quais os grupos vulneráveis vêm sendo incluídos nos cursos de graduação e pós-graduação de Enfermagem e Saúde, assim como, nas políticas de atenção à saúde de grupos humanos ao longo do período estudado; 3. Analisar historicamente o risco e a vulnerabilidade dos trabalhadores de Saúde e Enfermagem diante das pessoas usuárias de drogas e dos clientes soropositivos para o HIV e a implantação das medidas de biossegurança a partir das políticas públicas de saúde.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Os riscos nesta pesquisa são considerados mínimos porque serão realizadas apenas entrevistas com os sujeitos selecionados, os quais poderão deixar de participar da pesquisa em qualquer momento do estudo. Porém, o pesquisador se propõe a amenizar qualquer desconforto emocional ou físico que venha acontecer durante as entrevistas.

**Benefícios:** Entende-se que a realização do projeto promoverá a constituição de centro de referência necessário aos docentes, pesquisadores e estudantes em Enfermagem e Saúde no Brasil, de modo a ampliar e divulgar o conhecimento produzido neste campo. Apesar dos inúmeros trabalhos realizados sobre os vários aspectos que envolvem a AIDS no Brasil, existe uma carência de estudos voltados para a perspectiva histórica, o que permitirá também que esse estudo sirva como instrumento de conhecimento e de trabalho para os profissionais e Instituições envolvidas com a temática e comprometidas com a formulação de políticas públicas no combate ao HIV/AIDS no Estado.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O aporte apropriado desse projeto se justifica pois os pesquisadores entendem que promoverá a constituição de um centro de referência necessário aos docentes, pesquisadores e estudantes em Enfermagem e Saúde no Brasil, de modo a ampliar e divulgar o conhecimento produzido nesse campo, que é carente de estudos voltados para a perspectiva histórica.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Corretamente apresentados todos os termos obrigatórios, conforme resolução 466/12. Porém quando são informados os riscos, é dito que "o pesquisador se propõe a amenizar qualquer desconforto emocional ou físico que venha a acontecer durante as entrevistas", mas não informa

Endereço: Rodovia Admar Gonzaga,655 - BC 404

Bairro: Itaconibi

CEP: 88.034-000

UF: SC

Município: FLORIANÓPOLIS

Telefone: (48)3331-1502

Fax: (48)3331-1502

E-mail: cep@cepon.org.br